TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

BTCU

Deliberações dos Colegiados do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 6 | nº 190 | Sexta-feira, 20/10/2023

Pautas **1**
1ª Câmara 1
2ª Câmara 56
Despachos de autoridades **84**
Ministro Augusto Nardes 84
Editais **92**
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos 92
Atas **98**
Plenário 98
1ª Câmara 141

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3° a 5° do art. 295 do Regimento Interno do TCU

http://www.tcu.gov.br btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente
BRUNO DANTAS

Vice-Presidente
VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros
WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos
AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU
Procuradora-Geral
CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais
LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores
MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
Secretário-Geral
MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

PAUTAS

1ª CÂMARA

PAUTA DA PRIMEIRA CÂMARA
Sessão Ordinária de 24/10/2023, às 15h

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse https://portal.tcu.gov.br/sessoes.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (https://portal.tcu.gov.br/sessoes/). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.882/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas**:** Maria do Carmo Lopes da Silva Almeida; Vera Lucia de Almeida Sampaio.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

003.314/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria Aparecida Batista D Avila.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

003.332/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Antonia Sobreira Rosa; Thereza Sobreira Lucchesi.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

006.135/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Beatriz Almeida de Oliveira; Angelica Novaes de Medeiros; Araken Novaes de Medeiros; Guanaira de Almeida Gomes; Guaraci Almeida Gomes dos Santos; Guaraciara de Almeida Gomes; Leonor Perret Soares Lima; Luciana de Almeida Oliveira; Lucimar Almeida de Oliveira; Maria Aguiar Correia; Nilcea Soares Lima Leal; Sueli Soares Lima de Sant Ana; Vera Lucia de Oliveira Montechiari.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

007.423/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Angela Fernandes Telles
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG
Representação legal: não há

007.612/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Maria de Oliveira Soares dos Santos; Gilvan de Oliveira; Iolanda de Oliveira; Jandira Ferreira Mota; Lucia Helena Pereira Bezerra; Lydia Maria Pinheiro; Rosecler Correa dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

009.475/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Eloise Barbosa Silva Pereira; Maria do Carmo Vieira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

009.495/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Margarida Cavalheiro de Oliveira Lemes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

010.599/2016-9 - **Natureza:** Recurso de Reconsideração (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Recorrente: Maria Cicera da Silva Brito
Responsáveis: Ana Maria de Brito; Eleonor Cunha de Oliveira; Maria Cicera da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Amaro Roberto Maues Dias Junior, Eder Batista Miranda, representando Maria Cicera da Silva Brito

010.715/2016-9 - **Natureza:** Recurso de Reconsideração (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Recorrente: Maria Cicera da Silva Brito
Responsáveis: Eleonor Cunha de Oliveira; Levinda Lina Araujo da Luz; Maria Cicera da Silva Brito
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Representação legal: Eder Batista Miranda, representando Maria Cicera da Silva Brito

011.968/2022-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Lia Magalhaes Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

012.192/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Caren de Lucena Mesquita; Jorge Eduardo Amarante Vasconcellos; Jozelia Gomes de Lima; Marta Solange Amarante dos Santos; Monica da Consolacao Caputo de Morais.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há.

012.276/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Adriana Dias Ribeiro; Bernardo Alves da Silva; Cacilda Teixeira Barroso Vilarins; Carmelia Miracy de Almeida Araujo; Maria Jose Ribeiro de Goveia; Mario Cesar Carvalho Ribeiro; Mayanna Nazareth Caldas da Silva; Sarah Nazareth Caldas da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

012.509/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Antonia Maria de Aguiar de Melo; Apolo Marco de Aguiar Melo; Vera Lucia Benigno dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

012.589/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Ilton da Silva Pereira; Maria das Gracas Paes Barreto Ferreira; Marlize Menezes Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
Representação legal: não há.

012.606/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Carla Vaz de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

012.878/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Amanda Lais de Souza Coto.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
Representação legal: não há.

013.086/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Amaury Jose Soares; Noemia Trapp do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Paraná.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

013.205/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Eduardo Jose Antony de Borborema; Marilene Marques de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

013.221/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Adeni Maria de Jesus; Ana de Souza Santos; Geny Piazentin Gomes; Maria Chagas Bandeira; Norma Martins Aguiar dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

013.883/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Dulcinea Berredo de Menezes; Margareth Elisa Prest Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
Representação legal: não há.

013.895/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Dalva Maria Seewald de Carvalho; Loreci Paiva Silvera; Maria do Carmo Fernandes Malty
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia
Representação legal: não há

015.173/2022-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Neidimar Lopes Matias de Paula
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Representação legal: não há

015.413/2022-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Vera Lucia Matias Ferreira Pinheiro
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

016.354/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Candida Maria Furtado Rodrigues; Francione Aline da Silva Faustino; Janete Azevedo da Silva; Miralda Marli Rocha Klug; Rosangela Moreira Campos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

016.361/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Alite Caramuru Soares; Angela Maria de Carvalho Figueiredo; Jucara Maria Beltrao Pinto Santana; Maria Jose Caramuru Vieira; Maria da Conceicao Pereira de Sousa; Nilde Caramuru Arrais; Rosangela Vieira Costa; Rozileide Vieira Costa
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

016.480/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE
Interessadas: Amara Ribeiro Barros; Elisa Medeiros Samyn; Irma de Paula Nogueira; Neyde Menezes Rodrigues; Zilda Leonides da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

016.665/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Cristina Novaes Eichin; Ana Paula Saltiel de Lima; Lucia Helena Eichin Lima; Maria de Nazare da Silva Lobato Araujo; Michelle Marinho dos Santos; Nadia Regina Barros Araujo; Nancy Rejane Araujo Bezerra; Ninon Rose Barros Araujo; Rosa Delia Koch Duarte; Selma Luiza de Lima; Valdemarina Ribeiro Tinoco; Zeneida Pithan dos Santos
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

016.740/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Carolina Souza Siqueira; Maria Salete Wolf; Marisa Marinho Bello; Miriam dos Santos Vidal; Silvana Marinho Ramos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.032/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Zaide de Alencar Barreto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.043/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Adriana Morcelles dos Santos; Andrea Morcelles dos Santos; Deusa Rosa Mesquita da Silva; Diana Helena Teixeira Pessoa; Gessi de Almeida Quiroga; Gisele Borges Santos Rocha; Luciana Morcelles dos Santos; Marcela Heleonora Horta Assumpcao Gouveia; Paula Beatrix Horta Assumpcao.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.296/2022-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Maria Izabel Gallao.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.299/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessados: João Vicente Neto; Maria Mendes da Silva; Maria da Graça Candido; Patricia Martins Benites.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.343/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas**:** Lusia Rodrigues Curvao Pereira; Sandra Santos de Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.400/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Maria Luiza Emiliano da Silva; Maria Luiza Rodrigues; Nidia Mariza Lopes Emiliano; Suzanne Vincent Berthier Brasil; Terezinha Maria Schio Jappe.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.443/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Eloiza Helena Goncalves Marques; Jacira Nascimento de Almeida; Jaqueline Mabel Malta Santos Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.508/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Celina Dutra da Silva; Ednazare Manfredini Possebon; Sandra Maffioletti Kohlrausch.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.556/2022-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Leodir Lopes Barbosa; Nosimar Ferreira dos Santos Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Representação legal: não há

017.563/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Iamara de Moura Silva; Iandara de Moura Silva; Isabel Gil Lobato; Joana D Arc de Avelino Souza Almeida; Marinalva da Silva Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.575/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Deyse Terezinha Moreira; Iracema Batista Rabelo Paiva; Jorginha dos Santos Salazar; Shirley Terezinha Moreira; Sofia de Oliveira Cabral; Solange Silva de Carvalho Chagas; Suely Oliveira Cabral de Luna.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.584/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessados: Ana Maria Moraes Barbosa; Claides do Amarante Lisbinski; Giovana Frederico de Miranda; Joana Joelma Duarte do Amaral; Liliane Barbosa da Silva; Maria Yeda Salina Moraes; Nandra Regina Salina Moraes; Raquel Frederico de Miranda Goncalves; Sandra Lucia Duarte; Tania Maria Salina Moraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.608/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Maria Canabarro Zecchin; Cinara Cristiani Canabarro; Jane Edite Canabarro; Lia Mara Canabarro Brizeno de Oliveira; Maria Inez Canabarro; Neusa Conceicao de Souza; Vanessa Oliveira Canabarro; Yvonne dos Reis Duarte.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.634/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessados: Cleusa de Campos Theodorovitz; Franciele Theiss; Jovelina de Almeida Ferraz; Maria Rodrigues Siqueira; Roseane Aparecida Machado; Rosilete Maria dos Santos; Suziane Correa Machado.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.654/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas: Aline Cosme Schmidt; Angela Maria Batista Assumpcao; Bianca Cosme Schmidt Moreira; Camila Firmino Andrade Sayan Soldevilla; Edir Pinheiro da Silva; Ilidia Alves Silva; Leila Maria Bernardino Fortes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.672/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Isac Libonatti do Nascimento Souza; Nicia Pinto Goncalves Pavão.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.721/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Elaine Teresinha Vieira; Glades Garcia Martins; Jaine Maria Vieira; Maria Luiza Fortes Paim; Maria de Fatima Vieira Campos; Mary Aparecida Viana Rossler; Rozani Lara Dorneles; Zeneida Garcia Martins.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.833/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Anai Moraes Pereira Rodriguez; Belkys Tarrago Farjat; Cidaura Benta Ferreira Francioni; Marta Iara Espina de Franco; Viviane Nunes Auar.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.850/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Marcia Adriana Loureiro Vargas; Sonia Maria Vasconcellos Basso.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.879/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Celeste do Nascimento Sales; Elizete Luz dos Santos; Vilma Duarte da Rosa.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.925/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Erinea Martins de Macedo; Marly de Freitas Azevedo; Sheila Regina Martins Dias Lopes; Shirley Vera Martins de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.935/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Andreia Beatriz de Souza Dornelles Santa Maria; Ariane Maria Dias Feltes; Jose de Lemos Lima; Maria Cristina Cunha Moreira; Sally Therezinha Pezzi.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.008/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cristiana Gomes de Moura; Maria da Graca dos Passos Pires; Maria de Lourdes Pimentel da Silva; Miriam Cristina da Fonseca Nacher Vieira; Silvania Natalina Gomes de Moura; Simone de Moura da Cunha; Terezinha Curcio Gomes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

018.070/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aurea Correa da Silva; Valeria Ferreira de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

018.138/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Analia Cristina Bastos do Nascimento; Carolina Proa; Joelma Mateus de Moura; Maria de Lourdes Mendonca Dantas; Norma Silvana Monteiro de Moura; Norma Suely Monteiro de Moura.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.168/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aliciane Pereira Lopes Reis; Miriam Lucia Alves; Terezinha de Oliveira Affonso.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.193/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aline Delfino Ribeiro de Melo; Jane Isnardo Espinheira; Maria das Gracas Cavalcanti de Freitas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.203/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aurinete Oliveira Martins dos Santos; Flavia Vivas David; Tatiana Oliveira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.219/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ieda Machado Freire; Iva da Cruz Rocha; Magdalena Monteiro Rocha; Rosaria Simoes de Carvalho; Rosemary Marques de Jesus.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.
.

018.227/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Celia Regina da Costa Lima; Celia Regina dos Santos; Dinizette Alves da Cunha; Katia Regina de Castro Martins; Maria Ligia Oliveira de Jesus; Sandra Maria Lima Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

018.233/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Marcia Costa de Almeida; Joana Darc Costa Alves; Maria Madalena Franco de Assis; Maria do Socorro Alves Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.286/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Interessadas: Cecy Tondo; Elisabeth Tavares Requiao; Ines Veronica Nicolote da Costa; Nelly Frederico Wandratsch.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.357/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Maria da Penha Toscano de Almeida; Sheila Machado de Aragão; Vera Lucia Pereira Mariano Cordeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.365/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Barbara de Menezes Alves Marqui; Denise Esterque Guimaraes de Araujo; Mauriceia de Souza Costa; Walkiria Helena Goncalves Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.374/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Maria Helena Marcinari Gaspareti; Mariluci Cunha Teixeira Ferreira; Teresinha Lopes Viana da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.392/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Vera Lucia Neves Inveninato
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

018.403/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Karen Mazza de Oliveira; Karolynne Gorito de Oliveira; Marli Zin; Neusa Helena do Amaral; Rosineide Teodoro da Silva; Therezinha Teixeira Montenegro.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.418/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Anna Katarine Vicente de Miranda; Elci Nobrega Barros de Oliveira; Raimunda Pinto Soares.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

018.421/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Maria Arlette Guerra Lisboa; Maria da Salete Brito de Souza; Marina Cerqueira de Oliveira; Priscila de Souza Barbosa da Costa; Terciliana de Jesus Barbosa de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.441/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Dulce Eliane Bendocchi Silva; Lucia Fernandes Barros; Maria de Lourdes Rodrigues Guimaraes; Vera Lucia Melo Barreto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.449/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Aline Miranda Moreira; Andreia Euzebio de Souza; Carmem Maria Fernandes Naumann; Hilda Jota da Luz Sequeira; Vera Lucia Cavaliere Brando.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

020.413/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Alessandra Morais Gomes da Silva; Clara Morais Fernandes; Cristina Palason Moreira Cotrim; Dina Gancz; Katia Elisabeth Coutinho Gancz; Maria Vilani Mendes Lima; Silvia Regina Felippe da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-Geral da União.
Representação legal: não há.

020.424/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Geni Rodrigues de Deus; Ligia Montenegro Almeida; Maria Anunciada Neves Araujo; Mery Shpielman; Paulo Cesar Drumond Pecanha.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto); Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos.
Representação legal: não há.

020.483/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Albertina Nunes de Medeiros; Arlinda da Silva Serrano; Auricea Maciel da Silva; Miraci Santos do Nascimento; Rosana Magna de Oliveira Souza; Rosilene Maciel da Silva Xavier.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

020.499/2023-0 - **Natureza:** REFORMA
Interessados: Joao Adair Nunes de Oliveira; Joao Adair Nunes de Oliveira; Joao Adair Nunes de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

021.008/2010-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsáveis: Fátima Ferreira da Cunha; Izabel Cristina de Carvalho Gonçalves Araújo; Murilo Antonio Paes Landim; Raimundo de Santana Rocha; Sheylla Mara de Castro Macedo Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São João do Piauí/PI.
Representação legal: Raimundo de Araújo Silva Júnior (OAB-PI 5.061) e Débora Maria Costa Mendonça (OAB-PI 9.203), representando Sheylla Mara de Castro Macedo Costa; José Francisco Paes Landim, Francisco Antonio Paes Landim Filho e outros, representando Murilo Antonio Paes Landim; Edilberto Alves da Silva (OAB-PI 7.814), representando Palonma de Ferreira e Almeida; Jonatas Barreto Neto (OAB-PI 3.101), representando Izabel Cristina de Carvalho Gonçalves Araújo.

021.444/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Claudia Moura Ribeiro da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.823/2022-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Minervina Estelita Mendes Silveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Representação legal: não há.

022.294/2022-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Almira Ventura Mirabal Brandao; Arlete Ventura Mirabal; Cassia Maria Ventura Mirabal; Centro de Controle Interno do Exército; Joyce Kelly Mirabal de Carvalho; Leonia Conceição Valerio Mirabal; Maria Aparecida Ventura Mirabal; Maria Claudete Ventura Mirabal; Maria Eduarda Mirabal da Silva; Matheus Ventura Mirabal; Ocilene Mirabal Bentes; Rita de Cassia Ventura Mirabal
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

022.472/2023-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Francisco Martins Borges.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.
Representação legal: não há.

022.608/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Angelica de Souza; Maria Helena Barbosa Bezerra; Roneide Nascimento da Cruz; Selvalina Maria Alexandre Ferreira
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

022.655/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Jacira Paula Dias Pinheiro; Maria Gildete dos Santos; Maria de Lourdes Soares; Rita de Cassia do Carmo Adami
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde
Representação legal: não há

022.689/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Josefa Marques de Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

022.703/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Luiza de Marilac de Oliveira Goncalves
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
Representação legal: não há

022.748/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Erick Keven Gomes Ferreira; Evelin Kathely Gomes Ferreira; Francinete de Souza Leite Guimaraes
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
Representação legal: não há

022.752/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Cenira Uliana Montellano; Maristela Marques das Neves; Sonia Maria Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Representação legal: não há

023.002/2023-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Albano do Prado Pimentel Franco.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe.
Representação legal: não há.

025.840/2017-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Eduardo Henrique Tavares Dominici
Recorrente: Eduardo Henrique Tavares Dominici
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São João Batista/MA
Representação legal: Emilio Carlos Murad Filho (OAB-MA 12.341), Carlos Sérgio de Carvalho Barros (OAB-MA 4.947) e outros, representando Eduardo Henrique Tavares Dominici

028.260/2022-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Naurilio Martins Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

029.895/2022-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Luiza Burlamaqui Amaral; Cleunice Terezinha de Azevedo; Helena Maria Neves Barros
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

033.167/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Angela Maria Leite Calistro
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Representação legal: não há

033.432/2023-6 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO.
Representante: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista/SP.
Representação legal: não há.

033.708/2013-4 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Procuradoria da República no Rio de Janeiro
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio de Janeiro
Representação legal: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

001.288/2023-7 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Coordenação Regional da Funai de Manaus.
Representação legal: não há.

008.944/2020-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Margarete Yukie Sakuda Paneque.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Representação legal: não há.

014.534/2023-1 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.756/2020-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Maria Leone de Souza Correia; Renato Braga Lins.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo.
Representação legal: Taciano Domingues da Silva Filho (OAB/PE 33.865), Virginia Augusta Pimentel Rodrigues Castellar (OAB/PE 16.195), Rebeca Pedrosa Velozo (OAB/PE 58.106) e outros.

Ministro JHONATAN DE JESUS

005.531/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Paulo Cesar Jose da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
Representação legal: não há.

005.548/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Maria das Gracas Brandao Guimaraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
Representação legal: não há.

006.180/2023-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Academia de Ciencias e Artes ; Ana Claudia Cavalcante Silva Damasceno; Jose Gerardo Damasceno; Raimundo Cavalcante dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Mda.
Representação legal: não há.

006.347/2023-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Erilson da Costa Lira; Federacao de Associacoes de Produtores de Caprinos e Ovinos do Estado de Pernambuco .
Órgão/Entidade/Unidade: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/Mda.
Representação legal: não há.

007.579/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica
Representação legal: não há

007.840/2023-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Jose Justino Lopes; Serralheria Marquezini Eireli .
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Lindóia/SP.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

009.089/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Therezinha Amoreira de Jesus.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há.

014.626/2023-3 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Renan Carvalho da Silva Bílio
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tuntum/MA.
Representação legal: não há.

020.348/2022-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Renato Luiz Leme Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

020.504/2023-3 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Arieis Santana.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.434/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada: Yeda de Lima Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

031.882/2023-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Karen Maria da Cruz Mendes.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
Representação legal: não há.

031.969/2023-2 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Jose Duarte Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

032.706/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Evanir Servina de Freitas; Jocilene Pereira Alves; Olindina Pereira Alves.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

032.709/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Celia Pereira da Silva; Olinda Balbina da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

032.931/2023-9 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) de Jaboatão dos Guararapes/PE
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes /PE.
Representação legal: não há.

033.445/2020-6 - **Natureza:** PRESTAÇÃO DE CONTAS
Exercício: 2019
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto); Secretaria do Tesouro Nacional.
Representação legal: Isadora Jinkings Melo Silva, Flavio Horácio Souza Vieira e outros, representando Ministério da Economia (extinto).

034.198/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Nailton Barros Lima; Regina Celia Toscano Costa; Roberto Santos Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

034.653/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Tereza Cristina dos Reis Sales.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação legal: não há.

034.666/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas: Cyomara Vieira Borges de Oliveira; Joyce Vieira Borges de Sousa; Maria Eduarda Vieira Borges de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
Representação legal: não há.

034.844/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Olinda Marques.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Representação legal: não há.

034.951/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada: Maria Gomes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.

035.069/2023-6 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Valter Duarte.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

037.007/2021-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Marcia Maria Bianchi Prates.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

046.767/2020-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Luiz Carlos Pete dos Santos; Prefeitura Municipal de Ibaiti - PR .
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).
Representação legal: Juventino Antonio de Moura Santana (OAB-PR 37.806), representando Prefeitura Municipal de Ibaiti - PR.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.321/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Edna de Andrade da Rocha; Elenice de Andrade; Elenir de Andrade Franca; Elisa Andrade da Costa; Helena de Andrade; Jevanete Cavalheiro da Rosa; Lindalva Conceicao Bral de Assis; Maria Fatima Nunes de Carvalho; Virginia do Nascimento Leite.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

006.137/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Jalma de Farias Martins; Jalmira de Farias Melo; Katia Cilene de Farias; Leticia de Andrade Felix; Maria Aparecida Sena Tristao; Maria Idalina Landim Oliveira; Maria Leda Landim dos Santos; Maria Suzana Landim; Maria Vitoria Landim; Vera Lucia do Nascimento Calabria.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

006.148/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cecilia Faria do Prado; Helena Nogueira da Costa; Maria Izaura Faria do Prado; Nadia Maria Bueno Fernandes Dias; Tania Amares Bueno; Teresinha Faria do Prado.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

006.150/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Luciane de Souza Pinto; Maria Elaine Pinto Paganini; Marilia Medeiros de Mesquita Bittencourt; Marta Medeiros de Mesquita Laux; Sandra Mara Risden Baleche.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

007.617/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Maria Dalva Silva da Costa; Maria do Socorro Soares do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

007.627/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Eline Viana Monteiro Sampaio; Rosina Maria Pio de Farias Jereissati.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

007.833/2023-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Evandro Tiago de Aguilar.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rubim/MG.
Representação legal: não há.

009.397/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Maria do Socorro Melo dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

009.472/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Celma Maria da Conceicao Ramos de Araujo; Dorotea Amorim Ferreira; Dorotea Amorim Ferreira; Dorotea Amorim Ferreira; Ione Rodrigues de Araujo; Irene Rodrigues de Araujo; Isabel Cristina Rodrigues de Araujo; Ivone Rodrigues de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

009.479/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Angela Cristina Almeida Simoes da Silva; Odacy Montenegro Regis; Sylvia Eugenia de Bonis Almeida Simoes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

013.145/2022-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Tereza Semiramis Bettega Parodi e Fundação Iguassu de Turismo & Eventos .
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo.
Representação legal: não há.

013.254/2022-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsáveis: Carlos Alberto Rodrigues da Silva; Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito - TO.
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
Representantes legais: Tiago Vasconcelos Silva (OAB/TO 5234-A), representando Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito - TO.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

014.017/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Sandra Carvalho de Faria.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

015.550/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Maria do Socorro dos Santos Monteiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

015.880/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Edilene Rodrigues da Silva; Joao Inacio da Silva Filho; Jose Silva de Lima; Marcio Moraes Valenca.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Representação legal: não há.

016.107/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria Aparecida Sad Nogueira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

016.115/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria das Neves Gomes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.348/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Flavia Regina Vicente; Vilma Vicente.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.359/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Florentina Dornel de Melo; Lilian Cristina Prazeres Parizotto; Ovidia Paredes Bareiro; Silvia Ferreira dos Anjos; Sonia Maria Ferreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.476/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE
Interessado: Olinda Isaac Calhares.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.642/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Adriane Bentes Correia da Silva; Maria Emilia Romeiro Chuva; Maria Vani Oliveira da Silva; Neusa Maria Carlos Zeferino Gomes; Roseclea Mera Vicente; Vera Lucia de Castro do Amaral.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.116/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Analucia Thompson; Denise Aguiar Ferrer; Eleany Maria Antunes de Farias; Maria Socorro de Medeiros Lima; Maria de Fatima Freire de Castro; Noelia Rocha de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.351/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Adelcira Beltrao Ferreira; Cassia de Fatima Santana Mendes Pantoja; Joana Barros Ramos; Josefa da Silva Farias; Maria de Lourdes Castro Fialho; Marilu Ramos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

019.588/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Responsável: Felix Sahão Júnior.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Catanduva - SP
Representação legal: não há

019.600/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Responsáveis: Jairton Castro da Silva; Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins - TO; Rosangela Barbosa Bezerra.
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
Representação legal: não há

020.349/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Alberto Carlos Fernandes de Araujo; Luciano Alves de Brito; Maria Matildes da Silva Brito; Sonia Maria Muniz Nunes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.

020.418/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Andiara Machado Luiz; Marcina Moreira Luiz; Maria Miraci Parente; Maria da Conceicao Menezes Tavares; Palmira Marengo Trindade Ballester; Zuleide Pacheco Tavares.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

020.505/2023-0 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Carlos Goncalves da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.303/2020-7 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: não há.

021.341/2022-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Joao Dantas dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cristinápolis - SE.
Representação legal: não há.

021.443/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Astrid Alexandre Castro Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.446/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Jorgete Rangel de Oliveira Farias.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.465/2022-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (Extinto).
Responsável: Magali Amorim Vilela de Moraes.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT
Representação legal: não há

022.690/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Raimunda Selma Correa Baker.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
Representação legal: não há.

022.712/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Noelia Brandao Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: não há.

022.738/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Circe Ferreira Ferreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

022.744/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Adolfo Menezes de Sa.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça (extinta).
Representação legal: não há.

027.816/2022-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (Extinto).
Responsável: Rivelino da Silva Bueno.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Laje do Muriaé - RJ
Representação legal: não há

027.934/2022-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Instituto de Tecnologia Social - Its ; Irma Rossetto Passoni.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto).
Representação legal: não há.

031.315/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Interessado: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (Extinto).
Responsável: Benedito Pedro da Cruz.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Abaré - BA
Representação legal: não há

031.494/2022-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Adriana Olimpio de Queiroga Carneiro; Alexis dos Santos Cotta; Aristoteles Moura Tavares; Arthur Bomfim Galdino de Araujo; Dione Vasconcelos Lima e Silva; Durval da Costa Lira Junior; Flavio Roberto Malheiros Feliciano Filho; Giuseppe Toni; Ildeci Vieira Tavares; Krol Jânio Palitot Remígio; Lourenco Di Lorenzo Marsicano; Pollyana Nobrega Honorio de Souza; Sergio de Tarso Vieira; Vanildo Oliveira de Albuquerque.
Representação legal: não há.

032.675/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Andrade Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
Representação legal: não há.

034.191/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Hidely Grassi Rizzo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

034.243/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jose Claudio de Almeida; Jose Marcio dos Anjos; Luiz Antonio Nunes Bonjour; Luiz Fernando Ephrain de Marins; Sebastiao Alves.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

034.248/2023-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Francisco Eguimar da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
Representação legal: não há.

034.586/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Francisco Chagas de Araujo; Lucinete Vieira de Lima Alves.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Representação legal: não há.

034.648/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Nelson Gandur Dacach Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia.
Representação legal: não há.

034.672/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Gercina Mateus Dias; Ivani Peracolli Galelli Marcopito; Jorgete Abibe Pedrilho; Neiva Andrade Pescarini; Seni Candida da Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

034.762/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Aglezio de Brito.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
Representação legal: não há.

036.422/2023-1 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessados: Filipe de Oliveira Melo; Hugo Jose de Araujo Correia; Jessica Tenorio da Fonseca Silva; Manuel Benedito da Silva Neto; Roland dos Santos Goncalves Sobrinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA, em substituição ao Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.318/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Alexandra Costa Araujo Magno; Elizabeth Vanzolini de Paula Machado; Guaraciara Andrade de Mesquita; Iapeguara Andrade de Mesquita; Ida Araujo Reis; Iza Antunes Araujo; Madaildes Costa de Oliveira; Marilena Furtado de Mesquita; Rosa Maria Fernandes de Carvalho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

004.031/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Gonçalo Marques; Raimundo Leite Araújo.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

004.161/2022-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Monalisa Martins Sala Castanho.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Representação legal: não há.

009.359/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Magnolia Carvalho Mendes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação legal: não há.

009.433/2022-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Silvino Serafim de Medeiros Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

009.480/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Agda Beatriz Goulart Pinto Godinho; Ana Izabel Godinho Menna Barreto; Eglais Godinho Torres; Neuza Helena Goulart Pinto Godinho Ferreira; Noeli Maria Varaschini; Vera Terezinha Godinho da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

011.652/2022-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Maria Alba de Oliveira Alves Cativo; Maria Alba de Oliveira Alves Cativo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

011.730/2022-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Lúcia de Fátima Teixeira Campos.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
Representação legal: não há.

013.159/2016-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Izaura da Conceição; Maria Betânia Cordeiro Saldanha; Maria de Lourdes Guedes da Silva; Maria de Lourdes da Silva; Sônia Guedes de Melo; Teresinha Guedes Moreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Sétima Região Militar.
Representação legal: não há.

015.553/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Inacia de Souza Neta; Izabel da Silva Magalhaes; Jose Carlos da Silva Magalhaes; Valeria da Silva Magalhaes; Valquiria Magalhaes Novaes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

015.560/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Geralda Angelo Fontainha.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

015.627/2022-5 - **Natureza:** Aposentadoria
Interessado: Siomara da Fonseca Maia.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
Representação legal: não há.

015.698/2023-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Rosemarly Mendes Pinheiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.
Representação legal: não há.

015.725/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Célia Marcia Carneiro Tapety.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.240/2017-4 - **Natureza:** Recurso de Reconsideração (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
Recorrente: Virginia Maria Peixoto Velloso Borges.
Responsáveis: Construtora Terra Brasil Ltda.; Virginia Maria Peixoto Velloso Borges.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pilar - PB.
Representação legal: Rodrigo Lima Maia (OAB-PB 14.610) e Terezinha de Jesus Rangel da Costa (OAB-PB 12.242), representando Virginia Maria Peixoto Velloso Borges.

018.104/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ivanise Cordeiro Pereira de Souza; Margarete Teixeira de Benitez; Maria Perpetua Viana de Matos; Mariluce Bezerra de Oliveira; Monica Teixeira da Rocha Braz; Roselene Cordeiro Pereira Santos; Rosemary Lisboa Faria Cerri.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

018.458/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Lourdes de Oliveira; Maria Altamira Postigliony Rodrigues; Noely Maria Souza Soares; Rosana Ferreira Lins.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

019.303/2022-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Benvinda Alves de Abreu.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há.

020.432/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Rute de Oliveira Aguiar.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há.

020.482/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR.
Órgão/Entidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

020.503/2023-7 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Severino Ramos dos Santos Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.438/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Janaina de Souza Oliveira; Rosilene Rocha de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

021.761/2022-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Acacio de Paula Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

021.782/2022-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Cleonice Alves Lopes.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

021.827/2022-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Katia Maria de Azevedo Sa Leitao.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Representação legal: não há.

021.843/2022-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Guilherme Nery de Oliveira Cabral Junior.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan.
Representação legal: não há.

022.010/2022-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jose Gomes Bomfim Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Representação legal: não há.

022.036/2022-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Eli Costa Lobão.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

022.038/2022-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Zilda Maria Alves Barboza.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

022.289/2023-2 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Rafael Francilino Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

022.319/2023-9 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Marli Pereira Goncalves.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.

022.345/2021-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Recorrente: Câmara dos Deputados .
Interessados: Secretaria de Controle Interno/câmara dos Deputados; Silvia Maria da Silva e Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

022.454/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Agenor Jose Gomes de Oliveira; Manoel Ferreira Bonfim; Paulo Jorge da Fonseca Bonates; Regina Maria Onnis Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

022.553/2023-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Iara Maria da Graca Correa.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

028.199/2022-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Lucia de Fatima Trajano de Sousa.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há.

029.595/2022-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Eduardo dos Santos Gomes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.
Representação legal: não há.

029.655/2022-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Valmira Moreira dos Santos (392.618.671-20).
Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.

029.733/2022-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Abinoam Nascimento da Silveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

030.917/2022-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Jurema Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Representação legal: não há.

030.990/2022-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Eliane Maria Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
Representação legal: não há.

031.023/2022-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ana Lucia Campos Serra.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
Representação legal: não há.

031.816/2023-1 - **Natureza:** ATOS DE ADMISSÃO
Interessado: Anna Raphaely Alves da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.

032.658/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Miguel de Almeida Lemos Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Representação legal: não há.

032.708/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Dulce Coelho do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.334/2023-4 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: VB Ambiental Consultoria e Projetos Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Administração Regional do Senac no Estado de São Paulo.
Representação legal: Ana Cecilia Pires Santoro (OAB-SP 199.605).

034.184/2023-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Alceu Aprigio Pereira de Carvalho; Eduardo Brosina Spiandorello; Mara Rosane Lupinacci; Margareth Aydos Pujol; Sonia Maria da Silva de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

034.244/2023-9 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Joao Manoel Moreira; Joelmir de Lima Paula; Julio Cesar Duarte Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

034.327/2023-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Elza Aparecida Alves; Giselia Santiago Santos; Leila Raquel Russowsky Brunoni.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
Representação legal: não há.

034.339/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Fabiano A Salim.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
Representação legal: não há.

034.935/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Luiz Gonzaga Seabra.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
Representação legal: não há.

034.941/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Helena Oliveira da Silva Vieira.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

035.052/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Maria Luiza Gomes Rocha Pereira; Ocilene Gomes Rocha Pereira; Odailza Marques Rocha Pereira; Onelia Rocha Pereira; Oneliene Rocha Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

002.759/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Carlos da Silva Duhau.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há.

003.102/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Altanira Pereira Reina.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

004.694/2021-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Allan Aguiar Monteles; Deusilene Meneses Pontes Aldebrand.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Municipal de Saúde de Chapadinha/MA.
Representação legal: Carlos Eduardo Barros Gomes (OAB/MA 10.303), Aidil Lucena Carvalho (OAB/MA 12.584) e outros, representando Deusilene Meneses Pontes Aldebrand; Carlos Eduardo Barros Gomes (OAB/MA 10.303), Aidil Lucena Carvalho (OAB/MA 12.584) e outros, representando Allan Aguiar Monteles.

005.873/2023-1 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Jorge Antonio Vinagre Moura.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

007.028/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ademir Eugenio de Santana.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Representação legal: não há.

007.157/2023-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Norberto Melega Villela.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Representação legal: não há.

009.416/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Carolina Soares Almendra; Camila Marques Almendra; Maria de Fátima Teixeira da Silva; Rita de Cássia Marques Almendra; Sandra Auxiliadora Pereira Beltrão Almendra.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

014.708/2021-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Construvias Pavimentações Ltda. ; Engeplan Terraplenagem Saneamento e Urbanismo Ltda. ; PLM Construções e Comércio Ltda. ; Redram Construtora de Obras Ltda. ; Romualdo Theophanes de França Júnior; Viapav Construções Ltda. .
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).
Representação legal: não há.

015.746/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Marcos Tadeu de Freitas Suita.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

016.133/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Alrizane Pereira Amaral; Flávia Estevão Jardim; Jessica Estevão Jardim; Luciana Estevão Jardim; Regina Lacerda Estevão.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

016.145/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Maria Barroso Neves; Maria do Socorro Freire Agostinho; Zenaide Alves Barroso.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.187/2023-7 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Aloysio Raymundo de Medeiros Cassano.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.969/2022-4 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas da União
Interessado: Secretaria-executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
Representação legal: não há.

019.281/2021-8 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Responsável: Vinicius Marchese Marinelli.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo (CREA/SP).
Representação legal: Edson Gomes Morare Silva (OAB-SP 365416), Humberto Marques de Jesus (OAB-SP 182.194) e outros, representando Vinicius Marchese Marinelli; Edson Gomes Morare Silva (OAB-SP 365.416), Humberto Marques de Jesus (OAB-SP 182.194) e outros, representando Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo.

019.936/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Gilberto Vieira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: não há.

020.480/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas: Ana Neri Rodrigues do Nascimento; Aurelina Gomes da Silva; Maria Jose da Silva; Maria do Carmo Ferreira Mello; Nanci Melo da Silva; Neide Meireles de Mello; Neuci Mello de Castro; Neucinea do Nascimento Mello de Assumpção; Suely Gomes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

029.661/2020-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Antonio Valdir Pereira do Nascimento; Nossa Drogaria Eireli ; Raimundo Lindonjhonson Veras Magalhaes.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Representação legal: Esau Rodrigues de Pinho Magalhaes (OAB-CE 40285), representando Nossa Drogaria Eireli.

031.396/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Marcelo Jorge Torres; Maria da Conceição dos Santos de Matos; Shirley Viana Mota.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Godofredo Viana/MA.
Representação legal: não há.

033.178/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria de Lourdes Araujo Dutra.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.211/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria de Lourdes Macedo de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.241/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Luciana Maria dos Santos Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.252/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria da Penha Ferreira de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

034.349/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada: Antônia Maria Damasceno Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
Representação legal: não há.

034.943/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Carmosina Braga Moura; Danielle Menezes Chaves Rodrigues; Enedina Alves de Souza; Francisco Zaqueu Ferreira do Vale Filho; Irene Honório dos Santos; João Victor Rocha do Vale; Levi Menezes Chaves Rodrigues; Maria Lúcia da Rocha do Vale; Yuri Menezes Chaves Rodrigues.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

038.557/2021-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsável: Antonio Carlos de Camargo.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cotia - SP.
Representação legal: não há.

044.930/2021-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ronaldo Cesar Mattioda de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz.
Representação legal: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS
SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro BENJAMIN ZYMLER

037.664/2019-0 - Recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Paulo Roberto de Souza contra o Acórdão 9150/2022-TCU-1ª Câmara.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Comando do 1º Grupamento de Engenharia - MD/CE, Paulo Roberto de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: 3º Batalhão de Engenharia de Construção - MD/CE.
Representação legal: Adriano Maia Gomes de Almeida Ramos (OAB-DF 35.042), representando Paulo Roberto de Souza.

Interesse em sustentação oral:
- Adriano Maia Gomes de Almeida Ramos (OAB/DF nº 35.042), em nome de PAULO ROBERTO DE SOUZA

040.870/2019-7 - Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis, com débito e multa, ante a omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por força do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no exercício de 2014.
Recorrente: Dilcilene Guimarães de Melo Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Gurupi/MA.
Representação legal: Izabella Mattar Moraes (OAB-DF 58.035), Camilla Rose Ewerton Ferro Ramos (OAB-DF 51.954); Luís Fellipe Magalhães Pereira (OAB-DF 60.839), Paulo Humberto Freire Castelo Branco (OAB-MA 7.488-A).

Interesse em sustentação oral:
- Izabella Mattar Moraes (OAB/DF nº 58.035), em nome de DILCILENE GUIMARÃES DE MELO OLIVEIRA

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

002.761/2023-8 - Ato de aposentadoria emitido no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Maria Madalena Sousa Guimarães.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
Representação legal: não há.

005.658/2023-3 - Pedido de reexame interposto contra acórdão da 1ª Câmara que negou registro a ato de aposentadoria emitido no âmbito da Fundação Universidade de Brasília.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Vanda Sombra da Costa.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade de Brasília.
Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB-DF 30.670) e outros, representando Vanda Sombra da Costa.

005.850/2023-1 - Ato de reforma emitido no âmbito do Comando da Marinha para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Rubens Fatimo dos Santos Ferreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

006.051/2023-5 - Apreciação, para fins de registro, de ato de reforma editado pelo Comando da Marinha.
Interessado: Roberio da Cunha Coutinho
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

006.586/2016-3 - Embargos de declaração opostos por Carvalho Queiroz Engenharia Ltda. e por José Adair Machado contra decisão que não conheceu dos embargos opostos por José Adair Machado.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Fundação Nacional de Saúde, Carvalho Queiroz Engenharia Ltda.; José Adair Machado; Marcos Joseraldo Lemos, Carvalho Queiroz Engenharia Ltda.; José Adair Machado.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Carbonita/MG.
Representação legal: Maria Andreia Lemos (OAB-MG 98.421), representando José Adair Machado; Elgen Leite de Castro Costa Junior (OAB-MG 152.097), José Manoel Caixeta (OAB-DF 59.458) e outros, representando Carvalho Queiroz Engenharia Ltda.; Pedro Augusto Beserra Estrela (OAB-DF 63.103), representando Marcos Joseraldo Lemos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

007.095/2023-6 - Ato de aposentadoria emitido no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Maria Elena de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: não há.

007.531/2023-0 - Ato de pensão civil emitido no âmbito do Ministério da Educação para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Maria José Luiza Molisani.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Educação.
Representação legal: não há.

007.584/2023-7 - Apreciação, para fins de registro, de pensão militar concedida pelo Comando do Exército.
Interessados: Christina Ferreira Frazão da Silva; Elizabeth Cabral da Silva; João Victor Fernandes da Costa; Marluce Dortas Silva de Souza; Richelly Castro Cavalcante.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

013.865/2022-6 - Pedido de reexame interposto contra acórdão da 1ª Câmara que considerou ilegal ato de pensão militar emitido no âmbito do Comando do Exército.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Centro de Controle Interno do Exército; Rosana Saldanha da Gama Faria Reis.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.116/2023-2 - Apreciação, para fins de registro, de ato de pensão militar editado pelo Comando do Exército.
Interessadas: Cleonice Lourença de Almeida da Mota; Fátima Vanderleia Mota; Vanderlucia Dolores da Mota.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.294/2016-5 - Recurso de reconsideração contra decisão que examinou tomada de contas especial decorrente da não comprovação da regular aplicação de parte dos recursos repassados por convênio.
Recorrente: Governo do Estado de Minas Gerais.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
Representação legal: Rodrigo de Castro Lucas (OAB-MG 79.753), Raquel Carvalho Menezes (OAB-MG 113.333), Rogério Antônio Neves (OAB-MG 166.259), Leonardo Elias de Jesus Neto (OAB-MG 167.072), Gianmarco Loures Ferreira (OAB-MG 73.413), Lucas Oliveira Andrade Coelho (OAB-MG 142.468), Jean Alessandro Serra Cyrino Nogueira (OAB-MG 88.308) e outros.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

016.558/2023-5 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando da Marinha para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Adalicia Ruy Lobato; Adriana Araujo Costa Magalhaes; Eli Mendes Furtado de Melo; Lusia Borini Nascimento; Mari Tania Souza Soares; Maria Cristina Diniz Simoes; Marisa da Graca Diniz de Menezes; Marlir Soares Nascimento; Meidy Soares Cabrero; Rosenilda Athaide da Costa; Rosineide Lucena de Athayde Guimaraes; Vera Maria Moresque..
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

017.552/2023-0 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando da Marinha para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Andrea Ferreira do Nascimento; Denise Ferreira do Nascimento Fernandes; Edilza Ferreira do Nascimento; Ledina Gomes Dias; Lenia Maria Gomes da Silva; Salenice de Melo Almeida; Sandra Roiz de Sousa; Theoracy Goncalves dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.800/2023-4 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando do Exército para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Joao Vitor dos Santos Gouvea; Mara Lucia Cerqueira da Silva; Maria Anizete Emiliana Fernandes; Marlene Bianchi dos Santos; Nair Lima da Silva; Rita de Nazare da Silva Paixao; Umbelina Sander da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.262/2023-6 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando do Exército para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Debora Durante Prando; Janine Alonso Vasques de Lima Batista; Maria Celina Machado Barros; Maria Inez da Costa Andrade; Sonia Maria Garcia Camargo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.271/2023-5 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando do Exército para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Cleuci Moraes Silva; Margarida Vidal dos Santos; Maria do Carmo Silveira; Marli Munhoz Vieira; Regina Cardia Machado.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

018.296/2023-8 - Atos de pensão militar emitidos no âmbito do Comando da Marinha para fins de registro.
Interessados/Responsáveis: Claudia Regina Percilio dos Santos; Doroty Budal de Almeida; Eleana Sant Anna Ribeiro; Marilza Torres da Silva; Valdenice da Silva Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

019.163/2022-3 - Pedido de reexame contra deliberação em que negado registro a ato de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Maria Zelia Santos Nogueira de Sa; Secretaria de Controle Interno/Câmara dos Deputados.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

022.004/2022-0 - Pedido de reexame interposto contra acórdão da 1ª Câmara que negou registro a ato de aposentadoria emitido no âmbito da Universidade Federal de Alagoas.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Giselda Lira Lopes de Paiva, Universidade Federal de Alagoas.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Alagoas.
Representação legal: não há.

022.775/2023-4 - Apreciação, para fins de registro, de atos de reforma editados pelo Comando da Marinha.
Interessado: Francisco Marinheiro de Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

025.524/2021-6 - Tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados no bojo do Programa Farmácia Popular do Brasil.
Responsáveis: Drogaria Superfarma Ltda., Kátia Regina Faverani Silvério e Sônia Regina Ferreira Faverani.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Representação legal: não há.

025.530/2021-6 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (FNS/MS), em razão da suposta aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB), no período de 3/3/2015 a 10/10/2018, pelo estabelecimento comercial Drogaria Santos - Dailva da Conceição Linhares Ferreira - MEI. Análise da resposta das citações.
Interessados/Responsáveis: Dailva da Conceição Linhares Ferreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Representação legal: Pedro Paulo Boaventura (OAB-MG 187.981) e outros, representando Dailva da Conceição Linhares Ferreira e Drogaria Santos - Dailva da Conceição Linhares Ferreira - MEI.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

027.525/2018-0 - Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos responsáveis, com débito e multa, em função de irregularidades na aplicação dos recursos repassados no bojo do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, no exercício de 2014.
Recorrentes: Pedro de Sousa Primo Neto e Leonardo Barroso Coutinho.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Caxias/MA.
Representação legal: James Lobo de Oliveira Lima (OAB-MA 6.679), Ademilton Cipriano de Sousa (OAB-MA 11.709-A), Anderson Medeiros Soares (OAB-MA 12.128) e outros.

029.141/2017-6 - Embargos de declaração opostos pelo Sr. Lourival dos Santos Brandão e pela Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo (ASITASB/MA) contra o Acórdão 8.628/2023-1ª Câmara.
Responsáveis/Recorrentes: Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo e Lourival dos Santos Brandão.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional (extinto) e Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo.
Representação legal: Maurilio Soares da Silva (OAB-PI 2.846), representando Lourival dos Santos Brandão e Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo.

030.306/2010-8 - Recurso de reconsideração interposto pelo sr. José Pinto de Alencar contra decisão que, ao analisar a prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Piauí no exercício de 2009, julgou suas contas irregulares.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no estado do Piauí, Antônio Duarte Silva; Carlos Roberto Baena; Edgar Leite Filho; Francisco Bezerra da Silva Neto; Gil Pereira de Vasconcelos; Hélio Bezerra Silva; Jorge Pires Coelho de Rezende; Jose Gutemberg Ferreira dos Santos; José Fernandes Júlio do Nascimento; José Francisco de Sousa Neto; José Pinto de Alencar; Lindomar Vieira dos Santos; Maria Gonçalves Nunes; Raimundo Lopes da Cruz, José Pinto de Alencar.
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no estado do Piauí.
Representação legal: Aldo Francisco Guedes Leite (OAB-GO 26.998), Alessandro dos Santos Ajouz (OAB-DF 21.276) e outros, representando Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no estado do Piauí; Paulo Germano Martins Aragão (OAB-PI 5.128), representando José Pinto de Alencar.

033.212/2023-6 - Pensão militar. Proventos calculados com base no posto superior ao ocupado pelo militar na atividade. Análise.
Interessados/Responsáveis: Fatima dos Santos da Conceicao.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.229/2023-6 - Apreciação, para fins de registro, de ato de pensão militar editado pelo Comando da Marinha.
Interessado: Dinalva Monteiro Sousa
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha
Representação legal: não há

034.016/2023-6 - Apreciação, para fins de registro, de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Interessada: Aureluci Soares de Castro.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
Representação legal: não há

037.203/2019-3 - Recurso de reconsideração interposto pela Construrapido Eireli, pelo sr. José de Andrade Maia e pelo sr. Milton da Silva Oliveira contra decisão que julgou as contas dos recorrentes irregulares, condenou solidariamente os dois primeiros em débito e aplicou aos três multas individuais.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Construrapido Eireli; José de Andrade Maia; Milton da Silva Oliveira, Construrapido Eireli; Milton da Silva Oliveira; José de Andrade Maia.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: Tibério Almeida Nunes (OAB-PI 3.917), representando Construrapido Eireli; Uanderson Ferreira da Silva (OAB-PI 5.456), representando Milton da Silva Oliveira; Cássia Kelly dos Santos Barcelos (OAB-DF 44.747), Fernanda Pinheiro do Vale Lopes (OAB-DF 43.909) e outros, representando José de Andrade Maia.

041.299/2021-3 - Recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 7.006/2023-1ª Câmara, por meio do qual o TCU julgou tomada de contas especial instaurada em virtude de omissão no dever de prestar contas de convênio firmado entre a Codevasf e o Município de Timon/MA, que objetivou a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água na zona rural daquela cidade.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Luciano Ferreira de Sousa.
Órgão/Entidade/Unidade: Codevasf - Superintendência Regional de Teresina/PI - 7ª SR.
Representação legal: Amanda Almeida Waquim (OAB-MA 10.686), representando Maria do Socorro Almeida Waquim; Ludmila Rufino Borges Santos (OAB-MA 17.241) e outros, representando Luciano Ferreira de Sousa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

041.652/2021-5 - Tomada de contas especial instaurada em razão da inexecução parcial do objeto de contrato de repasse firmado entre a União e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte com o objetivo de "Construção de Entreposto de Mel e aquisição de equipamentos no Território do Sertão do Apodi/RN".
Interessados/Responsáveis: Carlos Alberto de Sousa Rosado; Francisco das Chagas Azevedo; José Teixeira de Souza Júnior; Tarcisio Bezerra Dantas.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: Felipe Augusto Cortez Meira de Medeiros (OAB-RN 3.640), representando José Teixeira de Souza Júnior.

044.956/2021-5 - Pedido de reexame contra deliberação em que negado registro a ato de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Ligia Lopes Ferreira Fregapani; Secretaria de Controle Interno/Câmara dos Deputados.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

001.852/2015-9 - Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas dos gestores, condenando-os solidariamente ao pagamento do débito apurado, em virtude de irregularidades na execução física de convênio firmado entre o Senai/MA e a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão.
Recorrentes: Ricardo de Alencar Fecury Zenni; Departamento Regional do Senai no Estado do Maranhão; Elito Hora Fontes Menezes.
Representação legal: Fernanda Moreira de Sousa (OAB/MA 6.812), José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e Danniel Alves Costa (OAB/SE 4.416) e outros.

002.301/2020-2 - Recurso de reconsideração interposto contra a acórdão que julgou irregulares as contas do responsável e condenou-o em débito.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cultura.
Recorrente: João Alcindo Costa Milhomem.
Representação legal: Jose Augusto Pereira Cardoso (OAB/AP 000.376); Davi Machado Evangelista (OAB/DF 18.081).

004.650/2021-2 - Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou irregulares as contas do responsável, condenando-o ao pagamento de débito e multa, em virtude de irregularidades na execução de recursos disponibilizados no Programa Farmácia Popular do Brasil.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Recorrente: Claucir Caetano da Silva.
Representação legal: Nilson Marcelo Venturini da Rosa (OAB/RS 111.876).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

005.242/2015-0 - Recurso de reconsideração interposto contra decisão que julgou as contas do responsável irregulares e o condenou em débito e multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itabirinha/MG.
Recorrente: Aurélio Cézar Donádia Ferreira.
Representação legal: Wesley Paulo de Faria (OAB/MG 129.134).

010.270/2019-1 - Embargos de declaração em face de acórdão que conheceu de recurso de reconsideração e, no mérito, não lhe deu provimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Sítio Novo/MA.
Recorrente: Impacto Construção e Administração Ltda.
Representação legal: Jardel Carlos da Silva (OAB/MA 18.060) e outros.

010.311/2019-0 - Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Araguaia/PA.
Recorrente: Eduardo da Silva Tuma.
Representação legal: Lucas Martins Sales (OAB/PA 15.580).

012.546/2021-6 - Recurso de reconsideração interposto contra acórdão por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do gestor, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tauá/CE.
Recorrente: Odilon Silveira Aguiar.
Representação legal: Cassio Felipe Goes Pacheco (OAB/CE 17.410).

017.936/2020-9 - Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Capela/SE.
Recorrente: Manoel Messias Sukita Santos.
Representação legal: Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646).

022.064/2019-2 - Embargos de declaração em face de acórdão que rejeitou embargos opostos contra acórdão que não conheceu de recurso de reconsideração.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Cultura
Recorrentes: Agenor Matias Bezerra; Evaneida Carvalho; Monterey Produções Artísticas e Publicidade Ltda.
Representação legal: Karla Fernandes Soares (OAB/CE 40.735).

027.216/2017-9 - Recurso de reconsideração interposto contra o acórdão por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as contas do responsável, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa, em razão de irregularidades ocorridas na execução de contrato de repasse que tinha por objeto a construção do pórtico do município.
Recorrente: Almir de Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Perobal/PR.
Representação legal: Guilherme Druciak de Castro (OAB/PR 61.030).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

029.203/2019-8 - Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério da Cultura.
Recorrentes: Fausto Pereira da Rocha; Instituto 26 de Outubro de Desenvolvimento Social.
Representação legal: Gislene Rodrigues de Macedo (OAB/DF 32.527).

036.876/2018-6 - Embargos de declaração opostos contra acórdão que negou provimento a recursos de reconsideração.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Borba/AM.
Recorrentes: Roberto Barcelos Buchdid; José Maria da Silva Maia.
Representação legal: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM 4.177), Marcos dos Santos Carneiro Monteiro (OAB/AM 12.846) e outros.

039.947/2019-0 - Recurso de reconsideração interposto contra deliberação que julgou as contas do recorrente irregulares e aplicou-lhe multa.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Afrânio/PE.
Recorrente: Carlos Cavalcanti Fernandes.
Representação legal: Fabricio de Aguiar Marcula (OAB/PE 23.283).

Ministro JHONATAN DE JESUS

008.942/2023-4 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Instituto Nacional do Seguro Social, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessada/Responsável: Sibele Padilha de Castro..
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há

008.958/2023-8 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Conselho da Justiça Federal, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL para fins de análise e julgamento
Interessado/Responsável: Marcos Lessa de Santa Ana..
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho da Justiça Federal.
Representação legal: não há

009.030/2023-9 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Fundação Universidade Federal do Maranhão, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessado/Responsável: Jose Pedro Neves Lopes..
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

014.978/2021-0 - Tomada de contas especial instaurada pela Diretoria de Administração e Logística do Ministério da Economia em desfavor de Maira do Prado, Juedir Viana Teixeira e Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT 4/2010.
Responsáveis: Instituto de Ação Social e Desenvolvimento Sustentável Costa Verde ; Juedir Viana Teixeira; Maira do Prado.
Órgão/Entidade/Unidade: Diretoria de Administração e Logística.
Representação legal: Jefferson Ramos Ribeiro (OAB-RJ 79.978), representando Maira do Prado.

021.727/2022-8 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, enviados ao TCU pela unidade de controle interno CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Antonio Gabriel Ferreira..
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério de Minas e Energia.
Representação legal: não há

022.417/2023-0 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Ministério da Saúde, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Wilson Alves dos Santos..
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há

028.043/2022-7 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Superior Tribunal de Justiça, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA para fins de análise e julgamento
Interessado: Elio Cheles..
Órgão/Entidade/Unidade: Superior Tribunal de Justiça.
Representação legal: não há

031.411/2020-7 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos federais repassados pela União ao município de Barbalha/CE, durante o exercício de 2014, no âmbito do Programa Educação Infantil - Novos Estabelecimentos.
Interessados/Responsáveis: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , Argemiro Sampaio Neto; José Leite Gonçalves Cruz.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Barbalha /CE.
Representação legal: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB-CE 6.854), Lyanna Magalhães Castelo Branco (OAB-CE 7.841) e outros, representando José Leite Gonçalves Cruz; Thais Fernandes Vieira (OAB-CE 37325), Ana Maria Rodrigues da Fonseca (OAB-CE 11882) e outros, representando Argemiro Sampaio Neto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.784/2016-7 - Pedido de reexame interposto por João Américo Normanha Novaes contra decisão de ...
Representante/Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Procurador Júlio Marcelo, Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais; Luciano Eloi Santos; Ministério Público Junto Ao Tribunal de Contas da União, Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais ; Hélio Arca Garrido Loureiro; João Américo Normanha Novaes; João Batista de Melo; Luciano Eloi Santos; Vania Eloisa de Araujo Silva; Willian Guimaraes Madeira, João Américo Normanha Novaes.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais.
Representação legal: Rodrigo da Costa Ferreira (OAB-MG 156.339), representando Willian Guimaraes Madeira; Rodrigo da Costa Ferreira (OAB-MG 156.339), representando João Batista de Melo; Hélio Arca Garrido Loureiro, Geisy Merenly Maciente Dias (OAB-MG 126.207) e outros, representando Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais; Rodrigo da Costa Ferreira (OAB-MG 156.339), representando Luciano Eloi Santos; Samir Borges Filho (OAB-MG 192.675), representando João Américo Normanha Novaes; Rodrigo da Costa Ferreira (OAB-MG 156339), representando Hélio Arca Garrido Loureiro; Rodrigo da Costa Ferreira (OAB-MG 156.339), representando Vania Eloisa de Araujo Silva.

035.947/2020-9 - Recurso de Reconsideração contra decisão que julgou contas irregulares com débito e multa.
Recorrente: Francisco Gonçalves de Souza Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: Joaquim Adriano de Carvalho Adler Freitas (OAB/MA 10.004), representando Francisco Gonçalves de Souza Lima.

036.354/2021-0 - Tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. em desfavor da Universidade Federal do Ceará, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio Fundeci 2008/128, que visava colaboração financeira com a execução de pesquisa intitulada "Análise transdisciplinar e sistêmica da cadeia produtiva do mamão irrigado na Chapada do Apodi e no Baixo Acaraú e em Baraúnas".
Responsável: Universidade Federal do Ceará .
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

039.891/2021-6 - TCE instaurada pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos repassados pela União por meio do Termo de Compromisso 82/2013, firmado com o município de Macambira/SE, com vistas à implantação de três sistemas coletivos de captação, armazenamento e distribuição de agua em comunidades rurais, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Água - Água Para Todos
Responsáveis: José Carivaldo de Souza; Luciano Machado Batista; Ricardo Alves de Meneses Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs).
Representação legal: não há.

041.254/2018-0 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em face do pagamento irregular de salário integral a profissionais do Programa Saúde da Família sem o correspondente cumprimento da carga horária semanal.
Interessados/Responsáveis: Fundo Nacional de Saúde/MS , Arclebio Pereira Machado; Jose Gomes do Vale; Maria Dalva de Abreu Machado; Neusa Moreira de Carvalho; Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/CE ; Solange Cidade Nuvens..
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Santana do Cariri /CE.
Representação legal: Marciano Silva Fernandes (OAB-CE 30435) e Marcos Ronny Moura Saldanha (OAB-CE 9837), representando Neusa Moreira de Carvalho; Everton de Almeida Brito (OAB-CE 19858), representando Arclebio Pereira Machado; Brenna Maria Carneiro Costa Magalhaes (OAB-CE 32290), Alanna Castelo Branco Alencar (OAB-CE 6854) e outros, representando Maria Dalva de Abreu Machado; Brenna Maria Carneiro Costa Magalhaes (OAB-CE 32290), Alanna Castelo Branco Alencar (OAB-CE 6854) e outros, representando Solange Cidade Nuvens.

045.013/2020-9 - Recurso de reconsideração interposto por Joseias Lopes da Silva contra decisão de ...
Recorrente: Joseias Lopes da Silva, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , Joseias Lopes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Nova Olinda do Norte/AM.
Representação legal: Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (OAB-AM 3.149), representando Joseias Lopes da Silva.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

003.072/2023-1 - Atos de Pensão militar
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Interessadas: Egle Maria Tereza Lopes; Maria Fermina Figueredo
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

003.994/2022-8 - Tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 732087, cujo objeto consistia na implementação do projeto intitulado "Campeonato Mundial de Surf Pro JR - WPJ"
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo
Responsáveis: Federação de Surf do Estado do Rio de Janeiro e Pedro Henrique Falcão Leal
Representação legal: não há

006.318/2021-5 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão de irregularidades na execução do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB).
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde (FNS)
Responsáveis: Drogaria São Judas Tadeu/Drogaria e Perfumaria Pereira & Miranda Ltda., Renato Edson Miranda e Maria Eterna Pereira Miranda
Representação legal: Joícy Miranda Martins (OAB/MG 109.777), representando a Drogaria São Judas Tadeu/Drogaria e Perfumaria Pereira & Miranda Ltda., Renato Edson Miranda e Maria Eterna Pereira Miranda

011.278/2022-6 - Tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas de recursos federais repassados por meio de Termo de Aceitação.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Responsável: Rodrigo Pereira Morão
Representação legal: não há

019.933/2023-1 - Atos de Aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Interessada: Magda Giovana Alves
Representação legal: não há

022.386/2023-8 - Atos de Aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde
Interessada: Maria de Fátima Sousa Ferreira
Representação legal: não há

031.213/2022-7 - Atos de Pensão militar
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Interessada: Maria Auxiliadora Valle dos Reis
Representação legal: não há

031.874/2023-1 - Atos de Admissão.
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal
Interessada: Rayane Rochele Silva do Nascimento
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.177/2023-6 - Atos de Pensão Militar.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha
Interessadas: Iolanda Santos dos Santo; Moema Campos dos Santos; Welba Lima dos Santos; Wilma Lima dos Santos Coutinho e Wilser Lima dos Santos
Representação legal: não há

033.204/2023-3 - Atos de Pensão Militar.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha
Interessada: Maria Eugênia Gomes da Silva
Representação legal: não há

033.234/2023-0 - Atos de Pensão Militar.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Defesa - Comando da Marinha
Interessadas: Mônica Maria de Oliveira; Nádia Maria de Oliveira; Regina Célia de Oliveira Santos e Tereza Cristina Oliveira dos Santos
Representação legal: não há

044.324/2020-0 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da rejeição total da prestação de contas relativa à recursos federais repassados no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Escada - PE
Responsável: Jandelson Gouveia da Silva
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Walles Henrique de Oliveira Couto (OAB/PE 24.224) e Larissa Lima Félix (OAB/PE 37.802), representando Jandelson Gouveia da Silva

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA, em substituição ao Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.094/2022-7 - Pedido de reexame interposto por Tania Ligia Rizzo Oliveira contra o Acórdão 1.018/2023-TCU-1ª Câmara
Interessada: Tania Ligia Rizzo Oliveira
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Representação legal: Willian Guimarães Santos de Carvalho (OAB-DF 59.920), Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619) e outros, representando Tania Ligia Rizzo Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

005.853/2023-0 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Marcos Severino Monteiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

005.866/2023-5 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Arlindo Barbosa de Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

005.870/2023-2 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Maurilio Felix.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

005.887/2023-2 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Germano de Souza Quadros.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

005.892/2023-6 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Valter Brumatte.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

006.044/2023-9 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando do Exército, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno do Exército para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Maria Jose Faustino Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

007.580/2023-1 - Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando do Exército, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno do Exército para fins de análise e julgamento
Interessadas: Risoleta Almeida Nabuco de Oliveira; Maria Irismar Frota
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

009.432/2023-0 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Gabriel Passos da Silva; Sandra Silva Mouta.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

011.202/2019-0 - TCE instaurada pelo(a) Secretaria Especial de Cultura em razão de Não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, Lei Rouanet, que teve por objeto Produção de um livro fotográfico sobre trabalhadores ferroviários e a história do dia a dia de famílias que tiveram suas vidas pautadas pelas ferrovias brasileiras, com fotografias de Eurivaldo Bezerra e Luiz Garrido. (nº da TCE no sistema: 249/2018).
Responsável: Eurivaldo Neves Bezerra
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial de Cultura (extinto)
Representação legal: não há

016.113/2023-3 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando do Exército, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno do Exército para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Elza Fernandes Marques; Euridice Medeiros Czoczuk.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há

020.461/2023-2 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando do Exército, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno do Exército para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Maria Marlene da Silveira Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

020.470/2023-1 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando do Exército, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno do Exército para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Rosarina Soares Yamurri.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há

020.493/2023-1 - REFORMA. Atos de Reforma da unidade emissora Comando da Aeronáutica, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Aeronáutica para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Severino Ramos dos Santos Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há

023.275/2021-9 - Pedido de reexame interposto por Orli Barbosa de Queiróz Cavalcante contra o Acórdão 11.538/2021-TCU-1ª Câmara
Recorrente: Orli Barbosa de Queiroz Cavalcante
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS
Representação legal: Wilson Farias do Rego (OAB-MS 16.484), representando Orli Barbosa de Queiróz Cavalcante

023.350/2021-0 - Pedido de reexame interposto por Ary Montenegro Castro contra o Acórdão 18.506/2021-TCU-1ª Câmara
Recorrente: Ary Montenegro Castro
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO
Representação legal: não há

023.375/2021-3 - Pedido de reexame interposto por Ana Beatriz Moreira Nobre Magrin contra o Acórdão 12.747/2021-TCU-1ª Câmara
Interessada/Responsável/Recorrente: Ana Beatriz Moreira Nobre Magrin.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
Representação legal: Luciano Carvalho da Cunha (OAB-RS 36.327), representando Ana Beatriz Moreira Nobre Magrin.

023.388/2021-8 - Pedido de reexame interposto por Celso Gomes contra o Acórdão 12.748/2021-TCU-1ª Câmara
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Celso Gomes.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

023.894/2021-0 - Pedido de reexame interposto por Aires Arnoldo Laurindo contra o Acórdão 11.033/2021-TCU-1ª Câmara
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: Pedro Mauricio Pita da Silva Machado (OAB-RS 24.372), representando Aires Arnoldo Laurindo

033.175/2023-3 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/Responsáveis: Alcione Maria Moreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

036.563/2021-8 - Pedido de reexame interposto por Daisy da Silva Floro Souza contra o Acórdão 14.340/2021-TCU-1ª Câmara
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Daisy da Silva Floro Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.
Representação legal: Juscelino Henrique de Camargo Weingartner (OAB-MS 12274), Paulo Roberto Pinto de Souza (OAB-MS 14.262) e outros, representando Daisy da Silva Floro Souza.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

007.035/2010-1 - Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Coopersat - Cooperativa Rádio Táxi de Autosserviços e Turismo Ltda. contra o Acórdão 11.491/2021 - 1ª Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Benjamin Zymler), decisão por meio da qual os Embargos de Declaração opostos pela Sra. Consuelo Cozac ao Acórdão 6.255/2021 - 1ª Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler) foram rejeitados.
Responsáveis/Embargante: Consuelo Cozac; Coopersat - Cooperativa Rádio Táxi de Autosserviços e Turismo Ltda.; Henrique Moraes Bogea; José João Matos; Marconi José Carvalho Ramos; Zenildo Oliveira dos Santos Coopersat - Cooperativa Rádio Táxi de Autosserviços e Turismo Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional de Saúde.
Representação legal: Fabiano Zanella Duarte (OAB/MA 17.253), Thyanne Araújo Freitas Ribeiro (OAB/MA 8.547), Gislene Rodrigues de Macedo (OAB/DF 32.527), José Carlos de Matos (OAB/DF 10.446), Antônio Augusto Pires Brandao (OAB/PI 12.394 e OAB/DF 63.286), Rafael Papini Ribeiro (OAB/DF 56.104), Sérgio Henrique Furtado Coelho Filho (OAB/DF 59.700) e outros.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

004.642/2021-0 - Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Drogaria Marotto Ltda; Rogaciano Marotto
Representação legal: Sandro Marcelo Goncalves (OAB-ES 12480), representando Drogaria Marotto Ltda

011.262/2019-2 - Embargos de declaração contra o acórdão 3580/2023-TCU-1ª Câmara.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Salgadinho - PE
Responsáveis: Adenilson Pereira de Arruda; Luis Antonio de Araujo
Interessado: Ministério do Turismo
Representação legal: Edmilson Alves da Silva Junior (OAB-PE 33.649), representando Luis Antonio de Araujo

015.753/2023-9 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP
Interessada: Eliane Aparecida Bartolassi
Representação legal: não há

019.125/2022-4 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
Interessado: Ana Adélia Inácio Lima e Silva
Representação legal: não há

021.169/2023-3 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Interessado: João Amormino Filho
Representação legal: não há

021.719/2022-5 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
Interessado: Jose Jeovane Vieira Ramos
Representação legal: não há

023.391/2021-9 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO
Interessada: Maria Ercília Silva
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

029.730/2022-8 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região
Interessada: Maria Bernardete Schuartz
Representação legal: não há

031.071/2022-8 - Atos de aposentadoria.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Interessada: Margarida Angélica Bispo Magalhães
Representação legal: não há

040.377/2018-0 - Embargos de declaração opostos contra o acórdão 8403/2023-1ª Câmara.
Embargante: Ricardo Maia Chaves de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Ribeira do Pombal/BA
Responsáveis: M. A. de Santana Eireli; Ricardo Maia Chaves de Souza; TJ Transportes e Construções Ltda.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Representação legal: Danilo de Souza Cruz (OAB/BA 39.787) e Armando da Fonseca Carvalho Neto (OAB/BA 34.401), representando TJ Transportes e Construções Ltda. e M. A. de Santana Eireli; Elísio de Azevedo Freitas (OAB/PE 18.596), representando Ricardo Maia Chaves de Souza

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

2ª CÂMARA

PAUTA DA SEGUNDA CÂMARA
Sessão Ordinária de 24/10/2023, às 10h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse https://portal.tcu.gov.br/sessoes.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (https://portal.tcu.gov.br/sessoes/). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.304/2022-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Caixa Econômica Federal.
Responsáveis: Maria Salete Rego Medeiros Pereira da Silva; Miguel Borges de Oliveira Júnior.
Representação legal: não há.

004.894/2023-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Solonópole - CE.
Responsável: Antonio Valterno Nogueira Pinheiro.
Representação legal: não há.

007.618/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Claudia Moreira de Carvalho Monteiro Silva; Andrea Vasconcelos de Araujo; Clara Regina Dal Cere; Claudia Di Gioia Almeida; Elaine Goncalves Alonso; Janete de Araujo Pinto; Lucia Helena de Carvalho Dias; Marcia Regina Moreira de Carvalho da Silva; Maria Cristina Moreira de Carvalho Costa; Maria Enedina Dal Cere Paes de Almeida; Rosana de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

009.489/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Francisca Marlene Ximenes Pinheiro; Luiza Helena Pereira; Luzilene Pereira; Monica Cristina Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

010.141/2022-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ivonete do Carmo Franzini de Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
Representação legal: Rodrigo Franzini de Carvalho (12.580/OAB-MS), representando Ivonete do Carmo Franzini de Carvalho.

011.387/2022-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaueira - PI.
Responsável: Quirino de Alencar Avelino.
Representação legal: não há.

014.957/2020-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
Responsáveis: Adenauher Figueira Nunes; Cleonilson Nicácio Silva; Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores; José Carlos Pereira; Murilo Marques Barboza; Nilton Carlos Jacintho Pereira; Sergio Mauricio Brito Gaudenzi.
Representação legal: Pedro Eloi Soares (OAB-DF 1586-A), representando Adenauher Figueira Nunes; Renata Arnaut Araújo Lepsch (OAB-DF 18641), representando Eleuza Terezinha Manzoni dos Santos Lores; Emanuelle Dias Weiler Soares (OAB-DF 26.208), Alex Zeidan dos Santos (OAB-DF 19546) e outros, representando Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Ursula Suaid Porto Guimarães Borges (OAB-DF 34.558), Ricardo Rodrigues Figueiredo (OAB-DF 15050) e outros, representando Murilo Marques Barboza.

015.555/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Francinete Carneiro Soares; Maria Emilia Soares.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

019.591/2022-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Medeiros Neto - BA.
Responsáveis: Adalberto Alves Pinto; Ala Empreendimentos Ltda .
Representação legal: não há.

019.609/2022-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Forquilha - CE.
Responsável: Gerlasio Martins de Loiola.
Representação legal: não há.

020.000/2022-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Ouro Branco - AL.
Responsável: Atevaldo Cabral Silva.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

020.257/2020-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Turismo.
Responsáveis: Associacao Comunitaria e Cultural Stellagreice ; Estelita Bispo Y Bispo.
Representação legal: não há.

021.358/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Ana Soledade Alcova Campos.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

022.439/2023-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Jacir Jose Ceni; Jose Alberto Orrego; Luiza Maria Bortolotto Chies; Maria Severa Lima Oliveira; Maria de Fatima Nobre dos Santos Schiavi.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

022.664/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Leonor Alves de Castro Ferreira; Maria Alves Batista; Maria Idevanir Alves de Oliveira; Maria das Gracas Pacheco e Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.

022.696/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Dolores Gomes Pereira dos Santos; Had Lima de Paula Nery; Maria de Jesus do Nascimento Britto; Rita Coelho Chaves.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.

024.899/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Laguna - SC.
Responsáveis: Célio Antonio; Magapavi Construtora Terraplanagem e Pavimentadora Ltda .
Representação legal: não há.

031.971/2023-7 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Silvio da Costa Cerqueira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

032.666/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Sebastiao Pedro da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

034.185/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Eduardo Atilio Corsetti; Jorge Lopes da Silveira; Jorge Mendonca Filho; Miriam Teresa Teles Farias Paiva; Percio Torres.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinta).
Representação legal: não há.

034.193/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Iraci Freire Bezerra; Maria Bueno; Paulo Sergio Martino Zogaib.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
Representação legal: não há.

034.245/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Artur Domingos Fonseca de Melo; Ronaldo Madeira D Aguila.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Oswaldo Cruz.
Representação legal: não há.

034.956/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Sunso Panara.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
Representação legal: não há.

039.283/2020-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de São José da Laje - AL.
Responsável: Márcio José da Fonseca Lyra.
Representação legal: não há.

040.529/2021-5 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A..
Responsáveis: Cicero Anderson Palacio de Carvalho; Jose Sydriao de Alencar Junior; Universidade Patativa do Assare .
Representação legal: Erlon Albuquerque de Oliveira (OAB-CE 11750), representando Jose Sydriao de Alencar Junior; Edson Saraiva Tavares (OAB-CE 13998) e Fernanda Alaide Carvalho de Sousa (OAB-CE 45.205), representando Universidade Patativa do Assare; Edson Saraiva Tavares (OAB-CE 13998) e Fernanda Alaide Carvalho de Sousa (OAB-CE 45.205), representando Cicero Anderson Palacio de Carvalho.

Ministro VITAL DO RÊGO

004.664/2021-3 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Piauí.
Responsáveis: Escala-transportes Gerais Ltda.; José Wellington Barroso de Araújo Dias.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

004.785/2023-1 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Consórcio Magna/Pronetuno, integrado por Magna Engenharia Ltda, e Pronetuno Engenharia e Meio Ambiente Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Representação legal: não há.

007.854/2022-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá/RS.
Responsáveis: Jorge Gilberto Klockner; Prefeitura Municipal de Boa Vista do Buricá/RS.
Representação legal: não há.

007.855/2022-2 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara/RS.
Responsáveis: Prefeitura Municipal de Dom Pedro de Alcântara/RS; Telmo Pedro Dimer.
Representação legal: não há.

046.859/2020-9 - **Natureza:** PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Responsáveis: André Kuhn; André Martins de Araújo; Antônio Leite dos Santos Filho; Charles Magno Nogueira Beniz; Erick Moura de Medeiros; Euclides Bandeira de Souza Neto; Halpher Luiggi Monico Rosa; José da Silva Tiago; Karoline Brasileiro Quirino Lemos; Luiz Antônio Ehret Garcia; Luiz Guilherme Rodrigues de Mello; Marcelo Almeida Pinheiro Chagas; Marcio Lima Medeiros; Mauro de Moura Magalhães.
Representação legal: não há.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

007.581/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Gloria Janes Schildt Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

007.607/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Neide Vasquez; Ranulfa Miranda Vasquez; Ruth Miranda Vasquez Paiva; Santa Vasquez Diaz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

009.415/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Cibele Franco Conde Quintas.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

010.414/2022-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Monica Parada de Macedo; Monica Parada de Macedo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
Representação legal: não há.

010.604/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Analia Maria de Jesus; Bonifacia Miranda Dias; Cilene Abreu de Matos; Laurino Penha; Maria Edite Leite.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

012.288/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Anna Clara Barbosa Xavier; Bruna de Medeiros Dias Freire; Emanoel de Medeiros Dias Freire; Josineide de Medeiros Freire; Jucilene Pereira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

013.815/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Ivete Souza Lemos.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.
Representação legal: não há.

015.557/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Marisa Aparecida Machado Diniz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

016.554/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Aurea Ferreira do Amaral; Berta Kogan; Ivonette Ferreira do Amaral; Lilian Aparecida Proenca; Maria Helena Rodrigues Seelig; Maria Leda Santos de Oliveira; Mirian Aparecida Proenca Severo; Priscila Carla de Melo Seelig de Souza; Stephany da Cunha Seelig; Yvonea do Amaral Alves.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

017.293/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Lucia Barbosa Mourao; Elizia Claudia Dornas Fialho; Maria das Gracas de Oliveira; Solinda Girotto; Therezinha Martha de Paiva Delfino.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.472/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Janice Rodrigues da Silva; Leilane Silva Borges dos Santos; Maria de Fatima Mendes Rocha; Maria de Lourdes Silva de Morais; Marilene Laranja Sa Correa; Tatiana Barbosa Rocha Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

018.455/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Cecilia Leite Capistrano; Elizabeth Lucilia Nakamura; Naya Ramos Costa; Samanta Cristina Soares Ribeiro Gushiken; Silvia do Nascimento Duarte.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

020.014/2018-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
Responsáveis: Alliny Portilho de Lima Nascimento; Cairo Barbosa Guerra; Carluzandre Souza Ferro; Droga Med Pontalina Ltda-Me
Recorrentes**:** Alliny Portilho de Lima Nascimento; Carluzandre Souza Ferro.
Representação legal: Carlos Alberto Silva Severino (OAB-DF 32.495), representando Droga Med Pontalina Ltda - Me; Alessandro de Lima Lago (OAB-GO 19226), representando Alliny Portilho de Lima Nascimento; Alessandro de Lima Lago (OAB-GO 19.226), representando Carluzandre Souza Ferro.

021.421/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Maria Otilia da Silva Monteiro Scala; Tereza Cristina Monteiro Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

021.423/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Gabriel Soares Barbosa Leite; Leicidnely Alves Guimaraes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

031.972/2023-3 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Jose Duarte Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

032.721/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Therezinha Maria Nunes Rocha.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

032.737/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Maria das Gracas Madureira da Conceicao Almeida.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

033.231/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Ana Lucia de Araujo Soesima; Diva Ferreira de Araujo; Sandra de Araujo Ishac.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

034.197/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Antonio Vitaliano Sobrinho; Augusto Baleeiro Beltrao; Guilherme Dornelles; Ivan Alves Pequeno; Valdemir Rodrigues Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

034.203/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Adilson Raimundo da Silva; Cyndia Mara Resquiti Paulino; Lucia de Fatima Sousa de Carvalho; Sergio Tebaldi; Tania Regina Vieira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Economia (extinto).
Representação legal: não há.

034.240/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: David Leonardo Lencastre Sicuro; Elson Fernando da Silva Santos; Jorge de Farias Torres; Marcio Ramos Nepomuceno; Wellington Vieira Rezende.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

034.253/2023-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Celso Francisco Hernandes Granato.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
Representação legal: não há.

034.591/2023-0 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Amancio Bacelar de Figueiredo.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

034.938/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Antonia Loureto Pires.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

034.949/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Luiz Wanderley Oliveira Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural da Amazônia.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

003.250/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Gildete Ferreira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

003.320/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Ana Lucia Barsottelli de Oliveira; Claudia Fernanda Barsottelli de Oliveira; Helenita Mendonca Ribeiro; Iara Mendonca Coelho Passos; Iclea Martins Barsottelli; Iracema Damasceno da Silva Macedo; Jaciara Santos da Silva; Jandiara Santos da Silva; Jandira Santos da Silva; Jucara Santos da Silva Goncalves; Juceli Santos da Silva; Jurema Santos da Silva; Maria Izabel Damasceno Silva Dias; Maria da Gloria dos Santos Silva; Maria de Fatima Albuquerque Coelho; Rosalia Maria Mendonca dos Santos; Yasmin Martins Barsottelli.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

003.327/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Anna Maria de Oliveira Meirelles; Maria Cristina Paganelly de Souza; Maria Soraya Simões Mouzinho; Marlei da Silva Cruz Brandao; Rosa de Melo Brandao; Solange Cajazeira Kaneko.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

003.841/2022-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Tupanciretã/RS.
Responsáveis: Luiz Adolfo Bittencourt Dias; Método Construções Ltda. .
Representação legal: não há.

005.814/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Elizabeth Fontes Batista.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

005.878/2023-3 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Justino Barbalho Bezerra.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

005.885/2023-0 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Henrique Martins dos Passos Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

005.905/2023-0 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Hormino Correia de Azevedo.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

006.054/2023-4 - **Natureza:** REFORMA
Interessado: Fernando Ferreira Nunes da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

006.147/2023-2 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Aparecida de Fatima Pariz; Assunta Maria Salso; Eliomar Aparecida Salgueiro Mendes; Sueli Santana Rodrigues; Vera Lucia Carrijo Orrico Cavalcante; Zenaide Carrijo Orrico Melega.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

006.979/2023-8 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Azel Marinho Brelaz.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Universidade do Amazonas.
Representação legal: não há.

007.270/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Colégio Militar de Manaus/Comando do Exército.
Responsável: Aparecida de Lys Soares da Silva.
Representação legal: não há.

007.537/2023-9 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Fernanda Beatriz Silva Tomaz; Flavio Antonio da Silva Tomaz; Geovanna Lara de Lima Tomaz; Jeferson Ferreira Tomaz; e Maria José da Silva Tomaz.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

007.608/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Leonardo Antonio da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

007.615/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Eliza Gomes Borges; Jaqueline Rocha Porto; Marlene Porto de Mello.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

007.626/2023-1 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessado: Pedro Jorge Martins dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

007.735/2022-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Itacaré/BA.
Responsáveis: Antonio Mario Damasceno; Jarbas Barbosa Barros.
Representação legal: Marcos Antonio Farias Pinto (OAB-BA 14421), representando Jarbas Barbosa Barros.

007.850/2022-0 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Bequimão/MA.
Responsável: Antonio Jose Martins.
Representação legal: não há.

008.884/2022-6 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Marechal Deodoro/AL.
Responsáveis: Edgard Camilo de Moraes; José Danilo Dâmaso de Almeida.
Representação legal: não há.

009.431/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Geralda Guimarães da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

009.490/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Nara Maria Seixas de Menezes; Sandra Regina Seixas de Menezes.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

009.529/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Cristina Maria de Araujo Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

010.315/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Joao Luiz Pinheiro Bastos; José Argemiro Martins; Maria de Fatima Freitas Barbosa; Mauro Cavalcante Pequeno; Regina Celia Ribeiro de Aguiar.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Ceará.
Representação legal: não há.

010.586/2022-9 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Faria Lemos/MG.
Responsável: Sueli Cunha Terra.
Representação legal: Eduardo Reis Kiefer (OAB-MG 01.807-A) e Claudemir Carlos de Oliveira (OAB-MG 95187), representando Sueli Cunha Terra.

010.728/2023-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Antonio das Graças Alves da Cruz; Deraldo Andrade de Carvalho; Eliezer Antonio de Jesus; Marcos Roberto Vilaça; Pedro Batista de Almeida Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

012.653/2021-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Responsáveis: Carlos Alberto de Sousa Rosado; Guilherme Moraes Saldanha; Haroldo Abuana Osorio; Jose Simplício de Holanda; Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca do Rio Grande do Norte ; Tarcísio Bezerra Dantas.
Representação legal: não há.

013.117/2023-8 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas**:** Angela Maria Figueiredo dos Santos; Antonia Torres Ribeiro; Nilda da Conceição de Souza; Roseli de Oliveira Santos; Suely Pinto Para Assu.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

015.696/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Teresa Cristina Veiga.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Representação legal: não há.

016.106/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Maria Lourdes dos Santos Cruz.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

016.315/2023-5 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada**:** Terezinha Aparecida Pantoni Alem.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: não há.

016.833/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Amanda Kristina da Silva Pinheiro; Ana Flavia de Luna Pinheiro Melo; Ana Karina de Luna Pinheiro; Ana Paula de Luna Pinheiro; Dulcinea Bittencourt Sucupira; Inacia Ribeiro Corrales; Joao Guilherme Nunes Alves; Julio Cesar Rodrigues Alves; Mirta Elaine Retamar Corrales; Sidalia Fortes do Prado; Sonia Fortes do Prado; Vera Regina Retamar Corrales Quirino.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.551/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Bruno da Silva Teixeira; Eliane Saucedo dos Santos; Galba Lira Silva; Gleide Lira Silva Barbosa; Janete de Sousa Moutinho; Luciane Saucedo dos Santos; Marlene de Souza Santos; Patricia de Souza dos Anjos; Paulo Ferreira da Silva Chermont; Sofia Lopes Teixeira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

017.582/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Cheila Farias Martins Sardo; Chirlen Farias Martins; Joelia de Souza Magalhaes; Joelita Souza de Lima; Josefa Maria do Bom Parto Ribeiro Oliveira; Joselia Batista de Souza; Keila Farias Martins; Leila Farias Martins; Lindalva Rodrigues Martins Santos; Luiza Herminia Souza de Queiroz; Maria Donata Teixeira Caldas; Quelle Farias Martins; Suely Raimunda de Jesus Ribeiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

017.724/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessados: Gerusa de Fatima Rocha Riesgo; Lair de Castro Manica; Leila Manica de Castro; Marisa Teresinha Bruno; Valmir Schuster; Vanderlei Maria Teodora Saft; Vera Lucia Zardo; Vera Sieben.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

019.400/2021-7 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S/A.
Responsáveis: Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin , José de Paula Barros Neto e Jesualdo Pereira Farias.
Representação legal: Rodrigo Jereissati de Araujo (OAB-CE 8.175), representando Associação Técnico Cientifica Eng. Paulo de Frontin; Rodrigo Jereissati de Araujo (OAB-CE 8.175), representando Jose de Paula Barros Neto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

020.307/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessado: Manoel Nunes Neto.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
Representação legal: não há.

020.363/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Ana Lucia Arruda Kotchergenko; Andre Luiz Borges; Eleusa Maria Afonso da Silva; Geila Holthausen Maciel Kotcherhenko; Hilda Maria Alves de Araujo; Irene da Costa Borges; Maria Lina Goncalves Siloti; Nestor Kotchergenko Filho.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

020.502/2023-0 - **Natureza:** REFORMA
Interessados: Edurey Phillips Helm.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Aeronáutica.
Representação legal: não há.

021.123/2023-3 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessado: Denismar de Oliveira Marques.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
Representação legal: não há.

021.203/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessados: Luiz Gonzaga Ferreira; Maria dos Anjos Goncalves dos Santos Nascimento; Rosangela Maria Ferreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
Representação legal: não há.

021.323/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Celeste Maria dos Reis Sodre.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

021.454/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Silvia Mustafa Palumbo Teixeira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército.
Representação legal: não há.

021.850/2022-4 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Ivoneide Chaves Cidrão.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

022.414/2023-1 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Deize Barbosa da Cruz.
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Representação legal: não há.

022.567/2023-2 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Maria dos Reis de Souza Lima.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
Representação legal: não há.

022.609/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessadas**:** Ana do Carmo Alves Galvão; Angelita Jose Cesario da Silva; Maria Jose da Silva; Maria Luiza da Costa Faro.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinto).
Representação legal: não há.

022.727/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessados: Laercio Antonio de Oliveira; Maria Ivone Salvador de Medeiros; Regiane Maria Pires de Carvalho.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
Representação legal: não há.

022.734/2023-6 - **Natureza:** PENSÃO CIVIL
Interessada**:** Danielle Valentim de Araujo.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há.

028.828/2022-4 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Natal/RN.
Responsáveis: Álvaro Costa Dias; Carlos Eduardo Nunes Alves; e Micarla Araújo de Sousa Weber.
Representação legal: não há.

031.667/2022-8 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Federação Matogrossense de Rodeio.
Responsáveis: Federação Matogrossense de Rodeio e Renato Silva Bavaresco.
Representação legal: não há.

031.948/2023-5 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Fatima de Souza do Nascimento.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinto).
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

032.525/2023-0 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Cooperativa Mundial de Transportes de toda Natureza Ltda. - Cootransmundi .
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Santo Antônio do Amparo/MG.
Representação legal: Andre Ferreira Polycarpo Gomes (OAB-MG 111499) e Thascila Augusta Verano Lopes (OAB-MG 212345), representando Cooperativa Mundial de Transportes de Toda Natureza Ltda Cootransmundi.

032.604/2023-8 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química - Sepredec.
Representação legal: não há.

032.616/2023-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Maridalva Souza Bittencourt.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

032.671/2023-7 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Ivone Greatti.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento de Polícia Federal.
Representação legal: não há.

032.674/2023-6 - **Natureza:** APOSENTADORIA
Interessada**:** Ana Cleide do Nascimento Lima Monteiro.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Fazenda (extinto).
Representação legal: não há.

032.723/2023-7 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessadas**:** Myrian Areno de Souza e Nelia Aguiar Moreira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.181/2023-3 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Joanne Teixeira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.228/2023-0 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Zenilda Macedo Mota.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.230/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Lucy Rosana Silva Souza.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.253/2023-4 - **Natureza:** PENSÃO MILITAR
Interessada**:** Sandra de Lima Andrade Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

045.021/2020-1 - **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Melgaço/PA.
Responsável: José Maria Rodrigues Viegas
Representação legal: Dulcirema Sarraf Pacheco, representando José Maria Rodrigues Viegas.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

042.872/2021-9 - Tomada de Contas Especial instaurada pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), tendo como responsável o Sr. Nivaldo Antônio de Melo, ex-prefeito de Pirenópolis/GO, em face da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 700718/2008-MI.
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Pirenópolis - GO
Responsável: Nivaldo Antônio de Melo
Representação legal: Felipe Cardoso Araujo Neiva (OAB-GO 45740) e Anne Caroline Ferreira Peixoto Marra (OAB-GO 43758), representando Nivaldo Antônio de Melo

Interesse em sustentação oral:

- Anne Caroline Ferreira Peixoto Marra (OAB/GO nº 43.758) e Felipe Cardoso Araujo Neiva (OAB/GO nº 45.740), em nome de NIVALDO ANTÔNIO DE MELO

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro AROLDO CEDRAZ

001.858/2022-0 - Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Comando da 1.ª Região Militar, em desfavor da Sra. Tânia da Silva de Mattos, em razão do recebimento indevido de pensão militar, na condição de companheira, à qual não tinha direito.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da 1ª Região Militar.
Interessados/**Responsáveis:** Comando da 1ª Região Militar , Tania da Silva de Mattos.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

002.861/2023-2 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, enviados ao TCU pela unidade de controle interno ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO - TRT/BA - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Grace Vieira Lima Orrico..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
Representação legal: não há

004.398/2022-0 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, enviados ao TCU pela unidade de controle interno CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Fabio de Assis Zago.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
Representação legal: não há

004.948/2022-0 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE AUDITORIA - TRT/RS - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Luiz Antonio dos Santos Pinto.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Representação legal: não há

005.317/2018-5 - Pedido de reexame interposto contra decisão que considerou ilegal ato de aposentadoria.
Recorrente**:** Cecilia Taira Watanabe.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.

009.331/2023-9 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA - TRT/RJ - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Eunice Lopes da Cruz Dib Hage..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj.
Representação legal: não há

020.258/2022-4 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Secretaria de Controle Interno e Auditoria - TRE/BA para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Jose Bomfim de Oliveira.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

020.321/2023-6 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Tribunal Regional Federal da 5ª Região, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/TRF 5ª REGIÃO - JF para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Ana Maria Fernandes..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
Representação legal: não há

021.390/2023-1 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Universidade Federal de Juiz de Fora, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Controladoria-Geral da União para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Sandra Luiza Almeida de Souza Lima..
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
Representação legal: não há

021.903/2022-0 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional Federal da 1ª Região, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO/TRF 1ª REGIÃO - JF para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Carlos Alberto da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: não há

022.003/2022-3 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria - TRE/MG- JE para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Vilma Sinnott Esteves.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.
Representação legal: não há

022.586/2023-7 - PENSÃO CIVIL. Atos de Pensão civil da unidade emissora Tribunal Regional Federal da 3ª Região, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SUBSECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA/TRF 3ª REGIÃO - JF para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Monica Chieffi Basil..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
Representação legal: não há

022.820/2021-3 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO - TRT/CAMPINAS/SP - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Luisa Helena Araujo Fernandes; Luisa Helena Araujo Fernandes..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

023.387/2021-1 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, enviados ao TCU pela unidade de controle interno COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO - TRT/RO - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Nelson Roque Mazziero; Nelson Roque Mazziero..
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO.
Representação legal: Igor Martins Rodrigues (OAB-RO 6.413), Vanessa Azevedo Macedo Rodrigues (OAB-RO 2.867) e outros, representando Nelson Roque Mazziero.

027.196/2013-5 - Embargos de declaração opostos (peça 267) pelo Sr. Hermínio de Paula Molinari contra o Acórdão 4.895/2023-TCU-2ª Câmara
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Guaratuba - PR.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes**:** Fundo Nacional de Saúde - MS , Evani Cordeiro Justus; Hermínio de Paula Molinari; Miguel Jamur; Município de Guaratuba - PR ; Roberto Nicolau Jamur, Hermínio de Paula Molinari.
Representação legal: Eduardo Schneider Neto (OAB-PR 45116), representando o Município de Guaratuba - PR; Johnny Elizeu Stopa Junior (OAB-PR 37074) e Simone Mari Watanabe (OAB-PR 36396), representando Hermínio de Paula Molinari; Henrique Vitorino Barboza (OAB-PR 66.711), representando Roberto Nicolau Jamur; Esther de Souza Jamur e Luis Carlos Jamur, representando Miguel Jamur.

028.119/2022-3 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Superior do Trabalho, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE AUDITORIA DO TST - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Maria Aparecida Barulli de Xavier.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Superior do Trabalho.
Representação legal: não há

029.666/2022-8 - APOSENTADORIA. Atos de Aposentadoria da unidade emissora Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, enviados ao TCU pela unidade de controle interno SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA - TRT/PR - JT para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Valdenir Scolari de Assis.
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

031.915/2019-1 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora MINISTÉRIO DA DEFESA-COMANDO DA MARINHA (VINCULADOR), enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Adalgiza Lacerda Mendes dos Santos.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

032.730/2023-3 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Maria das Gracas de Almeida; Roseane Amalia Medeiros.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.176/2023-0 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Nascide Terezinha Tavares.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

033.189/2023-4 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Vera Lucia W Pereira.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.207/2023-2 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Ana Paula Lima Martins; Emanoela Lima Gomes Rodrigues; Suellen Lima Martins Higino Soares.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

033.247/2023-4 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Renata de Oliveira da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

033.254/2023-0 - PENSÃO MILITAR. Atos de Pensão militar da unidade emissora Comando da Marinha, enviados ao TCU pela unidade de controle interno Centro de Controle Interno da Marinha para fins de análise e julgamento
Interessados/**Responsáveis:** Miriam Soares Bezerra.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando da Marinha.
Representação legal: não há.

033.963/2019-3 - Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Francisco Jeová Sousa Cavalcante, contra Acórdão 2.382/2023-Segunda Câmara, por meio do qual o responsável teve Recurso de Reconsideração interposto em face do Acórdão 10.246/2021-TCU-2ª Câmara conhecido e, no mérito, parcialmente provido para reduzir o valor do débito e, proporcionalmente, o valor da multa aplicada.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Monsenhor Tabosa - CE.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes**:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , Francisco Jeová Sousa Cavalcante, Francisco Jeová Sousa Cavalcante..
Representação legal: Esio Rios Lousada Neto (OAB-CE 18.190), representando Francisco Jeová Sousa Cavalcante.

Ministro VITAL DO RÊGO

014.748/2023-1 - Representação acerca de possíveis irregularidades ocorridas em pregão eletrônico sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Goiás (Sescoop/GO), com valor anual estimado de R$ 65.000,00, para contratação de empresa especializada para administração e gerenciamento de cartões eletrônicos, por meio de sistema informatizado, compreendendo o fornecimento de combustíveis, para utilização nos veículos da frota do Sescoop/GO.
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Goiás.
Interessados: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Representação legal: Rodolfo Araújo Fernandes (OAB/SP 453.640).

015.551/2020-2 - Tomada de contas especial instaurada em virtude de irregularidades na execução de convenio celebrado com o Ministério do Turismo para realização do evento "I Tocaia do Forró".
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Joca Claudino/PB.
Responsável: Lucrecia Adriana de Andrade Barbosa Dantas.
Representação legal: Herleson Sarllan Anacleto de Almeida (OAB/PB 16.732).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

035.116/2011-0 - Tomada de contas especial de responsabilidade do estado do Piauí e do e ex-secretário de Educação e Cultura, em virtude de irregularidade na aplicação dos recursos de convênio repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (Seduc/PI).
Responsáveis: Antônio José Castelo Branco Medeiros; Estado do Piauí e Maria Pereira da Silva Xavier.
Representação legal: Márcia Maria Macedo Franco (OAB/PI 2.802) e outros.

035.951/2020-6 - Tomada de Contas Especial instaurada em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio de convênio firmado, em 2013, com o município de São Félix do Piauí/PI, cujo objeto era promover a capacitação dos direitos humanos na municipalidade.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Responsável: Reginaldo Vieira de Moura.
Representação legal: Raimundo Reginaldo de Oliveira (OAB/PI 2.685/95) e outros.

041.649/2021-4 - Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em razão da não comprovação do aporte da contrapartida pactuada em convênio que tinha por objeto a implementação integrada do plano de consolidação do assentamento do Pasanta Guilhermina.
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Responsável: Associação dos Produtores Familiares do Assentamento Santa Guilhermina - Assafra/Guilhermina.
Representação legal: não há.

042.856/2021-3 - Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados ao município de Araruama/RJ por meio de convênio para estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica, por intermédio da aquisição de veículos.
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social
Responsáveis: Livia Soares Bello da Silva; Miguel Alves Jeovani; município de Araruama/RJ.
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Ministro ANTONIO ANASTASIA

001.688/2023-5 - Aposentadoria em favor de Paulo de Oliveira no cargo de técnico judiciário, área administrativa, especialidade segurança, do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
Unidade Jurisdicionada**:** Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Interessado: Paulo de Oliveira.
Representação legal: não há

001.754/2023-8 - Aposentadoria de Monica Regina Silva Hauschild do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios,
Unidade Jurisdicionada**:** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Interessado: Monica Regina Silva Hauschild
Representação legal: não há

002.728/2023-0 - Aposentadoria de Ronaldo Cidrack do Vale Leão do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.
Unidade Jurisdicionada**:** Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE
Interessado: Ronaldo Cidrack do Vale Leao
Representação legal: não há

002.760/2023-1 - Aposentadoria de Elizabeth Gomes da Silva do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.
Unidade Jurisdicionada**:** Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP
Interessado: Elizabeth Gomes da Silva
Representação legal: não há

005.334/2019-5 - Embargos de declaração em tomada de contas especial, interposto por Claudia Breves e Drogaria Suprema Ltda - Me, contra decisão de 1313/22, que retificou por inexatidão material o Acórdão 10.391/2021.
Unidade Jurisdicionada**:** Fundo Nacional de Saúde - MS
Responsáveis: Claudia Breves; Drogaria Suprema Ltda - Me
Representação legal: Hellen Neri das Chagas Eleuterio (OAB-DF 67753), Glenda Sousa Marques (OAB-DF 32881), Hugo Lima Silva (OAB-DF 45273), Renata Arantes Alves (OAB-DF 46516) e outros, representando Drogaria Suprema Ltda - Me; Hellen Neri das Chagas Eleuterio (OAB-DF 67753), Glenda Sousa Marques (OAB-DF 32881), Hugo Lima Silva (OAB-DF 45273) e Renata Arantes Alves (OAB-DF 46516), representando Claudia Breves

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

005.357/2021-7 - Tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em desfavor do Sr. Marcelo Lima de Farias, Prefeito Municipal de Arame - MA na gestão 2013-2016, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Compromisso PAC 2 8122/2014, que tinha por objeto o instrumento descrito como "Construção de 02 Quadra Escolar Coberta com Vestiário; QUADRAS; OBRAS; CONSTRUÇÃO PAC 2 - Construção de Quadra Escolar Coberta 002/2013 - Arame - MA".
Unidade Jurisdicionada**:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Responsáveis: Construtora L A Ltda; Marcelo Lima de Farias
Representação legal: não há

005.374/2013-8 - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial, interposto pela Construtora Valadares Gontijo S/A contra o Acórdão 10.133/2017-2ª Câmara - confirmado pelo Acórdão 640/2018-2ª Câmara -, da relatoria da ministra Ana Arraes.
Unidade Jurisdicionada**:** Prefeitura Municipal de Bom Despacho - MG
Responsáveis: Construtora Valadares Gontijo S.A.; Haroldo de Sousa Queiroz
Interessado: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Representação legal: Gustavo Alexandre Magalhães (OAB-MG 88124), Érico Andrade (OAB-MG 64102) e outros, representando Construtora Valadares Gontijo S.A.; Itamar Vicente Santos (OAB-MG 68.888), Icaro Moreno Silva Rocha (OAB-MG 151.709) e outros, representando Prefeitura Municipal de Bom Despacho - MG

006.371/2019-1 - Recurso de reconsideração em tomada de contas especial, interposto por Eliezer de Araújo Góes Santiago contra o Acórdão 1.115/2022-TCU-2ª Câmara, da relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
Unidade Jurisdicionada**:** Prefeitura Municipal de Barra do Corda - MA
Responsáveis: Construtora Góes Incorporação Ltda; Eliezer de Araujo Goes Santiago e Joao Batista Magalhaes
Interessado: Caixa Econômica Federal
Representação legal: Eduardo Pinho Alves de Souza (OAB-MA 12.147), Patricia de Jesus Petrus Pereira Martins (OAB-MA 12349) e outros, representando Eliezer de Araujo Goes Santiago; Francisca Telis de Sousa, representando Manoel Mariano de Sousa

006.664/2022-9 - Pedido de reexame interposto por Maria da Gloria Fernandes Oliveira contra o Acórdão 3777/2022-TCU-2ª Câmara da, relatoria do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
Unidade Jurisdicionada**:** Fundação Universidade de Brasília
Interessados: Maria da Gloria Fernandes Oliveira
Representação legal: Bruno Conti Gomes da Silva (OAB-DF 44.300), Elaine Lourenço da Silva (OAB/DF 30670) e outros, representando Maria da Gloria Fernandes Oliveira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

006.989/2023-3 - Aposentadoria em favor de Aroaldo Sorrentino Maia, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Unidade Jurisdicionada**:** Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
Interessado: Aroaldo Sorrentino Maia
Representação legal: não há

025.462/2021-0 - Tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, em desfavor de Sebastião Dias Ferraz, prefeito na gestão 2009-2013, e Coenco Construções mpreendimentos e Comércio Ltda em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio 692/2009, firmado entre a Funasa e o Município de Rolim de Moura - RO, e que tinha por objeto a construção de redes coletoras, interceptor e estação de tratamento de esgoto.
Unidade Jurisdicionada**:** Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia
Responsáveis: Andre Luiz Biancardine de Franca; Coenco Construcoes Empreendimentos e Comercio Ltda; Iraci Inacio de Oliveira; Sebastião Dias Ferraz
Representação legal: Diego Domiciano Vieira Costa Cabral (OAB-PB 15574), representando Coenco Construcoes Empreendimentos e Comercio Ltda; Luiz Eduardo Staut (OAB-RO 882), representando Andre Luiz Biancardine de Franca; Luiz Eduardo Staut (OAB-RO 882), representando Iraci Inacio de Oliveira

033.614/2018-0 - Recurso de reconsideração interposto por JV Alimentos Ltda. contra o Acórdão 2533/2023-TCU-2ª Câmara, da relatoria Ministro Aroldo Cedraz.
Unidade Jurisdicionada**:** Prefeitura Municipal de Americana - SP
Responsáveis: Diego de Nadai; Jv - Alimentos Ltda.
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Representação legal: Sidney Melquiades de Queiróz (OAB-SP 184500), representando Jv - Alimentos Ltda

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

002.750/2023-6 - Ato de concessão inicial de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em benefício da Sra. Marilia Bastos Camacho.
Interessada**:** Marilia Bastos Camacho
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Representação legal: não há

009.418/2023-7 - Ato de reversão de pensão militar deferida pelo Comando do Exército, tendo como instituidor o Sr. Raimundo Viana Filho, em benefício das interessadas Eloiana Maria Bia Viana e Maria Elaine Salzer.
Interessados: Eloiana Maria Bia Viana; Maria Elaine Salzer.
Órgão/Entidade/Unidade: Comando do Exército
Representação legal: não há

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

015.610/2023-3 - Ato de concessão de aposentadoria deferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, em favor da Sra. Anita Elvira Farias da Silva.
Interessada**:** Anita Elvira Farias da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC
Representação legal: não há

019.208/2022-7 - Ato de aposentadoria emitido pelo Ministério Público Federal, em favor do Sr. Antonio Carlos Fonseca da Silva, ex-ocupante do cargo de Subprocurador-Geral da República.
Interessado: Antonio Carlos Fonseca da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério Público Federal
Representação legal: não há

019.961/2023-5 - Trata-se de ato de aposentadoria em favor da Sra. Elisabete Maria da Silva, emitido pela Câmara dos Deputados, e submetido a este Tribunal para exame de legalidade e registro.
Interessada**:** Elisabete Maria da Silva.
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há

021.115/2023-0 - Ato de concessão de aposentadoria deferida pela Câmara dos Deputados, em benefício do Sr. Eugenio Francisco de Souza.
Interessado: Eugenio Francisco de Souza
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há

021.391/2023-8 - Ato de concessão de pensão civil instituída por ex-servidor do Senado Federal.
Interessada**:** Margarida Barbosa Teles
Órgão/Entidade/Unidade: Senado Federal
Representação legal: não há

022.355/2023-5 - Ato de alteração de concessão de aposentadoria, emitido pela Câmara dos Deputados, em que se discute o pagamento de "quintos", após o advento da Lei 9.624/1998.
Interessada**:** Marcia Tertuliana Viana Stemler
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há.

022.358/2023-4 - Ato de aposentadoria deferido pela Câmara dos Deputados com reajustes indevidos de VPNI de quintos derivados das Leis 12.777/2012 e 13.323/2016.
Interessado: Lázaro Isaías Pereira
Órgão/Entidade/Unidade: Câmara dos Deputados
Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

036.128/2020-1 - Tomada de Contas Especial instaurada em razão de rejeição parcial da prestação de contas dos recursos repassados ao Município de Tatuí/SP no âmbito do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano, no exercício de 2013.
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Tatuí - SP.
Interessados/**Responsáveis:** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação , Jose Manoel Correa Coelho..
Representação legal: Beatriz Sayuri Simionato (OAB-SP 396961), representando Jose Manoel Correa Coelho.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

DESPACHOS DE AUTORIDADES

MINISTRO AUGUSTO NARDES

Processo: 018.530/2002-3
Natureza: Embargos de declaração (tomada de contas especial).
Unidade Jurisdicionada: 8º Batalhão de Engenharia de Construção.
Embargante: Eyck Bonfim Bertão Maximiano, representante do espólio de João Carlos de Lima Maximiano.

DESPACHO

Trata-se, nesta fase processual, de embargos de declaração (peça 619) opostos por Eyck Bonfim Bertão Maximiano, representante do espólio de João Carlos de Lima Maximiano, contra o Acórdão 11.931/2020-TCU-2ª Câmara (minha relatoria), retificado por inexatidão material pelo Acórdão 276/2021-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou os recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 6.565/2009-2ª Câmara.

Considerando que o ora embargante alega a tempestividade do presente recurso, vez que teria sido notificado do Acórdão 11.931/2020-TCU-2ª Câmara somente em 26/9/2023, mediante o Ofício 34.244/2023-TCU/Seproc (peça 617);

Considerando que, no mérito, o ora embargante solicita o reconhecimento da prescrição intercorrente da pretensão de ressarcimento, nos termos do Acórdão 385/2023-TCU-Plenário, da relatoria do Ministro Antonio Anastasia;

Considerando que os demais responsáveis nestes autos interpuseram recursos de revisão, os quais foram julgados pelo Acórdão 385/2023-TCU-Plenário, tendo-lhes sido dado provimento e reconhecido a prescrição das pretensões punitivas e ressarcitórias, apenas em relação aos recorrentes;

Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública;

Determino o envio do presente processo à Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos), para manifestação acerca dos presentes embargos declaratórios, mormente a questão prescricional, abordando, caso a considere caracterizada, se caberia eventualmente estender aos demais responsáveis, retornando os autos a este Gabinete, via MPTCU.

À AudRecursos, para as devidas providências.

Brasília, 19 de outubro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 015.274/2023-3
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Cultura, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (Sefic/Minc), Secretaria de Gestão e Inovação, Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura

DESPACHO

Trata-se de Acompanhamento da implantação, na Plataforma digital Transferegov.br, gerida pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Módulo de Leis de Incentivo, delineado a partir do incentivo cultural de que trata o art. 2°, inciso III, da Lei 8.313/1991 (Lei de Incentivo à Cultura, popularmente conhecida como Lei Rouanet), atualmente operacionalizado pelo Ministério da Cultura (MinC).

2. Desta feita, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação) apresenta ao descortínio do Relator o relatório do primeiro ciclo do acompanhamento, no qual registra os objetivos do trabalho, peças 143-145, **verbis**:

"*a) elucidar o histórico de concepção e desenvolvimento do Módulo de Leis de Incentivo da Plataforma Transferegov.br, especialmente no que se refere às ações a cargo da Cultura;*

b) avaliar se a concepção e o desenvolvimento do Módulo foram pautados:

b.1) em processo de diagnóstico do quadro de tecnologia da informação (TI) do órgão da Cultura, com a identificação dos riscos atribuíveis às soluções de TI empregadas na execução da política de mecenato cultural;

b.2) em processo de levantamento e análise de alternativas, com base nas regras de negócio da política, nos requisitos funcionais e de infraestrutura de TI essenciais à sua operacionalização, nos recursos necessários ao seu desenvolvimento e manutenção, e na estrutura de governança almejada para as soluções de TI da Cultura; e

c) avaliar em que medida deficiências na governança do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), algumas das quais já constatadas no TC 040.520/2021-8, acarretam risco de descontinuidade para a política de fomento indireto ao setor."

3. A título de conclusão, a unidade especializada (peça 143) informa que:

"*247. Há muitas variáveis em torno da decisão sobre qual solução de TI utilizar na operacionalização do mecenato cultural, de sorte que nem este relatório, nem o próximo têm a pretensão de esgotá-las.*

248. Ainda assim, uma vez que riscos foram identificados e iniciativas foram postas em movimento, cabe a atual alta administração do Ministério da Cultura decidir qual caminho irá percorrer, lembrando que não decidir já é uma decisão.

249. Nesse contexto, espera-se que este relatório possa contribuir para a melhor escolha, isto é, para uma escolha técnica, que vise a eficiência, a eficácia, a economicidade, a exequibilidade, a estabilidade e a perenidade da política pública.

250. Para tanto, sistematizou-se o histórico de iniciativas que confluíram para o projeto de desenvolvimento do Sistema Integrado de Cultura/Módulo de Leis de Incentivo, bem como relatou-se os trabalhos realizados até aqui, permitindo uma visão geral dos eventos passados.

251. Ademais, avaliou-se criticamente esses trabalhos no que concerne aos processos de diagnóstico de problemas e de levantamento e análise de alternativas. Nessa seara, foram constatadas inadequações relativas à falta de estruturação dos processos, falhas na documentação e centralização das discussões. Deve-se ressaltar que tais inadequações depõem contra os processos em si, e não necessariamente contra os resultados do diagnóstico ou contra a alternativa então escolhida.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

252. Por fim, ante a conjuntura fática que impulsionou as escolhas anteriores, primeiramente pelo SIC e posteriormente pelo Módulo da Plataforma +Brasil, qual seja, o estado geral de disfuncionalidade do Salic em 2021 e 2022, foram avaliados aspectos da governança do Sistema, tendo sido identificadas falhas na estrutura de governança e na documentação do Sistema, bem como a centralização do conhecimento acerca da ferramenta.

253. Assim, entende-se que os objetivos propostos no item 2 foram alcançados."

4. Por fim, propõe, essencialmente, realizar diligência ao Ministério da Cultura para que encaminhe ao Tribunal informações necessárias para a continuidade do exame do feito.

5. Adicionalmente, tendo em vista que o trabalho adota metodologia inovadora chamada de Metodologia Ágil, propõe que o Relator aprove a adoção da referida metodologia.

6. Ante os elementos constantes dos autos, e tendo em vista a constatação de que o Tribunal vem adotando a metodologia ágil em seus trabalhos de fiscalização (por exemplo, TC-021.474/2019-2, TC-016.769/2020-1, TC-017.774/2020-9 e TC-016.459/2021-0), aprovo a adoção de referida metodologia no presente feito, entretanto, alertando a unidade técnica que o trabalho não pode perder de vista o Manual de Acompanhamento do TCU e os princípios de auditoria contidos nas NAT (Normas de Auditoria do TCU), devendo ser previamente submetido ao relator quaisquer medidas que contemplem eventual conteúdo decisório.

7. Na oportunidade, autorizo, com fulcro no art. 157 e 187 do RITCU, a realização da diligência junto ao Ministério da Cultura, nos termos da instrução à peça 143, apenas ajustando a fundamentação legal e a medida processual, bem como as demais medidas processuais sugeridas, além de outras medidas saneadoras eventualmente necessárias para a instrução do feito.

À Seproc, para as comunicações processuais e posterior envio à AudEducação para a continuidade do acompanhamento.

Brasília, 19 de outubro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 004.528/2020-4
Natureza: Prestação de Contas, exercício de 2018.
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Integração Nacional (extinto).
Responsáveis: Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto, Reynaldo Aben Athar de Sousa, Diogo Peres Neto, Marcus Aurelius Aragao Veras, Helder Zahluth Barbalho, Dina Elarrat de Araujo Gama, Cilene de Jesus Jardim Dorea, Antonio de Padua de Deus Andrade, Mário Ramos Ribeiro, Renato Newton Ramlow, Marlon Carvalho Cambraia.

DESPACHO

Trata-se de prestação de contas ordinária do extinto Ministério da Integração Nacional (MI), relativa ao exercício de 2018.

2. Em 30/3/2022, por meio do Acórdão 622/2022-Plenário (peça 14), este Tribunal julgou regulares as contas de parte dos responsáveis e determinou o sobrestamento das contas do Sr. Reynaldo Aben Athar de Sousa, haja vista a tramitação do TC 000.252/2019-0, que cuida de TCE instaurada em atendimento aos itens 9.1 e 9.2 do Acórdão 2.974 TCU-Plenário.

3. Nesta oportunidade, a Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana) propõe o fim do sobrestamento (peças 42 a 44), diante da decisão proferida no âmbito da TCE que motivou a paralisação do feito.

4. Contudo, conforme manifestação do Ministério Público de Contas (peça 45), ainda não houve o trânsito em julgado da decisão, ou seja, pode haver reforma que repercuta no juízo de mérito a ser firmado no âmbito das presentes contas.

5. Desse modo, acolhendo as razões do MPTCU, entendo apropriada a manutenção do atual sobrestamento até que se tenha o trânsito em julgado no âmbito do TC 000.252/2019-0.

À AudUrbana, para acompanhamento.

Brasília, 19 de outubro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 010.676/2020-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade Jurisdicionada: Município de Camaçari-BA.
Responsáveis: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Luiz Carlos Caetano, Ademar Delgado das Chagas

DESPACHO

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 00599/2010, firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o município de Camaçari/BA, que tinha por objeto a implantação de sistemas para a prevenção da violência urbana.

2. Após o pronunciamento da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e do Ministério Público junto ao Tribunal (peças 252-254 e 255, respectivamente), o responsável Luiz Carlos Caetano encaminhou petições, acostadas as peças 257, 258 e 263.

3. Enaltecendo a profundidade e pertinência dos exames empreendidos pela AudTCE e pelo **Parquet** junto ao Tribunal, entendo oportuno a restituição dos autos à unidade técnica, em homenagem ao princípio do contraditório e da ampla defesa, para exame dos novos elementos acostados aos autos (peças 257, 258 e 263), além de atualização e eventuais ajustes aos encaminhamentos anteriormente propostos.

À AudTCE, para as providências cabíveis, retornando a este Gabinete via Ministério Público junto ao TCU.

Brasília, 19 de outubro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 033.889/2023-6
Natureza: Consulta.
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Fazenda.

DESPACHO

Ante a complexidade e a relevância da matéria em exame, solicito a oitiva do Ministério Público, nos termos do art. 62, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal.

Brasília, 19 de outubro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 036.835/2023-4
Natureza: Solicitação.
Solicitante: Mare Investimentos Ltda.

DESPACHO

Trata-se de pedido de vista formulado pela empresa Mare Investimentos Ltda. de cópia das peças sigilosas 42 a 55 do processo TC 020.540/2022-1, por intermédio dos seus representantes legais (peça 3).

2. O referido TC 020.540/2022-1 cuida de representação sobre possíveis irregularidades ocorridas na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) relativas a aportes no FIP Brasil Petróleo1, no valor aproximado de R$ 53 milhões.

3. Ao analisar pedido específico da solicitante, o Tribunal chegou à conclusão de que a entidade não era parte interessada no TC 020.540/2022-1, conforme se depreende do seguinte excerto do Acórdão 555/2023-Plenário, de minha relatoria:

"(...) *c) indeferir o requerimento formulado pela empresa Mare Investimentos Ltda. de habilitação nos presentes autos (peça 11), uma vez que não demonstrou razão legítima para intervir neste processo, nos termos do art. 146 do RITCU, sem prejuízo de autorizar o fornecimento de cópia das peças não sigilosas;* (...)"

4. Vale destacar que as peças solicitadas são sigilosas com restrições de acessos registradas na origem dos documentos, sendo, portanto, classificadas nos sistemas do TCU com Sigilo Legal - Sigilo em Processos Judiciais e Administrativos.

5. Ademais, não há fatos supervenientes ao Acórdão 555/2023-TCU-Plenário que justifiquem a concessão das referidas peças sigilosas à solicitante.

6. No presente caso, a AudBancos (peça 4) propõe conhecer da presente solicitação e negar a concessão de acesso às peças sigilosas 42 a 55 do TC 020.540/2022-1, conforme solicitado à peça 3.

7. Diante do exposto, **DECIDO:**

a) indeferir o pedido formulado pela empresa Mare Investimentos Ltda. de vista e cópia das peças sigilosas 42 a 55 do processo TC 020.540/2022-1;

b) dar ciência deste despacho, em conjunto com a instrução à peça 4, à empresa Mare Investimentos Ltda.; e

c) encerrar estes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

À Seproc, para as devidas providências.

Brasília, 19 de outubro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Processo: 009.840/2022-2
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Unidade Jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto), Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Recorrente: Onio Fialho Miranda

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame interposto por Onio Fialho Miranda contra o Acórdão 9.553/2023-TCU-2ª Câmara.

Conheço do presente recurso, suspendendo-se os efeitos do **caput** (segunda parte) do Acórdão 9.553/2023-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica (peça 43).

Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Seproc para dar ciência aos órgãos/entidades cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Após, seja o processo encaminhado à AudRecursos para as providências a seu cargo.

Brasília, 19 de outubro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

EDITAIS

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL 1097/2023-TCU/SEPROC, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023.

Processo TC 002.634/2018-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO o Espólio de José Maria da Cunha, CPF: 114.366.461-20, representado pela Sra. Lorena Cristina Pereira, CPF: 061.537.966-48, na qualidade de inventariante, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto à(s) ocorrência(s) descrita(s) a seguir e/ou recolher aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 5/10/2023: R$ 31.810.200,27; em solidariedade com o responsável Ecoplan Engenharia Ltda - CNPJ: 92.930.643/0001-52.

O débito decorre da razão de não ter se assegurado que os pagamentos efetuados tivessem os preços unitários limitados aos valores referenciais de mercado.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 5/10/2023: R$ 34.687.669,15; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

A reparação do dano observará o limite do valor do patrimônio transferido (art. 5º, XLV, Constituição Federal/1988, e art. 5º, VIII, Lei 8.443/1992).

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 3, p. 192)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

EDITAL 1108/2023-TCU/SEPROC, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023.

Processo TC 033.769/2020-6 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADO EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO, CPF: 588.849.479-87, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - MS os valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se o montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 13/10/2023: R$ 866.659,33; em solidariedade com os responsáveis: Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu - PR, CNPJ: 76.205.962/0001-49; Anderson José Lima, CPF: 906.454.569-34; Josmar Cavazotto, CPF: 698.319.479-91, e Lucitany Camera Stormovski, - CPF: 960.753.419-00.

O débito decorre de desvio de finalidade na aplicação de recursos federais oriundos do Fundo Nacional de Saúde, caracterizado pela disponibilização para aplicações alheias às ações e aos serviços de saúde, evidenciado nas constatações constantes do Relatório de Auditoria do Denasus 18209. Normas infringidas: art. 42 c/c o art. 35 da Portaria GM/MS 3.252, de 22/12/2009 (que vedava a utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde para outros fins que não os de ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças), art. 14 da Portaria GM/MS 1.378 de 9/7/2013 (sobre a gestão dos recursos do Bloco Financeiro de Vigilância em Saúde em conta específica), arts. 10 e 11 da Portaria GM/MS 204 de 29/1/2007 (sobre as ações a serem financiadas pelos componentes Piso da Atenção Básica (PAB) Fixo e Piso da Atenção Básica Variável - PAB Variável), vigentes à época; Art. 73 do Decreto-lei 200/1967, que disciplina que nenhuma despesa seja realizada quando imputada a dotação imprópria, art. 27, inc. I, da Lei Complementar 141/2012, sobe os casos de desvio de objeto; arts. 34 e 35 e Anexo III da Portaria MS/GM 204/2007, sobre a observância das exigências legais requeridas a quaisquer outras despesas da Administração Pública e o respeito à especificidade de cada bloco de financiamento quando da realização de despesas com recursos do SUS.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do(s) débito(s) atualizado(s) e acrescido(s) de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992). Valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 13/10/2023: R$ 937.926,22; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica também determinada a AUDIÊNCIA de EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO, CPF: 588.849.479-87 (arts. 10, § 1º, e 12, incisos I e III, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, incisos I e III, do RI/TCU), para que, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresente, por escrito, razões de justificativa quanto à ocorrência descrita a seguir, de forma resumida: desvio de objeto na aplicação de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde, caracterizado pela utilização em bloco de financiamento distinto daquele para o qual os recursos foram destinados, evidenciado nas constatações constantes do Relatório de Auditoria do Denasus 18209. Normas infringidas: art. 42 c/c o art. 35 da Portaria GM/MS 3.252, de 22/12/2009 (que vedava a utilização dos recursos do Bloco de Vigilância em Saúde para outros fins que não os de ações de vigilância, promoção, prevenção e controle de doenças), art. 14 da Portaria GM/MS 1.378 de 9/7/2013 (sobre a gestão dos recursos do Bloco Financeiro de Vigilância em Saúde em conta específica), arts. 10 e 11 da Portaria GM/MS 204 de 29/1/2007 (sobre as ações a serem financiadas pelos componentes Piso da Atenção Básica (PAB) Fixo e Piso da Atenção Básica Variável - PAB Variável), vigentes à época; Art. 73 do Decreto-lei 200/1967, que

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

disciplina que nenhuma despesa seja realizada quando imputada a dotação imprópria, art. 27, inc. I, da Lei Complementar 141/2012, sobe os casos de desvio de objeto; arts. 34 e 35 e Anexo III da Portaria MS/GM 204/2007, sobre a observância das exigências legais requeridas a quaisquer outras despesas da Administração Pública e o respeito à especificidade de cada bloco de financiamento quando da realização de despesas com recursos do SUS.

A rejeição das razões de justificativa poderá ensejar: a) imputação de multa (art. 58, Lei 8.443/1992); b) julgamento pela irregularidade das contas anuais do responsável ora chamado em audiência, caso figure do rol de responsáveis de processo de contas anuais (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); c) julgamento pela irregularidade destas contas, se esta for a natureza do processo (art. 16, inciso III, Lei 8.443/1992); d) inscrição do nome em lista de responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares, para os fins previstos no art. 3º, inciso I, alínea "g" e no art. 3º da Lei Complementar 64/1990; e) inclusão do nome do responsável no Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), e em outros cadastros de inadimplentes; f) inscrição de responsabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi); g) inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, por período de cinco a oito anos (art. 60, Lei 8.443/1992); e h) no caso de licitante, declaração de inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal (art. 46, Lei 8.443/1992).

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

Os documentos eventualmente apresentados a título de prestação de contas deverão estar de acordo com as exigências legais e regulamentares, vir acompanhados de argumentos de fato e de direito, de elementos comprobatórios das despesas e da regular aplicação dos recursos federais geridos, bem como de justificativa para a omissão no dever de prestar contas no prazo estabelecido**.**

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas saneará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso

não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, da(s) irregularidade(s) acima indicada(s), do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 3, p. 191)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

EDITAL 1113/2023-TCU/SEPROC, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023

TC 010.736/2018-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO RAPHAEL BARROS DE LIMA, CPF: 620.387.253-90, do Acórdão 4513/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 20/6/2023, proferido no processo TC 010.736/2018-2, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto contra o Acórdão 9270/2021-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 20/7/2021, e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica RAPHAEL BARROS DE LIMA notificado a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 16/10/2023: R$ 1.099.713,61; em solidariedade com os responsáveis: José Jacob Gomes Brandão, CPF: 075.182.364-35; Andressa Campos de Lima, CPF: 067.328.454-97; R R Distribuidora Ltda, CNPJ: 23.641.425/0001-85; Cleriston Marinho Buarque, CPF: 040.001.624-97; Raulene Karoline da Silva Barros, CPF: 620.610.673-01; Gabriel Brandão Gomes, CPF: 017.322.105-00; Erivaldo de Melo Lima, CPF: 325.858.614-49, e Erivania Silva de Lima, CPF: 113.906.644-73. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R$ 100.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 3, p. 192)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

EDITAL 1116/2023-TCU/SEPROC, DE 19 DE OUTUBRO DE 2023

TC 010.736/2018-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a R R DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ: 23.641.425/0001-85, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 4513/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Augusto Nardes, Sessão de 20/6/2023, proferido no processo TC 010.736/2018-2, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto contra o Acórdão 9270/2021-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro Aroldo Cedraz, Sessão de 20/7/2021, e, no mérito, negou-lhe provimento.

Dessa forma, fica a R R DISTRIBUIDORA LTDA notificada a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 16/10/2023: R$ 1.099.713,61; em solidariedade com os responsáveis: José Jacob Gomes Brandão, CPF: 075.182.364-35; Andressa Campos de Lima, CPF: 067.328.454-97; Cleriston Marinho Buarque, CPF: 040.001.624-97; Raphael Barros de Lima, CPF: 620.387.253-90; Raulene Karoline da Silva Barros, CPF: 620.610.673-01; Gabriel Brandão Gomes, CPF: 017.322.105-00; Erivaldo de Melo Lima, CPF: 325.858.614-49, e Erivania Silva de Lima, CPF: 113.906.644-73. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R$ 100.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 3, p. 192)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ATAS

PLENÁRIO

ATA Nº 43, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência: Ministro Bruno Dantas (Presidente)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas e 35 minutos, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (participação de forma telepresencial), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (participação de forma telepresencial), Vital do Rêgo (participação de forma telepresencial), Jorge Oliveira (participação de forma telepresencial), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA
O Plenário homologou a Ata nº 42, referente à sessão realizada em 11 de outubro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET
Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)
Da Presidência:
Informação acerca do resultado da 2ª etapa de julgamento, com a classificação final do Prêmio Ministro Guilherme Palmeira. Os vencedores serão premiados em cerimônia que ocorrerá no próximo dia 25, às 14h30, na Sala das Sessões, logo no início da Sessão Plenária do Tribunal.
Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:
Registro de que, no processo TC-012.179/2016-7, foi fixado o prazo para que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Agência Nacional de Transportes Terrestres e o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional informassem as medidas que estão sendo adotadas para a solução de eventuais questões que estejam impedindo a liberação dos empréstimos firmados para a realização das obras da ferrovia "Transnordestina". Encaminhamento da comunicação a ambas as Casas do Congresso Nacional e às respectivas Comissões, à Casa Civil da Presidência da República e aos demais interessados.
Do Ministro Benjamin Zymler:
Proposta para abertura de prazo de quinze dias para apresentação de emendas e sugestões no âmbito do processo TC-020.958/2023-4, que trata de projeto de ato normativo sobre a fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, de recursos alocados aos estados, Distrito Federal e municípios por meio de transferências especiais, conforme previsto no inciso I do art. 166-A da Constituição Federal. Aprovada.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Do Ministro Jorge Oliveira:

Comunicação de que será submetido ao Plenário, na Sessão Ordinária de 25 de outubro próximo, o resultado das fiscalizações de obras promovidas pelo Tribunal neste exercício, contendo relação atualizada das obras em que foram identificados indícios de irregularidades graves.

Do Ministro Jhonatan de Jesus:

Proposta para abertura de prazo de quinze dias para apresentação de emendas e sugestões no âmbito do processo administrativo TC-037.841/2019-0, acerca de projeto de resolução sobre a política de integridade do Tribunal de Contas da União. Aprovada.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-008.457/2023-9 e TC-009.550/2013-5, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-010.327/2003-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;
- TC-030.033/2016-0 e TC-031.268/2022-6, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;
- TC-023.083/2023-9, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;
- TC-011.565/2015-2 e TC-024.994/2012-0, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia;
- TC-017.382/2006-7, cujo relator é o Ministro Jhonatan de Jesus; e
- TC-036.831/2018-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 2092 a 2114.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2070 a 2091, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com base no § 10 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.840/2016-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 22 de novembro de 2023. As sustentações orais requeridas foram realizadas na sessão ordinária do Plenário de 15 de março de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 2 de agosto de 2023 pelo Ministro Jhonatan de Jesus (Ata nº 31/2023-Plenário).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-036.606/2018-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Ministro Benjamin Zymler, considerando o elevado número de interessados em sustentar oralmente, usou da palavra para propor à Presidência que fosse concedido tempo mínimo a cada um dos advogados, de modo que pudesse ser exercido, com razoabilidade, o princípio do contraditório e da ampla defesa. Todavia, a Presidência ratificou o despacho proferido, no qual foi adotada a regra regimental. Assim, foram realizadas as sustentações orais requeridas pelo Dr. Walter Baere Filho, em nome do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; pelo Dr. André Uryn, em nome de Wagner Bittencourt de Oliveira, Cláudio de Almeida Neves, André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Ricardo Schaefer, Cleber Ubiratan de Oliveira, Márcio Duarte de Medeiros, Ana Beatriz Wakabara Palmeira, Eduardo Rath Fingerl, Armando Mariante Carvalho Júnior, Luiz Fernando Linck Dorneles e Caio Marcelo de Medeiros Melo; pela Dra. Marta de Castro Meireles, em nome de Sérgio José Suarez Pompeo e Sérgio Foldes Guimarães; pelo Dr. Cláudio Pereira de Souza Neto, em nome de Joesley Mendonça Batista; pelo Dr. Álvaro Amaral de Franca Couto Palma de Jorge, em nome de Renata Bastos Maccacchero Victer e Bruno Lintz dos Santos; pela Dra. Simone Horta Andrade, em nome de Letícia Lourenço Bonzanini; pelo Dr. Pedro José de Almeida Ribeiro, em nome de Roberto Zurli Machado, Nelson Fontes Siffert Filho, Sérgio Eduardo Weguelin Vieira, Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes, Álvaro Oliveira de Freitas, Cláudio Figueiredo Coelho Leal, Selmo Aronovich, Yolanda Maria Melo Ramalho, Bruno Fraga Leal, Carlos Eduardo Castello Branco, Eduardo Klingelhoefer de Sá e Maria Isabel Rezende Aboim; pela Dra. Melissa Monte Stephan, em nome de Reginaldo Braga Arcuri, Paulo Fontoura Valle, Artur Henrique da Silva Santos, Pedro Luiz Carneiro de Mendonça e Ivan João Guimarães Ramalho; pelo Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Júnior, em nome de da empresa JBS S/A; pelo Dr. Jaques Fernando Reolon, em nome de Ivan Magalhães Júnior; pelo Dr. Mateus Rocha Tomaz, em nome de Luciano Galvão Coutinho, João Carlos Ferraz e Maurício Borges Lemos; pelo Dr. Eduardo Stênio Silva Sousa, em nome de Alice Ferreira Lopes da Maia e Menezes e Leonardo José Soares Ferreira; pelo Dr. Rodrigo Sales da Rocha Abreu, em nome de Jaldir Freire Lima e Rodrigo Rabelo Tavares Borba; pelo Dr. Mauro Pedroso Gonçalves, em nome de Miguel João Jorge Filho, Luciene Ferreira Monteiro Machado, Elvio Lima Gaspar e Ricardo Luiz de Souza Ramos; pela Dra. Sthefani Lara dos Reis Rocha, em nome de Miriam Aparecida Belchior, Paulo Bernardo, Carlos Lupi e Guido Mantega. Declinaram de realizar a sustentação oral que haviam requerido o Dr. José Guilherme Berman Corrêa Pinto, em nome de Júlio César Maciel Ramundo; o Dr. Francisco Carneiro Ribeiro Gradel, em nome de Joaquim Dias de Castro; e a Dra. Nathália de Souza Mota Aguiar, em nome de Eduardo Eugênio Gouvea Vieira. Após a realização das sustentações orais, a apreciação do processo foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 17 de janeiro de 2024, ante pedidos de vista formulados pelos Ministros Augusto Nardes e Jorge Oliveira.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-036.606/2018-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 17 de janeiro de 2024, ante pedidos de vista formulados pelos Ministros Augusto Nardes e Jorge Oliveira. O relator apresentou sua proposta de deliberação, incluída no Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-006.389/2022-8, cujo Relator é o Ministro Aroldo Cedraz, foi adiada para a sessão ordinária do Plenário de 25 de outubro de 2023, ante pedido de vista formulado pelo Ministro Augusto Nardes. Já votou o relator (v. Anexo III desta Ata).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 2070/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.174/2023-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional referente a requerimento da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados, por meio do qual solicita informações sobre os presentes recebidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer desta Solicitação do Congresso Nacional, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 71, inciso IV, da CF/1988, c/c art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c art. 232, inciso III, do RI/TCU, c/c art. 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. em resposta ao Ofício 3/2023-CFFC, referente ao Requerimento 38/2023-CFFC, de autoria do Exmo. Deputado Federal Carlos Jordy, encaminhar à Exma. Deputada Federal Bia Kicis, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, a informação solicitada, consistente na cópia integral dos TC 011.591/2016-1, 003.232/2017-4 e 009.635/2019-0 e desta deliberação;

9.3. declarar integralmente atendida a solicitação, com fulcro nos arts. 14, IV, e 17, I, da Resolução-TCU 215/2008, e determinar seu arquivamento.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2070-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2071/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.458/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Gracineide Lopes de Souza (384.261.102-15); Raimundo Guedes dos Santos (130.116.932-34); Red Engenharia Ltda. (06.076.452/0001-33).

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Naiane Pimentel de Melo (9.126/OAB-AM), Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (3149/OAB-AM) e outros, representando Gracineide Lopes de Souza; Gustavo Augusto Bastos Domingos (13691/OAB-AM), Gislaine Viana Mendes de Oliveira (17054/OAB-AM) e outros, representando Raimundo Guedes dos Santos; Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (3149/OAB-AM), representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Daniel Augusto Silva Resende (16221/OAB-AM), Luiz Augusto de Borborema Blasch (7982/OAB-AM) e outros, representando Red Engenharia Ltda.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em razão da omissão no dever de prestar contas do Termo de Compromisso 0003/2009-Dnit, registro Siafi 673079, firmado entre o Dnit e o município de Japurá/AM, e que tinha por objeto a construção de instalação portuária pública de pequeno porte no município de Japurá/AM,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalvas as contas da sra. Gracineide Lopes de Souza, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.2. julgar irregulares as contas do sr. Raimundo Guedes dos Santos e da empresa Red Engenharia Ltda., nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/1/2016	104.208,58
17/5/2016	191.100,00

9.3. aplicar individualmente ao sr. Raimundo Guedes dos Santos e à empresa Red Engenharia Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas cabíveis, aos responsáveis e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2071-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2072/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 039.469/2019-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Monitoramento).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsável: Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu (080.193.712-49).

3.2. Recorrente: Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu (080.193.712-49).

4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Rondônia.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de pedido de reexame interposto por Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu contra o Acórdão 2.881/2021-TCU-Plenário, por meio do qual foi apenado com multa do art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame, e, no mérito, dar-lhe provimento, para tornar sem efeito a multa aplicada ao recorrente por intermédio do item 9.1 do Acórdão 2.881/2021-TCU-Plenário;

9.2. remeter os autos à Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação) para o exame dos documentos constantes das razões recursais e que constituem a resposta ao Ofício 49114/2020 - TCU/Seproc, com posterior tramitação para o Relator a quo, para fins de continuidade do monitoramento das determinações do Acórdão 2.312/2019-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2072-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2073/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.467/2023-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC)

4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de ação de controle com o objetivo de verificar a regularidade dos contratos celebrados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para a realização de serviços de pavimentação,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, no art. 232, inciso III, do Regimento Interno, e nos arts. 3º, inciso I; 14, incisos I e III; e 15, inciso II e § 1º, da Resolução-TCU 215/2008 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados;

9.2. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados que:

9.2.1. a auditoria solicitada já se encontra autuada (TC 009.611/2023-1) e em fase de planejamento;

9.2.2. o prazo para conclusão da auditoria é de 180 dias, contados da data de autuação deste processo, ou seja, 03/11/2023;

9.2.3. tão logo a fiscalização seja apreciada pelo Tribunal, o respectivo acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentarem, lhe será enviado;

9.3. estender os critérios de urgência e prioridade definidos no art. 5º da Resolução-TCU 215/2008 ao TC 009.611/2023-1;

9.4. juntar cópia desta decisão ao TC 009.611/2023-1, alertando a unidade técnica responsável para os prazos ora estabelecidos;

9.5. encaminhar cópia desta decisão à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, com a informação de que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaoswww.tcu.gov.br/acordaos;

9.6. restituir o processo à Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana), para as medidas a seu cargo.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2073-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2074/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.007/2022-4

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Recurso Administrativo)

3. Embargante: Maria das Graças Silva (373.921.663-87), ex-companheira

4. Unidade: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Camila Silva Lugão (OAB/DF 26.377)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, originalmente de natureza administrativa, para avaliar pedido de pensão de Maria das Graças Silva, e agora em fase de análise de embargos de declaração opostos ao Acórdão 1.849/2023-Plenário, que negou provimento ao recurso interposto pela interessada,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. comunicar esta deliberação à embargante.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2074-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2075/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.887/2020-1

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Ação Faça Uma Família Sorrir (05.784.211/0001-86) e David Carlos de Oliveira (497.358.376-68), ex-presidente

4. Unidade: ONG Ação Faça Uma Família Sorrir

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: Flavio Carvalho Queiroz Tomé (109.527/OAB-MG)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada contra a ONG Ação Faça uma Família Sorrir e seu ex-presidente, David Carlos de Oliveira, em razão da não comprovação da correta aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, repassados por meio do Convênio 62/2007, para apoio ao projeto "TV Murinho",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c" e "d" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; 57 e 60 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por David Carlos de Oliveira e pela entidade Ação Faça Uma Família Sorrir;

9.2. julgar irregulares as contas de David Carlos de Oliveira e da entidade Ação Faça Uma Família Sorrir e condená-los ao recolhimento, aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

9.2.1. Ação Faça Uma Família Sorrir individualmente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
10.000,00	27/12/2007
10.000,00	22/10/2009
3.973,88	28/10/2008

9.2.2. Ação Faça Uma Família Sorrir solidariamente com David Carlos de Oliveira:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
229,00	19/2/2008
594,20	31/8/2010
1.600,00	9/12/2008
580,00	31/7/2008
200,00	31/3/2008
2.700,00	30/8/2008
950,00	31/8/2008
350,00	25/4/2008
20.226,00	31/12/2008

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
1.376,50	8/11/2010
3.000,00	8/11/2010
6.000,00	8/11/2010
7.490,00	8/11/2010
7.921,90	8/11/2010
4.580,00	8/11/2010

9.3. aplicar a David Carlos de Oliveira multa individual de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor;

9.7. alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. considerar graves as irregularidades cometidas por David Carlos de Oliveira;

9.9. inabilitar David Carlos de Oliveira para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de cinco anos; e

9.10. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao Ministério da Cultura e à Procuradoria da República em Minas Gerais.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2075-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2076/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.634/2023-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Denunciante: Identidade preservada

3.1. Interessado: M3 Manutenção e Montagens Ltda. (74.024.274/0001-57)

4. Unidade: Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

8. Representação legal: Jorge Maurício Rodrigues da Silva (07493/OAB-DF)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de denúncia, com pedido de medida cautelar, acerca de irregularidades no Pregão Eletrônico 69/2022, promovido pelo Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ) para a contratação de serviços de manutenção predial,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 250, inciso V, e 276, §§ 1º e 6º, do Regimento Interno/TCU; arts. 9º e 14 da Resolução-TCU 315/2020; na Súmula-TCU 263 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar a medida cautelar referendada pelo Acórdão 1.489/2023 - Plenário, autorizando o HGeRJ a dar prosseguimento ao Pregão Eletrônico 69/2022;

9.2. dar ciência ao HGeRJ acerca da ocorrência das seguintes irregularidades, que não deverão constar nos editais dos futuros certames, sob pena de responsabilização dos agentes envolvidos:

9.2.1. falta de publicação, junto com o edital da licitação, dos Estudos Técnicos Preliminares;

9.2.2. previsão de que as empresas que optarem pela não realização da Visita Técnica enviem, para o e-mail do pregoeiro, declaração de que possuem pleno conhecimento do objeto;

9.2.3. exigência, para fins de qualificação técnica, de:

9.2.3.1. registro junto ao CBMERJ e à Rioluz/GEM, somente cabível na fase de execução contratual;

9.2.3.2. demonstração de atuação nos ramos de elétrica, telecomunicações, mecânica, química e segurança do trabalho, quando o registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) seria suficiente para demonstrar a sua aptidão nos referidos ramos;

9.2.4. exigência, para fins de qualificação técnica, de comprovação de experiência:

9.2.4.1. em manutenção em prédio histórico e/ou tombado, considerando que: (i) nenhuma das instalações do HGeRJ é tombada; (ii) a comprovação da capacidade técnico-operacional deve ser limitada às parcelas de maior relevância; e (iii) a matéria não envolve complexidade técnica excepcional que justifique sua inclusão entre os requisitos de qualificação;

9.2.4.2. em gerenciamento de contas de energia uma vez que: (i) esta atividade extrapola o objeto da licitação e (ii) a comprovação da capacidade técnico-operacional deve ser limitada às parcelas de maior relevância;

9.2.4.3. em limpeza de fossas com utilização de equipamento de jato d'água de alta pressão e equipamento de sucção, considerando que: (i) a comprovação da capacidade técnico-operacional deve ser limitada às parcelas de maior relevância; e (ii) há a possibilidade de subcontratação desse serviço;

9.2.4.4. em implementação e/ou operação de Sistema de Gerenciamento de Manutenção (SGM) que contemple, no mínimo, três índices de Classe Mundial de Manutenção, considerando que a comprovação da capacidade técnico-operacional deve ser limitada às parcelas de maior relevância;

9.2.4.5. em manutenção de sistemas de ar-condicionado central para áreas limpas Classe 1.000 (ISO Classe 4), se for suficiente exigir a comprovação de experiência em manutenção de ar-condicionado central em ambientes com áreas críticas, não necessariamente ISO Classe 4;

9.2.4.6. mínima de três anos na prestação de serviços compatíveis ao objeto, local e tipo de licitação (i) sem estar comprovado que tal lapso temporal é indispensável para assegurar a prestação do serviço em conformidade com as necessidades do órgão e (ii) em afronta à jurisprudência do TCU;

9.3. realizar a oitiva do HGeRJ, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie quanto ao seguinte ponto, preste outras informações que julgar necessárias e designe interlocutor para dirimir eventuais dúvidas:

9.3.1. previsão, no termo de referência do Pregão 69/2022, dos quantitativos dos postos de mão de obra residente, incluindo quatro postos diferentes de engenheiros, sem justificativas e desacompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, infringindo o art. 7º, inc. V, da Instrução Normativa Seges/ME 40/2020 e os princípios da eficiência, motivação, razoabilidade e economicidade;

9.4 considerando a possibilidade de construção participativa das deliberações deste Tribunal, facultar ao HGeRJ, caso queira, que se manifeste, no prazo de quinze dias, sobre possíveis ações corretivas que poderão ser tomadas para mitigar os efeitos das irregularidades detectadas no Pregão 69/2022, em particular quanto aos possíveis impactos de determinação para realização tempestiva de novo procedimento licitatório, livre dos defeitos apontados, e limitação da vigência do contrato a ser firmado a um ano;

9.5. alertar o HGeRJ, com relação à construção participativa de deliberações, de que:

9.5.1. a sua manifestação quanto às alternativas para corrigir os indícios de irregularidades verificados e quanto aos impactos das possíveis medidas a serem adotadas pelo TCU será avaliada na proposição de mérito, mas não vincula as decisões desta Corte de Contas, notadamente quando os riscos decorrentes de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

sua adoção e/ou da manutenção de situação irregular não se coadunarem com o interesse público que se pretende tutelar;

9.5.2. a ausência de manifestação no prazo estipulado não impedirá o andamento processual, podendo o TCU vir a prolatar decisão de mérito, caso haja elementos suficientes que caracterizem afronta às normas legais e/ou possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração; e

9.5.3. a ausência de manifestação não será considerada motivo de sanção;

9.6. autorizar o acesso da empresa M3 Manutenção e Montagens Ltda à peça 98 dos autos, em atendimento ao seu requerimento de peça 101;

9.7. dar ciência deste acórdão ao denunciante, à empresa M3 Manutenção e Montagens Ltda., ao Hospital Geral do Rio de Janeiro (HGeRJ) e à Base Administrativa do Complexo de Saude do Exército no Rio de Janeiro, ao qual se vincula, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2076-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator), Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2077/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.949/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Acompanhamento.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério do Esporte; Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização com natureza de acompanhamento, cujo objetivo consiste em verificar o prazo em que se dá o exame das prestações de contas das transferências legais, dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e das transferências voluntárias, bem como aferir a efetividade da cobrança administrativa de valores, inclusive mediante a instauração de tomadas de contas especiais nas seguintes funções de governo: (i) assistência social; (ii) cultura; (iii) educação; e (iv) saúde;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério da Saúde que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados na forma do art. 183, inciso I, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, remeta ao Tribunal plano de ação com vistas a solucionar questões abaixo que impactam diretamente os processos de trabalho de análise de prestações de contas de transferências voluntárias, de adoção das medidas administrativas previstas no art. 3º da IN/TCU nº 71/2012 e de autuação e instrução de tomada de contas especial:

9.1.1. inexistência de prazo para a emissão, por parte dos conselhos estaduais e municipais de saúde, de parecer conclusivo sobre o teor do Relatório Anual de Gestão, a exemplo da disposição contida no art. 6º, § 3º, da Portaria/GM-MS 2135 de 2013, a qual estabelece obrigação imposta aos entes subnacionais;

9.1.2. impossibilidade de extrair de forma célere, automatizada e individualizada por secretaria finalística, a partir do Relatório Anual de Gestão (RAG), ou qualquer outro instrumento, informações sobre o resultado da aplicação dos recursos transferidos a estados e municípios;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.1.3. inexistência de informações sobre entes subnacionais e seus respectivos secretários de saúde que deixaram de apresentar, a partir de 31/3/2019, os respectivos Relatórios Anuais de Gestão aos conselhos estaduais e municipais de saúde, situação essa que caracteriza omissão do dever de prestar contas, conforme preceitua o art. 70, parágrafo único da CF, e enseja a adoção das providências descritas no art. 3º, caput, da IN/TCU nº 71/2012;

9.1.4. inexistência de mapeamento de todas as transferências nas quais ocorreram irregularidades ensejadoras de débito, de maneira que se possa identificar, caso a caso, quais as providências adotadas até o momento para a recuperação do prejuízo ao erário, inclusive quanto a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento, conforme novo entendimento do Supremo Tribunal Federal e do regramento constante da Lei 9873/1999 e da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. autorizar a continuidade do presente acompanhamento, para verificar o prazo em que se dá o exame das prestações de contas nas transferências voluntárias, bem como aferir a efetividade da cobrança administrativa de valores, inclusive mediante a instauração de tomadas de contas especiais nas seguintes funções de governo: saúde, assistência social, cultura e educação, além daqueles inseridos na Plataforma TransfereGov;

9.3. dar conhecimento deste Acórdão ao Ministério da Saúde, ao Congresso Nacional e ao Comitê Interministerial de Governança (Casa Civil, Ministério da Economia e Controladoria Geral da União - CGU), para que possam atuar de forma conjunta para melhorar a governança, nas funções de governo examinadas, especialmente no Ministério da Saúde; e

9.4. restituir os presentes autos à AudTCE, para continuidade do acompanhamento, autorizando, desde já, a adoção de medidas para coleta de novos dados e informações, bem como a integração à equipe de fiscalização de servidores da AudSaúde e AudTransferências.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2077-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2078/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.493/2018-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto I: Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Representação

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Governo do Distrito Federal (00.394.601/0001-26).

3.2. Recorrente: Governo do Distrito Federal (00.394.601/0001-26).

4. Órgãos/Entidades: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Fundo Constitucional do Distrito Federal; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

8. Representação legal: Carlos Ronaldo Souza e Euclydes Rodrigues Hirsch Tardin, representando Polícia Militar do Distrito Federal; Marcelo Cama Proença Fernandes (OAB-DF 22.071), representando Governo do Distrito Federal.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Distrito Federal ao Acórdão 1479/2023-TCU-Plenário;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões apresentadas pelo Relator e com fundamento no artigo 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante e aos demais interessados.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2078-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2079/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.667/2018-9.

1.1. Apensos: 008.458/2018-9; 005.669/2018-9; 040.454/2018-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame em Representação.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Agência Nacional de Transportes Aquaviários (04.903.587/0001-08).

3.2. Recorrente: Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro Usuport (22.688.420/0001-45).

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Portuária e Ferroviária (AudPortoFerrovia).

8. Representação legal: Michael Gleidson Araujo Cunha e Alexandre Dalfior de Figueiredo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) contra o Acórdão 1.693/2020-TCU-Plenário, que considerou procedente a representação e confirmou a medida cautelar concedida por meio do Acórdão 380/2018-TCU-Plenário, ambos sob a relatoria do E. Ministro Bruno Dantas;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e demais interessados.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2079-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2080/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.408/2009-6.

1.1. Apensos: 018.827/2020-9; 018.831/2020-6; 019.910/2020-7; 018.830/2020-0; 019.912/2020-0; 035.395/2020-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

3.1. Interessados: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71); Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe - BA (14.222.574/0001-19); Procuradoria da República No Estado da Bahia - Mpf (26.989.715/0010-01).

3.2. Responsáveis: Cléia Maria Trevisan Vedoin (207.425.761-91); Darci José Vedoin (091.757.251-34); Klass Comercio e Representacao Ltda (02.332.985/0001-88); Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00).

3.3. Recorrente: Tania Marli Ribeiro Yoshida (252.235.185-00).

4. Órgão/Entidade: Município de Conceição do Jacuípe - BA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Glauco Teixeira de Souza (OAB-BA 15.951), Pedro da Costa Vargens (OAB-BA 23.140); Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB-MT 13.731).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Tânia Marli Ribeiro Yoshida contra o Acórdão 656/2023-TCU-Plenário, da minha relatoria, que rejeitou os embargos de declaração opostos contra o Acórdão 2.470/2022-Plenário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. receber o expediente de peça 418 como mera petição, nos termos do art. 287, § 6º, do Regimento Interno;

9.2. aplicar à Tânia Marli Ribeiro Yoshida a multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em razão de oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação vigente;

9.3. informar à Tânia Marli Ribeiro Yoshida que, a oposição de novos embargos de declaração com cunho protelatório ensejará o aumento da gradação da pena, bem como que a interposição de eventual outro recurso ficará condicionada ao depósito prévio do valor da multa, nos termos do art. 1.026, § 3º do Código de Processo Civil, c/c o art. 298 do RITCU;

9.4. ordenar à unidade técnica de origem que se abstenha de autuar, como recurso, expedientes apresentados em desacordo com este acórdão por Tânia Marli Ribeiro Yoshida;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da multa, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao término do prazo estabelecido até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, caso não atendida a notificação, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.6. dar ciência dessa deliberação à recorrente.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2080-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2081/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.210/2014-0

1.1. Apensos: TC-040.051/2019-6, TC-007.193/2016-5, TC-040.053/2019-9 e TC-039.961/2019-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

3. Recorrente: Silvana Pereira Gomes da Silva (CPF 461.809.901-15)

4. Unidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: AudRecursos

8. Representação legal: Reilos Monteiro (22612 OAB-DF), Carlos Guilherme Alvarenga Reis (38339/OAB-DF) e outros, representando Silvana Pereira Gomes da Silva e o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (Ibeg)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se examina, na atual fase, recurso de revisão interposto por Silvana Pereira Gomes da Silva, então Presidente do Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (Ibeg), contra o Acórdão 10.646/2015-TCU-2ª Câmara, relatora Ministra Ana Arraes, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares suas contas, imputando-lhe o débito de R$ 137.017,90 (valor de 6/12/2013) e aplicando-lhe multa de R$ 30.000,00, em decorrência da não comprovação da aplicação regular de recursos referentes ao Convênio 748345, celebrado com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdada Racial (Seppir) para a realização de projeto que visava à elaboração de diagnóstico social da comunidade cigana no Município de Trindade/GO,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base no art. 35 da Lei 8.443/1992, no art. 288 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto por Silvana Pereira Gomes da Silva para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar a recorrente, o Instituto Brasileiro de Educação e Gestão Ambiental (Ibeg) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdada Racial (Seppir) a respeito deste acórdão.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2081-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2082/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC-037.563/2021-1

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Monitoramento

3. Responsável: Carlos Manuel Baigorri (Presidente da Anatel, CPF 007.573.671-35)

4. Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: AudComunicações

8. Representação legal: Adalberto Korenchendler Gouvea (203248/OAB-RJ), Roberta Silva Araujo Ladeira (179394/OAB-RJ) e outros, representando Tim S/A

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do monitoramento de determinação e recomendações expedidas por meio dos subitens 9.1.9 e 9.3 do Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, que, no âmbito do TC-000.350/2021-4, tratou do leilão para outorga do serviço de radiofrequências nas faixas de 700 MHz, 2,3 GHz, 3,5 GHz e 26 GHz para a prestação do Serviço Móvel Pessoal (SMP), comumente conhecido como tecnologia 5G, quinta geração da internet móvel,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com base no art. 243 do Regimento Interno do TCU, no art. 9º, I, da Resolução TCU 315/2020 e nos arts. 36 e 37 da Resolução TCU 259/2014, em:

9.1. considerar em implementação com prazo expirado a recomendação do subitem 9.3 do Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário;

9.2. considerar em cumprimento com prazo expirado a determinação constante do subitem 9.1.9 do Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência à Anatel que:

9.3.1. a não realização de análise abrangente, em conjunto com o Ministério da Educação e outras unidades correlatas, das diversas iniciativas governamentais em andamento associadas à promoção de conectividade nas escolas públicas do país, a fim de evitar a sobreposição de gastos, ou mesmo o desatendimento de localidades, viola os princípios da economicidade e eficiência, dispostos nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal, respectivamente, bem como o item 5.3 (Relação com Outras Políticas Públicas) do Guia Prático de Análise Ex Ante, da Casa Civil;

9.3.2. a não realização de acompanhamento efetivo pelo Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape) das atividades desenvolvidas pela Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace), a exemplo do conhecimento detalhado dos gastos efetuados no curso do projeto-piloto, configura violação dos itens VII a XII e XV do art. 5º do Regimento Interno do Gape, aprovado pela Portaria Anatel 2.170/2021;

9.4. ordenar à Segecex a instauração de processo de acompanhamento para avaliar a aplicação dos recursos oriundos do Leilão 5G nas obrigações de universalização de acesso à internet em banda larga a todas as escolas públicas brasileiras, em prol do interesse público e da redução das desigualdades sociais e regionais, podendo essa avaliação ser realizada por meio de um processo específico, ou no âmbito de uma avaliação de maior escopo, destinada a analisar outras políticas públicas relacionadas à conexão das escolas públicas brasileiras;

9.5. notificar a Anatel e o Ministério da Educação a respeito desta deliberação;

9.6. apensar este processo ao TC-000.350/2021-4.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2082-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2083/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.182/2015-3

1.1. Apenso: 019.354/2017-7

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Ney Gonçalves de Sousa (478.747.401-49).

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: Ney Gonçalves de Sousa (478.747.401-49).

4. Órgão/Entidade: Município de Caldas Novas/GO.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Eurilena de Oliveira Franco e Tiago Andrade Moreira (OAB-GO 31.958), representando Ney Gonçalves de Sousa.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, nos quais, nesta fase processual, são apreciados embargos de declaração ao Acórdão 1.494/2023-TCU-Plenário, que apreciou recurso de revisão interposto contra o Acórdão 2.519/2017-TCU-2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 34 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, acolhê-los com efeito infringente, de modo a julgar regulares com ressalvas as contas de Ney Gonçalves de Sousa, concedendo-lhe quitação;

9.2. informar o teor deste acórdão ao embargante, ao Ministério do Turismo e à Procuradoria-Geral da União.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2083-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2084/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 008.688/2023-0

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Defesa; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Ministério dos Povos Indígenas.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional encaminhada pela Presidência da Comissão Temporária Externa - CTEYanomami, que requereu a realização de fiscalização dos recursos oriundos da Medida Provisória 1.168/2023, que abriu crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Defesa (MD), da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e dos Povos Indígenas (MPI),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. prorrogar, nos termos do art. 15, § 2º, da Resolução-TCU 215/2008, o prazo para atendimento da presente solicitação por 90 (noventa) dias;

9.2. manter o sobrestamento do processo até a apreciação das fiscalizações a que se referem os itens 9.3 (TC 020.642/2023-7) e 9.4 (TC 001.308/2023-8) do Acórdão 1.228/2023-TCU-Plenário.

9.3. informar ao Senador Chico Rodrigues e o Senado Federal.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2084-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2085/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 015.335/2023-2

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional (vinculador).

4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades; Município de Recife/PE.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria de conformidade do ciclo Fiscobras 2023 na execução de obras de contenção de encostas no município de Recife/PE,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 169, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno e no art. 9º, incisos I e II, da Resolução TCU 315/2020, em:

9.1. dar ciência à Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades e ao município de Recife/PE, via Autarquia de Urbanização do Recife, que foram constatadas as seguintes ocorrências:

9.1.1. continuidade dos atrasos e da baixa execução físico-financeira do objeto do Termo de Compromisso 0402.321-87/2012 em função da ausência de priorização, nos últimos exercícios, de direcionamento do gasto público para atendimento às obras de prevenção a desastres em encostas, caracterizando afronta ao princípio da eficiência, insculpido no art. 37, caput, da Carta Magna; e desrespeito à diretriz constante do art. 4º, inciso III, da Lei 12.608/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil;

9.1.2. risco de que o cronograma das obras de contenção de encostas do lote 9 da etapa 3 (objeto da Concorrência Pública 07/2023) não seja cumprido em função da ausência de ações tempestivas do município de Recife para remoção das famílias das áreas sujeitas a intervenções de engenharia, segundo previsão constante do respectivo projeto básico, situação que não se coaduna com o previsto no art. 5º, inciso XI, da Lei 12.608/2012.

9.2. dar ciência ao Ministério das Cidades de que foi constatada inconsistência na divulgação das informações relacionadas ao Termo de Compromisso 0402.321-87/2012 no Portal da Transparência do Governo Federal (www.portaldatransparencia.gov.br), notadamente no que diz respeito ao registro do valor global do referido instrumento, representando inobservância às diretrizes e princípios da política de transparência e acesso à informação da Administração Pública federal, estabelecidos no art. 11 do Decreto 11.529/2023;

9.3. informar o conteúdo desta deliberação à Caixa Econômica Federal;

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2085-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2086/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.441/2016-8

1.1. Apensos: 016.141/2017-2; 000.809/2019-5; 000.808/2019-9

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (010.024.804-77).

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

3.2. Responsável: Bruno Gustavo Araújo Loureiro (010.024.804-77).

4. Órgão/Entidade: Município de Japaratinga/AL.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Henrique Correia Vasconcellos (OAB-AL 8.004) e Tiago da Franca Neri (OAB-AL 7.893), representando Bruno Gustavo Araújo Loureiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia recurso de revisão interposto por Bruno Gustavo Araújo Loureiro contra o Acórdão 3.539/2018, mantido pelo Acórdão 11.254/2018, ambos de 2ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. considerar iliquidáveis as presentes contas, ordenar o seu trancamento e arquivar este processo, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 20 e 21 da Lei 8.443/92;

9.3. informar o recorrente quanto ao teor desta decisão.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2086-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2087/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 033.482/2010-1

1.1. Apenso: 027.797/2008-1

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Tyronilson dos Santos Vasconcelos (025.869.974-41).

3.1. Interessado: Procuradoria da União/SP (26.994.558/0006-38).

3.2. Responsáveis: Abelardo Sandes Siqueira (258.630.374-15); Edaldo Gomes (348.598.377-20); Emerson Jocaster Negri Scherer (701.379.000-15); Erilson da Costa Lira (083.256.344-72); Fundação para o Desenvolvimento do SemiÁrido Brasileiro - Fundesa (05.888.454/0001-64); John Ericsson Formiga Cartaxo (123.712.464-68); José Biondi Nery da Silva (014.364.224-34); Tyronilson dos Santos Vasconcelos (025.869.974-41); Vitor Hugo da Paixão Melo (018.693.292-87).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Médio São Francisco/PE.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Representação legal: Elber Alencar Nery Biondi (OAB-PE 21.906), representando José Biondi Nery da Silva; Ivaldir Modesto de Araújo (OAB-PE 17.031-D), representando Erilson da Costa Lira; Frederico Benevides Rosendo (OAB-PE 12.052), Ricardo Estevão de Oliveira (OAB-PE 8.991) e outros, representando Tyronilson dos Santos Vasconcelos; Maria José do Amaral (OAB-PE 17.285), representando Abelardo Sandes Siqueira; André Vardasca Quadros (OAB-MS 13.599), representando Emerson Jocaster Negri Scherer; João Luís Nogueira Barreto (OAB-PE 20.403), representando a Fundesa; Fabiano de Souza Melo, representando Vitor Hugo da Paixão Melo.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração, opostos por Tyronilson dos Santos Vasconcelos ao Acórdão 4.030/2020-TCU-Plenário, por meio do que este Tribunal negou provimento a recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 1.386/2016-TCU-Plenário,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar o conteúdo desta deliberação ao embargante.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2087-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2088/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.080/2014-2.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração em Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração).

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Rovilson Sanches Portela (693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).

3.2. Recorrentes: Rovilson Sanches Portela (693.002.831-20); União Nacional dos Estudantes (29.258.597/0002-31).

4. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (MinC) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos (OAB/DF 39.918), Sarah Guimarães de Carvalho (OAB/DF 40905), Luene Gomes Santos (OAB/DF 16727), José Nelson Vilela Barbosa Filho (OAB/PE 16302), Paula Costa (OAB/SP 194.573), Eduardo Vaz Barbosa (OAB/PE 44.852) e outros, representando Rovilson Sanches Portela e União Nacional dos Estudantes - UNE.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo sr. Rovilson Sanches Portela e pela União Nacional dos Estudantes (UNE) ao Acórdão 2.102/2021-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos pelo sr. Rovilson Sanches Portela e pela União Nacional dos Estudantes para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2088-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2089/2023 - TCU - Plenário

1. Processo TC 011.775/2011-4.

1.1. Apenso: 018.400/2009-6.

2. Grupo: I - Classe V - Assunto: Auditoria.

3. Responsáveis: Eurípedes Luiz Mescolotto (CPF 185.258.309-68), Ronaldo dos Santos Custódio (CPF 382.173.090-00).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: AudElétrica.

8. Representação legal: Márcio Alceu Pazeto (OAB/SC 23.073) e outros, representando a Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2011, nas obras de implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo/SC, contratadas pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A., atual Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento deste processo, em razão do julgamento de mérito do TC-012.515/2022-1 pelo Acórdão 1134/2023-TCU-Plenário;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, além de cópia da instrução à peça 432, à Centrais Elétrica Brasileiras S.A. (Eletrobras), para conhecimento do feito, bem como à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), para que esta, querendo, adote as providências ao seu alcance com vistas aos ajustes indicados no tópico III da instrução à peça 432;

9.3. arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2089-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2090/2023 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 008.366/2023-3.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Omni Comércio e Serviços Ltda. (38.029.534/0001-13).

4. Entidade: Conselho Federal de Medicina - CFM.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004), representando Omni Comércio e Serviços Ltda.; João Batista Lira Rodrigues Junior (OAB/DF 15.180) e outros, representando a Seal Telecom, Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda.; e Francisco Antonio de Camargo Rodrigues de Souza (OAB/DF 15.776) e outros, representando Conselho Federal de Medicina.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela empresa Omni Comércio e Serviços Ltda., com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 006/2023, conduzido pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, visando à contratação do fornecimento, montagem e instalação de equipamentos audiovisuais, mobiliário técnico, treinamento e manutenção continuada para os ambientes daquela entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU e art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, dar ciência ao Conselho Federal de Medicina sobre as seguintes impropriedades identificadas no Pregão Eletrônico 006/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.2.1. ausência de justificativa nos estudos técnicos para a elaboração do edital acerca da possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes, ainda que restrita aos conselhos regionais de medicina, representa afronta à jurisprudência do TCU, conforme entendimento consignado no Acórdão 757/2015 - Plenário, relator Ministro Bruno Dantas, e solidificado em outras posteriores deliberações dessa Corte de Contas, dentre as quais o Acórdão 549/2023 - Plenário, relator Ministro Jhonatan de Jesus, devendo tal justificativa contemplar elementos que demonstrem os ganhos de eficiência, a viabilidade e a economicidade da pretendida adesão;

9.2.2. a exigência, constante do item 4.2 do termo de referência anexo ao edital, de apresentação pela contratada de declaração de garantia emitida pelos fabricantes ou pelo distribuidor, está contrária à jurisprudência do TCU, a exemplo do explicitado no Acórdão 3.018/2020 - Plenário (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti);

9.2.3. a realização da vistoria, facultada aos licitantes por meio do item 11.16 do edital, representa um direito do licitante interessado e tem por objetivo apenas servir de subsídio à elaboração da proposta de preços e dirimir eventuais dúvidas acerca dos projetos e demais elementos que compõem o edital (Acórdão 170/2018 - Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler), de tal forma que não se pode pressupor que tal vistoria irá substituir a necessidade da correta e precisa definição do objeto licitado, tal como estabelece o Enunciado 177 da Súmula de Jurisprudência/TCU;

9.3. enviar cópia desta deliberação à empresa representante; e

9.4. arquivar este processo, com base no art. 169, inciso III, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2090-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2091/2023 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 042.679/2021-4.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Banco do Nordeste do Brasil S.A. (07.237.373/0001-20).

3.2. Responsável: Juliana Oliveira Gaspar (003.099.653-81).

4. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

8. Representação legal: Ruan da Silva Cardoso (OAB/CE 37.544), representando Juliana Oliveira Gaspar.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), em razão de irregularidades de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, no âmbito da agência 268 - Viçosa do Ceará/CE.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Juliana Oliveira Gaspar;

9.2. julgar irregulares as contas de Juliana Oliveira Gaspar, com base nos arts. 1º, I, 16, III, "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, condenando-a ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até as datas dos seus efetivos recolhimentos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, os recolhimentos das referidas quantias aos cofres do Banco do Nordeste do Brasil, nos termos do art. 23, III, "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
24/12/2019	10.000,00	Débito
24/12/2019	30.000,00	Débito
2/1/2020	5.000,00	Débito
15/1/2020	5.000,00	Débito
15/1/2020	10.000,00	Débito
15/1/2020	2.000,00	Débito
15/1/2020	25.000,00	Débito
16/1/2020	5.000,00	Débito
16/1/2020	15.000,00	Débito
16/1/2020	8.000,00	Débito
17/1/2020	10.000,00	Débito
23/1/2020	10.000,00	Débito
10/2/2020	25.000,00	Débito
12/2/2020	25.000,00	Débito
13/2/2020	149,52	Crédito
13/2/2020	313,73	Crédito
15/2/2020	90,12	Crédito
15/2/2020	180,65	Crédito
17/2/2020	60,05	Crédito
21/2/2020	18,20	Crédito
4/3/2020	14,42	Crédito
4/3/2020	0,29	Crédito
15/3/2020	247,43	Crédito
15/3/2020	147,95	Crédito
15/3/2020	41,37	Crédito
15/3/2020	82,74	Crédito
15/3/2020	380,77	Crédito
24/3/2020	524,19	Crédito

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
24/3/2020	0,13	Crédito
24/3/2020	10,47	Crédito
15/4/2020	115,97	Crédito
15/4/2020	33,14	Crédito
11/5/2020	1,28	Crédito
12/5/2020	64,41	Crédito
12/5/2020	0,07	Crédito
15/5/2020	14,73	Crédito
15/5/2020	303,03	Crédito

9.3. aplicar a Juliana Oliveira Gaspar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. considerar graves as irregularidades cometidas e inabilitar Juliana Oliveira Gaspar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, com base no art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar dos recebimentos das notificações, para comprovar, perante o Tribunal, os recolhimentos da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Ceará, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e à Sra. Juliana Oliveira Gaspar;

9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 43/2023 - Plenário.

11. Data da Sessão: 11/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2091-43/23-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira, Antonio Anastasia e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2092/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento à determinação inclusa no item "a" do Acórdão 8.391/2016-2ª Câmara, proferido por ocasião do julgamento da prestação de contas ordinárias do Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro (Sesc/ARRJ), relativas ao exercício de 2011 (Processo TC 046.677/2012-7), em face da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ausência de comprovação de que funcionários daquela entidade exerciam atividades contínuas e/ou rotineiras pelas quais eram remunerados,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público (peças 308 a 310);

Considerando que por meio do Acórdão 1.679/2023- Plenário (peça 305), este Tribunal, entre outras medidas, julgou irregulares as contas das Sras. Carla Carvalho Hermansson, Gladys Silva Falci de Castro Oliveira e Carmem Lucia Augustini Ramires Monteiro, bem como dos Srs. Orlando Santos Diniz e Fabio de Andrade Ferreira Braga, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17 e 23, inciso I, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, condenando-os ao pagamento de débito, conforme descrito nos subitens do subitem 9.8 e aplicando-lhes, individualmente, a multa prevista no art. 57 da LO/TCU, conforme subitem 9.9;

Considerando que, após a análise da Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc), verificou-se a ocorrência de inexatidão material na grafia de alguns valores elencados no subitem 9.8.4 da referida deliberação e que, no caso, para a data de ocorrência 31/7/2003, constou um valor de "R$ 9.061,689", quando o correto seria "R$ 9.061,68" e, para a ocorrência 30/9/2011, constou o valor de "R$ 15.588.18", quando o correto seria "R$ 15.588,18";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em promover a revisão, via apostilamento, do Acórdão 1.679/2023-Plenário, para fins de correção de inexatidão material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo enunciados, mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada:

Subitem 9.8.4 do Acórdão 1.679/2023 - Plenário:

Onde se lê:

9.8.4. Orlando Santos Diniz, em solidariedade com Carla Carvalho Hermansson:

Data	Valor
31/3/2003	8.292,93
30/4/2003	8.292,93
31/5/2003	8.292,93
30/06/2003	10.599,18
31/07/2003	9.061,689.
31/08/2003	9.061,68
30/09/2003	9.061,68

[...]

31/08/2011	15.588,18
30/09/2011	15.588.18
31/10/2011	15.588,18
30/11/2011	15.588,18
31/12/2011	15.588,18
31/12/2011	15.588,18

Leia-se:

9.8.4. Orlando Santos Diniz, em solidariedade com Carla Carvalho Hermansson:

Data	Valor
31/3/2003	8.292,93
30/4/2003	8.292,93

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data	Valor
31/5/2003	8.292,93
30/06/2003	10.599,18
31/07/2003	9.061,68
31/08/2003	9.061,68
30/09/2003	9.061,68

[...]

31/08/2011	15.588,18
30/09/2011	15.588,18
31/10/2011	15.588,18
30/11/2011	15.588,18
31/12/2011	15.588,18
31/12/2011	15.588,18

1. Processo TC-021.641/2016-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Arthur Eduardo Sa de Villemor Negri (759.844.157-04); Bruno Cesar Villas Bôas de Moraes (626.035.667-68); Carla Carvalho Hermansson (865.533.307-78); Carmen Lucia Augustini Ramires Monteiro (576.694.909-00); Charles Evaristo Klein Rossi (648.545.587-68); Dionino Cortelazi Colaneri (025.588.828-72); Fabio de Andrade Ferreira Braga (776.781.417-34); Gladys Silva Falci de Castro Oliveira (257.448.797-49); Joao Augusto Pessoa do Nascimento (090.167.917-87); Joao Carlos de Castro Rosas (711.145.727-72); Luis Felipe Reif de Paula (078.322.057-09); Luiz Oddone Braga Neto (448.911.560-15); Marcelo Policarpo Placido Teixeira (951.544.267-20); Maron Emile Abi-abib (030.228.541-53); Moacyr Henrique Di Palma Cordovil (844.004.207-87); Orlando Santos Diniz (793.078.767-20); Rafael Sanches Neto (035.337.358-34); Ricardo França Delavalli (723.740.207-20); Sergio Coelho Dornelles (033.411.517-53).

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Eduardo Damian Duarte (106.783/OAB-RJ), representando Carla Carvalho Hermansson; Remi Martins Ribeiro (47.151/OAB-RJ), Jean Martins Ribeiro (221.809/OAB-RJ) e outros, representando Carmen Lucia Augustini Ramires Monteiro; Ricardo Henrique Safini Gama (114.072/OAB-RJ), Edson Schueler de Carvalho Junior (120.883/OAB-RJ) e outros, representando Arthur Eduardo Sa de Villemor Negri; Natasha Caroline Moreira (190.815/OAB-MG), Giulia Carolina Dias de Souza (408.632/OAB-SP) e outros, representando Dionino Cortelazi Colaneri; Thiago de Oliveira (122683/OAB-RJ), Eduardo Rodrigues Lopes (29283/OAB-DF) e outros, representando Joao Carlos de Castro Rosas; Ary Jorge Almeida Soares (64904/OAB-RJ), Alain Alpin Mac Gregor (101.780/OAB-RJ) e outros, representando Maron Emile Abi-abib; Fabio de Souza Leme (20833/OAB-DF), representando Sergio Coelho Dornelles; Vanessa Isadora Genaro (90829/OAB-RJ), representando Luis Felipe Reif de Paula; Adriana Oliveira de Almeida (118.992/OAB-RJ) e Jorge Odinir Lopes Boiteux (206.654/OAB-RJ), representando Gladys Silva Falci de Castro Oliveira; Mauricio Pires Guedes (118.907/OAB-RJ) e Christina Cavallari Guedes (123.912/OAB-RJ), representando Charles Evaristo Klein Rossi; Ricardo Loretti Henrici (130613/OAB-RJ), Mateus Rocha Tomaz (50213/OAB-DF) e outros, representando Marcelo Policarpo Placido Teixeira; Flavio Villela Ahmed (79399/OAB-RJ), representando Luiz Oddone Braga Neto; Fabio de Souza Leme (20833/OAB-DF), representando Rosemarie Dornelles Fittipaldi; Raphaela Cunha Justo da Silva (94.117/OAB-RJ), Camila Machado Silva (190119/OAB-RJ) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro; Walmir Antonio Barroso (52839/OAB-RJ), representando Orlando Santos Diniz.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2093/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento, pelo relator, dos pareceres constantes dos autos e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 169, inciso V, 234 e 235 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer do presente feito como denúncia para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, determinando o arquivamento do processo após ciência aos interessados:

1. Processo TC-032.378/2023-8 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.3. Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações)

1.7. Representação legal: Caroline Scopel Cecatto (OAB/RS 64.878), Edinei Silva Teixeira (OAB/SP 185.415), Deusa Maura Santos Fassina (OAB/SP 164.146), Aline Crivelari (OAB/SP 230.844) e outros

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. indeferir a medida cautelar requerida pelo denunciante em razão da inexistência dos pressupostos para a sua adoção;

1.8.2. dar ciência ao Banco do Brasil S.A., com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade/falha, identificada na Licitação Eletrônica 2776/2023 (identificação na plataforma Licitações-e: 1010677), para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.8.2.1. vedação de participação de empresas em forma de consórcio, conforme previsão contida no edital, sem a devida prévia justificativa, em afronta aos princípios da motivação e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 428/2023-Plenário, 4.506/2022-1ª Câmara, 929/2017-Plenário e 2.447/2014-Plenário);

1.8.3. levantar o sigilo que recai sobre as peças destes autos, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, nos termos dos arts. 104, § 1º, e 108, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014;

1.8.4. dar ciência ao denunciante e ao Banco do Brasil S.A. acerca da presente deliberação, nos termos do parágrafo único do art. 235 do RITCU, remetendo-lhes cópia da instrução técnica inserta à peça 29; e

1.8.5. arquivar o presente feito.

ACÓRDÃO Nº 2094/2023 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, ante o acolhimento, pelo relator, dos pareceres constantes dos autos e com fundamento no art. 143, inciso III, do RITCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer do presente feito como denúncia, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RITCU, c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, e determinar o arquivamento do processo com fundamento no parágrafo único do art. 235 do RITCU e no art. 105 da Resolução TCU 259/2014, nos termos abaixo:

1. Processo TC-034.608/2023-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Junqueiro/AL

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação)

1.7. Representação legal: Joao Pedro Bastos de Oliveira (OAB/AL 19.610)

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.8.1 dar ciência ao denunciante acerca da presente deliberação, enviando-lhe cópia da instrução técnica inserta à peça 22; e

1.8.2 levantar a chancela de sigiloso que recai sobre os autos, nos termos do art. 236, § 1º, do RITCU.

ACÓRDÃO Nº 2095/2023 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este relatório de acompanhamento respectivo ao projeto piloto de utilização do acordo de compartilhamento de riscos para incorporação de tratamentos de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS),

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde) às peças 36 a 38;

Considerando que o objetivo do trabalho foi acompanhar o projeto piloto de utilização do acordo de compartilhamento de riscos para incorporação de tratamentos de doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde e que, para dar início ao projeto, o Ministério da Saúde (MS) escolheu o Spinraza® (nusinersena) para o tratamento de atrofia muscular espinhal (AME) tipos II e III e instituiu o projeto por meio da Portaria GM/MS 1.297/2019;

Considerando que, segundo a nominada portaria, considera-se "Acordo de Compartilhamento de Riscos" para incorporação de tecnologias em saúde o instrumento celebrado entre o Ministério e a empresa farmacêutica fornecedora de medicamento, em razão de incertezas quanto ao custo/efetividade do medicamento incorporado ao SUS em condições reais e à estimativa de consumo, considerando a quantidade de doses e o impacto orçamentário;

Considerando que os objetivos do projeto piloto, de acordo com a portaria, incluem: a incorporação do Spinraza® (nusinersena) para o tratamento da AME tipos II e III, mediante acordo de compartilhamento de risco; a promoção do equilíbrio do custo do medicamento para o SUS; a coleta de evidências adicionais sobre o uso do medicamento em condições reais; e a edição de futura norma geral acerca do acordo de compartilhamento de risco para incorporação de tecnologias em saúde no âmbito do SUS;

Considerando que, por meio da Portaria SCTIE/MS 26/2021, foi tornada pública a decisão de incorporar o nusinersena para o tratamento da atrofia muscular espinhal tipo II, com diagnóstico até os dezoito meses de idade e conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde, e de não incorporar o nusinersena para tratamento da AME tipo III, no âmbito do SUS, e que a portaria, contudo, não fez menção ao Acordo de Compartilhamento de Riscos (ACR);

Considerando que o Ministério da Saúde, após o envio de ofícios e a realização de reuniões com servidores, afirmou que o modelo de ACR inicialmente pensado não poderia ser implementado e que a portaria que instituiu o projeto piloto perdeu o objeto em virtude da incorporação do medicamento sem qualquer condicionante de compartilhamento de riscos;

Considerando, todavia, que, como ponderado pela unidade técnica, o correto registro dos fatos e dos fundamentos de decidir relativos aos atos administrativos é um dever do administrador público que assim concretiza os princípios da motivação, da transparência, da publicidade e permite que, mesmo após sucessivas trocas de gestão ou da equipe técnica, os fundamentos de decidir um ato possam ser verificados, analisados, criticados e contestados;

Considerando que, após a desistência de formalização do ACR para o Spinraza® (nusinersena), o Ministério da Saúde decidiu, por meio da Portaria SCTIE/MS 172 de 6/12/2022, incorporar, no âmbito do SUS, o Zolgensma® (onasemnogeno abeparvoveque) para o tratamento de pacientes pediátricos até seis meses de idade com AME tipo I que estejam fora de ventilação invasiva acima de dezesseis horas por dia, conforme protocolo estabelecido pelo Ministério da Saúde e Acordo de Compartilhamento de Risco (parágrafo 41);

Considerando que a portaria de incorporação do onasemnogeno abeparvoveque estabeleceu que as áreas técnicas do Ministério terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para efetivar a oferta do medicamento no Sistema Único de Saúde, o Ministério da Saúde já estaria em mora quanto à obrigação de elaborar o Acordo de Compartilhamento de Risco, muito embora o medicamento esteja sendo adquirido pelo MS para atender a demandas judiciais;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o Protocolo de Intenções para formalização de ACR para fornecimento do onasemnogeno abeparvove foi assinado em 14/12/2022 e, em seu anexo, foram definidas as premissas para pagamento, a quantidade de parcelas e o valor percentual de cada uma em relação ao preço total do medicamento; e

Considerando que não foram verificadas, contudo, no processo administrativo instaurado para viabilizar a assinatura do protocolo, justificativas para a adoção das premissas de pagamento definidas (marcos motores, quantidade e valor das parcelas) e tampouco estudos ou estimativas relativas aos arts. 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ou relativas ao custo do acompanhamento do ACR (parágrafos 100-107);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com base no art. 143, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, c/c art. 9°, inciso I, da Resolução 315/2020, em, após a realização das ciências discriminadas nesta decisão, restituir os autos à Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde) para a continuidade deste acompanhamento, dando conhecimento do presente acórdão, acompanhado da peça 36 destes autos, à Secretaria-Executiva e à Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde do Ministério da Saúde (Sectics/MS), consoante os pareceres uniformes juntados aos autos:

1. Processo TC-031.378/2019-6 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Complexo da Saúde.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. a ausência de formalização da desistência de elaboração do Acordo de Compartilhamento de Riscos para incorporação e fornecimento do Spinraza® (nusinersena) para o tratamento da AME tipos II e III no âmbito do SUS, bem como dos fundamentos para tal decisão, no processo administrativo existente relativo ao acordo, fere o disposto nos arts. 29 e 48 da Lei 9.874/1999 e descumpre os princípios da motivação, transparência e publicidade que norteiam a atuação da Administração Pública (parágrafo 92);

1.6.2. a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental sem apresentação de cálculo dos custos, inclusive do monitoramento e execução da política, tal como observado nos processos de incorporação e de assinatura do protocolo de intenções para fornecimento do Zolgensma® (onasemnogeno abeparvoveque) descumpre os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e as despesas decorrentes dessa ação são consideradas irregulares, segundo o que prescreve o art. 15 da citada lei, o que pode gerar a responsabilização dos gestores (parágrafo 108).

ACÓRDÃO Nº 2096/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação constituída frente a possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 10/2023, sob a responsabilidade do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (Sebrae/RS), cujo objeto é a "aquisição de licenciamento de sistema de viagens (self booking), com módulo de adiantamento/prestação de contas, na modalidade de software como um serviço (SAAS), adequações, personalizações, parametrizações e suporte técnico e operacional";

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos (peças 86 e 87);

Considerando a medida cautelar prolatada em despacho do relator à peça 18, confirmada mediante o Acórdão 1.096/2023-Plenário, para que, com base no art. 276 do Regimento Interno do Tribunal, o Sebrae/RS suspendesse o andamento do Pregão Eletrônico 10/2023 até que o Tribunal deliberasse sobre o mérito da matéria;

Considerando os seguintes indícios de irregularidade para os quais foi determinada a oitiva do Sebrae/RS e da empresa Lemontech Informática Ltda.:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

"a) não adoção das devidas providências, uma vez configurada a fraude à licitação com a comprovação da participação da Lemontech Informática Ltda. (CNPJ 12.615.075/0001-66) no PE 10/2023 como EPP, sem ostentar tal condição, e a não conclusão da análise da documentação apresentada pela empresa, mantendo sua proposta como se válida fosse, em afronta ao art. 3º, §§ 9º e 9º-A c/c o art. 42 a 49, da Lei Complementar 123/2006 e à jurisprudência deste tribunal (Acórdão 61/2019-Plenário);

b) inabilitação da empresa Mindtrip Soluções Tecnológicas Ltda. (CNPJ 31.583.054/0001- 50), tendo em vista que, para fins do exame da qualificação técnica das licitantes, a contratante deve verificar a compatibilidade entre os serviços anteriormente prestados pela licitante e o serviço objeto da licitação em questão, sobretudo, pela previsão de amostra do objeto (item 13 do edital), momento em que as funcionalidades serão demonstradas para aprovação final da entidade, em conformidade com o art. 12, II, "b", do Regulamento de Licitações e Contratos do Sebrae e a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 553/2016-Plenário; e

c) habilitação da empresa Lemontech Informática Ltda., que não apresentou documentação exigida pelo edital para fins de habilitação, tendo em vista o descumprimento da exigência disposta no subitem 11.6 do edital e a afronta ao art. 2º do RLC do Sebrae;"

Considerando que, diante da análise dos documentos acostados aos autos, bem como da resposta à oitiva da empresa Lemontech, a unidade técnica considerou razoáveis as justificativas e explicações da entidade empresária, quanto à ausência de má-fé na declaração de ME/EPP, quando do cadastro no sistema Licitações-e e que, em que pese a jurisprudência do TCU, no caso concreto, a empresa, na primeira oportunidade, manifestou-se alegando que não era ME/EPP, reconhecendo o equívoco no cadastro, não se beneficiando da condição previamente declarada, passando a figurar como segunda colocada, sem auferir, portanto, vantagem ou se omitir diante do erro no cadastro no sistema Licitações-e;

Considerando, assim, que a manifestação da empresa Lemontech pode ser entendida como um ato que demonstra a boa-fé da licitante, sendo o único indício de fraude a opção selecionada no sistema Licitações-e;

Considerando não haver outros elementos indiciários da ocorrência de fraude;

Considerando que inexiste nulidade sem prejuízo, e que tal juízo naturalístico da conduta pode e deve ser utilizado em eventual aplicação de sanção à licitante;

Considerando que, embora o Sebrae/RS não tenha retornado o certame licitatório em voga à fase de habilitação, oportunizando à licitante Mindtrip Soluções Tecnológicas Ltda. a apresentar atestados de capacidade técnica relativos a fatos pré-existentes ao momento da sua convocação original para apresentar tais documentos (consoante a alteração da medida cautelar determinada mediante o Acórdão 1.578/2023-Plenário - peça 73), e que a Lemontech ofertou preço inferior à proposta da Mindtrip, descaracterizando ocorrência de dano aos cofres do Sebrae/RS, e diante da ausência de interesse público, nesse cenário, de propor a anulação do pregão, diante dos custos adicionais para a realização de um novo certame licitatório;

Considerando, quanto à inabilitação inicial da empresa Mindtrip Soluções Tecnológicas, que não oportunizar a empresa classificada em primeiro lugar a apresentar outros atestados que comprovem sua experiência e capacidade técnica pretérita contraria a jurisprudência recente desta Corte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, §1º, da Resolução-TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, revogar a medida cautelar proferida mediante despacho à peça 18, confirmado pelo Acórdão 1.096/2023-Plenário e determinar o arquivamento do processo, dando ciência desta decisão e da instrução à peça 86 ao representante e ao Sebrae/RS, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.765/2023-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Lemontech Informatica Ltda (12.615.075/0001-66).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.6. Representação legal: Rafael Lourenco da Silva (95619/OAB-PR), representando Mindtrip Solucoes Tecnologicas Ltda; Karla Cristina de Andrade Possadas (292243/OAB-SP), representando Lemontech Informatica Ltda; Leonardo Lamachia (47477/OAB-RS) e Henrique Vitorio Dalla Vecchia (91093/OAB-RS), representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre a seguinte impropriedade, identificadas no Pregão Eletrônico 10/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.7.1.1. não oportunizar à empresa classificada em primeiro lugar a apresentar outros atestados que comprovem sua experiência e capacidade técnica pretérita, em desacordo com a jurisprudência do TCU, a exemplo do Acórdão 2.443/2021-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 2097/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia, com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades relacionadas à Carta Convite SC046180 - Projeto Federal Pró-Espécies, realizada pela Organização Não-Governamental (ONG) WWF-Brasil, com recursos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), tendo como objeto a contratação de consultoria publicitária que abarque a elaboração da estratégia publicitária e a execução de campanha digital de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres, concebida para informar e sensibilizar a população sobre questões relacionadas ao tráfico de animais silvestres que tenham como eixo central as ideias de que silvestre não é pet e que amor não combina com posse (peça 1).

Considerando que a a AudAgroAmbiental constatou a inexistência de recursos federais envolvidos, uma vez que o Projeto Federal PróEspécies seria financiado com recursos internacionais privados e que a contrapartida do governo brasileiro, porventura existente, se daria por meio de declaração de despesas incorridas com o apoio prestado ao projeto, além de entender que a escolha do teor da campanha publicitária licitada, objeto da denúncia, estaria inserida dentro da esfera de discricionariedade do gestor, não cabendo falar em irregularidade ou ilegalidade (peça 27);

Considerando, assim, que a unidade técnica propôs não conhecer da presente denúncia, visto não estar presente o requisito de admissibilidade do art. 235 do Regimento Interno deste Tribunal, em face da inexistência de recursos federais envolvidos e da ausência de ilegalidade ou irregularidade (peças 27-29);

Considerando a ausência de competência desta Corte para apreciação do assunto objeto da denúncia;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "p", 143, V, "a", e 235, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente denúncia, por não adimplir os requisitos de admissibilidade, indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pelo denunciante, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção e arquivar os presentes autos, após dar ciência desta deliberação ao denunciante.

1. Processo TC-021.609/2023-3 (DENÚNCIA)

1.1. Apenso: TC 021.951/2023-3 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992).

1.3. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei nº 8.443/1992).

1.4. Unidade Jurisdicionada: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.8. Representação legal: Augusto Ferreira de Paula (173.867/OAB-SP).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2098/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de apartado do TC 005.770/2017-3, cuja constituição foi determinada no item 1.6 do Acórdão 824/2017-TCU-Plenário, destinado a tratar de ocorrências atinentes à gestão de contratações no Hospital Federal Cardoso Fontes (HFCF) e que teve por objetivo analisar o cumprimento das determinações encaminhadas pelos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 2.978/2018-TCU-Plenário.

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde), após examinar a matéria destes autos (peças 253 e 254), concluiu que o cumprimento das deliberações prolatadas pelos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 2.978/2018-TCU-Plenário restou prejudicado, em face das mudanças promovidas, a partir de 2018, nas normas que regulam a sistemática de prestação de contas ordinárias ao TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), em determinar o arquivamento do presente processo, por considerar prejudicado o cumprimento das determinações prolatadas pelos itens 9.5 e 9.6 do Acórdão 2.978/2018-TCU-Plenário, sem prejuízo da adoção da providência fixada no item 1.7 deste Acórdão.

1. Processo TC-014.935/2017-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Edward Telles de Omena (054.080.927-63); Paulo Roberto Marçal Alves (401.270.797-34).

1.2. Unidade Jurisdicionada: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Providência: enviar cópia desta deliberação ao Ministério da Saúde, para ciência.

ACÓRDÃO Nº 2099/2023 - TCU - Plenário

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com a anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição quinquenal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 2º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-008.860/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Grupo de Apoio Vida e Luz (02.114.976/0001-10); Luis Carlos de Souza (157.955.431-87).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2100/2023 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso VI; e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-009.598/2022-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alvimar Oliveira de Andrade (097.316.793-91); Neuma Maria Café Barroso (734.351.203-04).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedro II - PI.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Hochanny Fernandes Sampaio (9130/OAB-PI), representando Neuma Maria Café Barroso.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2101/2023 - TCU - Plenário

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 1911/2022 - TCU - 1ª Câmara, resolveu julgar irregulares as contas do Sr. Pedro Gilson Rigo, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa;

considerando que o recurso de reconsideração manejado contra deliberação acima mencionada foi parcialmente provido, e por meio do Acórdão 4012/2023 - TCU - 1ª Câmara este TCU alterou os termos do acórdão condenatório, afastando o débito imputado por meio do subitem 9.3. do Acórdão 1911/2022 - 1ª Câmara e reduzindo o valor da multa aplicada pelo subitem 9.4. do mesmo decisum ao ora recorrente;

considerando que neste momento o responsável acima mencionado ingressa com recurso de revisão (R002, peça 190);

considerando que, conforme exposto no exame preliminar efetuado pela AudRecursos, com o qual concordou o Ministério Público junto a esta Corte, a peça recursal apresentada contra o Acórdão 1911/2022 - TCU - 1ª Câmara não preenche os requisitos específicos exigidos para a admissão de recurso de revisão, previstos nos incisos do artigo 35 da Lei Orgânica do TCU;

considerando que o recorrente se limita, essencialmente, a mostrar o seu inconformismo com as decisões deste Tribunal, invocando hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem contudo apresentar qualquer documento novo superveniente capaz de afastar as irregularidades que motivaram a reprovação de suas contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos artigos 35 da Lei 8.443/92; 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, e 278, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. Pedro Gilson Rigo (R002, peça 190), e em determinar seja comunicado ao interessado o teor da presente deliberação, juntamente com reprodução do exame de admissibilidade efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Recursos.

1. Processo TC-025.369/2017-2 (RECURSO DE REVISÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 022.061/2019-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Deivson Oliveira Vidal (013.599.046-70); Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC. (21.145.289/0001-07); Pedro Gilson Rigo (931.033.957-87).

1.3. Recorrente: Pedro Gilson Rigo (931.033.957-87).

1.4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta).

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.9. Representação legal: Doralice da Silva (7.797/OAB-ES), representando Pedro Gilson Rigo; Ninive Alecia Coutinho Santos Antunes (26057/OAB-ES), representando Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo - Aderes.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2102/2023 - TCU - Plenário

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

Considerando que, no caso concreto, conforme exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial - AudTCE, com anuência do Ministério Público junto ao TCU, verificou-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a" e 169, inciso VI do Regimento Interno do TCU, e artigos 8º, 11 e 12, parágrafo único, da Resolução - TCU 344/2022, em determinar o arquivamento dos autos, em face da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-031.752/2022-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Cobansa Companhia Hipotecaria (53.263.331/0001-80).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Santo Estêvão - BA.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2103/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes auto de Consulta formulada por meio do Aviso-SEI 122/2018/GM (Peça 4), de 20/12/2018, pelo então Ministro de Estado da Integração Nacional (MI), Sr. Antônio de Pádua de Deus Andrade, acerca da "metodologia a ser aplicada aos Contratos Administrativos frente às alterações no percentual do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), ocorridas após a apresentação da proposta, visando uniformizar as medidas administrativas a serem tomadas para adequar os contratos administrativos às alterações de alíquotas do ISSQN (Fato do Príncipe, art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93) referente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)";

Considerando que, na instrução à Peça 6, a Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, com a anuência do corpo dirigente da unidade (Peças 7 e 8), por entender satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, inciso VI, §§1º e 2º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU, propõe conhecer da presente Consulta e apensar o presente processo com fundamento no art. 169, inciso I, do Regimento Interno do TCU, ao TC 019.811/2020-9;

Considerando que, nos autos do aludido TC-019.811/2020-9 foi apreciada Consulta inicial sobre a matéria formulada pelo Ministro de Estado da Integração Nacional (MI), por meio do Acórdão 838/2023 - TCU - Plenário, que deliberou pelo não conhecimento da Consulta, por não satisfazer o requisito de admissibilidade previstos no art. 264, 2º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU, por se referir a caso concreto, e buscar deste Tribunal, não esclarecimentos, mas, sim, orientação sobre a melhor metodologia que o órgão deve aplicar entre alternativas elaboradas por departamento e gestor de contrato do próprio Ministério, inserida na sua esfera de discricionariedade;

Considerando que foi esclarecido, no Voto condutor da deliberação, que é jurisprudência pacificada que não compete ao TCU estabelecer as ações de caráter operacional que devem ser implementadas pelas unidades jurisdicionadas para dar cumprimento às decisões do Tribunal, uma vez que essas providências se inserem no âmbito de discricionariedade do administrador público, cabendo ao gestor, com base em pareceres de órgãos competentes, efetuar o juízo acerca da solução que melhor atenda ao interesse público;

Considerando que, não obstante, em deferência à autoridade consulente, houve o encaminhamento, meramente a título de subsídio, de cópia da instrução elaborada pela então Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração, cujas atribuições hoje estão a cargo da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana), bem como do Relatório e Voto que fundamentaram a deliberação;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando, por fim, que o processo conexo já foi aparecido, depreendo que o presente processo perdeu objeto e deve se apensado em definitivo ao TC 019.811/2020-9;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em considerar que houve perda de objeto em relação à matéria tratada nestes autos e determinar o apensamento do processo ao TC em definitivo ao TC 019.811/2020-9.

1. Processo TC-029.269/2022-9 (CONSULTA)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2104/2023 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso XVI, e 53 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, do Regimento Interno do TCU, em levantar o sobrestamento dos autos a seguir relacionados e conhecer da denúncia formulada na inicial para considerá-la prejudicada ante a perda de seu objeto, determinando-se o arquivamento do feito após o envio de cópia desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-002.339/2015-3 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público e Conselho Superior da Defensoria Pública da União.

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2105/2023 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.982/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Secretaria de Orçamento Federal - MP.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2106/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de representação com pedido de medida cautelar em face de supostas irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Eletrônico (PE) 351/2023, sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, com valor estimado de R$ 164.497.386,74, cujo objeto é a prestação de serviços de impressão distribuída, incluindo impressoras, scanners e fragmentadoras, em diversas unidades da instituição.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que, após análise das informações prestadas pela Caixa Econômica Federal, restou demonstrada a inexistência de plausibilidade das alegações trazidas pela representante acerca de supostas ocorrências de instabilidade e falhas nos sistemas utilizados para o processamento do Pregão Eletrônico.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 87, § 2º da Lei 13.303/2016; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 169, inciso V; 234, § 2º, 2ª parte; 235; 237, inciso VII; e 276, § 6º, todos do Regimento Interno, e artigo 103, § 1º da Resolução TCU 259/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente;

indeferir o pedido de medida cautelar, ante a inexistência dos requisitos necessários à sua concessão;

encaminhar cópia do presente Acórdão à Caixa Econômica Federal e à representante, informando-lhes que o conteúdo desta deliberação poderá ser consultado, também, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

determinar o arquivamento dos autos.

1. Processo TC-031.924/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Rodrigo de Resende Patini (327178/OAB-SP), Cristina Cidade da Silva Guimaraes Wanis (138017/OAB-RJ), Andre Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ), Andre Yokomizo Aceiro (17753/OAB-DF), Lenymara Carvalho (33087/OAB-DF), Marcela Portela Nunes Braga (29929/OAB-DF) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Luiz Carlos de Camargo Junior (267901/OAB-SP), representando Simpress Comercio, Locacao e Servicos S/a.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2107/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de expediente, autuado como Representação, encaminhado pelo Juízo da Vara da Fazenda Pública de Antonina/Paraná, no bojo de cumprimento de sentença promovido pelo Ministério Público do Estado do Paraná na Ação Civil Pública 0002255-82.2017.8.16.0043, em que se discute a possível sujeição do Município de Guaraqueçaba/PR à sanção prevista no art. 23, §3°, inciso I, da Lei Complementar 101/2000 (LRF), a fim de que seja suspenso o recebimento de transferências voluntárias àquele ente federado, em razão de irregularidades do portal da transparência daquela municipalidade (peça 5, p.1).

Considerando que o prazo para o Município de Guaraqueçaba/PR adotar as medidas de transparência previstas nos artigos 48 e 48-A da LC 101/2000, nos termos do art. 73-B, inciso III, daquela lei, findou-se em 26/5/2013;

Considerando que foram celebrados diversos convênios com o Município de Guaraqueçaba/PR posteriormente ao encerramento do prazo supramencionado;

Considerando que a comprovação do atendimento dos arts. 48, 48-A, 73-B da LC 101/2000 se dá mediante "declaração de cumprimento", de lavra da autoridade do ente subnacional que irá receber os recursos federais por meio de transferências voluntárias, nos termos do Decreto 6.170/2007 e da Portaria Interministerial 424/2016;

Considerando que, mesmo após consulta ao andamento da Ação Civil Pública 0002255-82.2017.8.16.0043, realizada em 15/9/2023, o Município de Guaraqueçaba/PR ainda não havia cumprido a decisão judicial por meio da regularização integral do seu Portal da Transparência;

Considerando que autoridades do Poder Judiciário e do Ministério Público podem comunicar eventual descumprimento dos requisitos relacionados à divulgação da execução orçamentária e financeira em meio eletrônico e a suspensão de transferência por decisão judicial (art. 22, § 8º, incisos I e II, da Portaria Interministerial 424/2016);

Considerando que as transferências voluntárias poderão ser suspensas em face de decisão judicial em que se constate descumprimento dos requisitos relacionados à divulgação da execução orçamentária e financeira em meio eletrônico (art. 22, inciso XV, da Portaria Interministerial 424/2016), e que autoridades

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

do Poder Judiciário e do Ministério Público podem comunicar tal medida à Pasta ministerial responsável por operacionalizar a Plataforma +Brasil (art. 22, § 8º, desse mesmo normativo federal);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, efetivando-se as comunicações e diligências propostas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-042.146/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Município de Guaraqueçaba/PR; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto); Ministério da Economia (extinto); Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. comunicar ao Departamento de Transferências e Parcerias da União, vinculado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que o Município de Guaraqueçaba/PR, em razão da decisão judicial proferida nos autos do processo judicial 0002255-82.2017.8.16.0043, está descumprindo o requisito para a celebração de convênios e contratos de repasse, constante do art. 22, inciso XV, da Portaria Interministerial 424/2016;

1.6.2. diligenciar o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, para que apresente, no prazo de quinze dias, documentação relativa à verificação do cumprimento dos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101/2000, referente aos Convênios SIAFI 893151/2019, 870859/2018, 849811/2017 e 209372/2014, celebrados com o Município de Guaraqueçaba/PR;

1.6.3. diligenciar o Ministério da Agricultura e Pecuária, para que apresente, no prazo de quinze dias, documentação relativa à verificação do cumprimento dos artigos 48 e 48-A da Lei Complementar 101/2000, referente ao Convênio SIAFI 872701/2018, celebrado com o Município de Guaraqueçaba/PR;

1.6.4. comunicar ao Juízo da Vara da Fazenda Pública de Antonina/PR e ao Ministério Público Estadual do Paraná que ambos possuem competência para comunicar eventual descumprimento dos requisitos relacionados à divulgação da execução orçamentária e financeira em meio eletrônico e da suspensão de transferências por decisão judicial diretamente ao órgão responsável pela manutenção da Plataforma +Brasil, nos termos do art. 22, § 8º, incisos I e II, da Portaria Interministerial 424/2016;

1.6.5. dar ciência desta deliberação ao Juízo da Vara da Fazenda Pública de Antonina/PR, ao Ministério Público Estadual do Paraná e à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba/PR, remetendo-lhes uma cópia da instrução de peça 9.

ACÓRDÃO Nº 2108/2023 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia, com pedido de adoção de medida cautelar, sobre possíveis irregularidades nos Pregões Eletrônicos 281/2023, 282/2023 e 283/2023 sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal (Caixa), por intermédio da Centralizadora Nacional de Contratações (CECOT/BR), com valores estimados, respectivamente, de R$ 38.968.014,24, R$ 45.425.160,00 e R$ 38.965.104,24, cujo objeto é a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de Regulação, Processamento de Contas e Credenciamento em saúde suplementar para apoio à gestão e operacionalização dos benefícios de assistência à saúde da CAIXA e suas ações e programas relacionados a saúde nos estados da Federação

Considerando que o denunciante alegou, em suma, ter ocorrido: i) exigência de fornecimento de ferramenta tecnológica e a preexistência de ferramenta adquirida com dinheiro público; ii) incongruências nas planilhas de formação de preços; iii) exigência de quadro mínimo de profissionais; e iv) ausência de justificativa para a realização de pregões distintos para o mesmo objeto;

considerando que a denúncia atende aos requisitos de admissibilidade aplicáveis;

considerando não estarem presentes os requisitos para adoção da medida cautelar pleiteada;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que, de acordo com a unidade instrutora, os indícios de irregularidades não se confirmaram, uma vez que: i) o objeto dos certames não é o fornecimento de ferramenta tecnológica para gestão dos benefícios de assistência à saúde; ii) não se confirmaram as alegações de inconsistências nos itens computador e aluguel da planilha de formação de preços; iii) as considerações e critérios adotados pela entidade para definir o quadro mínimo de profissionais necessários para a execução dos serviços pretendidos se mostraram razoáveis e justificados para a operacionalização da assistência à saúde dos seus empregados; iv) não se verificou irregularidade na escolha administrativa de realizar mais de um pregão eletrônico, considerando a região a ser atendida.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento nos arts. 43, inciso I, e 53 a 55 da Lei 8.443/1992, nos arts. 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 104, § 1º, e 108, da Resolução-TCU 259/2014, bem como no parecer da unidade técnica, em:

a) conhecer da denúncia e, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção;

c) levantar o sigilo destes autos, com exceção das peças que contenham informação pessoal do denunciante;

d) comunicar esta decisão ao denunciante e à unidade jurisdicionada;

e) arquivar os autos.

1. Processo TC-033.122/2023-7 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Unidade: Caixa Econômica Federal - Cn Contratações - CECOT/BR

1.4. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2109/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das deliberações do Acórdão 1.373/2022-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 037.403/2021-4, sendo este último uma representação a respeito de indícios de irregularidades nos processos que avaliam os pedidos de transposição e enquadramento de servidores que exerceram função policial nos ex-Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima para quadro em extinção na Administração Pública Federal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 243 e 254, do Regimento Interno/TCU, e no art. 37 da Resolução TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

considerar cumpridas as determinações contidas nos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.5 do Acórdão 1.373/2022-TCU-Plenário;

considerar em cumprimento as determinações constantes dos subitens 9.2.4 e 9.2.6 do Acórdão 1.373/2022-TCU-Plenário;

considerar em implementação a recomendação constante do Acórdão 1.373/2022-TCU-Plenário;

enviar cópia deste acórdão à Comissão Especial de Ex-Territórios Federais (CEEXT) e à Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGPRT/MGI);

apensar este processo ao TC 037.403/2021-4.

1. Processo TC-012.151/2022-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Unidade: Ministério da Economia (extinto); Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (extinto).

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2110/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Edson Luiz de Oliveira, peças 90-103, contra o Acórdão 8.398/2020-TCU-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman, proferidos no bojo de TCE em que o Colegiado julgou irregulares as contas do recorrente, condenou-o em débito e aplicou-lhe multa em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 724459/2009;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (peças 105-107), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (peça 109);

Considerando que o recorrente se limitou a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente;

Considerando que os documentos novos trazidos em sede recursal não possuem o condão de produzir eficácia sobre a irregularidade que ocasionou a condenação imposta pelo Tribunal, por ausência de pertinência temática pois tratam do Convênio 708853/2009, objeto distinto da matéria analisada na TCE;

Considerando que a prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento no âmbito do Tribunal de Contas da União é regulamentada pela Resolução TCU 344/2022, cujo art. 18 versa que "O disposto nesta resolução aplica-se somente aos processos nos quais não tenha ocorrido o trânsito em julgado no TCU até a data de publicação desta norma";

Considerando que o exame da prescrição no bojo do presente processo resta inviabilizado pois o trânsito em julgado do acórdão condenatório ocorreu em 3/12/2020 (peça 80), antes, portanto, da publicação da Resolução TCU 344/2022 (21/10/2022);

Considerando, em acréscimo, que, nos termos do art. 10, parágrafo único, da mesma Resolução 344/2022, "No caso de dívidas sujeitas à cobrança judicial, o Tribunal não se manifestará sobre a prescrição caso já tenha sido remetida a documentação pertinente aos órgãos ou entidades executores"; e

Considerando que, no caso concreto, os processos de cobrança executiva já foram constituídos (TCs 005.384/2021-4 e 005.386/2021-7, apensos) e o Ministério Público junto ao TCU já encaminhou ao órgão credor as informações necessárias à cobrança judicial da dívida (ofícios às peças 17 de ambos os processos de cobrança executiva), sendo, portanto, incabível a análise da prescrição pelo TCU neste estágio processual,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, "b", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Edson Luiz de Oliveira, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do art. 35 da Lei 8.443/92, c/c art. 288 do Regimento Interno/TCU; e

b) informar ao recorrente a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-015.990/2018-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 005.386/2021-7 (COBRANÇA EXECUTIVA); 005.384/2021-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: Edson Luiz de Oliveira (110.139.232-00).

1.3. Recorrente: Edson Luiz de Oliveira (110.139.232-00).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bragança - PA.

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.8. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.9. Representação legal: Jose Celio Santos Lima (6258/OAB-PA), representando Edson Luiz de Oliveira.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 2111/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia em face de possíveis irregularidades ocorridas na Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), relacionadas ao Edital de Concessão 4/2021 - Sistema Rodoviário BR381/262/MG/ES, consistentes na inobservância dos arts. 9º, § 2º, inciso II e 10, incisos I, II, da Lei 13.103/2015, que tratam da obrigatoriedade de se prever nos editais e contratos das rodovias federais, concedidas ou em processo de concessão, a implantação de Pontos de Parada e Descanso (PPD);

Considerando que a matéria foi apreciada mediante o Acórdão 1829/2023 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, por meio do qual o Tribunal, dentre outras deliberações, considerou a denúncia parcialmente procedente; absteve-se de assinalar a adoção de medidas corretivas, diante da regularização da situação por parte da ANTT; e retirou o sigilo dos autos;

Considerando que, em face do citado Acórdão 1829/2023 - TCU - Plenário, foram opostos embargos de declaração pela denunciante (peças 43-44), a qual alegou supostas omissão e contradição na decisão pois proferida sem que antes tivesse sido "disponibilizado acesso à Instrução da Unidade Técnica que embasou o referido decisum";

Considerando que o § 1º do art. 34 da Lei 8.443/1992 legitima para a oposição de embargos de declaração apenas o Ministério Público e a parte responsável ou interessada;

Considerando que a embargante não figura nos presentes autos como parte processual (responsável ou interessada), nem tampouco evidenciou razão legítima para ser habilitada como interessada conforme determinam os arts. 146, § 1º, e 282 do RI/TCU;

Considerando que o fato de uma pessoa jurídica ser a signatária de representação ou denúncia não resulta, por si só, no reconhecimento de sua qualidade como parte processual (responsável ou interessada) perante o Tribunal de Contas da União;

Considerando que inexistem omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, tendo a decisão sido devida e congruentemente fundamentada e motivada com base nos pareceres técnicos inseridos no acervo processual; e

Considerando que a tramitação das denúncias ocorre sob sigilo por força do art. 53, § 3º, da Lei 8.443/1992, de modo que se afigura regular a não disponibilização prévia dos pareceres técnicos que embasaram o acórdão embargado à pessoa da denunciante/embargante, porquanto não habilitada como parte processual,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, V, "f", do RI/TCU, em não conhecer dos embargos de declaração opostos às peças 43-44 e comunicar a embargante sobre a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-002.249/2022-7 (DENÚNCIA)

1.1. Recorrente: Denunciante (identidade preservada).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Antonio Anastasia

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (AudRodoviaAviação).

1.7. Representação legal: Identidade preservada.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2112/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada por Brasal Comércio de Automóveis e Serviços Ltda. em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico SRP 3/2023, sob a responsabilidade do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, cujo objeto é a escolha da proposta mais vantajosa para eventual compra nacional de veículos administrativos, de transporte de pessoal e de carga, visando atender à execução descentralizada do Programa Calha Norte, do Ministério da Defesa;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a representante se insurge, em suma, contra i) suposta ausência de parcelamento do objeto licitado, sem justificativa técnica compatível (aquisição dos veículos, com garantia de dois anos, incluindo a realização das quatro primeiras revisões); ii) proibição de participação de empresas em consórcio sem justificativa razoável; iii) atribuição de sigilo ao orçamento estimado da contratação e ao preço máximo aceitável; e iv) estabelecimento de índices contábeis de qualificação econômico-financeira inadequados ao caso;

Considerando que, no tocante ao não parcelamento do objeto, as condições editalícias contestadas pela representante são amplamente praticadas pelo mercado (aquisição de veículo, incluindo a realização de revisões), com pequenos ajustes para atender às necessidades da Administração quanto ao período de garantia e ao número de revisões;

Considerando que, quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, a restrição restou devidamente motivada pelo órgão licitante;

Considerando que, atinente à atribuição de sigilo ao orçamento estimado da contratação e ao preço máximo aceitável, a medida respalda-se no art. 24 da Lei nº 14.133/2021;

Considerando que, quanto ao estabelecimento de índices de qualificação econômico-financeira, os valores exigidos são amplamente praticados pela Administração, tendo sido consolidados nos arts. 22 e 24 da Instrução Normativa MP 3/2018; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Contratações às peças 12-13;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, em:

a) conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes no art. 170, § 4º, da Lei 14.133/2021, c/c os arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) indeferir o pedido de medida cautelar;

c) comunicar a prolação do presente Acórdão ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e à representante; e

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c art. 169, VI, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-032.970/2023-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Ministério da Gestão e da Inovação Em Serviços Públicos.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: Brasal Comércio de Automóveis e Serviços Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.6. Representação legal: Victor Matheus Scholze de Oliveira (39503/OAB-DF), representando Brasal Comercio de Automóveis e Serviços Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2113/2023 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, em atuação do Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, com vistas a que o Tribunal "decida pela adoção das medidas tendentes a acompanhar os procedimentos do Conselho Administrativo de Recursos Federais - Carf a serem adotados a partir da decisão proferida pelo Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da RCL 43.007, com risco de anulação de tributos e multas aplicadas pela Receita Federal em mais de 3,4 mil procedimentos fiscais instaurados contra políticos, empreiteiras, executivos e outros investigados, entre os anos de 2016 e 2019, somando R$ 22,4 bilhões em tributos devidos";

Considerando que a representação, motivada em matéria jornalística publicada no veículo Valor Econômico, aponta possível risco de o Carf anular mais de 3,4 mil procedimentos fiscais instaurados entre os exercícios de 2016 e 2019, somando R$ 22,4 bilhões em tributos supostamente devidos;

Considerando, contudo, a ausência de indícios mínimos de que o Conselho Administrativo de Recursos Federais perpetrou ou irá perpetrar irregularidades sujeitas à competência da Corte; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (peças 5-7),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, em:

a) não conhecer da representação, por ausentes os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 103, § 1º da Resolução TCU 259/2014;

b) comunicar à autoridade representante a prolação do presente Acórdão; e

c) promover o arquivamento do processo com fundamento nos arts. 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 105 da Resolução TCU 259/2014.

1. Processo TC-033.428/2023-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante: Ministério Público junto ao TCU, em atuação do Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Orçamento, Tributação e Gestão Fiscal (AudFiscal).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2114/2023 - TCU - Plenário

Considerando a presente representação, com pedido de cautelar, a respeito de possíveis inconformidades ocorridas no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina (Crea/SC), relacionadas ao Pregão 11/2023, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de auxílios alimentação e refeição, com valor estimado em R$ 6.497.236,80;

Considerando a alegação da representante de que o edital continha algumas exigências que restringiriam indevidamente a competitividade, a saber: i) que o licitante possuísse responsável técnico perante o Conselho Regional de Nutricionistas do Estado de Santa Catarina/SC, conselho de fiscalização profissional sem relação com o objeto do certame; e ii) que o licitante fosse credenciado em pelo menos oito redes de estabelecimentos, de uma lista total de doze nomes indicados pelo edital, sem amparo em critérios técnicos;

Considerando que, consoante a unidade instrutiva, a jurisprudência do TCU aplicável às situações análogas reforça que há plausibilidade jurídica nas irregularidades levantadas, e que as mesmas restringiriam indevidamente a competitividade no certame, contrariando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

Considerando que, conforme apontado pela AudContratações, nenhuma das empresas mencionadas no levantamento realizado pelo Crea/SC para definição da rede credenciada mínima participaram da licitação;

Considerando que o edital observou a vedação expressa do Decreto 10.854/2021 da Lei 14.442/2022 quanto à oferta de taxa de administração negativa na prestação dos serviços objeto da presente contratação, tendo a proposta declarada vencedora ofertado taxa de administração igual a 0%, a máxima aceitável;

Considerando a conclusão da AudContratações, de que a determinação de nulidade do certame não atenderia ao interesse público, sendo suficiente dar ciência ao Crea/SC das irregularidades identificadas, de forma a evitar ocorrências semelhantes em futuras licitações;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, bem como expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-032.987/2023-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Paulo André Simões Poch (OAB/SP 181402), representando Verocheque Refeições Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela representante, ante a ausência dos pressupostos para sua concessão;

1.6.2. dar ciência ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina, com fundamento no art. 9º, I, da Resolução-TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico SRP 11/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

1.6.2.1. a exigência contida nos itens 9.8.11 e 9.8.12 do edital, a título de habilitação (qualificação técnica) e como condição para execução do contrato, de possuir certidão(ões) de registro e quitação - CRQ da licitante - contendo a indicação de seu(s) responsável(eis) técnico(s) - expedida(s) pelo Conselho Regional de Nutricionistas da jurisdição da sua sede/domicílio ou do Estado de Santa Catarina/SC, está em desacordo com o art. 30 da Lei 8.666/1993, uma vez que o objeto do certame não envolveria atividades privativas de profissional nutricionista, constantes do art. 3º e 4º da Lei 8.234/1991, tampouco atividade de nutrição, não incidindo a obrigação constante do parágrafo único do art. 15 da Lei 6.583/1978;

1.6.2.2. a exigência contida no item 9.8.13 do edital, a título de habilitação (qualificação técnica), de registro no Conselho Regional de Nutricionistas dos atestados de capacidade técnica, está em desacordo com o art. 30 da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência do Tribunal (v.g. Acórdãos 2.789/2016-Plenário, Ministro Relator Augusto Nardes, e 7.260/2016-2ª Câmara, Relatora Ministra Ana Arraes); e

1.6.2.3. as exigências contidas nos itens 6.3.7 e 6.3.8 do termo de referência do edital restringem indevidamente a competitividade do certame, uma vez que não se encontram amparadas em estudos preliminares comprovando terem sido definidas com base em critérios técnicos, levantamentos e parâmetros objetivos, e em consonância com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a fim de compatibilizar o atendimento satisfatório dos empregados com as vantagens decorrentes da ampliação da competitividade do certame, infringindo, desse modo, o art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/1993;

1.6.3. informar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina e à representante deste acórdão;

1.6.4. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, II, do Regimento Interno deste Tribunal.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 59 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 18 de outubro de 2023.

Ministro BRUNO DANTAS
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 1, p. 171)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1ª CÂMARA

ATA Nº 35, DE 10 DE OUTUBRO DE 2023
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler (participação de forma telepresencial), Jorge Oliveira (participação de forma telepresencial) e Jhonatan de Jesus; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA
A Primeira Câmara homologou a Ata nº 34, referente à sessão realizada em 3 de outubro de 2023.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET
Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA
Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:
- TC-017.556/2022-8, TC-022.294/2022-8, TC-022.608/2023-0 e TC-033.708/2013-4, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;
- TC-006.559/2022-0 e TC-022.654/2021-6, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira; e
- TC-014.716/2021-6 e TC-047.413/2020-4, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO
A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 11268 a 11492.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA
Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 11205 a 11267, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA
Por deliberação do Colegiado, com base no § 10 do artigo 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-030.966/2022-1, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira, foi transferida para a sessão ordinária da Primeira Câmara de 14 de novembro de 2023. O processo está sob pedido de vista formulado em 22 de agosto de 2023 pelo Ministro Benjamin Zymler (Ata nº 28/2023).

REABERTURA DE DISCUSSÃO
Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-020.341/2022-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira e o revisor é o Ministro Benjamin Zymler (Ata nº 24/2023). O Tribunal aprovou o Acórdão nº 11237, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 11205/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 007.294/2022-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Dilma Serrão Ferreira Silva (442.354.022-34) e Jociclélio Castro Macedo (559.991.582-49)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Belterra/PA
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

8. Representação legal: Rayane Luzia Feijão Batista (OAB/PA 27.757), Heron de Sousa Coelho (OAB/PA 10.633) e Antônio Eder John de Sousa Coelho (OAB/PA 4.572)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em face da omissão na prestação de contas quanto aos recursos repassados por força do Termo de Compromisso 1153/2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares as contas do sr. Jociclélio Castro Macedo, nos termos dos arts. 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1993, dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "a" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas da sra. Dilma Serrão Ferreira Silva, condenando-a ao pagamento da quantia abaixo discriminada, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo de parcela
14/1/2014	428.000,00	débito
31/12/2016	352,55	crédito

9.3. aplicar à sra. Dilma Serrão Ferreira Silva multa individual no valor de R$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais), nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c art. 267 do RITCU, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não seja atendida a notificação;

9.5. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar a responsável de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. esclarecer à responsável que, caso se demonstre, por via recursal, a correta aplicação dos recursos, mas não se justifique a omissão da prestação de contas, o débito poderá ser afastado, mas permanecerá a irregularidade das contas, dando ensejo à aplicação da multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

9.8. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e

9.9. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis, ao FNDE e à Prefeitura Municipal de Belterra/PA.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11205-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11206/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.865/2023-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Richelieu Valentin de Castro (852.029.325-53).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão de pessoal efetuada pela Caixa Econômica Federal,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, em conformidade com o art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, ordenar o registro do ato de admissão do Sr. Richelieu Valentin de Castro;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e à entidade de origem.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11206-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11207/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.075/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)

3. Recorrente: Márcio Luiz de Souza (551.177.599-15)

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto por interposto por Márcio Luiz de Souza contra o Acórdão 1.222/2023-1ª Câmara, decisão em que o TCU julgou ilegal seu ato de aposentadoria, negando-lhe registro, em decorrência da incorporação de quintos pelo exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. comunicar esta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11207-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11208/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 008.884/2023-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Maria Ramos da Silva (127.663.991-00).

4. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em favor da Sra. Maria Ramos da Silva,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Maria Ramos da Silva, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.4. adote as providências pertinentes no sentido de dar efetivo cumprimento à modulação de efeitos da tese de repercussão geral fixada no Recurso Extraordinário 638.115 em relação aos "quintos" incorporados aos proventos da interessada, ajustando a referida incorporação aos termos legais e transformando os eventuais valores excedentes em parcela compensatória passível de absorção em virtude de qualquer reajuste ocorrido nos seus proventos, exceto se restar comprovado pela servidora que seu nome constou da relação de filiados eventualmente juntada pela Assejus quando do ingresso da entidade como litisconsorte ativa no MS 2003.00.2.008895-7; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11208-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11209/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.223/2023-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessada: Carla Mundt (315.501.420-20).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos, em que se aprecia ato de aposentadoria de Carla Mundt, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, III, da Constituição Federal,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 262 do Regimento Interno e o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Carla Mundt e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta decisão pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.2. comunique à interessada a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

9.3.3.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada dele tomar conhecimento; e

9.3.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

9.4. esclarecer ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul que a determinação constante do item 9.3.1 alcança apenas a parcela de décimos incorporados além do limite de um décimo (1/10), previsto no art. 5º da Lei 9.624/1998 (cômputo do tempo residual, a partir de 10/11/1997, para a concessão de 1/10).

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11209-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11210/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.154/2023-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Denise da Gama Teixeira (747.036.257-68); Elena da Gama Teixeira (740.420.688-04); Leda da Gama Teixeira (746.979.277-53).

4. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão militar emitido, no âmbito do Comando da Aeronáutica, em favor das Sras. Denise da Gama Teixeira, Elena da Gama Teixeira e Leda da Gama Teixeira,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar emitido em favor das Sras. Denise da Gama Teixeira, Elena da Gama Teixeira e Leda da Gama Teixeira, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Aeronáutica que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11210-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11211/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.772/2023-3

2. Grupo I - Classe V - Aposentadoria

3. Interessada: Amelia Parente de Carvalho (CPF: 110.255.653-04)

4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, em favor de Amelia Parente de Carvalho,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 71, III, da Constituição Federal de 1988; 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c art. 262 do Regimento Interno e o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Amelia Parente de Carvalho e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pela interessada até a data de ciência desta decisão pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa competente;

9.3.2. informe a interessada sobre o teor da presente deliberação e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.3. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 9º da Lei 11.314/2006, conforme estabelecido no art. 14 da Lei 12.716/2012;

9.3.4. promova a absorção da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) prevista no art. 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único desse mesmo dispositivo, considerando-se os aumentos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa aos servidores inativos;

9.3.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria, suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema ePessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11211-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11212/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.535/2020-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: João Nunes de Souza (010.599.202-04); Josué Lacerda Pompeu (963.469.492-68); Prefeitura Municipal de Vigia - PA (05.351.606/0001-95).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vigia/PA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Melina Silva Gomes (OAB-PA 17.067) e João Luis Brasil Batista Rolim de Castro (OAB-PA 14.045), representando Prefeitura Municipal de Vigia /PA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS à Secretaria Municipal de Saúde de Vigia de Nazaré/PA, na modalidade fundo a fundo no exercício de 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos srs. João Nunes de Souza e Josué Lacerda Pompeu, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Município de Vigia/PA, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, nos termos dos arts. 1°, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/2/2013	32.085,00
19/3/2013	32.085,00
18/4/2013	28.520,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/5/2013	21.390,00
21/6/2013	21.390,00
21/8/2013	10.695,00
20/9/2013	10.695,00
22/10/2013	10.695,00
19/2/2013	13.380,00
19/3/2013	13.380,00
30/4/2013	13.380,00
21/5/2013	6.690,00
21/6/2013	10.035,00
23/7/2011	10.035,00
21/8/2013	10.035,00
30/9/2013	6.690,00
22/10/2013	6.690,00
26/11/2013	6.690,00
24/12/2013	6.690,00

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o Município de Vigia/PA comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia de que trata o subitem anterior aos cofres do respectivo Fundo Municipal de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. aplicar aos responsáveis abaixo arrolados a pena de multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, de acordo com o valor indicado:

Responsável	Valor (R$)
João Nunes de Souza	20.000,00
Josué Lacerda Pompeu	10.000,00

9.5. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das datas das notificações, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (arts. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, quando paga após seu vencimento, desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.7. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, incidindo, sobre cada parcela, os correspondentes acréscimos legais, alertando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU;

9.8. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11212-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11213/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.948/2023-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Virgilius de Albuquerque (848.555.337-34)

4. Unidade: Tribunal de Contas da União

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de aposentadoria de Virgilius de Albuquerque, no cargo de Auditor Federal de Controle Externo, encaminhado pelo Serviço de Aposentadorias e Pensões - SAP/TCU ao Tribunal de Contas da União para fins de análise e julgamento, nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260 do Regimento Interno em considerar legal o ato de aposentadoria de Virgilius de Albuquerque, ordenando seu registro.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11213-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11214/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.462/2023-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Livia Maria Gomes de Figueiredo Lima (684.512.455-87); Maria José Oliveira Santos de Lima (436.184.057-15).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de pensão militar emitido no âmbito do Comando do Exército, em que figuram como instituidor o Sr. José Rodrigues de Lima, ocupante na ativa do posto de Primeiro-Tenente, e como beneficiárias as Sras. Livia Maria Gomes de Figueiredo Lima e Maria José Oliveira Santos de Lima, ambas na condição de filhas do instituidor,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal e 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de pensão militar no qual figura como instituidor o Sr. José Rodrigues de Lima (055.244.157-00), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer a unidade de origem, com fundamento no art. 262, § 2º, do Regimento Interno, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, desde que escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11214-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11215/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.109/2023-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Manoel de Oliveira Cardoso (082.268.145-53)

4. Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Manoel de Oliveira Cardoso, emitido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e submetido a este Tribunal para fins de registro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 260, § 1º, 261 e 262 do Regimento Interno, e no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Manoel de Oliveira Cardoso;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo beneficiário até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

9.3. determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que:

9.3.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

9.3.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, promova o recálculo do adicional de tempo de serviço nos proventos do interessado, considerando o percentual de 16%;

9.3.1.2. comunique esta deliberação ao interessado e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão, comprove ao TCU a comunicação ao interessado.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11215-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11216/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 021.047/2023-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Anderson Welter (004.919.039-36).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão de pessoal efetuada pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, em conformidade com o art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, ordenar o registro do ato de admissão do Sr. Anderson Welter;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e à entidade de origem.
10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11216-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11217/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 022.296/2023-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Ato de Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Raonny Alves de Santana (042.620.021-79).
4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão de pessoal efetuada pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, em conformidade com o art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023, ordenar o registro do ato de admissão do Sr. Raonny Alves de Santana;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e à entidade de origem.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11217-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11218/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 021.790/2022-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (em Aposentadoria)
3. Recorrentes: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); Janne Cury Nasser (296.634.401-63)
4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)
8. Representação legal: José Luis Wagner (OAB-DF 17.183), representando Janne Cury Nasser
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os pedidos de reexame interpostos por Janne Cury Nasser e pela Fundação Universidade de Brasília contra o Acórdão 8.678-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria de Janne Cury Nasser, negando-lhe registro, em virtude da percepção de parcela da URP de fevereiro de 1989 reajustada e da rubrica referente ao Vencimento Básico Complementar instituído pela Lei 11.091/2005, com reflexo indevido na composição do Adicional de Tempo de Serviço,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame para, no mérito, negar-lhes provimento; e
9.2. comunicar esta decisão às recorrentes.
10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11218-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11219/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 025.527/2021-5
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Drogaria Aliança Ltda. (19.567.459/0001-08) e Uelton Reis de Brito (031.388.111-16)
4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: Hugo Lelis Pereira (OAB/GO 35.577)
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de tomada de contas especial instaurada em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do RITCU, julgar irregulares as contas da empresa Drogaria Aliança Ltda. e do sr. Uelton Reis de Brito, condenando-os ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
18/12/2015	3.038,10
18/12/2015	2.101,20
21/01/2016	3.538,70
21/01/2016	2.396,42
17/02/2016	3.929,90
17/02/2016	2.742,87
07/03/2016	3.769,60
09/03/2016	2.575,97
01/04/2016	3.512,65
01/04/2016	873,24
29/04/2016	3.647,10
03/05/2016	1.402,76
31/05/2016	3.593,60
31/05/2016	1.273,52
30/06/2016	3.824,30
30/06/2016	1.415,18
03/08/2016	3.742,25
03/08/2016	1.308,88
09/09/2016	2.991,90
09/09/2016	1.168,38
30/09/2016	1.200,75
30/09/2016	2.853,05
11/11/2016	2.709,75
11/11/2016	1.162,98
29/11/2016	2.941,40
30/11/2016	1.130,69
29/12/2016	3.454,40
04/01/2017	1.310,57
20/02/2017	3.491,40
20/02/2017	1.333,19
09/03/2017	3.789,30
09/03/2017	1.159,10
04/04/2017	3.152,25

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
04/04/2017	1.065,54
16/05/2017	1.524,19
16/05/2017	4.138,85
16/06/2017	3.253,75
16/06/2017	1.297,15
29/06/2017	1.278,83
29/06/2017	3.909,95
27/07/2017	3.744,50
27/07/2017	1.208,94
21/08/2017	3.559,15
21/08/2017	1.016,88
22/09/2017	808,25
22/09/2017	1.922,75
20/10/2017	768,11
20/10/2017	2.389,00
15/12/2017	942,05
15/12/2017	1.824,85
16/12/2017	1.004,92
18/12/2017	2.464,20
06/02/2018	2.671,35
06/02/2018	973,13
02/03/2018	2.578,10
02/03/2018	1.016,50
02/04/2018	1.023,31
02/04/2018	2.936,20
03/05/2018	1.105,34
04/05/2018	3.311,10
04/06/2018	3.010,60
04/06/2018	903,95
10/07/2018	1.946,60
10/07/2018	951,68
01/08/2018	876,79
01/08/2018	2.264,60
17/09/2018	2.655,00
17/09/2018	1.156,61
10/10/2018	3.251,20
10/10/2018	1.268,79
29/10/2018	1.139,84
29/10/2018	2.981,10
05/12/2018	2.987,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
05/12/2018	1.366,46
27/12/2018	3.846,40
27/12/2018	1.435,91
12/02/2019	1.375,25
12/02/2019	3.920,20
08/03/2019	1.693,13
08/03/2019	3.635,30
29/03/2019	3.647,60
29/03/2019	1.649,65
10/04/2019	3.135,60
10/04/2019	1.118,43
23/05/2019	1.779,75
23/05/2019	3.186,30
26/06/2019	1,80
26/06/2019	4.390,70
26/06/2019	14,90
27/06/2019	1.509,03
26/07/2019	4.377,10
26/07/2019	1.360,02
26/07/2019	51,12
26/07/2019	212,00

9.2. aplicar à empresa Drogaria Aliança Ltda. e ao sr. Uelton Reis de Brito multa individual no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c art. 267 do RITCU, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não sejam atendidas as notificações;

9.4. autorizar, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovação do recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5. alertar os responsáveis de que a inadimplência de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. dar ciência da presente deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do RITCU; e

9.7. dar ciência do presente acórdão aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11219-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11220/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.107/2023-5

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de declaração (em Representação)

3. Recorrente: Speedmais Soluções Ltda. (22.148.707/0001-82)

4. Unidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Luís Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, agora em fase de análise de embargos de declaração opostos pela empresa Speedmais Soluções Ltda. ao Acórdão 10.164/2023-1ª Câmara, que, ao apreciar representação formulada pela embargante, considerou-a improcedente e indeferiu o pedido de concessão de medida cautelar,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992 e nos art. 144 e 146 do RITCU, em:

9.1. indeferir o pedido da representante de ingresso nos autos como parte interessada;

9.2. não conhecer dos embargos de declaração;

9.3. informar à empresa Speedmais Soluções Ltda. do teor deste acórdão, encaminhando-lhe, a título de subsídio, cópia do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11220-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11221/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.932/2022-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Mario Luiz Kalvan (778.326.558-87).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em favor do Sr. Mario Luiz Kalvan,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria do Sr. Mario Luiz Kalvan, determinando, excepcionalmente, o registro correspondente, nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. orientar a AudPessoal que proceda às anotações devidas no sistema e-Pessoal relativamente ao ato do interessado;

9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11221-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11222/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.964/2020-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Agnaldo Santana Siqueira (459.410.173-91); e Município de Pastos Bons/MA (05.277.173/0001-75)

4. Unidade: Município de Pastos Bons/MA

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor de Agnaldo Santana Siqueira e do Município de Pastos Bons/MA, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do FNS,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Agnaldo Santana Siqueira e pelo Município de Pastos Bons/MA;

9.2. fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, para que o Município de Pastos Bons/MA comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das importâncias a seguir discriminadas ao Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
24/9/2013	42.780,00
28/11/2013	42.780,00
24/12/2013	42.780,00
24/1/2014	42.780,00
21/2/2014	32.085,00
26/3/2014	32.085,00
16/4/2014	36.085,00
15/5/2014	39.432,50
Total	**310.807,50**

9.3. dar ciência ao Município de Pastos Bons/MA de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.4. comunicar esta decisão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.
10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11222-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11223/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 032.682/2023-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ricardo Carneiro Teixeira (663.846.997-53).
4. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam de ato inicial de aposentadoria emitido, no âmbito da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em favor do Sr. Ricardo Carneiro Teixeira,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e, excepcionalmente, em conformidade com o art. 7º, inciso II, da Resolução-TCU 353/2023, ordenar o registro do ato de aposentadoria do Sr. Ricardo Carneiro Teixeira;
9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e à entidade de origem.
10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11223-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11224/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 025.712/2021-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Alessandro Ramos da Silva (755.068.234-87), filho da ex-servidora; Antônio Henriques Lira Menezes Filho (318.013.824-68) e Suely Maria do Nascimento (360.128.404-97), ex-Chefes do Setor de Recursos Humanos do SFA/PE
4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco (SFA/PE)
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em cumprimento ao Acórdão 9.249/2021 - 2ª Câmara para apuração dos fatos relacionados ao pagamento de pensão previdenciária em favor de ex-servidora da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Pernambuco (SFA/PE), durante aproximadamente oito anos após seu falecimento,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "c", e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar revéis Alessandro Ramos da Silva, Antônio Henriques Lira Menezes Filho e Suely Maria do Nascimento, dando prosseguimento ao processo com os elementos nele contidos;

9.2. excluir Alessandro Ramos da Silva do polo passivo do presente processo;

9.3. julgar irregulares as contas de Antônio Henriques Lira Menezes Filho e Suely Maria do Nascimento;

9.4. enviar cópia deste acórdão aos responsáveis e à SFA/PE, para que adote as medidas administrativas e judiciais cabíveis, avaliando inclusive a possibilidade de propor ação judicial com o objetivo de obter o ressarcimento dos valores indevidamente pagos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11224-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11225/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.236/2023-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessados: Eliede Ribeiro Mafra Lima (452.394.443-15), Fernanda Andrea Lima Labanca (782.898.237-20), Gernanda Correia Lima (203.112.733-00) e Rozanna Correia Lima (234.490.473-53)

4. Órgão: Comando da Marinha

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar deferida pelo Comando da Marinha,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de interesse das sras. Eliede Ribeiro Mafra Lima, Gernanda Correia Lima, Fernanda Andrea Lima Labanca e Rozanna Correia Lima, recusando seu registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pelas interessadas, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação às sras. Eliede Ribeiro Mafra Lima, Gernanda Correia Lima, Fernanda Andrea Lima Labanca e Rozanna Correia Lima, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação; e

9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do RITCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado das irregularidades apontadas nestes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11225-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11226/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 029.612/2022-5
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Aposentadoria)
3. Interessada/embargante:
3.1. Interessada: Telma Lucia de Oliveira Zancanaro (500.201.530-15)
3.2. Embargante: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43)
4. Unidade: Fundação Universidade de Brasília
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: não há
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os embargos de declaração apresentados pela Fundação Universidade de Brasília contra o Acordão 10.391/2023-1ª Câmara, que negou provimento a pedido de reexame em face do Acórdão 1.937/2023-1ª Câmara, o qual considerou ilegal o ato de aposentadoria de Telma Lucia de Oliveira Zancanaro, negando-lhe registro, em virtude, entre outras irregularidades, da percepção de parcela da URP de fevereiro de 1989 reajustada,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. comunicar esta decisão à embargante, inclusive para que informe o seu teor à interessada no prazo de 15 dias, comprovando a adoção dessa medida a este Tribunal, nos 15 dias subsequentes.
10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11226-35/23-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11227/2023 - TCU - 1ª Câmara
1. Processo nº TC 029.676/2020-7
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: José Paulo de Souza Ramos (812.280.747-04); JSL S/A (52.548.435/0001-79)
4. Unidade: 11º Batalhão de Infantaria de Montanha
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)
8. Representação legal: Leila Mirian Pinheiro Soto Monteiro (OAB-BA 38.576), Dagoberto Pamponet Sampaio Junior (OAB-BA 11.899) e outros, representando JSL S/A.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, em desfavor de José Paulo de Souza Ramos e da empresa JSL S/A, em razão de prejuízo causado ao erário, devido a acidente envolvendo viatura de propriedade do Exército Brasileiro e caminhão baú de propriedade particular, a serviço da empresa JSL S/A, ocorrido em 29/7/2016, no Rio de Janeiro/RJ,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 212 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. arquivar os autos, sem julgamento de mérito, em virtude da ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; e

9.2. comunicar esta decisão à unidade jurisdicionada e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11227-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11228/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.305/2019-6

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: José Carlos Dorsa Vieira Pontes (368.454.421-34); DD Serviços Médicos S/S (07.825.668/0001-17)

4. Unidades: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Ministério da Educação

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos)

8. Representação legal: Paulo Tadeu de Barros Mainardi Nagata (OAB-MS 3.533-B) e Ricardo Youssef Ibrahim (OAB-MS 4.660), representando Marcelino Chehoud Ibrahim; Newley Alexandre da Silva Amarilla (OAB-MS 2.921), representando Augusto Daige da Silva; Newley Alexandre da Silva Amarilla (OAB-MS 2.921), representando DD Serviços Médicos S/S; Vinícius Carneiro Monteiro Paiva (OAB-MS 14.445), Alexandre Janólio Isidoro Silva (OAB-MS 15.656) e outros, representando José Carlos Dorsa Vieira Pontes.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este processo de tomada de contas especial em que se apreciam recursos de reconsideração interpostos pelo espólio de José Carlos Dorsa Vieira Pontes e pela empresa DD Serviços Médicos S/S contra o Acórdão 9.255/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual este Tribunal julgou irregulares as suas contas, condenou-os ao ressarcimento do prejuízo apurado nos autos e lhes aplicou multa, em razão de pagamentos irregulares no Contrato 9/2011, celebrado entre o Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (HUMAP/UFMS) e a empresa DD Serviços Médicos S/S, para prestação de serviços especializados em Cardiologia Intervencionista e Hemodinâmica,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes recursos e, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. apostilar o item 9.4.2 do Acórdão 9.255/2022-TCU-1ª Câmara para corrigir o erro material referente à indicação trocada das informações constantes nas colunas 'Data da Ocorrência' e 'Valor (R$)';

9.3. comunicar esta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11228-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira (Relator) e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11229/2023 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo TC 003.591/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Laurino Peters (245.233.729-34).

4. Órgão/Entidade: Município de São Bonifácio/SC.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em razão de não comprovação da regular aplicação de recursos repassados para construção e reconstrução de infraestrutura pública destruída por chuvas e inundações no município de São Bonifácio/SC,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. arquivar o processo;

9.3. informar o teor desta deliberação ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e ao responsável.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11229-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11230/2023 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo TC 013.362/2022-4

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Jilson Francisco da Silva (346.813.451-72); José Domingos Fraga Filho (110.210.551-15); Meraldo Figueiredo Sá (626.827.841-00); Neldo Egon Weirich (134.912.290-49); Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso (03.507.415/0012-05); Suelme Evangelista Fernandes (849.954.081-34).

4. Órgão/Entidade: Secretaria de Estado de Agricultura Familiar de Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração devido à não comprovação da regular aplicação de recursos repassados para ações nas áreas de agricultura familiar e assuntos fundiários no estado de Mato Grosso,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. arquivar o processo;

9.3. informar o teor desta deliberação ao Ministério da Agricultura e Pecuária e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11230-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11231/2023 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo TC 016.110/2022-6

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Bonifácio José (321.597.732-04); Edivaldo dos Santos Oliveira (683.544.012-00).

4. Órgão/Entidade: Fundação Estadual dos Povos Indígenas -FEPI.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em razão de não comprovação da regular aplicação de recursos repassados para capacitação de recursos humanos indígenas,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento no art. 1º, § 1º, da Lei 9.873/1999 c/c os arts. 2º e 11 da Resolução-TCU 344/2022

9.2. arquivar o processo;

9.3. informar o teor deste acórdão ao Ministério da Agricultura e Pecuária, à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11231-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11232/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.749/2013-0

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Embargantes: Instituto de Cooperação Pró-Vida (04.623.490/0001-33); Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar (038.028.763-34).

3.1. Responsáveis: Instituto de Cooperação Pró-Vida (04.623.490/0001-33); Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar (038.028.763-34).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Saúde (AudSaúde).

8. Representação legal: Fábio Fontes Estillac Gomez (34.163/OAB-DF) e outros, representando Tânia Maria Nunes de Araújo de Alencar; Fábio Fontes Estillac Gomez (34.163/OAB-DF), Alexandre Ramos de Lima (45.510/OAB-DF) e outros, representando o Instituto de Cooperação Pró-Vida.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em que se apreciam embargos de declaração opostos ao Acórdão 4.462/2022-TCU-1ª Câmara,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 287 do RITCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. informar os embargantes e a Fundação Nacional de Saúde do conteúdo desta deliberação.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11232-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11233/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 017.132/2020-7

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carlos Albino Figueiredo de Magalhães (145.415.132-34); Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (01.821.471/0001-23); Wilson José de Mello e Silva Maia (155.221.052-91).

4. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Laíze Marina de Oliveira Teixeira (27.189/OAB-PA) e Erick Pinheiro Magalhães (23.256/OAB-PA), representando Carlos Albino Figueiredo de Magalhães; Rodrigo Abenassiff Ferreira Maia (18.368/OAB-PA), representando Wilson José de Mello e Silva Maia; William de Oliveira Ramos (18.934/OAB-PA), Wotson Valadão de Moura (22.229/OAB-PA) e outros, representando Benedito Gomes dos Santos Filho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 01.10.0482.00, que teve por objeto o instrumento descrito como "Laboratório de Alta e Extra Alta Tensão da UFPA",

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, e 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias, de Carlos Albino Figueiredo de Magalhães e Wilson José de Mello e Silva Maia, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU:

- débito relacionado à Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
21/10/2017	72.552,63

- débitos relacionados a Carlos Albino Figueiredo de Magalhães em solidariedade com a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias e Wilson José de Mello e Silva Maia:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/5/2013	10.000,00
7/6/2013	3.000,00
11/6/2013	44.000,00
12/6/2013	50.000,00
14/6/2013	30.000,00
18/6/2013	30.000,00
20/6/2013	56.880,00
17/7/2013	1.338.900,00
17/7/2013	89,26
17/7/2013	29,75
17/7/2013	370,43
7/6/2013	80.000,00
10/6/2013	50.000,00
11/6/2013	44.000,00
12/6/2013	50.000,00
12/6/2013	20.000,00
14/6/2013	30.000,00
14/6/2013	155.000,00
17/6/2013	7.000,00
19/6/2013	55.000,00
19/6/2013	19.500,00
20/6/2013	27.444,28
21/6/2013	17.239,07
24/6/2013	6.600,00
27/6/2013	300.000,00
11/7/2013	45.000,00
8/8/2013	220.000,00
17/9/2013	69.000,00
11/11/2011	3.000,00
3/8/2012	28,10
25/1/2013	3,20
13/3/2013	28,10
21/5/2013	30.570,29
24/5/2013	85.000,00
5/6/2013	80.000,00
7/6/2013	800,00
7/6/2013	800,00
7/6/2013	1.000,00
18/6/2013	33.701,66
13/8/2013	20.000,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
25/3/2014	12,40
5/5/2014	28,10
15/9/2014	74,53
13/3/2015	800,00
11/5/2015	474,14
18/11/2015	214,50
23/11/2015	214,50

9.2. aplicar à Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, a Carlos Albino Figueiredo de Magalhães e Wilson José de Mello e Silva Maia, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 prestações mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;

9.6. informar esta deliberação à Procuradoria da República no Pará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas cabíveis, e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11233-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11234/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.077/2021-9

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Fioravante Batista Ballin (274.379.300-72).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Fioravante Batista Ballin devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos do Termo de Compromisso 217/2010, firmado com o município de Ijuí/RS e que teve por objeto a "recuperação de estradas, pontes e bueiros",

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, julgar irregulares as contas de Fioravante Batista Ballin, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 138.760,86 (cento e trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 18/3/2011 até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar-lhe multa no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o parcelamento das dívidas em até 36 prestações mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer delas importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, informar o teor desta deliberação à Procuradoria da República no Rio Grande do Sul;

9.6. informar o teor desta decisão ao responsável e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11234-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11235/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 033.279/2019-5

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (40.740.391/0001-03); Marcelo Henrique Siqueira de Araújo (518.200.305-63); Mariella Camardelli Uzeda (465.566.305-78); Paulo Gabriel Soledade Nacif (341.445.285-53); Paulo Sérgio Vila Nova Souza (655.997.725-00).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional do Meio Ambiente.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

8. Representação legal: Laura Lima da Silva (OAB-BA 14.340), representando Marcelo Henrique Siqueira de Araújo; Júlio Cézar Vila Nova Brito (OAB-BA 58.436), representando Paulo Sérgio Vila Nova Souza.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Meio Ambiente devido à não aprovação da prestação de contas dos convênios 031/2003 e 017/2005, firmados com o Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (Iesb),

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19 e 23 da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, de Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, de Mariella Camardelli Uzeda, de Paulo Sérgio Vila Nova Souza e de Paulo Gabriel Soledade Nacif, condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Fundo Nacional do Meio Ambiente, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.1.1. irregularidade 1: ausência de funcionalidade do objeto sem aproveitamento útil da parcela executada, por motivo de inexecução parcial do objeto do Convênio 031/2003

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C	DATA DA OCORRÊNCIA
- Marcelo Henrique Siqueira de Araújo - Paulo Gabriel Soledade Nacif - Mariella Camardelli Uzeda - Paulo Sérgio Vila Nova Souza - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	53.737,00	D	10/12/2003
	53.736,00	D	16/12/2003
	90.065,00	D	31/8/2005
	68.346,00	D	20/12/2005
	9.100,00	D	20/7/2006
- Mariella Camardelli Uzeda - Paulo Sérgio Vila Nova Souza - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	18.922,09*	C	31/8/2005
	68.346,00*	C	20/12/2005
	9.100,00*	C	20/7/2006

*aqui computados como crédito porque se repetem na "irregularidade 2", a seguir:

9.1.2. irregularidade 2: não comprovação da boa e regular aplicação de recursos federais do Convênio 031/2003 em razão de emissão de cheques nominais ao próprio Iesb, da realização de despesas posterior à vigência do convênio e da não apresentação da documentação comprobatória:

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C	DATA DA OCORRÊNCIA
- Mariella Camardelli Uzeda - Paulo Sérgio Vila Nova Souza - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	18.922,09	D	31/8/2005
	68.346,00	D	20/12/2005
	9.100,00	D	20/7/2006

9.1.3. irregularidade 3: não comprovação do aporte de parte da contrapartida pactuada no Convênio 017/2005:

RESPONSÁVEL	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C	DATA DA OCORRÊNCIA
- Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	13.308,47	D	17/10/2007

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.1.4. irregularidade 4: ausência de aplicação dos recursos federais repassados à conta do Convênio 017/2005 no mercado financeiro relativamente ao período de outubro/2007 a fevereiro/2008:

RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C	DATA DA OCORRÊNCIA
- Marcelo Henrique Siqueira de Araújo - Paulo Gabriel Soledade Nacif - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia	2.272,18	D	30/4/2009

9.2. com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar a Paulo Sérgio Vila Nova Souza multa no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais) e ao Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia, a Marcelo Henrique Siqueira de Araújo, a Mariella Camardelli Uzeda e a Paulo Gabriel Soledade Nacif, individualmente, multa no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer delas importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.4. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, informar o teor desta deliberação à Procuradoria da República na Bahia, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.6. informar o teor desta decisão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11235-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11236/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 046.773/2020-7

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Frederico Guidoni Scaranello (162.259.188-76).

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral, Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pelo Termo de Compromisso 0352284-63/2011 (registro siafi 671114), firmado entre o Ministério das Cidades e o

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

município de Campos do Jordão/SP e que teve por objeto a realização de obras de infraestrutura e apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir Ana Cristina Machado César (054.313.818-65) da relação processual;

9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, as contas de Frederico Guidoni Scaranello;

9.3. aplicar-lhe, nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, conforme o disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §1º, do Regimento Interno, o parcelamento da dívida em até 36 prestações, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da anterior, o das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno;

9.6. informar o teor desta deliberação à Caixa Econômica Federal, ao Ministério das Cidades, a Ana Cristina Machado César e a Frederico Guidoni Scaranello.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11236-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11237/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.341/2022-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Belirde Jorge Nunes (029.504.649-04).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. consignar na base de dados do sistema e-Pessoal a anotação de registro tácito do ato inicial de concessão de aposentadoria a Belirde Jorge Nunes (Sisac 20780907-04-2009-000001-0) e do respectivo ato de alteração (Sisac 20780907-04-2009-000007-9, cadastrado no e-Pessoal sob número 90356/2018), e declará-los insuscetíveis de revisão de ofício, uma vez transcorrido o prazo de que trata o art. 260, § 2º, do RI/TCU;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. informar aos interessados que o inteiro teor desta deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte ao de sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11237-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Revisor), Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11238/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.876/2022-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsável: José Soares de Lima (CPF 212.825.523-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Centro do Guilherme/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em desfavor do Sr. José Soares de Lima, ex-prefeito do Município de Centro do Guilherme/MA, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos federais recebidos por meio do Convênio Siafi 828083 (peça 13), firmado para "ampliação de estradas vicinais entre o assentamento 45 até a Quadra Faixinha, na zona rural do município de Centro do Guilherme/MA",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial ante a ausência de pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao responsável, ao Município de Centro do Guilherme/MA e à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11238-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11239/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.859/2023-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessado: Armando Batista dos Santos, CPF 261.434.707-82.

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de reforma submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma de Armando Batista dos Santos (ato nº 125231/2019), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de reforma, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11239-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11240/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.872/2023-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessado: Daniel Lopes da Silveira, CPF 078.037.967-53.

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de reforma submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de reforma de Daniel Lopes da Silveira (ato nº 3375/2021), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de reforma, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11240-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11241/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.519/2020-0.

1. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: George Gueber Cavalcante Nery (732.189.104-63); Reginaldo Crateú Cavalcante (031.638.778-93).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Orocó - PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor de Reginaldo Crateú Cavalcante e George Gueber Cavalcante Nery, prefeitos de Orocó/PE nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, respectivamente, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município à conta do Projovem Campo, ciclo 2014,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Reginaldo Crateú Cavalcante e George Gueber Cavalcante Nery, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. julgar irregulares as contas de Reginaldo Crateú Cavalcante, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito	
2.036,87	20/2/2015	D	
2.036,87	26/2/2015	D	
6.314,47	6/3/2015	D	
2.280,57	6/3/2015	D	
269,87	6/3/2015	D	
1.859,50	6/3/2015	D	
564,27	6/3/2015	D	
269,87	11/3/2015	D	
1.344,00	13/3/2015	D	
2.036,87	19/3/2015	D	
1.603,99	24/3/2015	D	
3.656,10	25/3/2015	D	
10.018,22	1/4/2015	D	
269,87	1/4/2015	D	
935,09	1/4/2015	D	
935,09	7/4/2015	D	
269,87	13/4/2015	D	
935,09	14/4/2015	D	
1.012,00	22/4/2015	D	
800,00	4/5/2015	D	
9.718,73	6/5/2015	D	
724,96	6/5/2015	D	
1.512,96	11/5/2015	D	
12.072,80	12/5/2015	D	
1.512,96	13/5/2015	D	
269,87	13/5/2015	D	
12.927,44	13/5/2015	D	
29.499,40	2/6/2015	D	
10.443,69	2/6/2015	D	
724,96	2/6/2015	D	
12.875,04	2/6/2015	D	
30.704,97	2/7/2015	D	
8.061,94	2/7/2015	D	
724,96	2/7/2015	D	

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito	
29.851,40	5/8/2015	D	
10.443,69	5/8/2015	D	
1.449,92	5/8/2015	D	
2.805,40	6/8/2015	D	
11.744,47	9/9/2015	D	
3.687,84	9/9/2015	D	
10.698,96	7/10/2015	D	
2.899,84	7/10/2015	D	
3.126,60	14/10/2015	D	
3.270,00	16/10/2015	D	
13.007,81	20/10/2015	D	
14.360,57	20/10/2015	D	
17.109,34	20/10/2015	D	
10.766,40	30/10/2015	D	
2.899,84	30/10/2015	D	
1.578,00	26/11/2015	D	
10.698,94	30/11/2015	D	
2.899,84	30/11/2015	D	
7.882,23	18/12/2015	D	
1.631,16	18/12/2015	D	
12.323,64	18/12/2015	D	
17.247,60	30/12/2015	D	
1.001,50	27/1/2016	D	
598,12	11/7/2016	D	
10.675,12	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
10.675,12	11/7/2016	D	
11.687,12	11/7/2016	D	
11.687,12	11/7/2016	D	
11.687,12	11/7/2016	D	
11.687,12	11/7/2016	D	
1.012,00	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
2.428,80	11/7/2016	D	
17.645,60	12/7/2016	D	
17.964,60	12/7/2016	D	
16.174,40	13/7/2016	D	

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito	
17.274,40	13/7/2016	D	
17.709,40	13/7/2016	D	
17.964,60	13/7/2016	D	
1.677,52	14/7/2016	D	
5.262,40	14/7/2016	D	
838,76	15/7/2016	D	
3.643,20	15/7/2016	D	
1.012,00	18/7/2016	D	
1.012,00	18/7/2016	D	
1.619,20	19/7/2016	D	
4.134,65	19/7/2016	D	
809,60	20/7/2016	D	
1.012,00	21/7/2016	D	
1.012,00	22/7/2016	D	
809,60	25/7/2016	D	
7.984,95	26/7/2016	D	
2.024,00	3/8/2016	D	
2.631,20	3/8/2016	D	
809,60	4/8/2016	D	
3.229,50	8/8/2016	D	
809,60	8/8/2016	D	
2.534,00	16/8/2016	D	
3.115,20	16/8/2016	D	
809,60	29/8/2016	D	
944,54	29/8/2016	D	
809,60	29/8/2016	D	
809,60	29/8/2016	D	
7.984,00	22/9/2016	D	
722,50	23/9/2016	D	
809,60	29/9/2016	D	
809,60	29/9/2016	D	
809,60	29/9/2016	D	
1.012,00	29/9/2016	D	
2.615,60	26/10/2016	D	
809,60	28/10/2016	D	
809,60	28/10/2016	D	
809,60	28/10/2016	D	
1.012,00	28/10/2016	D	
2.080,00	31/10/2016	D	
1.821,60	1/11/2016	D	

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência	Débito/Crédito	
1.619,20	1/11/2016	D	
2.754,09	5/12/2016	D	
1.821,60	5/12/2016	D	
1.619,20	5/12/2016	D	
1.821,60	22/12/2016	D	
1.619,20	22/12/2016	D	
34.000,00	20/9/2016	D	
10.000,00	20/9/2016	D	
52.300,00	20/9/2016	D	
30.000,00	21/9/2016	D	
21.100,00	22/9/2016	D	
46.000,00	27/9/2016	D	
100.000,00	28/9/2016	D	
14.330,00	29/9/2016	D	
20.000,00	30/9/2016	D	
26.535,77	10/10/2016	D	
3.188,00	25/11/2016	D	
3.630,00	25/11/2016	D	
21.000,00	29/11/2016	C	
28.000,00	30/11/2016	C	

9.3. aplicar a Reginaldo Crateú Cavalcante, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 130.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. julgar irregulares as contas de George Gueber Cavalcante Nery, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" da Lei 8.443/1992, aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 209, § 4º, e 268, inciso I, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 5.000,00, e fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fundamento no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considerar cabíveis;

9.7. remeter cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11241-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11242/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.096/2023-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Maria das Graças Gonçalves Balarini, CPF 831.912.247-34.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Maria das Graças Gonçalves Balarini, autorizando-lhe, excepcionalmente, o correspondente registro, nos termos do inciso II do art. 7º da Resolução-TCU 353/2023, desta Corte de Contas;

9.2. esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, a despeito da chancela de ilegalidade da aposentadoria da Sr.ª Maria das Graças Gonçalves Balarini, a parcela remuneratória decorrente do exercício de função comissionada, contemplada nos seus proventos por força de decisão judicial transitada em julgado, poderá subsistir nos termos em que foi deferida;

9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11242-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11243/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.301/2012-7.

2. Grupo: II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Charles Schwanke (CPF 586.969.549-04), Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft) (CNPJ 81.160.376/0001-65), Focus Tecnologia Ltda. (CNPJ 81.609.414/0001-14), Rede de Aprendizado Contínuo Ltda. (RAC) (CNPJ: 04.791.081/0001-46) e César Cláudio Luiz Ribeiro Margarida (CPF 540.664.689-34).

4. Unidade: Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudTCE.

8. Representação legal: Elísio de Azevedo Freitas (OAB/DF 18.596) e outros, representando Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft) e Charles Schwanke; e Eduardo Rodrigues Lopes (OAB/DF 29.283), representando César Cláudio Luiz Ribeiro Margarida.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em desfavor de Charles Schwanke, em razão da impugnação total das despesas do Convênio 01.02.0307.00 (Siafi 473860), celebrado com a Polo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau (Blusoft), tendo como interveniente a empresa Focus Tecnologia Ltda., tendo por objeto a execução do Projeto "DNA - Visão Artificial baseada em Redes Neurais",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;

9.2. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11243-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11244/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo - TC 010.859/2022-5.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Izabel Cristina Braga Arroyo, CPF 120.315.438-06.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Izabel Cristina Braga Arroyo, autorizando-lhe, excepcionalmente, o correspondente registro, nos termos do inciso II do art. 7º da Resolução 353/2023, desta Corte de Contas;

9.2. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que, a despeito da chancela de ilegalidade da aposentadoria da Sr.ª Izabel Cristina Braga Arroyo, o pagamento da parcela remuneratória alusiva a "quintos"/"décimos" decorrente do exercício de função comissionada, incorporados após a edição da Lei 9.624/1998 por força de decisão judicial transitada em julgado, poderá subsistir, sem absorção, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115,

9.3. dar ciência desta deliberação à interessada e ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP;

9.4. arquivar os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11244-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11245/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC - 015.689/2023-9

2. Grupo: II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Alberto da Silva França, CPF 036.920.378-05.

4. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Alberto da Silva França, negando-lhe o correspondente registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. avalie, para o interessado nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0/DF, proposta pela Associação Nacional do Servidores do Poder Judiciário Federal - ANAJUSTRA, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para O Sr. Alberto da Silva França ser beneficiário do mencionado feito, se faz necessário: (i) apresentar autorização expressa do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-la na ação ordinária referida; e (ii) comprovar que, à época do protocolo da ação, o interessado era filiado à referida associação;

9.3.3. após a verificação do subitem 9.3.2, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115, dando ciência a esta Corte de Contas das providencias levadas a efeito;

9.3.4. alerte o Sr. Alberto da Silva França no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe, com rigor, o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11245-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11246/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 019.995/2023-7

2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Marcelo Hide Matsumoto, CPF 072.205.218-98.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Marcelo Hide Matsumoto, negando-lhe o respectivo registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé até a data da ciência desta deliberação, com base no Enunciado 106 da Súmula;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, comunique ao interessado o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. com fulcro nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, emita, no prazo de 30 dias, novo ato de aposentadoria do Sr. Marcelo Hide Matsumoto, livre das irregularidades ora apontadas, para oportuna deliberação do Tribunal;

9.3.3. alerte o interessado no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que o interessado teve ciência desta deliberação;

9.4. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal de São Paulo;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe, com rigor, o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão;

9.5.2. cumpridos os termos deste acórdão, arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11246-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11247/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC - 016.366/2022-0.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.

3. Interessados: Maria Rosa Caruso, CPF 404.596.408-87; Hildenira Farias Teixeira, CPF 112.196.048-01; Felipe Andrade Fran dos Santos, CPF 439.927.428-06; Raphaela Andrade dos Santos, CPF 438.569.328-52; Rosália Andrade dos Santos, CPF 286.975.188-57; Maria Aparecida Machado, CPF 171.265.118-84, e Ivo Soares Ghilardi, CPF 124.566.758-00.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

4. Órgão/Entidade/ Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro - Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos constantes das peças 5/7, relativos às pensões civis de Felipe Andrade Franca dos Santos, Raphaela Andrade dos Santos, Rosália Andrade dos Santos, Maria Aparecida Machado, e de Ivo Soares Ghilardi, autorizando-lhes o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegais os atos constantes das peças 3 e 4, relativo às pensões civis de Maria Rosa Caruso e Hildenira Farias Teixeira, negando-lhes o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta e. Corte de Contas;

9.4. determinar ao órgão de origem que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, comunique aos interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. alerte as Sr.ªs Maria Rosa Caruso e Hildenira Farias Teixeira no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as eximem da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que os interessados tiveram ciência desta deliberação;

9.4.4. com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º do Regimento Interno, e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, emita, no prazo de 30 dias, novos atos das pensões civis de Maria Rosa Caruso e Hildenira Farias Teixeira, livres da irregularidade ora apontada, tendo como fundamento a Emenda Constitucional 70/2012, com a indicação expressa da garantia da paridade entre o valor das pensões civis e das remunerações dos cargos que os instituidores ocuparam em atividade.

9.5. dar ciência desta deliberação aos interessados e à Fundação Nacional de Saúde;

9.6. determinar à AudPessoal que:

9.6.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 deste Acórdão;

9.6.2. arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11247-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11248/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.857/2023-6.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Iracilda Gomes da Silva Leandro, CPF 009.246.987-64; Lucia Helena da Silva Baptista Ribeiro, CPF 384.360.516-53; Magda Teixeira da Silva, CPF 816.729.187-15; Monica Moreira de

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Faria, CPF 028.512.077-84; Regina Coeli da Rocha Braga, CPF 023.636.657-24; Silvia Palasson da Silva, CPF 934.561.829-53.

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de pensão militar, submetidos à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, atos esses cadastrados e disponibilizados ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão inicial das pensões militares instituídas por Jader Moreira em favor de de Monica Moreira de Faria (ato nº 32021/2020, peça 6) e por Elio Ribeiro em favor de Lucia Helena da Silva Baptista Ribeiro (ato nº 74738/2020, peça 7) e os de reversão das pensões militares instituídas por José Antonio da Silva em favor de Magda Teixeira da Silva e Silvia Palasson da Silva (ato nº 114314/2019, peça 4) e por Joaquim Gomes da Silva em favor de Iracilda Gomes da Silva Leandro (ato nº 4654/2020, peça 5), autorizando-lhes os respectivos registros, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão instituída por Yoney Braga em favor de Regina Coeli da Rocha Braga (ato nº 106985/2019, peça 3), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.4. determinar ao órgão de origem que, em relação ao ato nº 106985/2019:

9.4.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.2. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.4.4. emita novo ato de pensão, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.5. determinar à AudPessoal que:

9.5.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.4.1 a 9.4.4 deste Acórdão; e

9.5.2. arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11248-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11249/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.834/2022-8.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Edinara Alves de Moura, CPF 621.542.220-72; Helena Silveira da Silva, CPF 331.400.140-15; Larissa de Fatima Rocha de Lima, CPF 012.719.450-96.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Getulio Badke Alves em favor de Edinara Alves de Moura, Helena Silveira da Silva e Larissa de Fatima Rocha de Lima (ato nº 7644/2019), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. dê ciência à Sra. Edinara Alves de Moura acerca da necessidade de que demonstre a efetiva opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960, tendo em vista a indevida configuração da percepção de três benefícios custeados pelos cofres públicos por meio do ato nº 7644/2019;

9.3.5. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas - aí incluída a questão da acumulação indevida de benefícios referida no item precedente -, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à AudPessoal que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.5 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11249-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Jorge Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11250/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.812/2023-6.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Ato de Admissão.

3. Interessado: Vagner Eduardo Romão, CPF 097.799.836-35.

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: AudPessoal.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 2 (ato nº 12058/2020), relativo à admissão de Vagner Eduardo Romão, ordenando, excepcionalmente, o respectivo registro, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Resolução TCU 353/2023;

9.2. esclarecer à entidade de origem que a presente admissão poderá ser mantida, em razão de estar amparada por decisão judicial transitada em julgado;

9.3. dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao interessado; e

9.4. autorizar o arquivamento destes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11250-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11251/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.986/2021-0.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Ana Gabriela Fernandes de Oliveira (105.788.516-95); Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda. (14.376.613/0001-32); Evanildo Fernandes de Oliveira (617.977.236-34).

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Agnaldo Ricardo Dias (OAB/MG 105.191), representando Ana Gabriela Fernandes de Oliveira, Evanildo Fernandes de Oliveira e Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em razão de irregularidades relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Evanildo Fernandes de Oliveira e Ana Gabriela Fernandes de Oliveira, bem como pelo estabelecimento comercial Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda.;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei e com arts. 1º, I, 209, II e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas do Sr. Evanildo Fernandes de Oliveira, da Sra. Ana Gabriela Fernandes de Oliveira e do estabelecimento comercial Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda.;

9.2.1. condenar o Sr. Evanildo Fernandes de Oliveira, a Sra. Ana Gabriela Fernandes de Oliveira e o estabelecimento comercial Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda., solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
28/2/2014	442,99
28/2/2014	89,28
28/2/2014	21.161,35
28/2/2014	3.680,10
16/4/2014	24.135,39
16/4/2014	121,58
16/4/2014	26,46
16/4/2014	4.619,70
12/5/2014	28.479,64
12/5/2014	19,44
12/5/2014	223,05
12/5/2014	5.089,50
30/5/2014	7,02
30/5/2014	5.011,20
30/5/2014	29.886,67
30/5/2014	22,64
30/5/2014	39,60
30/5/2014	78,60
7/7/2014	19,60
7/7/2014	33,60
7/7/2014	34.860,35
8/7/2014	19,44
8/7/2014	37,98
8/7/2014	4.932,90
31/7/2014	166,60
31/7/2014	39.614,33
1º/8/2014	31,86
1º/8/2014	12,42
1º/8/2014	6.290,10
1º/9/2014	32.155,05
1º/9/2014	87,60
9/9/2014	4.306,50

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)
1º/10/2014	30.235,96
1º/10/2014	74,40
2/10/2014	4.828,50
2/10/2014	37,26
3/11/2014	12,42
3/11/2014	36.455,73
3/11/2014	12,42
3/11/2014	40,00
3/11/2014	5.585,40
28/11/2014	4.959,00
28/11/2014	133,26
28/11/2014	28,08
1º/12/2014	38,40
1º/12/2014	37.512,60
1º/12/2014	199,20
14/1/2015	34.965,43
14/1/2015	4.959,00
14/1/2015	60,00
14/1/2015	12,42
14/1/2015	94,38
14/1/2015	14,04
9/2/2015	1.364,85
10/2/2015	208,80
3/3/2015	2.091,06
3/3/2015	182,70
2/4/2015	104,40
2/4/2015	2.202,06

9.2.2. condenar a Sra. Ana Gabriela Fernandes de Oliveira e o estabelecimento comercial Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda., solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R$)	
5/5/2015	37,98	
3/7/2015	1.101,40	
5/8/2015	634,29	

9.3. aplicar ao Sr. Evanildo Fernandes de Oliveira, à Sra. Ana Gabriela Fernandes de Oliveira e ao estabelecimento comercial Drogaria e Perfumaria Avenida Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais), com a fixação

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.7. enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis;

9.8. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11251-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11252/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.611/2017-2.

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Célia Maria Santos Rezende (409.328.263-34); Cláudia Maria Garcia Pinheiro (585.717.953-04); Janette Santos Alves (690.038.583-49.

4. Entidade: Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Mayara Kelly Saraiva Ribeiro Neves (OAB/MA 17.339) e Fernando da Costa Neves (OAB/MA 15.113), representando Janette Santos Alves; Eduardo Ayoub Bastos (OAB/MA 4.883) e Juliana Araújo Almeida Ayoub (OAB/MA 7.386), representando Milene Barreto Brito de Oliveira; Délcio Rodrigues e Silva Neto (OAB/MA 13.154), representando Célia Maria Santos Rezende; Antônio José Garcia Pinheiro (OAB/MA 5.511), representando Cláudia Maria Garcia Pinheiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial autuada em cumprimento à determinação expedida por meio do item 9.2 do acórdão 1082/2017-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Milene Barreto Brito de Oliveira;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelas Sras. Célia Maria Santos Rezende, Cláudia Maria Garcia Pinheiro e Janette Santos Alves;

9.3. excluir a Sra. Milene Barreto Brito de Oliveira do rol de responsáveis;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.4. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei e com arts. 1º, I, 209, II e III, 210 e 214, III, do RI/TCU, julgar irregulares as contas das Sras. Célia Maria Santos Rezende, Cláudia Maria Garcia Pinheiro e Janette Santos Alves;

9.5. condenar as Sras. Célia Maria Santos Rezende e Cláudia Maria Garcia Pinheiro, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
01/11/2013	7.800,00
06/12/2013	6.422,00
03/09/2012	1.500,00
03/09/2012	2.400,00
06/09/2012	2.400,00
06/09/2012	2.400,00
06/09/2012	2.400,00
06/09/2012	2.400,00
06/09/2012	2.400,00
04/06/2013	11.050,00
12/12/2013	9.750,00
05/03/2013	2.400,00
07/06/2013	2.400,00
08/11/2013	1.500,00
05/03/2013	2.400,00
07/06/2013	2.400,00
08/11/2013	1.500,00
05/03/2013	2.400,00
07/06/2013	2.400,00
08/11/2013	1.500,00
06/02/2013	2.400,00
08/04/2013	2.400,00
06/02/2013	2.400,00
06/02/2013	2.400,00
08/04/2013	2.400,00
08/04/2013	2.400,00
25/01/2013	10.845,00
20/01/2013	10.845,00
19/07/2012	469,25
12/12/2012	1.930,75
15/01/2013	569,40
09/04/2013	5.837,37

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
16/04/2013	1.216,85
24/04/2013	2.971,70
20/05/2013	1.203,32
14/06/2013	16.135,51
03/07/2013	950,38
11/07/2013	2.662,57
07/08/2013	4.478,49
29/08/2013	5.134,40
17/09/2013	1.317,94
11/10/2013	906,70
17/10/2013	2.270,56
10/12/2013	834,81
07/05/2012	25.298,00
07/05/2012	5.299,80
21/03/2014	3.600,00
24/06/2014	1.701,65
22/08/2014	4.209,35
29/12/2014	23.345,00
15/05/2013	5.003,58
09/01/2014	4.356,70
09/01/2014	5.322,89
09/01/2014	7.091,34
09/01/2014	3.421,21
30/01/2014	6.207,12
27/02/2014	6.207,12
28/03/2014	6.207,12
30/04/2014	6.207,12
30/05/2014	6.207,12
07/07/2014	7.447,05
16/07/2014	6.207,12
22/08/2014	7.447,05
05/09/2014	7.447,05
06/10/2014	8.005,35
05/11/2014	9.006,15
04/12/2014	8.005,35
20/03/2012	6.128,01
22/03/2012	6.128,01
27/04/2012	6.128,01
28/05/2012	6.128,01
06/08/2012	8.510,88

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
12/12/2012	7.189,40
10/02/2013	7.189,40
07/03/2013	7.189,40
03/06/2013	7.648,20
23/02/2012	16.493,40
15/03/2012	1.888,66
19/03/2012	1.962,65
04/04/2012	1.545,14
13/04/2012	1.837,74
24/04/2012	2.458,12
14/05/2012	10.269,38
12/06/2012	6.026,26
05/07/2012	511,98
15/08/2012	1.426,48
19/09/2012	2.658,36
26/09/2012	801,61
17/10/2012	894,24
22/10/2012	464,85
01/11/2012	4.671,48
20/11/2012	2.793,33
30/11/2012	4.423,40
18/12/2012	420,83
30/12/2012	1.930,75
03/06/2013	1.849,96
13/01/2014	904,81
31/01/2014	3.560,68
20/02/2014	2.094,66
10/03/2014	3.116,15
09/05/2014	2.163,00
20/05/2014	3.616,22
16/06/2014	935,95
24/06/2014	657,97
16/07/2014	6.101,73
28/07/2014	3.232,26
28/07/2014	3.255,42
30/09/2014	2.398,76
30/09/2014	3.980,44
10/10/2014	8.557,52
20/10/2014	1.442,08
10/11/2014	2.355,69

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
15/12/2014	4.217,18
06/06/2012	5.120,00
06/06/2012	15.300,00
11/06/2012	11.140,00
14/06/2012	2.040,00
06/08/2012	17.340,00
30/10/2012	2.350,00
14/11/2012	10.845,00
17/12/2012	6.238,00
18/12/2012	10.845,00
06/08/2014	1.717,14
04/09/2014	2.598,33
04/09/2014	3.148,09
09/10/2014	472,92
09/10/2014	2.598,33
06/11/2014	2.598,33
17/12/2014	1.430,95
06/08/2014	866,11
30/12/2014	2.596,33
19/06/2012	2.000,00
03/12/2012	800,00
10/02/2014	3.790,50
05/08/2014	2.779,70
19/09/2014	1.768,90
05/06/2014	1.516,20
13/11/2014	1.516,20
27/01/2014	1.263,50
28/04/2014	1.263,50
06/05/2014	1.263,50
23/06/2014	1.263,50
15/07/2014	1.263,50
04/07/2014	1.010,80
03/07/2014	1.010,79
12/03/2014	758,10
02/09/2014	758,10
14/10/2014	758,10
07/02/2014	379,05
21/05/2014	190,00
25/08/2014	190,00
13/11/2014	1.010,80

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
20/03/2012	4.389,52
02/03/2012	3.657,94
21/06/2012	2.000,00
12/03/2012	1.463,17
19/07/2012	1.200,00
20/07/2012	800,00
10/09/2012	600,00
10/09/2012	600,00
03/12/2012	1.750,00
20/07/2012	731,58
24/07/2012	400,00
02/03/2012	2.251,00
21/06/2012	1.600,00
19/07/2012	1.280,00
27/01/2012	1.015,50
20/07/2012	640,00
15/07/2012	450,20
27/07/2012	320,00
27/07/2012	320,00
12/06/2012	214,70
10/04/2012	1.530,75
02/07/2012	1.920,00
02/03/2012	2.813,80
15/07/2012	2.251,04
02/03/2012	2.813,80
07/08/2012	2.000,00
21/05/2012	1.920,00
17/07/2012	1.920,00
06/08/2012	1.600,00
20/07/2012	2.251,04
02/03/2012	2.813,80
06/08/2012	2.000,00
20/11/2012	1.000,00
20/03/2012	2.701,20
06/08/2012	1.600,00
19/07/2012	1.280,00
10/05/2012	480,00
24/07/2012	320,00
02/03/2012	2.251,00
27/01/2012	1.015,50

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
10/09/2012	480,00
27/07/2012	320,00
13/05/2013	1.500,00
09/07/2013	1.500,00
21/05/2013	1.500,00
18/07/2013	1.400,00
25/01/2013	1.256,50
05/04/2013	1.250,00
27/08/2013	1.250,00
24/09/2013	1.250,00
27/09/2013	3.000,00
05/04/2013	1.000,00
24/04/2013	900,00
10/03/2013	1.600,00
05/04/2013	1.600,00
12/04/2013	1.400,00
09/04/2013	140,00
18/06/2013	2.250,00
08/04/2013	1.000,00
24/04/2013	900,00
27/09/2013	3.000,00
24/04/2013	1.500,00
27/09/2013	3.000,00
06/08/2012	2.500,00
10/10/2012	1.750,00
28/05/2012	400,00
11/06/2012	400,00
19/09/2014	239,40
21/05/2014	76,00
31/07/2014	444,60
15/05/2012	2.225,00
08/08/2012	1.250,00
06/08/2012	1.464,43
23/08/2012	825,60
07/02/2014	303,24
28/04/2014	136,80
31/07/2014	355,68
18/09/2014	212,00
07/08/2012	1.600,00
17/07/2012	640,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
26/05/2012	320,00
11/06/2012	320,00
15/08/2012	688,00
19/06/2012	137,60
10/09/2012	297,60
21/07/2014	1.819,44
05/08/2014	191,52
06/08/2012	2.000,00
06/08/2012	1.600,00
01/02/2012	1.170,00
02/07/2012	1.755,00
07/03/2012	1.755,00
17/04/2012	1.755,00
01/08/2012	1.170,00
06/09/2012	1.170,00
17/12/2012	1.170,00
01/06/2012	1.755,00
03/07/2012	1.350,00
17/04/2012	1.350,00
05/06/2012	1.357,50
06/09/2012	900,00
31/10/2012	900,00
28/12/2012	1.350,00
28/12/2012	450,00
01/02/2012	900,00
07/03/2012	1.350,00
30/10/2012	900,00
06/02/2012	900,00
17/04/2012	1.350,00
05/06/2012	1.350,00
04/07/2012	2.500,00
06/09/2012	900,00
16/10/2012	900,00
24/12/2012	900,00
28/12/2012	450,00
07/03/2012	1.350,00
03/07/2012	1.350,00
06/03/2013	1.170,00
03/06/2013	1.170,00
03/07/2013	1.755,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data de Ocorrência	Débito Original (R$)
02/08/2013	1.170,00
04/09/2013	1.170,00
08/10/2013	1.170,00
20/12/2013	1.170,00
27/12/2013	1.170,00
01/07/2013	900,00
17/07/2013	900,00
23/08/2013	450,00
11/10/2013	1.800,00
13/12/2013	900,00
28/02/2013	7.200,00
01/07/2013	900,00
17/07/2013	450,00
23/08/2013	900,00
11/10/2013	1.800,00
13/12/2013	900,00
04/03/2013	5.471,44
06/02/2013	1.170,00
02/04/2013	1.170,00
02/05/2013	1.755,00
15/03/2013	900,00
16/05/2013	1.356,50

9.6. condenar as Sras. Célia Maria Santos Rezende, Cláudia Maria Garcia Pinheiro e Janette Santos Alves, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Débito original (R$)
10/7/2012	750,00
15/7/2014	1.263,50
19/9/2014	1.768,90
14/11/2012	1.000,00
23/5/2012	1.000,00
21/5/2014	76,00
31/7/2014	444,60
15/3/2013	900,00
16/5/2013	1.350,00

9.7. aplicar às Sras. Célia Maria Santos Rezende e Cláudia Maria Garcia Pinheiro a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

(art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. aplicar à Sra. Janette Santos Alves a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando as responsáveis de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.11. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.12. enviar cópia deste acórdão ao Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão e às responsáveis;

9.13. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11252-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11253/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.018/2023-1.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessados: Antônio Joaquim da Silva Gomes Júnior (030.900.867-00); Arthur Korb da Silva (422.091.020-49); Carlos Olinto de Oliveira Costa (102.575.271-68); Christovam Rodrigues da Costa Netto (158.398.938-20); Marta Oliveira da Rocha (306.068.372-72).

4. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração de reforma militar pelo Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.1. considerar legais os atos de reforma relativos aos Srs. Arthur Korb da Silva (93408/2019, peça 4), Antônio Joaquim da Silva Gomes Junior (15064/2021, peça 6) e Carlos Olinto de Oliveira Costa (48397/2021, peça 7) e à Sra. Marta Oliveira da Rocha (30948/2020, peça 5), concedendo-lhes o correspondente registro;

9.2. considerar ilegal o ato de alteração de reforma do Sr. Christovam Rodrigues da Costa Netto (45228/2019, peça 3), negando-lhe o correspondente registro;

9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.4. determinar ao Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.4.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11253-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11254/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.450/2022-2.

2. Grupo II - Classe: V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessadas: Amanda Vitória Sousa da Silva (047.392.742-05); Caroline Sousa da Silva (058.557.712-96); Karen Thainá Sousa da Silva (019.982.962-45); Noeme de Sousa Ribeiro da Silva (954.509.982-87).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar concedida pelo Comando do Exército.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, II e parágrafo único, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:

9.1. considerar legal o ato de pensão militar emitido em favor das Sras. Amanda Vitória Sousa da Silva, Caroline Sousa da Silva, Karen Thainá Sousa da Silva e Noeme de Sousa Ribeiro da Silva, ordenando o registro correspondente;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. dar ciência da presente deliberação às interessadas e ao órgão jurisdicionado.

9.3. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11254-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11255/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.021/2020-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

3.2. Responsáveis: Joaquim Nogueira Neto (296.111.301-63); Kleper Wandson Figueiredo de Carvalho (605.914.041-68).

4. Entidade: Município de Dom Eliseu/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela extinta Secretaria Especial do Desenvolvimento Social referente à aplicação de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) repassados em 2008 ao município de Dom Eliseu/PA,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. reconhecer, com fundamento nos arts. 2º e 11 da Resolução TCU 344/2022, a ocorrência das prescrições punitiva e ressarcitória;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão à assessoria especial de controle interno do MDS e aos responsáveis;

9.3. informar aos interessados/responsáveis que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11255-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11256/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.979/2022-6.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Maria da Graça Pereira (545.347.989-20).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 262 do RI/TCU e no art. 19 da IN/TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Maria da Graça Pereira, negando-lhe o registro;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11256-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11257/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.040/2022-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Lúcia Cordeiro dos Santos (129.376.734-49).

4. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, 39, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, no art. 262 do RI/TCU e no art. 19 da IN/TCU 78/2018, em:

9.1. considerar ilegal o ato de alteração de aposentadoria de Lúcia Cordeiro dos Santos, negando-lhe o registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas, presumidamente de boa-fé, com fundamento no enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;

9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN/TCU 78/2018;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN/TCU 78/2018;

9.3.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN/TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11257-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11258/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 035.149/2020-5.

2. Grupo II - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Gercino Goncalves de Lima Neto (059.131.634-00).

4. Entidade: Município de Xexéu/PE.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, relativa a recursos repassados ao município no exercício de 2011 para aplicação nas ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar insubsistente a imputação de débito feita ao responsável descrita como irregularidade 2 no ofício de citação;

9.2. reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento com relação à descrita como irregularidade 1 no ofício de citação;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e ao responsável;

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11258-35/23-1.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11259/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.107/2020-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável/Interessado:

3.1. Responsável: Adenilson Lima Reis (444.899.192-04).

3.2. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

4. Entidade: Município de Nova Olinda do Norte/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Cleuton Pereira Tavares (OAB/AM 13.814), representando Adenilson Lima Reis.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, relativa à aplicação dos recursos repassados ao município de Nova Olinda do Norte/AM para execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE, no exercício 2012.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Adenilson Lima Reis e julgar regulares com ressalvas as suas contas, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, II, 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992;

9.2. enviar cópia deste acórdão ao FNDE e ao responsável;

9.3. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11259-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11260/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 037.127/2019-5.

1.1. Apenso: 014.496/2021-6

2. Grupo I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Kelli Cristina Machado dos Santos (435.959.013-04); Valdivino Rocha Silva (762.332.433-00).

4. Entidade: Município de Montes Altos - Fundo Municipal de Saúde.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Joana Mara Gomes Pessoa Miranda (OAB-MA 8.598), representando Kelli Cristina Machado dos Santos; Joana Mara Gomes Pessoa Miranda (OAB-MA 8.598), representando Valdivino Rocha Silva.

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) relativa a aplicação de recursos repassados pelo FNS ao município de Montes Altos/MA entre 3/7/2013 e 17/4/2014, atinentes ao Piso de Atenção Básica (PAB).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir Maria Silva Fialho do rol de responsáveis;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Kelli Cristina Machado dos Santos e Valdivino Rocha Silva;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, I, e 16, III, 'b' e 'c', da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Kelli Cristina Machado dos Santos e Valdivino Rocha Silva e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", RI/TCU) , o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Débitos relacionados à responsável Kelli Cristina Machado dos Santos (CPF: 435.959.013-04) em solidariedade com Valdivino Rocha Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
25/9/2013	3.967,93	Débito
6/11/2013	3.751,70	Débito
6/11/2013	1.348,30	Débito
26/3/2014	24.426,96	Débito
26/3/2014	13.619,02	Débito
26/3/2014	18.325,50	Débito
26/3/2014	14.588,72	Débito
26/3/2014	11.878,34	Débito
26/3/2014	17.262,60	Débito
26/3/2014	14.106,90	Débito
26/3/2014	12.254,12	Débito
26/3/2014	18.649,80	Débito
26/3/2014	11.045,48	Débito
26/7/2013	6.000,00	Débito
3/2/2014	900,00	Débito
3/2/2014	900,00	Débito
14/3/2014	900,00	Débito
14/3/2014	900,00	Débito
17/4/2014	900,00	Débito
17/4/2014	900,00	Débito
17/4/2014	900,00	Débito
17/4/2014	900,00	Débito
6/8/2015	32.080,74	Crédito

Débito relacionado ao responsável Valdivino Rocha Silva (CPF: 762.332.433-00):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
3/7/2013	750,00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.4. aplicar, individualmente aos responsáveis, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis;

9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11260-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Jorge Oliveira e Jhonatan de Jesus.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11261/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.540/2019-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: J B Engenharia Ltda. (07.714.405/0001-30); Sílvio Roberto Costa Leite (019.669.952-53).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Adriano Moura de Carvalho (OAB-PI 4.503) e Uanderson Ferreira da Silva (OAB-PI 5.456); Lenora Conceição Lopes Campelo Vieira (OAB-PI 7.332).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Turismo, contra Sílvio Roberto Costa Leite, Marco Aurélio Bona e José Icemar Lavôr Neri, ex-Secretários de Turismo do Estado do Piauí (Setur/PI), em razão da não consecução do Convênio 747.209/2010, cujo objeto era a contratação de "Estudos e Elaboração de Projeto Executivo da Rodovia Trecho Buriti dos Montes à Cachoeira da Lembrada";

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Sílvio Roberto Costa Leite, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do artigo 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher as alegações de defesa de Marco Aurélio Bona e José Icemar Lavor Neri;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.3. julgar regulares com ressalvas as contas de Marco Aurélio Bona e José Icemar Lavor Neri, nos termos do arts. 1º, inciso I, e 16, inciso II, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.4. julgar irregulares as contas de Sílvio Roberto Costa Leite, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
29/2/2012	44.123,24
29/2/2012	14.012,99
3/4/2012	264.739,47

9.5. aplicar a Sílvio Roberto Costa Leite a multa prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.7. determinar ao Banco do Brasil S/A que, no prazo de 15 dias, a contar da notificação, providencie a restituição, aos cofres do Tesouro Nacional, da totalidade do saldo disponível na Conta Corrente e/ou Conta Investimento 8.363-1, Agência 3791-5 (conta específica vinculada ao Convênio 1.367/2010, Siafi 747.209/2010, peça 8), em nome da Secretaria do Turismo do Estado do Piauí, inclusive valores em investimentos/poupança, comprovando ao Tribunal, no mesmo prazo, os saldos disponíveis e o valor transferido;

9.8. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; ao Ministério do Turismo, ao Banco do Brasil e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11261-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11262/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.924/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsável: Mario Alves da Costa (351.093.002-91).

4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa Em Rondônia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Rodrigo Borges Soares (OAB-RO 4.712) e Cassia Franciele dos Santos Silva (OAB-RO 9.503).

9. Acórdão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados no Termo de Compromisso TC/PAC 277/10 (Siafi 666646), firmado com o município de Machadinho D'Oeste/RO, para execução de sistema de abastecimento de água,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar regulares as contas de Construmax Construções Ltda - Epp, dando quitação plena;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Mario Alves da Costa;

9.3. julgar irregulares as contas de Mario Alves da Costa, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", arts. 19 e 23, III da Lei 8.443/1992:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
6/7/2012	873.000,00	Débito
25/1/2016	654.750,00	Débito
4/4/2018	447.710,83	Crédito

9.4. aplicar a Mario Alves da Costa a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 800.000,00, fixando o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. enviar cópia do Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Rondônia, à Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia, aos responsáveis e ao município de Machadinho d'Oeste/RO.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11262-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11263/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.392/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Josué Lacerda Pompeu (963.469.492-68); Município de Vigia - PA (05.351.606/0001-95)..

4. Órgão/Entidade: Município de Vigia - PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, contra o município de Vigia /PA e Josué Lacerda Pompeu, em razão do não cumprimento de Termo de Ajuste Sanitário 304, que teve por objetivo sanar desvio de objeto ocorrido na aplicação dos recursos repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, nos exercícios de 2005 e 2006,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c os art. 202 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. excluir o município de Vigia/PA da presente relação processual;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, Josué Lacerda Pompeu, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do artigo 12 da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, as contas de Josué Lacerda Pompeu;

9.4. aplicar a Josué Lacerda Pompeu a multa prevista no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.6. dar ciência deste Acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11263-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11264/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.566/2023-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto VI: Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Tipo II - Altamira/PA.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

8. Representação legal: Bruna Oliveira (OAB-SC 42.633).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, cumulada com pedido de medida cautelar, contra possíveis irregularidades no processamento do Pregão Eletrônico - SRP 9/2023, sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena Tipo II, unidade de Altamira/PA, com valor estimado de R$ 2.004.312,44, cujo objeto é aquisição de equipamentos e mobiliários destinados a guarnecer Casa de Saúde Indígena, Aldeias e Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no artigo 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e considerar prejudicada a continuidade do seu exame pelo Tribunal;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à Coordenação Setorial de Gestão de Riscos e Integridade da Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, para adoção das providências de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para a Controladoria-Geral da União, arquivando-se os autos e dando-se ciência à representante, nos termos dos artigos 106, § 2º, inciso I, § 3º e § 4º, inciso II, da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11264-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11265/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 034.261/2019-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cassiano Figueira Marques de Oliveira (000.393.077-78); Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos (322.006.252-00); Secretaria de Estado de Turismo e Lazer (09.061.476/0001-07).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Paulo Luiz Pedrazza (OAB-AC 1.917); Janaina Lusier Camelo Diniz (OAB-DF 49.264).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte, contra Cassiano Figueira Marques de Oliveira e Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 197/2007, que teve por objeto a confecção de materiais esportivos, destinados aos participantes dos programas de inclusão social do governo federal, com a utilização de mão de obra de detentos, no Estado do Acre;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Cassiano Figueira Marques de Oliveira, dando-se prosseguimento ao processo, nos termos do § 3º do artigo 12 da Lei 8.443/1992;

9.2. acolher parcialmente as alegações de defesa de Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos;

9.3. julgar irregulares as contas de Cassiano Figueira Marques de Oliveira e Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias ao Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU:

9.3.1. Débito relacionado ao responsável Cassiano Figueira Marques de Oliveira (CPF 000.393.077-78):

Data	Valor (R$)
04/12/2008	44.248,40
04/12/2008	247.776,00
04/12/2008	56.700,00
04/12/2008	44.800,00
04/12/2008	29.128,04
04/12/2008	2.545,00
04/12/2008	2.694,00
04/12/2008	26.000,00
06/05/2009	14.912,00
27/05/2009	14.372,80
01/07/2009	7.325,50

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Data	Valor (R$)
03/08/2009	31.687,80
01/09/2009	18.481,90
06/10/2009	18.629,80
24/11/2009	15.915,38
11/12/2009	14.864,40
16/12/2009	12.183,50
09/02/2010	4.666,10
07/05/2010	21.106,30
12/05/2010	5.611,00
24/05/2010	5.400,00
01/06/2010	140,22
07/06/2010	12.061,89

9.3.2. Débito relacionado à responsável Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos (CPF 322.006.252-00):

Data	Valor (R$)
08/04/2011	28.785,32

9.4. aplicar aos responsáveis multas individuais previstas no artigo 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor (R$)
Cassiano Figueira Marques de Oliveira	171.000,00
Ilmara Rodrigues Lima Vasconcelos	6.000,00

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.6. determinar ao Ministério do Esporte, ao Banco do Brasil e ao Estado do Acre que, no prazo de 30 (trinta) dias, adotem as medidas pertinentes com vistas ao recolhimento, para o Tesouro Nacional, do valor integral dos recursos depositados na conta bancária 6783-0 — agência 3550-5, Banco do Brasil S/A, vinculada ao Convênio 197/2007, incluindo valores em investimentos, conforme prevê a Cláusula Décima Terceira, "a", do termo de convênio e o artigo 73 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011, informando a este Tribunal, o montante transferido, com respectivas comprovações;

9.7. dar ciência deste acórdão à Procuradoria-Geral da República no Estado do Acre, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis, ao Ministério do Esporte, ao Estado do Acre, ao Banco do Brasil e aos responsáveis.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11265-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11266/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.695/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsável: Município de Valinhos/SP (45.787.678/0001-02).

4. Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Valinhos.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão de irregularidades na aplicação de recursos repassados pela União, na modalidade fundo a fundo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, §§ 2º e 3º do Regimento Interno do TCU, fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que o município de Valinhos/SP comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das importâncias abaixo discriminadas ao Fundo Municipal de Saúde de Valinhos, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência (*)	*Valor histórico (R$)*
7/5/2014	*345.424,15*
4/9/2014	*500.000,00*

9.2. informar o município de Valinhos/SP de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhe quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU, bem assim que a ausência de liquidação tempestiva resultará em julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios, nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992; e

9.3. dar ciência ao município de Valinhos/SP.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11266-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11267/2023 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 047.799/2020-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Associação Técnico Científica Eng Paulo de Frontin (07.778.137/0001-10); José de Paula Barros Neto (385.551.823-87).

4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

8. Representação legal: Manuel Luis da Rocha Neto (OAB-CE 7.479); Bruno Vasconcelos Teles (OAB-CE 33.721); Rodrigo Jereissati de Araujo (OAB-CE 8.175) e outros.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em desfavor da Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin (ASTEF) e de José de Paula Barros Neto, em razão de irregularidades no âmbito do Convênio BNB/Fundeci 2010/0207;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 12, § 1º, da Lei 8.443/92, c/c o disposto no § 3º do art. 202 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar, em parte, as alegações de defesa apresentadas pela Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin (ASTEF) e por José de Paula Barros Neto; e

9.2. julgar irregulares as contas da Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin e de José de Paula Barros Neto e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), do Banco do Nordeste do Brasil S.A., atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "d", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992:

DATA	VALOR (R$)	D/C
15/10/2010	2.759,00	D
18/10/2010	112,50	D
18/10/2010	86,54	D
29/11/2010	102,00	D
29/11/2010	8,93	D
16/03/2011	5.986,50	D
25/03/2011	44,05	D
07/04/2011	5.986,50	D
06/05/2011	5.922,29	D
19/08/2011	2.759,00	D
19/08/2011	5.922,29	D
02/09/2011	198,35	D
08/09/2011	636,01	D
12/09/2011	5.922,63	D
23/09/2011	191,80	D
30/09/2011	2.759,00	D
07/10/2011	5.922,63	D
10/02/2012	5.891,32	D
07/03/2012	3.611,38	D
25/11/2010	199,04	C
17/06/2011	75,00	C
01/11/2011	117,00	C
09/12/2011	1.157,60	C
09/12/2011	636,01	C
03/02/2012	81,35	C
21/09/2016	4.697,43	C

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

9.3. aplicar à Associação Técnico Científica Engenheiro Paulo de Frontin e a José de Paula Barros Neto, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até as dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para adoção das medidas cabíveis.

9.6. dar ciência deste Acórdão aos responsáveis e ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

10. Ata nº 35/2023 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 10/10/2023 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11267-35/23-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jhonatan de Jesus (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11268/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Edmundo Pereira Lima, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira (peça 3, p. 5), mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Edmundo Pereira Lima, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-007.052/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edmundo Pereira Lima (090.913.192-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11269/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Magali de Jesus Lopes, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira, mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Magali de Jesus Lopes, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mencionado no subitem 1.7.1.1, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-007.141/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Magali de Jesus Lopes (023.332.758-47).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória mencionada no subitem 1.7.1.1, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11270/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Luiz Tadeu Souza Franca, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira (peça 3, p. 3), mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Luiz Tadeu Souza Franca, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-007.216/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Tadeu Souza Franca (076.573.403-63).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11271/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Marilene Melo Ramos Leão, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira (peça 3, p. 4), mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Marilene Melo Ramos Leão, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-015.713/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marilene Melo Ramos Leão (307.689.181-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11272/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Jose Ricardo de Miranda Ebraico, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira (peça 3, p. 4), mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Jose Ricardo de Miranda Ebraico, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-019.938/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ricardo de Miranda Ebraico (544.151.797-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11273/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Joilson Barros Coelho, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, foi realizado destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira (peça 3, p. 5-6), mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Joilson Barros Coelho, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-019.954/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joilson Barros Coelho (216.687.525-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.2. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11274/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria de Elizabeth Goncalves Maciel Moreira, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 6ª Região, submetido à apreciação desta Corte de Contas para fins de registro.

Considerando que a unidade técnica e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem "quintos/décimos" oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-TCU-1ª Câmara (de minha relatoria), 7.580/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Benjamin Zymler), 7.997/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Augusto Nardes), 7.620/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Aroldo Cedraz), 8.254/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Bruno Dantas), 4.546/2020-TCU-Plenário (relator: E. Ministro Vital do Rêgo), 8.684/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro Jorge Oliveira), 6.615/2022-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro Antonio Anastasia), 12.095/2021-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti), 9.744/2021-TCU-2ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 12.561/2020-TCU-1ª Câmara (relator: E. Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em "parcela compensatória" a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira, mantendo-se o pagamento da referida vantagem até a sua completa absorção, momento em que novo ato concessório deverá ser emitido e encaminhado a esta Corte, para o devido registro;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Elizabeth Goncalves Maciel Moreira, e negar registro ao correspondente ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, até a completa absorção da parcela compensatória originada a partir do destaque dos quintos incorporados ilegalmente, mencionado no subitem 1.7.1.1, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e

d) expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-022.389/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Elizabeth Goncalves Maciel Moreira (686.403.236-15).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:

1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.3. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ato de aposentadoria considerado ilegal, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, quando da completa absorção da parcela compensatória mencionada no subitem 1.7.1.1, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 11275/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.316/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Sheila Aparecida de Souza Santos (774.577.901-44); Wanessa Pimenta Rosas (041.040.876-02).

1.2. Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11276/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a AudPessoal e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a percepção cumulativa das vantagens "opção" e "quintos/décimos", além da percepção indevida da parcela "opção";

Considerando que os períodos de funções exercidas anteriores a 8/4/1998, data de edição da Lei 9.624/1998, são suficientes para a incorporação da vantagem de "quintos/décimos";

Considerando que não foram satisfeitos os pressupostos temporais previstos no art. 193 da Lei 8.112/1990 para percepção da parcela "opção".

Considerando, ainda que esta Corte possui entendimento pacífico de que é indevido o pagamento cumulativo das duas rubricas - a vantagem "opção" de que trata o artigo 2º da Lei 8.911/1994 e a vantagem de "quintos/décimos", transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo artigo 62-A da Lei 8.112/1990 -, em razão da vedação trazida pelo § 2º do art. 193 da Lei 8.112/1990 (e.g. Acórdãos 4.032/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, e 15.185/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Jorge Oliveira);

Considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 9.453/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2°, da Lei 8.112/1990.

Considerando que, em virtude do pagamento indevido da parcela "opção", bem como da cumulatividade das rubricas "opção" e "quintos/décimos", o ato deve ser considerado ilegal, com negativa de registro, determinando-se à unidade jurisdicionada que faça cessar os pagamentos indevidos,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

dispensando-se a devolução dos valores recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 23/10/2020, há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Mario Francisco de Oliveira em favor de Doralice Tavares de Oliveira, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-009.321/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Doralice Tavares de Oliveira (742.239.766-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. no prazo de trinta dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de sessenta dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da data da ciência desta deliberação pela interessada;

1.7.2.2. emita novo ato de pensão civil, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11277/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.107/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessados: Guiomar Pereira da Mota (113.565.292-91); Jenistefany Rosario da Costa (020.226.742-35); Karina Horrany Rosario da Costa (020.244.612-39); Marta Carvalho Duarte (408.858.792-87); Maxwel Rosario da Costa (020.226.752-07); Raissa Priscila Santos da Costa Casagrande (950.721.602-20); Reinalda Maria do Rosario da Costa (203.607.702-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11278/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.194/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Glaide Marilda Pianetti Antunes (562.273.616-15); Itacy Linhares de Lima (228.383.766-91); Maria Jose da Silva (034.446.636-17); Maria Regina Carvalho de Souza (027.642.676-22); Sueli Evangelista Borges (464.748.386-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11279/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal de Contas da União, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a AudPessoal e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a percepção cumulativa das vantagens "opção" e "quintos/décimos";

Considerando que o instituidor Francisco de Melo preencheu os requisitos para percebimento das vantagens, visto que sua aposentadoria inicial ocorreu em 14/03/1994, antes, portanto, do advento da Emenda Constitucional 20/1998;

Considerando que os períodos de funções exercidas anteriores a 8/4/1998, data de edição da Lei 9.624/1998, são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos/décimos;

Considerando, entretanto, que esta Corte possui entendimento pacífico de que é indevido o pagamento cumulativo das duas rubricas - a vantagem "opção" de que trata o artigo 2º da Lei 8.911/1994 e a vantagem de "quintos/décimos", transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo artigo 62-A da Lei 8.112/1990 -, em razão da vedação trazida pelo § 2º do art. 193 da Lei 8.112/1990 (e.g. Acórdãos 4.032/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, e 15.185/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Jorge Oliveira);

Considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 9.453/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2°, da Lei 8.112/1990.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que, em virtude da cumulatividade no pagamento das rubricas denominadas "opção" e "quintos/décimos", o ato deve ser considerado ilegal, com negativa de registro, determinando-se à unidade jurisdicionada que faça cessar os pagamentos indevidos e que oriente os pensionistas sobre a necessidade de escolha entre as mencionadas vantagens, dispensando-se a devolução dos valores recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 15/03/2019, há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Francisco de Melo em favor de Maria Salete da Silva Melo, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-016.037/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Salete da Silva Melo (443.397.474-91).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar ao Ministério Público Federal que:

1.7.1. no prazo de trinta dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.1.3. oriente a pensionista sobre a necessidade de escolha entre a vantagem decorrente de "quintos/décimos" e a derivada da "opção", visto que o percebimento cumulativo de ambas não era permitido pelo art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990, além de ser vedado pelo art. 7º, parágrafo único, da Lei 9.624/1998;

1.7.2. no prazo de sessenta dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da data da ciência desta deliberação pelos interessados;

1.7.2.2. emita novo ato de pensão civil, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11280/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de pensão civil emitido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a AudPessoal e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato, tendo em vista a percepção cumulativa das vantagens "opção" e "quintos/décimos";

Considerando que o instituidor Edvar Alencar Tavares preencheu os requisitos para percebimento das vantagens, visto que sua aposentadoria inicial ocorreu em 07/10/1994, antes, portanto, do advento da Emenda Constitucional 20/1998;

Considerando que os períodos de funções exercidas anteriores a 8/4/1998, data de edição da Lei 9.624/1998, são suficientes para a incorporação da vantagem de quintos/décimos;

Considerando, entretanto, que esta Corte possui entendimento pacífico de que é indevido o pagamento cumulativo das duas rubricas - a vantagem "opção" de que trata o artigo 2º da Lei 8.911/1994 e a vantagem de "quintos/décimos", transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo artigo 62-A da Lei 8.112/1990 -, em razão da vedação trazida pelo § 2º do art. 193 da Lei 8.112/1990 (e.g. Acórdãos 4.032/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, e 15.185/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Jorge Oliveira);

Considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 9.453/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2°, da Lei 8.112/1990.

Considerando que, em virtude da cumulatividade no pagamento das rubricas denominadas "opção" e "quintos/décimos", o ato deve ser considerado ilegal, com negativa de registro, determinando-se à unidade jurisdicionada que faça cessar os pagamentos indevidos e que oriente os pensionistas sobre a necessidade de escolha entre as mencionadas vantagens, dispensando-se a devolução dos valores recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando o volume expressivo de solicitações de prorrogação de prazo que vêm sendo apresentadas pelos órgãos de origem, em razão da sobrecarga de trabalho gerada pela necessidade de migração de atos do sistema Sisac para o e-Pessoal, de forma a evitar pedidos nesse sentido, promovo desde já a dilação dos prazos para implementação das determinações expedidas na presente deliberação, de caráter improrrogável neste caso;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte em 06/07/2021, há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato de concessão de pensão civil instituído por Edvar Alencar Tavares em favor de Zila Maria Felismino Tavares, negando-lhe registro; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-020.322/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessado: Zila Maria Felismino Tavares (048.406.903-91).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: determinar ao Ministério Público Federal que:
1.7.1. no prazo de trinta dias, a contar da ciência deste acórdão:
1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU e do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 353/2023, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.1.3. oriente a pensionista sobre a necessidade de escolha entre a vantagem decorrente de "quintos/décimos" e a derivada da "opção", visto que o percebimento cumulativo de ambas não era permitido pelo art. 193, § 2º, da Lei 8.112/1990, além de ser vedado pelo art. 7º, parágrafo único, da Lei 9.624/1998;
1.7.2. no prazo de sessenta dias, a contar da ciência deste acórdão:
1.7.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da data da ciência desta deliberação pelos interessados;
1.7.2.2. emita novo ato de pensão civil, livre das irregularidades apontadas, e submeta-o ao TCU, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11281/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.692/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Viviane Aparecida de Lourdes Boveri Berti (103.570.788-88).
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11282/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.132/2023-5 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Edivani Aparecida Santos Martins (003.353.177-31); Rosangela Analia de Araujo (565.827.734-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11283/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.139/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Aurea Fatima de Souza Santos (791.828.527-15); Celia de Souza Santos (602.587.727-00); Deise Dias Soares (275.399.117-00); Edir Santos Ribeiro (549.868.777-04); Enilda Santos Muzitano (410.907.807-53); Leila Regina Baral Siqueira (008.304.117-63); Leila Santos Pinheiro (796.579.407-10); Lidia Pacheco Paiva de Sousa (685.905.637-15); Maria Paula Dias Carlos (053.559.997-86); Maria do Carmo Baral Machado (614.252.067-00); Selma de Souza Santos (791.828.447-04); Silvia Rosas de Aguiar (573.545.531-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11284/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.496/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Patricia Oliveira Boemeke Blaauw (934.163.500-49); Sonia Denise Boemeke Torres (490.396.790-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11285/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.363/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Rosane Rodrigues de Araujo de Oliveira (773.326.367-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11286/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-021.450/2023-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Marcina Santos da Costa (099.805.472-00).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11287/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.637/2023-3 (REFORMA)
1.1. Interessados: Ervino da Paz Cardoso (519.458.788-00); Homero Azevedo de Melo (069.340.487-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11288/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais, em desfavor de Construtora JRN Ltda, Carlos Eduardo Costa Negreiros e Edson Aparecido Ramos, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do Termo de Compromisso TC/PAC 0370/2014, firmado entre a Fundação Nacional de Saúde e o município de Virgínia/MG, para implantação e melhoria de sistema público de esgotamento sanitário.

Considerando a análise da unidade especializada (peça 226), que concluiu que "os problemas que surgiram com a operação do sistema de esgotos decorreram, em grande parte, da conexão de águas pluviais à rede de esgoto por parte dos moradores e pela ausência de caixa de gordura, não havendo comprovação técnica de que as supostas falhas construtivas tenham implicado na interrupção da operação", exonerando a responsabilidade dos ex-prefeitos pelos problemas observados no sistema de esgotamento;

Considerando a ausência de dano ao Erário, em conformidade com o Parecer de concordância do Ministério Público de Contas (peça 229);

Considerando que, ao final das apurações, verificou-se que o débito inicialmente levantado não se concretizou, restando comprovadas, no que se refere aos recursos específicos que ensejaram a instauração desta TCE, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos dos gestores, importando o julgamento de regularidade das contas, conforme determina o art. 16, inciso I da Lei 8.443/1992 e o art. 207 do RI/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23 da Lei 8.443/92, c/c art. 143, inciso, I, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, em julgar regulares as contas de Carlos Eduardo Costa Negreiros, Construtora JRN Ltda. e Edson Aparecido Ramos, dando-lhes quitação plena, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis e à Funasa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.854/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Carlos Eduardo Costa Negreiros (725.214.146-20), Construtora JRN Ltda. (00.501.041/0001-61) e Edson Aparecido Ramos (020.824.599-50).
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa em Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Tiago Fontes Guisoli dos Reis (139981/OAB-MG), Ellen Ferraz Diamante (131878/OAB-MG), Mauro Heleno Galvao Filho (201.219/OAB-MG), Clara Garcia Faria (202.874/OAB-MG) e Ana Luisa Santos Diamantino (214549/OAB-MG).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11289/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de embargos de declaração opostos por Joaquim Aristeu Figueiredo da Fonseca contra o Acórdão 4.417/2023-TCU-1ª Câmara, que conheceu e negou provimento ao recurso de reconsideração interposto pelo mesmo responsável contra o Acórdão 7.911/2021-TCU-1ª Câmara, relatado pelo E. Ministro Benjamin Zymler;

Considerando que os embargos são intempestivos em razão de terem sido opostos em 18/8/2023 (peça 129), apesar da ciência do Acórdão 4.417/2023-TCU-1ª Câmera pelo embargante em 19/7/2023 (peças 118 e 112);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso IV, alínea "b", do RITCU, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração opostos por Joaquim Aristeu Figueiredo da Fonseca:

1. Processo TC-026.991/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Joaquim Aristeu Figueiredo da Fonseca (232.726.194-53).

1.2. Recorrente: Joaquim Aristeu Figueiredo da Fonseca (232.726.194-53).

1.3. Órgão/Entidade: Município de Currais - PI.

1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.7. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.8. Representação legal: Dirceu Euler Lustosa Cavalcanti (6.783/OAB-PI), representando Joaquim Aristeu Figueiredo da Fonseca.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11290/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Pública de Emprego, em desfavor de Sociedade Eunice Weaver de Aracaju e Maria Auxiliadora Moura Vasconcelos, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio MTE/SPPE 141/2006-SEWA/SE, cujo objeto era o "estabelecimento de cooperação técnica e financeira no âmbito do programa nacional do estimulo ao primeiro emprego para os jovens-PNPE, visando a qualificação social e profissional, a promoção e a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade social."

Considerando que, nos termos do art. 8º da Resolução-TCU 344/2022, incide a prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória nos processos de controle externo, em curso no Tribunal de Contas da União, no caso de o processo ficar paralisado por mais de 3 anos, pendente de julgamento ou despacho;

Considerando que, de acordo com entendimento firmado por meio do Acórdão 534/2023-Plenário, o termo inicial da fluição da prescrição intercorrente ocorrerá somente a partir do primeiro marco interruptivo da prescrição ordinária, a prescrição intercorrente, in caso, teve como termo inicial a data de 3/4/2009, com a conclusão do Relatório de Demandas Especiais da Controladoria-Geral da União;

Considerando que transcorreram mais de 3 anos, entre a data da Nota Informativa 1143/CCC/SPPE/MTE, de 19/8/2010 (peça 80), elaborada para subsidiar resposta ao TCU sobre a análise da prestação de contas do Convênio, e a Nota Informativa 1288/2014, de 17/7/2014 (peça 83), que concluiu sobre a necessidade de requerer ao convenente documentação complementar para à prestação de contas

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

final, configurando a ocorrência da prescrição intercorrente, conforme disposto no art. 8º da Resolução-TCU 344/2022;

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e do representante do Ministério Público, no sentido da prescrição intercorrente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU e com os arts. 8º e 11, da Resolução-TCU 344/2022, em determinar o arquivamento do processo abaixo especificado, em razão da consumação da prescrição intercorrente, dando ciência aos responsáveis e ao Ministério do Trabalho e Emprego.

1. Processo TC-041.036/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria Auxiliadora Moura Vasconcelos (138.796.265-53); Sociedade Eunice Weaver de Aracaju (13.042.387/0001-90).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (extinta).

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11291/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico (PE) 10/2023, conduzido pelo Conselho Nacional de Justiça, cujo objeto é a contratação de central de serviços organizada no modelo de Service Desk.

Considerando que não constitui restrição à competição o estabelecimento de prazo de três horas para substituição de profissionais alocados na execução dos serviços em caso de afastamentos, como ausências legais, férias e demissões;

Considerando que participaram do certame 21 licitantes e foi obtido desconto de 23,80% sobre o valor estimado da contratação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la improcedente e determinar o arquivamento dos autos, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.102/2023-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça.

1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Leandro Santos de Souza (215039/OAB-SP), representando Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11292/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.501/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Carlos da Silva (429.492.897-20); Antônio Manuel Ferreira dos Santos Filho (339.454.467-91); Washington Martins (439.758.367-68).

1.2. Órgão/Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11293/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-016.624/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Maria Salgado Sayao (163.105.601-82); Edith Maria Salgado Sayao (163.109.931-00); Gloria Maria Salgado Sayao (146.518.151-20); Rosa Maria Reis da Cunha (864.558.857-91); Rosana Reis da Cunha (870.975.837-20); Rosangela Reis da Cunha Monteiro (659.698.047-20); Rosilene Reis da Cunha Silva (090.093.097-70); Sandra Regina Nery Duque da Silva (310.650.077-87).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para que proceda ao destaque dos atos de pensão militar em que figuram como instituidores os Srs. Murilo Rangel Montandon Saraiva (065.382.077-15) e Raimundo Nonato Vieira (240.150.327-72), a fim de que seja realizada diligência junto ao órgão jurisdicionado no sentido de que sejam anexados aos respectivos atos de concessão de pensão toda a documentação comprobatória da reforma dos ex-militares, notadamente a que justifica a concessão de graduação/posto diverso do ocupado na ativa.

ACÓRDÃO Nº 11294/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-016.630/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Arlete das Chagas Chaves (035.164.668-04); Claudia Maria de Paiva Vital (931.677.768-20); Flavia Maria de Paiva Vital (014.708.028-21); Laudiceia de Fatima Costa Vatanabe (177.322.878-19); Magnolia Flores do Nascimento Correa (145.278.328-40); Marcia Maria de Paiva Vital Arantes (951.309.508-87); Maria das Gracas das Chagas Zagagnin (084.905.058-88); Neide Aparecida dos Santos (104.696.978-14); Neire de Fatima Costa da Cruz (291.690.458-10); Nilza Maria Costa Moreira (099.249.608-07); Raquel Elena Costa Domingos (139.039.478-65).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para que proceda ao destaque do ato de pensão militar em que figura como instituidor o Sr. Osvaldo Silveira Brevas (300.971.268-53), a fim de que seja realizada diligência junto ao órgão jurisdicionado no sentido de que seja anexado ao respectivo ato de concessão de pensão toda a documentação comprobatória da reforma do ex-militar, notadamente a que justifica a concessão de graduação/posto diverso do ocupado na ativa.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11295/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão militar emitido em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-016.683/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Denise Batista dos Santos (041.549.667-58); Elizabeth da Silva Batista (840.704.987-53); Margareth Batista Ferraz (649.490.017-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para que proceda ao destaque dos atos de pensão militar em que figuram como instituidores os Srs. José Martins da Silva (030.131.977-49), Paulo Sebastião de Jesus (059.121.487-34), José Domingues de Souza (051.831.467-72) e Neoir de Souza Coelho (080.092.877-68), a fim de que seja realizada diligência junto ao órgão jurisdicionado no sentido de que sejam anexados aos respectivos atos de concessão de pensão toda a documentação comprobatória da reforma dos ex-militares, notadamente a que justifica a concessão de graduação/posto diverso do ocupado na ativa.

ACÓRDÃO Nº 11296/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, sem prejuízo de efetuar a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.045/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Nedia Renata Hoffmann (627.147.910-34); Neusa Therezinha Schlosser Cechin (892.662.269-04); Suzana Sena Fernandes Fara (370.443.110-91); Vera Eunice da Silva Betega (883.031.950-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação: à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para que:

1.7.1. proceda ao destaque do ato de pensão militar em que figura como instituidor o Sr. José Orlando de Moraes (044.758.010-87), a fim de que seja realizada diligência junto ao órgão jurisdicionado no sentido de que seja anexada ao respectivo ato de concessão de pensão toda a documentação comprobatória da reforma do ex-militar, notadamente a que justifica a concessão de graduação/posto diverso do ocupado na ativa; e

1.7.2. dê conhecimento ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que a beneficiária do programa de amparo social ao idoso, Sra. Vera Eunice da Silva Betega (883.031.950-34), é pensionista do ex-militar Helio Pinto da Silva (045.163.540-04) junto ao Comando do Exército, a fim de que seja verificado se a interessada atende aos requisitos previstos em lei para permanência no programa, adotando-se as providências cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 11297/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar emitidos em favor das interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-018.060/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alexandra Alves da Silva Van de Raa (721.892.236-87); Cynthia Gebrim Reis (462.525.411-68); Ingrid Gebrim Reis (043.691.706-80); Lucinete Pereira Bolzan (589.850.696-91); Maria Aparecida de Oliveira Olimpio (057.358.706-02); Maria Flavia Araujo de Jesus Salomao (574.996.406-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11298/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.496/2023-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Augusto Ribeiro Gomes (773.250.287-68); Ernesto Edinaldo Duarte Gomes (159.171.422-20); Francisco Evaldo Pinheiro Amaral (295.971.451-20); Josias Oliveira Vieira (789.549.917-34); Luiz Guilherme Martins de Souza (789.276.687-15).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11299/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.509/2023-1 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ana Alice Barbosa Guedes (821.946.107-15); Carlos Alberto dos Santos (719.503.547-68); Manoel de Medeiros Simoes (802.980.877-15); Marcio Pereira da Costa (780.412.527-53); Orzeli da Silva (731.201.547-68).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11300/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.669/2023-9 (REFORMA)

1.1. Interessados: Antonio Apoliano de Carvalho (774.235.007-63); Ivan Rocha da Silva (851.158.197-91); Joao Martins da Silva (837.460.807-20); Jose Augusto Glycerio de Castro (453.178.607-68); Jose Ferreira Luiz (859.813.467-87).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11301/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.685/2023-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Carlos Alberto Alves de Araujo (499.022.617-87); Danilo Angelo Taroco Filho (462.243.388-50); Jorge da Conceicao (499.069.767-72); Vitor Jander Silva de Paiva (799.491.936-72); Volney Junqueira Passos Neto (453.178.017-53).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11302/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.734/2023-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Cleodon Fernandes de Oliveira (414.167.084-72); Dagoberto Vieira Guimaraes (659.293.147-72); Julio Cesar Matias Virtuoso (745.917.897-72); Maurilo Serra da Silva (177.398.102-15); Mauro Marques Uirote (421.668.294-49).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11303/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.781/2023-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Aurelio Ribeiro Matias (161.515.177-09); Flavio de Oliveira Godoy (016.271.767-99); Iran de Freitas Silva (026.051.907-30); Marcio Soares da Silva (029.141.617-94); Paulo Henrique Sales Dias Florencio (176.500.567-16).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11304/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, à exceção daquele de interesse da sra. Ana Paula Reis Vianna, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.800/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ana Paula Reis Vianna (777.606.545-53); Carlos Henrique Franca (963.621.707-68); Igor Araujo Santos (108.008.486-08); Isaque dos Santos Lopes (083.912.947-57); Jose Teofilo Jourdan de Aquino (867.891.717-20).

1.2. Órgão: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar à AudPessoal que, previamente à apreciação conclusiva da concessão de interesse da sra. Ana Paula Reis Vianna, verifique a congruência entre a "fundamentação legal da reforma", sustentada pelo "laudo médico" anexado ao ato, e o eventual exercício de cargo público civil remunerado por parte da inativa (cf. base de dados desta Corte).

ACÓRDÃO Nº 11305/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.824/2023-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ataide de Sarges (710.140.557-68); Carlos Tito Barbosa de Oliveira (741.197.537-00); Edvaldo Feliciano da Silva (710.140.127-91); Francisco Evandir Teobaldo de Souza (698.327.227-72); Luiz Henrique Moreira dos Santos (744.561.487-72).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11306/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, à exceção daqueles de interesse dos srs. Elmar Jose Podgurski e Pierre Santos da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, bem como em fazer a determinação adiante especificada:

1. Processo TC-018.861/2023-7 (REFORMA)

1.1. Interessados: Agostinho Jose Lages da Silva (023.926.894-66); Claudia Ferreira Politano de Oliveira (004.635.607-01); Elmar Jose Podgurski (734.823.319-87); Pierre Santos da Silva (125.240.627-40); Robson Adriano Ribeiro Dantas de Souza Lima (031.243.954-76).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1. Determinar à AudPessoal que, previamente à apreciação conclusiva das respectivas concessões, verifique:

1.7.1.1. sr. Elmar Jose Podgurski - a exação do percentual de anuênios lançado nos proventos, detalhando os tempos de serviço utilizados para tanto;

1.7.1.2. sr. Pierre Santos da Silva - a congruência entre o "último posto/graduação na ativa", o "posto/graduação de referência para cálculo dos proventos", a "fundamentação legal da reforma" e as conclusões do "termo de inspeção de saúde" anexado ao ato.

ACÓRDÃO Nº 11307/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.879/2023-3 (REFORMA)

1.1. Interessados: Ana Barbara Sapienza Pinheiro (034.231.977-90); Arlindo Rodrigo Freire Ribeiro (284.357.248-75); Carlos Jose Ignacio (569.161.167-49); Geovanny Viana Moraes (493.166.211-00); Luiz Arnaldo Barros Pereira Simoes (569.160.437-68).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11308/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 1º e 11 da Resolução-TCU 344, de 11/10/2022, e do art. 1º da Lei 9.873/1999.

1. Processo TC-000.689/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Rui Fernandes Ribeiro Filho (106.981.163-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Valmira Maria Silva Nogueira (19394/OAB-MA), representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11309/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU, em reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 1º e 11 da Resolução-TCU 344, de 11/10/2022, e do art. 1º da Lei 9.873/1999.

1. Processo TC-006.906/2023-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jose Jailson Rocha (061.364.944-34); José Mário do Nascimento (048.974.554-72); Manoel Gomes de Barros (020.889.324-53).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11310/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso I, alínea "b", 169, inciso II, do Regimento Interno/TCU e arts. 11 e 12 da Resolução TCU 344/2022, em reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões sancionatória e ressarcitória nesta tomada de contas especial e determinar o arquivamento do seguinte processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.840/2022-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Pinto da Silva (994.492.697-34); Delta Construções S.A. (10.788.628/0001-57).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11311/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 6ª Região Militar em desfavor da Sra. Maria das Graças Santos Rocha Silva, em decorrência do recebimento de proventos de pensão a maior,

Considerando os pareceres uniformes exarados nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público (peças 65 a 68);

Considerando que, em 24/8/2023, foi juntada aos autos sentença prolatada pelo juízo da 10ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia (SJBA), em 10/4/2023, transitado em julgado em 5/6/2023, que reconhece o direito da pensionista Maria das Graças Santos Rocha Silva continuar a receber o benefício previdenciário com base no soldo de 2º Tenente, afastando a existência de débito a ser restituído (peça 62, p. 5);

Considerando que a sentença diz respeito a embargos de declaração opostos pela Sra. Maria das Graças Santos Rocha Silva e que, ao julgar procedentes os referidos embargos, o juízo da 10ª Vara Federal Cível da SJBA ratifica determinação para que seja mantido o pagamento da pensão de 2º Tenente, ordenando, ainda, que eventuais valores descontados indevidamente de seus proventos sejam restituídos após correção monetária;

Considerando que a Certidão de Trânsito em Julgado da sentença acostada aos autos; e

Considerando, portanto, que as presentes contas especiais carecem do mais elementar pressuposto para seu regular desenvolvimento, qual seja, a existência de débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com base nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II, e 212, do Regimento Interno do Tribunal, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.221/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Maria das Gracas Santos Rocha Silva (313.508.955-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da 6ª Região Militar.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11312/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do RITCU, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 96 a 99):

1. Processo TC-019.628/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Maria das Graças Souza Garcez (138.866.815-72) e Otávio Silveira Sobral (199.347.185-53)

1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Itaporanga D'ajuda/SE

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência do presente acórdão, acompanhado da instrução técnica constante da peça 96, aos responsáveis, à Caixa Econômica Federal e à Prefeitura Municipal de Itaporanga D'ajuda/SE.

ACÓRDÃO Nº 11313/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, mandatária da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (extinta), em desfavor dos Srs. Amaro João da Silva, Nilton da Mota Silveira Filho, Flávio Guimarães Figueiredo Lima, Marcos Baptista Andrade, Bruno de Moraes Lisboa e Raul Goiana Novaes Menezes, bem como da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Contrato de Repasse 0250313-51/2008 (Siafi 623870; peça 107), firmado entre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Governo do Estado de Pernambuco, e que tinha por objeto a "construção de 24 unidades habitacionais, no município de Terra Nova/PE",

Considerando os pareceres uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e do Ministério Público junto ao Tribunal (MP/TCU), às peças 182 a 185;

Considerando que, consoante análise levada a efeito pela unidade técnica, à peça 182, constatou-se que existem elementos para comprovar a execução física e financeira do objeto, bem como que objeto atende ao plano de trabalho e atendeu à comunidade (peça 1);

Considerando que a pendência documental referente à regularização fundiária, por si só, não é motivo suficiente para imputação de débito, tendo a documentação apresentada o condão de demonstrar o andamento dos procedimentos afetos à regularização fundiária do empreendimento;

Considerando, assim, que cabe o afastamento do débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, e 212, do Regimento Interno do Tribunal, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, informando o Ministério das Cidades (ou a unidade administrativa que venha a substituí-lo) e os responsáveis o inteiro teor desta deliberação, acompanhado do relatório à peça 182 e do parecer do Ministério Público à peça 185, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-024.255/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amaro Joao da Silva (076.725.354-04); Bruno de Moraes Lisboa (520.620.904-04); Companhia Estadual de Habitação e Obras-cehab (03.206.056/0001-95); Flavio Guimaraes Figueiredo Lima (744.347.134-34); Marcos Baptista Andrade (456.105.924-53); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00); Raul Goiana Novaes Menezes (047.796.134-77).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11314/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, ante o reconhecimento da prescrição, nos termos dos pareceres uniformes constantes das peças 195, 196, 197 e 205, com fundamento nos arts. 1º, 8º e 11 da Resolução TCU 344/2022.

1. Processo TC-044.304/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alexandre Holanda Sampaio (097.779.543-87); Associação Científica de Estudos Agrários (04.404.093/0001-70); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); Luiz Antônio Maciel de Paula (161.415.123-72); Ícaro de Sousa Moreira (090.783.123-00).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Mario David Meyer de Albuquerque (10118/OAB-CE), representando Luiza Almeida de Paula; Mario David Meyer de Albuquerque (10118/OAB-CE), representando Alexandre Holanda Sampaio; Carla Albuquerque Marques (15650/OAB-CE), representando Jesualdo Pereira Farias; Luiza Almeida de Paula e Maruzia Helena Ribeiro Almeida de Paula, representando Luiz Antônio Maciel de Paula; Mario David Meyer de Albuquerque (10118/OAB-CE), representando Maruzia Helena Ribeiro Almeida de Paula; Mario David Meyer de Albuquerque (10118/OAB-CE), representando Fernando Felipe Ferreyra Hernandez; Mario David Meyer de Albuquerque (10118/OAB-CE), representando Associação Científica de Estudos Agrários.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação, acompanhada dos pareceres que a fundamentam, ao responsáveis e ao tomador de contas.

ACÓRDÃO Nº 11315/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Comando da Aeronáutica aos Acórdãos 1.926/2022-1ª Câmara e 3.516/2023-1ªCâmara, sendo que, na primeira decisão, o Tribunal apreciou representação a respeito de possível violação do princípio da transparência devido à ausência de disponibilização dos dados necessários para o controle da legalidade e da legitimidade do uso de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) por parte das autoridades federais listadas no Decreto 10.267/2020, ao passo que, na segunda decisão, esta Corte de Contas negou provimento ao pedido de reexame interposto pelo embargante;

Considerando que as notificações das decisões recorridas ocorreram em 13/4/2022 e 13/6/2023, respectivamente, conforme peças 22 e 59;

Considerando que o embargo declaratório apresentado pelo órgão jurisdicionado foi protocolado no Tribunal em 29/9/2023, ou seja, após o prazo de dez dias estabelecido no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992; e

Considerando que o art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, estabelece que não se conhecerá de recurso interposto fora do prazo, salvo em razão da superveniência de fatos novos, na forma do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Comando da Aeronáutica, em razão de sua intempestividade, nos termos do artigo 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os art. 287, § 1º, do RI/TCU, e dar ciência desta decisão ao embargante.

1. Processo TC-025.435/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Comando da Aeronáutica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.2. Interessado: Centro de Controle Interno da Aeronáutica.
1.3. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica; Ministério da Defesa.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4.1. Ministro que declarou impedimento na sessão: Jorge Oliveira
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
1.7. Unidades Técnicas: Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (AudRecursos); Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).
1.8. Representação legal: Tania Patrícia de Lara Vaz (24713/OAB-PR), representando Comando da Aeronáutica.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11316/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão das interessadas a seguir indicadas.

1. Processo TC-012.100/2023-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Adriana Teodosio de Sousa (028.804.524-65); Maria da Conceição Alves Medeiros Lima (299.353.004-63).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11317/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-013.466/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Miraselva de Oliveira Santos (141.814.102-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11318/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-020.421/2023-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Albertina Maria da Silva (722.055.474-53); Auri Filgueira Pinheiro (849.862.124-00); Jose Souza de Santa Brigida Filho (700.347.312-70); Maria de Lurdes Borba (868.526.809-59); Rosana dos Santos Santa Brigida (219.582.462-04); Sonia Barbosa da Cunha (087.962.895-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11319/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-003.330/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Evangelina Peluso de Miranda (363.505.757-68); Leonor Peluso de Miranda (330.793.747-20); Maria Idalberta Araujo Guimaraes (155.205.013-00); Maria da Gloria Ferreira Maia (163.992.933-91); Muriel Peluso de Miranda (036.654.027-00); Naisa Peluso de Miranda (038.138.517-53); Naomi Peluso de Miranda (032.927.117-20); Noelia Moreira da Rocha Medeiros (242.125.983-53); Petronisia Moreira da Rocha Medeiros (117.175.723-91).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11320/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de pensão militar, emitidos pelo Comando da Marinha e submetidos a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a unidade instrutora propôs considerar os atos prejudicado por perda de objeto, haja vista que não foram detectados pagamentos para as pensionistas no período de janeiro/2022 a janeiro/2023;

considerando que o Ministério Público junto ao Tribunal concordou com essa proposta;

considerando que o desfecho sugerido está de acordo com as disposições do Regimento Interno-TCU, ante o exaurimento dos efeitos financeiros das concessões antes de sua apreciação por esta Corte;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação dos atos em favor de Maria Diva da Silva, Maria Helena Pereira Goncalves de Gusmão e Nely Izabel Nepomuceno Rezende.

1. Processo TC-005.476/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Maria Diva da Silva (329.871.969-20); Maria Helena Pereira Goncalves de Gusmão (305.166.828-14); Nely Izabel Nepomuceno Rezende (103.102.526-01).
1.2. Unidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11321/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão das interessadas a seguir indicadas.

1. Processo TC-006.141/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessadas: Bartira Bessa Fernandes (024.279.347-98); Eliane Maria da Silva Cunha (075.970.227-60); Ines Maria da Silva Schott (250.882.207-82); Jacyra Bessa Neves (411.188.207-20); Jandyra Bessa Ramos (814.254.067-34); Jupira Bessa de Alvelos (033.146.967-79); Linette Araujo da Silva (080.887.827-16); Luzia Breda da Silva (681.978.107-53); Sandra de Oliveira Bispo (004.673.227-67).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11322/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo a ato de concessão de pensão militar instituída por José Roberto da Silva Negrão em favor de Helba Brinco Rodrigues Negrão, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) constatou que a reforma do instituidor da pensão incluiu período prestado em atividades exercidas no serviço público;

considerando que tempos laborados no serviço público não podem ser computados com a finalidade de conferir a vantagem financeira prevista no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980 (Estatuto dos Militares) já que não há previsão legal para tanto, consoante a análise sistêmica do dispositivo com os artigos 136, 137, caput e § 1º, da mesma lei e a consolidada jurisprudência do Tribunal, exemplificada pelos Acórdãos 4572/2023-TCU-2ª Câmara (rel. Ministro Vital do Rêgo), 5.242/2022-1ª Câmara (rel. Ministro Marcos Bemquer) e 8.232/2020-1ª Câmara (rel. Ministro Benjamin Zymler);

considerando que, no caso em exame, excluindo-se o tempo laborado no serviço público, de 1 ano e 21 dias, o militar não satisfez o requisito temporal de 30 anos de serviço que lhe daria, em sua passagem para a reserva, o direito ao posto acima;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da AudPessoal e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em exame nestes autos e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-009.438/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Helba Brinco Rodrigues Negrão (004.130.892-15).

1.2. Unidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1.1. sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado;

1.7.1.2. dê ciência de inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência deste acórdão pela Unidade, com base na Súmula TCU 106; e

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade identificada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11323/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-009.474/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Claudia Jacinto Leite (000.563.484-95); Maria Aparecida Gurgel Veras (108.171.904-49); Maria Dalva Gurgel Praxedes (076.060.708-73); Maridinagema Gurgel Praxedes (183.526.948-63); Marilandia Gurgel Praxedes Flores (142.339.148-90); Milhomens Gurgel Praxedes (105.635.108-03); Modlipelinda Gurgel Praxedes dos Santos (246.643.648-57); Paula Francinete Jacinto Leite (413.027.374-49); Soraya Jacinto Leite (406.232.034-72); Wellington Ribeiro da Silva Leite (069.832.814-03).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11324/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão da pensão militar instituída por Estevão Martins Teixeira em favor de Eva Selenia Teixeira Queiroz e Euclidia Selenia Pereira Teixeira Terceiro, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou ter havido majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que o procedimento adotado está em desacordo com a orientação contida no Acórdão 2.225/2019 - Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos;

considerando que essa orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que existe presunção de boa-fé das interessadas, de modo que se aplica o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 29/9/2021, há menos de cinco anos, não se operando o prazo decadencial da Lei 9.784/1999;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade do ato.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, e no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por Estevão Martins Teixeira em favor de Eva Selenia Teixeira Queiroz e Euclidia Selenia Pereira Teixeira Terceiro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas beneficiárias até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7.

1. Processo TC-016.157/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Euclidia Selenia Pereira Teixeira Terceiro (472.664.143-34); Eva Selenia Teixeira Queiroz (285.949.243-72).

1.2. Unidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1 no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no grau hierárquico incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. comunique esta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.2.1. comprove ao TCU a comunicação às interessadas;

1.7.2.2. emita novo ato de concessão, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 11325/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão dos interessados a seguir indicados.

1. Processo TC-016.345/2023-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alcimara Meira Goncalves (042.908.069-70); Maria de Meira Goncalves (464.476.529-53); Raphael Meira Goncalves Mello (074.969.549-85); Samuel Goncalves Pereira (074.969.539-03).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11326/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno-TCU, bem como nos pareceres emitidos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão da interessada a seguir indicada.

1. Processo TC-021.445/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Mariza Graebin de Moura (972.641.640-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11327/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar instituída por Newton Silva de Oliveira em favor de Nadia Oliveira da Silveira e Nilce Oliveira de Mello, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou ter havido majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que o procedimento adotado está em desacordo com a orientação contida no Acórdão 2.225/2019 - Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos;

considerando que essa orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que existe presunção de boa-fé do interessado, de modo que se aplica o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 22/6/2023, há menos de cinco anos, não se operando o prazo decadencial da Lei 9.784/1999;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, e no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor de Nadia Oliveira da Silveira e Nilce Oliveira de Mello;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7.

1. Processo TC-033.232/2023-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessadas: Nadia Oliveira da Silveira (790.082.327-15); Nilce Oliveira de Mello (879.368.017-15).
1.2. Unidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:
1.7.1 no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no grau hierárquico incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. comunique esta deliberação às interessadas e as alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não as eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.2.1. comprove ao TCU a comunicação às interessadas;

1.7.2.2. emita novo ato de concessão, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 11328/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de reversão da pensão militar instituída por Mário Gilberto Costa em favor de Idma Teresinha Costa Kurtz, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou ter havido majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que o procedimento adotado está em desacordo com a orientação contida no Acórdão 2.225/2019 - Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos;

considerando que essa orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que existe presunção de boa-fé da interessada, de modo que se aplica o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 23/8/2023, há menos de cinco anos, não se operando o prazo decadencial da Lei 9.784/1999;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, e no Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato reversão de pensão militar instituída por Mário Gilberto Costa em favor de Idma Teresinha Costa Kurtz;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7.

1. Processo TC-033.255/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Idma Teresinha Costa Kurtz (598.517.247-34).

1.2. Unidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1 no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no grau hierárquico incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. comunique esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. no prazo de 30 dias, a contar da notificação desta decisão:

1.7.2.1. comprove ao TCU a comunicação à interessada;

1.7.2.2. emita novo ato de concessão, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal.

ACÓRDÃO Nº 11329/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de reforma em favor de João Carlos Dallavia, emitido pelo Comando da Marinha e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que, ao analisar o ato, a unidade instrutora constatou ter havido majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que a vantagem questionada somente é devida para militares que se encontrem na ativa ou na reserva remunerada;

considerando que o procedimento adotado está em desacordo com a orientação contida no Acórdão 2.225/2019 - Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos;

considerando que essa orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 1.784.347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que ocorreu o óbito do militar em 2022 e os efeitos financeiros da concessão cessaram antes de sua apreciação, mas não constam informações sobre habilitação de beneficiários ao recebimento de pensão, o que pode ensejar o pagamento do aludido benefício com a majoração de posto/graduação incorreta;

considerando o entendimento consubstanciado no Acórdão 57/2021-1ª Câmara (Relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), no sentido de que "O falecimento do interessado não leva à perda de objeto na apreciação do ato de aposentaria ou reforma quando há ilegalidade patente, devendo o TCU deixar desde logo assentado o seu posicionamento, a fim de evitar que o vício se estenda a eventual benefício de pensão decorrente do ato examinado";

considerando que existe presunção de boa-fé do interessado, de modo que se aplica o Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do Tribunal;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 15/09/2022, há menos de cinco anos, não se operando o prazo decadencial da Lei 9.784/1999;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de reforma em favor de João Carlos Dallavia.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-007.633/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: João Carlos Dallavia (205.460.417-87).

1.2. Unidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações: não há

ACÓRDÃO Nº 11330/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Cidadania, em desfavor de Valter Agostinho Minúscoli e Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais (CFUFA), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio de registro Siafi 436385 firmado entre o Ministério do Esporte e Turismo e a Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais, e que tinha por objeto o instrumento descrito como "realização do evento olimpíada colonial na cidade de Caxias do Sul", no valor de R$ 150.000,00.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos dessa norma, a prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco de apuração do fato, com a possibilidade de se interromper por uma mesma causa, desde que, por sua natureza, seja repetível no curso do processo (art. 5º, inciso II, c/c o § 1°);

considerando que o exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) confirma a ocorrência da prescrição quinquenal entre o Parecer técnico - análise da prestação de contas, de 16/4/2003 (peça 17) e a Nota técnica 106/2017 - análise da prestação de contas, de 19/12/2017 (peça 18);

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 63-66).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999, 4º, 5º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento;

encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e ao responsável;

arquivar o processo.

1. Processo TC-001.274/2023-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Comissão da Festa da Uva e Feiras Agroindustriais (87.828.000/0001-62); Valter Agostinho Minúscoli (068.378.750-00).

1.2. Unidade: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11331/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em desfavor de Jose Vidal Farias, Antônia de Paula Gadelha, Antônia Feitoza Silva, Antônia de Paula Gadelha, Cristiane Gomes da Silva, Eane da Silva Moura, Francisca Alves, Francisca Alves, Francisco Clementino Silva, Gilcilene Silveira Andrade, José Maria Nunes, José Ribamar Lima, José Vidal Farias Lucimar da Silva Mendonça, Maria da Conceição Silva de Almeida, Maria do Carmo Leitão, Maria Irene Vieira da Silva Ribeiro, Maria Íris Pereira Souza, Maria Juliete Ferreira Lima, Maria Liduina Lopes Santiago, Maria Regiane dos Santos Silva, Maria Rosileide Pereira da Silva, Maria Verônica dos Reis, Marília Felipe da Silva, Nataniel Carlos Mendes, Nauria Braz de Souza, Nilza Ribeiro de Aquino

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

e Rosângela de Alecrim Silva, em razão de concessão de benefícios previdenciários (aposentadoria por idade e salário-maternidade) sem apresentação de documentos que comprovassem o início de prova material das condições para obtenção do benefício concedido, com a inserção de dados inidôneos no sistema informatizado da Previdência Social, no âmbito da Agência de Previdência Social Pacatuba, vinculada à Gerência Executiva do INSS em Fortaleza/CE (GEXFOR), no valor de R$ 56.148,42.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos da Resolução-TCU 344/2022, a pretensão punitiva e ressarcitória deste Tribunal prescreve em cinco anos (art. 2º) ou em três, se o processo ficar paralisado, pendente de julgamento ou despacho (art. 8º);

considerando que o exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) confirma a ocorrência dessa espécie prescricional, tendo o processo ficado paralisado por mais de: (i) três anos na fase interna, configurando a prescrição intercorrente em relação aos responsáveis José Vidal Farias (de 22/2/2017 a 10/8/2021), Antônia de Paula Gadelha (e 12/9/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Antônia Feitoza Silva (de 22/11/2006 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Cristiane Gomes da Silva (de 24/11/2006 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Francisca Alves (de 15/7/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Francisco Clementino Silva (de 9/8/2005 a 9/5/2016, de 9/5/2016 a 10/8/2021), José Maria Nunes (de 6/12/2016 a 10/8/2021), José Ribamar Lima (de 20/6/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Lucimar da Silva Mendonça (de 2/8/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Maria da Conceição Silva de Almeida (de 15/6/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Maria do Carmo Leitão (de 4/8/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Maria Juliete Ferreira Lima (de 15/9/2005 a 6/12/2016, 6/12/2016 a 10/8/2021), Maria Regiane dos Santos Silva (de 24/11/2006 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021), Maria Verônica dos Reis (de 29/7/2005 a 6/12/2016, de 6/12/2016 a 10/8/2021) e Nilza Ribeiro de Aquino (de 19/8/2005 a 16/5/2016, de 16/5/2016 a 10/8/2021), (ii) 5 (cinco) anos entre a data do início da contagem e evento processual seguinte em relação aos responsáveis Eane da Silva Moura, Gilcilene Silveira Andrade, Maria Irene Vieira da Silva Ribeiro, Maria Íris Pereira Souza, Maria Liduina Lopes Santiago, Maria Rosileide Pereira da Silva, Marília Felipe da Silva, Nataniel Carlos Mendes, Nauria Braz de Souza e Rosângela Alecrim Silva;

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 405-408).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento;

encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e aos responsáveis;

arquivar o processo.

1. Processo TC-001.425/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônia Feitoza Silva (022.421.133-13); Antônia de Paula Gadelha (852.603.983-00); Cristiane Gomes da Silva (020.360.573-06); Eane da Silva Moura (013.949.333-63); Francisca Alves (934.025.973-49); Francisco Clementino Silva (118.592.103-68); Gilcilene Silveira Andrade (019.602.633-40); José Maria Nunes (023.526.463-67); José Ribamar Lima (118.828.323-53); José Vidal Farias (058.136.973-49); Lucimar da Silva Mendonça (013.542.733-97); Maria Irene Vieira da Silva Ribeiro (371.395.503-44); Maria Íris Pereira Souza (781.055.363-15); Maria Juliete Ferreira Lima (968.913.513-91); Maria Liduina Lopes Santiago (022.043.073-00); Maria Regiane dos Santos Silva (020.360.503-95); Maria Rosileide Pereira da Silva (001.434.673-79); Maria Verônica dos Reis (945.002.663-72); Maria da Conceição Silva de Almeida (851.571.713-15); Maria do Carmo Leitão (004.445.403-18); Marília Felipe da Silva (022.085.533-14); Nataniel Carlos Mendes (015.815.623-49); Nauria Braz de Souza (025.179.763-50); Nilza Ribeiro de Aquino (539.881.673-04); Rosângela de Alecrim Silva (024.397.993-27).

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Fortaleza/CE - INSS/MPS.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11332/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em nome de João Salame Neto, ex-prefeito de Marabá/PA, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, mediante o Programa Projovem Urbano, no exercício de 2015.

Considerando que o concedente, com o aval do controle interno, apontou débito de R$ 369.825,35, atribuindo a responsabilidade por sua devolução ao ex-prefeito;

considerando, entretanto, que a unidade instrutora verificou a comprovação da execução física e financeira no município de Marabá/PA, em que pese a realização parcial dos objetivos do programa, considerando que a diferença entre o apurado e o ideal, segundo a Nota Técnica MEC 24/2020, de apenas 2,26% (45% - 42,74%), multiplicada pelo valor gerido no exercício, resultaria em pouco mais de R$ 13 mil, valor inferior ao mínimo exigido para a constituição de TCE;

considerando que, conforme registrado no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do MEC (SIMEC), módulo Projovem Urbano, o ente federado pactuou uma meta de atendimento de 600 jovens, ao longo de 18 meses de formação, e de acordo com o Relatório de Matrículas, foi registrado um total de 854 matrículas, sendo 570 matrículas ativas, tendo o MEC observado que o município de Marabá/PA atingiu a meta pactuada, e apenas a média de frequência não se comportou como programado, diminuindo no decorrer do exercício;

considerando que, diante disso, a proposta de encaminhamento constante da instrução é pelo arquivamento deste processo (peças 38 a 40);

considerando que essa proposta conta com a concordância do Ministério Público junto ao Tribunal (peça 41).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno-TCU, em:

a) arquivar o processo, sem julgamento do mérito, por ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido;

b) comunicar esta decisão à unidade jurisdicionada e ao responsável.

1. Processo TC-006.659/2023-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: João Salame Neto (335.391.201-06).

1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Marabá/PA.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11333/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo de tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. em desfavor da Universidade Patativa do Assaré, de Cícero Anderson Palácio de Carvalho e de José Sydrião de Alencar Júnior, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio BNB/FUNDECI 2012/248, firmado entre Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Universidade Patativa do Assaré, e que tinha por objeto a "execução do projeto intitulado 'Exposição Fotográfica Ecocidades 2012 — Araripe — Ceará', visando fomentar a relação sociedade/empresas/poder público, dentro do conceito mundial de desenvolvimento sustentável em favor da gestão do lixo urbano, com base na nova legislação brasileira sobre resíduos sólidos, com foco mais apurado para o lixo industrial", no valor de R$ 88.000,00.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos dessa norma, "(...) incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, sem prejuízo da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso" (art. 8º);

considerando que o primeiro ato interruptivo da prescrição ordinária ocorreu em 26/03/2013, sendo este o marco inicial da fluição da prescrição intercorrente, conforme entendimento fixado no Acórdão 534/2023-Plenário;

considerando que o exame efetuado pela Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) confirma a ocorrência dessa espécie prescricional, tendo o processo ficado paralisado por mais de três anos na fase interna entre o ofício 2013/541/0385, recebido em 26/3/2013 - notificação da Universidade Patativa do Assaré (peça 8) e o Edital de notificação publicado no DOU em 7/6/2017 - notificação da Universidade Patativa do Assaré (peça 12);

considerando os pareceres uniformes emitidos nos autos (peças 110-113);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput e § 1º, da Lei 9.873/1999, 8º e 11 da Resolução-TCU 344/2022 e 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e de ressarcimento;

encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e ao responsável;

arquivar o processo.

1. Processo TC-025.582/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cicero Anderson Palacio de Carvalho (024.754.833-26); Jose Sydrião de Alencar Junior (081.199.703-06); Universidade Patativa do Assaré (05.342.580/0001-19).

1.2. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Erlon Albuquerque de Oliveira (OAB-CE 11.750), representando Jose Sydrião de Alencar Junior; Edson Saraiva Tavares (OAB-CE 13.998), representando Universidade Patativa do Assaré.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11334/2023 - TCU - 1ª Câmara

Cuidam os autos de representação, formulada por empregado público da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a respeito de supostas irregularidades no pagamento de horas extraordinárias e suplementares a ocupantes de cargos comissionados e empregados detentores de funções de confiança na empresa, em desacordo com normativo interno e com a CLT.

Considerando que este Tribunal efetuou diligência (peças 29 e 34 a 36) e posteriormente oitiva (peça 45) da CBTU, oportunidades em que a Companhia esclareceu que:

seu Plano de Emprego Comissionado (PEC) estabelece três conceituações distintas para funções: a função de confiança, o cargo de confiança e a função gratificada;

além disso, que, aos empregados de carreira da CBTU que ocupam função gratificada, é devido o pagamento do salário, das demais verbas do cargo efetivo e uma gratificação fixa a título de desempenho da função gratificada, não havendo, para tais empregados, impedimento à realização de horas extraordinárias, de acordo com a Resolução de Diretoria 8/2018 da Companhia;

considerando ainda que a CLT, em seu Capítulo II, disciplina a duração do trabalho, estipulando a jornada normal do trabalho e as regras aplicáveis aos casos em que é excedida, situação em que deverá ser paga hora extra ou acionado banco de horas (art. 59); além disso, em seu art. 62, a norma trabalhista define que os exercentes de cargo de gestão somente perceberão horas extras quando o salário do cargo de confiança, compreendendo a gratificação de função, for inferior ao valor do respectivo salário efetivo acrescido de 40%;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que o PEC da CBTU especifica que as atividades relacionadas às funções gratificadas são as de supervisão operacional de equipes, com natureza distinta das funções de confiança, que estão mais voltadas para as atribuições de direção e de assessoramento (peça 46); e

considerando, por fim, que, por meio de verificações amostrais, a Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) identificou o pagamento de valores de pequena monta a título de função gratificada, abaixo do limite de 40% previsto no art. 62 da CLT; e, por conseguinte, concluiu, em pareceres uniformes, que as informações fornecidas pelo representante não foram confirmadas, de modo que a representação deve ser considerada improcedente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU e o art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, bem como nos pareceres da unidade técnica, em:

a) conhecer da representação e, no mérito, considerá-la improcedente;

b) comunicar esta decisão ao representante e à CBTU; e

c) arquivar os autos.

1. Processo TC-013.012/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Unidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal)

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 11335/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão civil, instituída por Laury Maciel Souza em benefício de Maria do Carmo Vilas Boas Silva, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que a Unidade Instrutiva propôs a ilegalidade e negativa de registro do ato, tendo em vista a percepção cumulativa das vantagens "opção" e "quintos/décimos", sendo que o Ministério Público junto ao TCU (MPTCU) proposta no mesmo sentido, mas entende que é indevida a percepção da parcela "opção", pois o instituidor não cumpriu os requisitos previstos no caput do art. 193 da Lei 8.112/90, já que, apesar de ter aposentado em 1991, exerceu a FC-5 por apenas um ano, no período de 4/5/1988 a 3/5/1989;

considerando que o período de função exercida anterior a 8/4/1998, data de edição da Lei 9.624/1998, é suficiente para a incorporação da vantagem de "quintos/décimos";

considerando que não foram satisfeitos os pressupostos temporais previstos no art. 193 da Lei 8.112/1990 para percepção da parcela "opção";

considerando, ainda, que esta Corte possui entendimento pacífico de que é indevido o pagamento cumulativo das duas rubricas - a vantagem "opção" de que trata o artigo 2º da Lei 8.911/1994 e a vantagem de "quintos/décimos", transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), pelo artigo 62-A da Lei 8.112/1990 -, em razão da vedação trazida pelo § 2º do art. 193 da Lei 8.112/1990 (e.g. Acórdãos 4.032/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Benjamin Zymler, e 15.185/2021-TCU-1ª Câmara, da relatoria do E. Ministro Jorge Oliveira);

considerando que é nesse sentido o enunciado da jurisprudência selecionada do TCU no Acórdão 9.453/2021-TCU-Primeira Câmara, da relatoria do E. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Os servidores que tenham satisfeito os pressupostos temporais estabelecidos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até o advento da EC 20/1998 podem acrescer aos seus proventos de inatividade o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), de forma não cumulativa com a vantagem dos quintos/décimos/VPNI, em razão da vedação contida no art. 193, § 2°, da Lei 8.112/1990.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que, em virtude do pagamento indevido da parcela "opção", bem como da cumulatividade das rubricas "opção" e "quintos/décimos", o ato deve ser considerado ilegal, com negativa de registro, determinando-se à unidade jurisdicionada que faça cessar os pagamentos indevidos, dispensando-se a devolução dos valores recebidos de boa-fé, nos termos do Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão civil por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU-Plenário;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando os pareceres convergentes da Unidade Instrutiva e do MPTCU quanto à ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal ato de pensão civil instituída por Laury Maciel Souza em benefício de Maria do Carmo Vilas Boas Silva, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência do presente acórdão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-007.528/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria do Carmo Vilas Boas Silva (121.978.405-25).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1 faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

1.7.3. emita novo ato de pensão civil, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos fixados na IN-TCU 78/2018.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11336/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-016.760/2020-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alba Martins Calmon (739.699.157-91); Dorcelina da Silva Pereira (724.784.627-53); Luiz Carlos Martins (483.262.597-72); Rita de Cassia da Vitoria (013.224.127-74).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11337/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-020.385/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Candelaria Lagreca de Melo (141.278.901-00); Maria Jose Brasil (462.758.357-53); Samuel Andrade do Nascimento (077.943.843-46); Solange Maria Coutinho de Abreu (016.716.057-56); Zelia Pituba (874.124.627-68).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11338/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil aos Interessados a seguir relacionados.

1. Processo TC-022.693/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ananeri Goncalves Borges (053.928.535-87); Jose Roberto Ribeiro (092.858.008-31); Maria Iole Pinfari Iervolino (004.200.898-02); Marisa Souto Maior de Arruda (726.616.584-91); Sonia Beatriz Brisighelli Schaefer (458.808.839-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11339/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de reversão de pensão especial de ex-combatente - PEEC, instituída por Luiz Giraldes Barreto Lins em benefício de Carmen Lucia Ferreira Lins e Vera Lucia Ferreira Lins, emitido pelo Comando do Exército, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade Instrutora constatou irregularidade no ato de reversão da PEEC em razão das beneficiárias acumularem rendimentos recebidos de cofres públicos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que o instituidor José Torres de Oliveira faleceu em 09/02/1956, e o benefício foi revertido às filhas maiores em 07/02/2015;

considerando que a jurisprudência do Tribunal é pacífica de que "o direito à reversão da pensão especial de ex-combatente é regido pela lei vigente à época do falecimento do instituidor, ainda que a reversão tenha ocorrido na vigência de outras normas" (Acórdão 8.309/2021-1ª Câmara);

considerando que na data do óbito do instituidor estava em vigência o art. 30 da Lei 4.242/1963 (revogado pela Lei 8.059, de 4/7/1990), que veda o pagamento concomitante da pensão de ex-combatente com qualquer importância percebida dos cofres públicos e requer do beneficiário, a condição de ser incapaz de prover os próprios meios de subsistência;

considerando que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é nesse mesmo sentido, conforme ementa a seguir reproduzida:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EX-COMBATENTE. PENSÃO ESPECIAL. FALECIMENTO DO INSTITUIDOR, ANTERIOR À CF/88. REVERSÃO A FILHA MAIOR, CAPAZ E SEPARADA. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DO ART. 30 DA LEI N. 4.242/1963. SÚMULA 7/STJ.

1. É firme a jurisprudência no sentido de que o direito a pensão de ex-combatente deve ser regido pela lei vigente à época do falecimento deste. Precedentes.

2. No caso concreto, o pai da agravante faleceu aos 11.6.1986, na vigência das Leis 3.765/1960 e 4.242/1963. Portanto, não é possível aplicar o art. 53 do ADCT/1988, ante o princípio da irretroatividade das leis.

3. Embora a Lei n. 3.765/1960, que dispõe sobre pensão de militares, de caráter geral e aplicação subsidiária, considerasse como dependentes também as filhas maiores de 21 anos, de qualquer condição, o art. 30 da Lei n. 4.242/1963, que institui a pensão especial de ex-combatente pleiteada, trouxe um requisito específico, qual seja: prova de que os ex-combatentes encontravam-se 'incapacitados, sem poder prover os próprios meios de subsistência', e que não percebiam 'qualquer importância dos cofres públicos'; o qual deverá ser preenchido não apenas pelo ex-combatente, mas também por seus dependentes.

4. Se o acórdão a quo não reconhece o preenchimento dos requisitos legais, incabível em sede de recurso especial reexaminar tais circunstâncias fático-probatórias. Aplicação da súmula 7/STJ. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1337186/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5/3/2013, DJe 14/3/2013)".

considerando que esse entendimento está em consonância com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consolidada no sentido de que a norma que rege a concessão de pensões de ex-combatentes é a vigente na data da morte do instituidor (princípio do tempus regit actum), conforme os seguintes julgados:

"PENSÃO - EX COMBATENTE - REGÊNCIA. O direito à pensão de ex-combatente é regido pelas normas legais em vigor à data do evento morte. Tratando-se de reversão do benefício a filha mulher, em razão do falecimento da própria mãe que a vinha recebendo, consideram-se não os preceitos em vigor quando do óbito desta última, mas do primeiro, ou seja, do ex-combatente" (MS 21.707, Redator para acórdão o Ministro Marco Aurélio, o Plenário DJ 22/9/1995).

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 2. Pensão. Ex-combatente. Reversão em favor das filhas em virtude do falecimento da viúva. Possibilidade. Aplica-se ao caso a legislação em vigor à época do falecimento do militar. 3. Agravo regimental a que se nega provimento" (RE 569.440, Relator o Ministro Gilmar Mendes, Segunda Turma, Dje 2/12/2010).

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. PENSÃO DE EX-COMBATENTE. REVERSÃO DO BENEFÍCIO À FILHA. OBSERVÂNCIA DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO" (RE 516.677-AgR, de minha relatoria, Primeira Turma, Dje 6/2/2009).

considerando que, tomando como referência para a pensão em questão o falecimento do instituidor Luiz Giraldes Barreto Lins na data de 09/02/1956, nos termos do art. 30 da Lei 4.242/1963, são requisitos para o pagamento da pensão especial de ex-combatente: (i) ser o ex-militar integrante da FEB, da FAB ou da Marinha; (ii) ter efetivamente participado de operações de guerra; (iii) encontrar-se o ex-militar, ou seus dependentes, incapacitados, sem poderem prover os próprios meios de subsistência; e (iv) não perceberem qualquer importância dos cofres públicos;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que foi constatado que a Sra. Carmen Lucia Ferreira Lins é médica aposentada do Estado de Pernambuco e recebe uma aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS desde 18/07/2014, e a Sra. Vera Lucia Ferreira Lins recebe uma aposentadoria pelo referido instituto desde 03/06/2015, bem como pelo fato de que foi submetida à inspeção de saúde e a perícia médica concluiu que não é inválida;

considerando que houve perda de objeto do ato concessório em relação à beneficiária Carmen Lucia Ferreira Lins, pois o pagamento foi suspenso desde maio de 2018;

considerando que a irregularidade identificada no ato de reversão da PEEC instituída por Luiz Giraldes Barreto Lins é questão pacífica no âmbito do Tribunal, a exemplo dos Acórdãos 1756/2018 (Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues) e 4968/2022 (Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa), ambos da 1ª Câmara; e Acórdãos 3073/2019 (Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa) e 5955/2021 (Rel. Ministro-Substituto André de Carvalho), ambos da 2ª Câmara;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU em 30/08/2021, há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito (STF-RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da Sra. Vera Lucia Ferreira Lins;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que os pareceres da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto ao Tribunal foram convergentes quanto à ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal o ato de Pensão Especial de ex-Combatente instituída por Luiz Giraldes Barreto Lins em benefício de Vera Lucia Ferreira Lins, negando registro ao respectivo ato;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir os comandos especificados no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-038.063/2021-2 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Carmen Lucia Ferreira Lins (084.615.894-91); Vera Lucia Ferreira Lins (102.678.754-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

1.7.1.2. informe esta deliberação à Sra. Vera Lucia Ferreira Lins e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes ao término do prazo fixado no subitem 1.7.1 comprove ao TCU essa comunicação.

ACÓRDÃO Nº 11340/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar as interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-006.136/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Felizarda da Exaltacao Oliveira Santiago (097.761.697-59); Haydee Maria Bittencourt da Gama (090.848.947-15); Iva Maria da Conceicao Vieira (586.299.557-91); Maria Aparecida da Silva Eiras (629.808.237-91); Maria da Conceicao da Silva (070.513.237-41); Solange da Silva Lima (004.920.217-08); Teresa da Silva (826.465.387-15); Terezinha Batista de Jesus Ferreira (776.608.977-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11341/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar as interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.605/2023-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Daisy Valquiria Marcelos Gomes de Oliveira (621.439.644-04); Neyla Veridiana Macedo Gomes (058.630.324-30); Regina Celia Santana Medeiros Gomes (263.379.325-87); Terezinha Iolanda Oliveira (238.609.010-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11342/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão militar as interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.491/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Helba Milene Cornelsen (759.573.889-04); Luziangela Cornelsen de Queiroz Telles (574.414.059-04); Suemir Elida Cornelsen (005.448.879-64).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11343/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de atos de pensão militar inicial instituídas por Jose Elias Gomes, Ubiraci Tavares de Albuquerque, Nivaldo Luiz de Oliveira e Antero Cordeiro Gama e ato de pensão militar de reversão instituída por Luiz Pereira da Silva, emitidos pelo Comando da Marinha e submetidos a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

considerando que a análise empreendida pela Unidade Instrutora não constatou irregularidade nos atos, mas o Ministério Público junto ao Tribunal identificou, no ato da pensão militar instituída por José Elias Gomes em benefício de Ingrid Boeing Gomes Janeri, a majoração de proventos para o posto

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço, do tempo ficto decorrente do trabalho prestado em guarnição especial (8 anos e 3 dias);

considerando que tal procedimento está em desacordo com os art. 135 e 137 da Lei 6.880/1980, que prevê a contagem de tempo de atividade do militar em guarnições especiais apenas para fins de passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço considerado para percepção de remuneração correspondente ao grau hierárquico superior;

considerando que, descartando-se o tempo de serviço em guarnição especial, o instituidor conta com pouco mais de 29 anos de serviço militar até 29/12/2000, de modo que não preencheu o requisito mínimo de trinta anos de serviço militar antes da revogação da redação original do inciso II do art. 50 da Lei 6.880/1980, pela MP 2.215-10/2001, não fazendo jus a proventos correspondentes ao grau hierárquico superior, o que macula a pensão;

considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.718/2023-2ª Câmara (Relator Ministro Aroldo Cedraz), 8.218/2021-2ª Câmara (Relator: Augusto Nardes) e 631/2020-1ª Câmara (relator: Ministro Vital do Rêgo), cuja ementa bem elucida a dicção desta Corte de Contas sobre a irregularidade apurada, verbis:

PROVENTOS DE REFERÊNCIA CALCULADOS SOBRE UM POSTO OU GRADUAÇÃO ACIMA DO OCUPADO NA ATIVA PARA MILITARES QUE NÃO COMPLETARAM, EM ATIVIDADE ESTRITAMENTE MILITAR, OS 30 ANOS REQUERIDOS PELA REDAÇÃO ORIGINAL DO ART. 50, INCISO II, DA LEI 6.880/1980 C/C ART. 135 E SEGUINTES DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL. ILEGALIDADE. DETERMINAÇÕES;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU- Plenário;

considerando a presunção de boa-fé da Sra. Ingrid Boeing Gomes Janeri;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não se operando o registro tácito; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto a este Tribunal pela legalidade e registro dos atos concessórios, salvo em relação ao ato de pensão militar instituída por José Elias Gomes em benefício de Ingrid Boeing Gomes Janeri, cujo parecer do Parquet foi pela ilegalidade e negativa de registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar legais e registrar os atos de concessão de pensão militar instituídas por Luiz Pereira da Silva em benefício de Elma Tavares da Silva e Sonia Tavares Vitoriano, Ubiraci Tavares de Albuquerque em benefício de Valeria Ferreira de Alburquerque, Nivaldo Luiz de Oliveira em benefício de Maria Helena Viana de Oliveira e Antero Cordeiro Gama em benefício Wanda Drumond Gama;

b) considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por José Elias Gomes em benefício de Ingrid Boeing Gomes Janeri, recusando o respectivo registro;

c) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Comando da Marinha, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

d) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-017.677/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessadas: Elma Tavares da Silva (587.805.217-20); Ingrid Boeing Gomes Janeri (912.583.679-04); Maria Helena Viana de Oliveira (029.107.744-73); Sonia Tavares Vitoriano (017.788.687-03); Valeria Ferreira de Albuquerque (017.790.217-55); Wanda Drumond Gama (079.439.097-80).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. adote, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes providências:

1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à Sra. Ingrid Boeing Gomes Janeri e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. emita novo ato de pensão militar da Sra. Ingrid Boeing Gomes Janeri, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11344/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar instituído por Beline Gomes da Silva em favor de Gilmar Guadelupe de Oliveira Silva, emitido pelo Comando da Aeronáutica e submetido a este Tribunal para fins de registro, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que a análise empreendida pela Unidade Instrutora identificou como irregularidade o fato de a beneficiária perceber proventos com base na elevação do grau hierárquico (1º Tenente) por incapacidade definitiva do militar/instituidor, que era ocupante do posto de Suboficial na ativa e passou para a reserva na graduação de 2º Tenente, sem preenchimento dos requisitos legais, sendo que o Ministério Público junto ao Tribunal constatou, ainda, que a beneficiária recebe, além do benefício em apreço, pensão militar do "ANTIGO EST. GUANABARA E DISTRITO FEDERAL", com o seguinte fundamento: "Pensão CBM/PM LEI 3765/60 E LEI 7284/84", na condição de "FILHA (MILITAR)" do 3º Sargento Affonso Alves de Oliveira, com vigência em 30/9/2004;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do ex-militar Beline Gomes da Silva;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando, ainda, que o acúmulo da pensão militar concomitantemente com outra contraria o disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960 com redação dada pela MP 2.215-10/2001;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando que a jurisprudência do Tribunal é pacífica no sentido de considerar essa espécie de acumulação indevida, conforme Acórdão 8.706/2021 - TCU - Primeira Câmara, devendo optar por uma das duas pensões militares que atualmente percebe;

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU- Plenário;

considerando que a Sra. Gilmar Guadelupe de Oliveira Silva, caso venha a comprovar opção pela pensão militar de que trata estes autos, faz jus a proventos com base no posto de 2º e não de 1º Tenente;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade e negativa de registro do ato concessório.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de pensão militar instituído por Beline Gomes da Silva em favor de Gilmar Guadelupe de Oliveira Silva, recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Comando da Aeronáutica, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-029.836/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Gilmar Guadelupe de Oliveira Silva (869.117.755-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Aeronáutica que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

1.7.1.2. oriente à interessada sobre a possibilidade de optar, a qualquer tempo, por perceber exclusivamente a pensão militar instituída por Beline Gomes da Silva, nos termos das disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, comprovando eventual opção ao Comando da Aeronáutica;

1.7.1.3. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação;

1.7.3. caso a interessada venha a comprovar opção pela pensão militar instituída por Beline Gomes da Silva promova o recálculo do valor atualmente pago a ela com base no posto/graduação incorreto, bem assim emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11345/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar, instituída por Paulo Duraes em benefício de Jorge Luiz Duraes, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade Instrutora identificou, como irregularidade, que houve majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do ex-militar Paulo Duraes;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU-Plenário;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU quanto à ilegalidade e negativo de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal ato de pensão militar instituída por Paulo Duraes em benefício de Jorge Luiz Duraes, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-032.725/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Jorge Luiz Duraes (659.759.284-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar, instituída por Paulo Duraes em benefício de Jorge Luiz Duraes, com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11346/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de pensão militar, instituída por Jose Maria da Mota em benefício de Nelinda Pereira da Mota, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade Instrutora identificou, como irregularidade, que houve majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do ex-militar Jose Maria da Mota;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que o ato de reforma emitido em favor do instituidor e o ato de pensão militar por ele instituído, embora tenham correlação, são atos complexos independentes, de tal sorte que uma eventual irregularidade que não tenha sido analisada na reforma, apreciada pela legalidade, pode ser reavaliada no ato de pensão militar, conforme Acórdão 663/2023-TCU-Plenário;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU quanto à ilegalidade e negativo de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal ato de pensão militar instituída Jose Maria da Mota em benefício de Nelinda Pereira da Mota, negando-lhe registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-033.233/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Nelinda Pereira da Mota (022.297.747-78).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar, instituída por Jose Maria da Mota em benefício de Nelinda Pereira da Mota, com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

1.7.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, nos termos fixados na IN-TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 11347/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de alteração de reforma de Severino Ramos de Farias, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade Instrutora identificou, como irregularidade, a majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do militar;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do militar Severino Ramos de Farias;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU quanto à ilegalidade e negativa de registro do ato.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de alteração de reforma de Severino Ramos de Farias;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-005.862/2023-0 (REFORMA)

1.1. Interessado: Severino Ramos de Farias (256.371.697-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma ao Sr. Severino Ramos de Farias, com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

ACÓRDÃO Nº 11348/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de alteração de reforma de Luiz Antonio Alves do Sacramento, emitido pelo Comando da Marinha, nos termos do artigo 71, inciso III, da CRB/1988.

Considerando que, ao analisar o ato, a Unidade Instrutora identificou, como irregularidade, a majoração de proventos para o grau hierárquico imediatamente superior em virtude de invalidez posterior à reforma do militar;

considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

considerando que, nos termos do referido artigo, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando os que sejam considerados incapazes quando já reformados, como é o caso do militar Luiz Antonio Alves do Sacramento;

considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

considerando que o ato em exame contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato em exame deu entrada no TCU há menos de cinco anos, não tendo ocorrido o registro tácito (RE 636.553/RS);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Unidade Instrutora e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU quanto à ilegalidade e negativa de registro do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso II, 261 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de alteração de reforma de Luiz Antonio Alves do Sacramento;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência do presente acórdão pelo Comando da Marinha, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; e

c) expedir as determinações especificadas no subitem 1.7, abaixo.

1. Processo TC-005.880/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Luiz Antonio Alves do Sacramento (287.889.827-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.1. no prazo de 15 dias, a contar da notificação desta decisão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de reforma ao Sr. Luiz Antonio Alves do Sacramento, com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.1.2. informe esta deliberação ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. nos 30 dias subsequentes comprove ao TCU essa comunicação.

ACÓRDÃO Nº 11349/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em desfavor de Município de Mateiros - TO e Josimar Ferreira de Almeida, em razão de omissão no dever de prestar contas no âmbito do Convênio de registro Siafi 716370, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento e o município, e teve por objeto capacitar agricultores da comunidade Quilombola Mumbuca para a produção de alimentos derivados de frutas nativas do cerrado.

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos do art. 2º dessa norma, prescrevem em cinco anos as pretensões punitiva e de ressarcimento, contados dos termos iniciais indicados no artigo 4°, conforme cada caso; e que nos termos do art. 8º incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho;

considerando que entre 19/11/2014, data da notificação ao município, solicitando complementação da prestação de contas final (peças 17 e 18), e o evento apuratório seguinte, o Parecer 65/2021/COAPROJ/CGINFRA/DEP-SAF/SAF/MAPA (peça 19), de 22/8/2021, transcorreram mais de seis anos, configurando-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

considerando que, em pareceres convergentes, a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concluem pela prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento (peças 36-39);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, caput, da Lei 9.873/1999, 2º, 8º e 11 da Resolução/TCU 344/2022, 143, inciso I, alínea "a", 169, inciso III e VI, 212, do Regimento Interno/TCU, em reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento e arquivar o processo.

1. Processo TC-013.365/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Josimar Ferreira de Almeida (528.287.439-34); Prefeitura Municipal de Mateiros - TO (26.753.129/0001-64).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mateiros - TO.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11350/2023 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Trabalho e Previdência (extinto), em desfavor de Paulo Cesar Silva e do Município de Poços de Caldas-MG em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de Adesão ao Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã (Siafi 299697), cujo objeto consistiu na "Execução do Projeto Projovem Trabalhador, integrante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, no Município de Poços de Caldas-MG, de forma a qualificar social-profissionalmente os jovens do Município, com vista à inserção de no mínimo 30% de jovens no mundo do trabalho".

Considerando a edição da Resolução-TCU 344, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas da União, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

considerando que, nos termos do art. 8º incide a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos pendente de julgamento ou de despacho;

considerando que entre 9/4/2018, data da notificação do município, e o evento apuratório seguinte em 24/9/2021, configurado pela elaboração da Nota Técnica SEI 11986/2021/ME, transcorreram mais de três anos, configurando-se a ocorrência da prescrição intercorrente;

considerando que, em pareceres convergentes, a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e o Ministério Público junto ao Tribunal (MPTCU) concluem pela prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, §1º, da Lei 9.873/1999, arts. 8º e 11º da Resolução/TCU 344/2022, 143, inciso I, alínea "a", 169, inciso III e VI, 212, do Regimento Interno/TCU, em:

reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e de ressarcimento;

arquivar o processo; e

informar o teor desta deliberação aos responsáveis e ao Ministério do Trabalho em Emprego.

1. Processo TC-031.800/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Paulo Cesar Silva (858.101.858-00); Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - MG (18.629.840/0001-83).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas - MG.

1.3. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11351/2023 - TCU - 1ª Câmara

Vistos e relacionados estes autos, que tratam de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito da contratação da empresa Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia para a elaboração de estudos, projetos conceituais, básicos, executivos e "as builts", sob responsabilidade do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz.

Considerando as conclusões da Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (peças 34 e 35), de que não foram apresentados indícios suficientes de irregularidade, tampouco demonstrado o interesse público na apuração dos fatos apontados pelo denunciante;

considerando a jurisprudência consolidada deste Tribunal no sentido de que ao TCU não compete decidir sobre conflitos de particulares em face da Administração Pública, os quais devem ser tratados pela via administrativa direta ou por meio de tutela judicial, conforme o Acórdão 3.585/2014-TCU-Plenário, rel. Ministro José Mucio Monteiro;

considerando que não se insere nas competências do TCU solucionar controvérsias instaladas no âmbito de contratos administrativos firmados entre seus jurisdicionados e terceiros, ou ainda prolatar provimentos em substituição às tutelas jurisdicionais reclamadas por particulares para a salvaguarda de seus direitos e interesses subjetivos, salvo se, de forma reflexa, afetarem o patrimônio público ou causarem prejuízo ao erário, conforme os acórdãos 875/2014-TCU-1ª Câmara (rel. Min. Walton Alencar Rodrigues), 332/2016-TCU-Plenário (rel. Min. Bruno Dantas), 3.154/2019-TCU-Plenário (rel. Min. Raimundo Carreiro), e 1.648/2020-TCU-Plenário (rel. Min. Augusto Sherman);

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 234 e 235 do Regimento Interno do TCU, e de acordo com o parecer emitido nos autos, em não conhecer da representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade, informar o representante e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos do teor desta decisão e arquivar os autos.

1. Processo TC-022.148/2023-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Instituto de Tecnologia em Imunobiologicos.

1.2. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11352/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.186/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Heleno Rodrigues dos Santos (013.940.704-97); Waldizia Maria da Silva (212.214.131-04).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11353/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-022.482/2023-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Emilson do Nascimento Coelho (384.435.207-44).
1.2. Órgão/Entidade: Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11354/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.584/2023-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco de Assis da Silva (225.481.061-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11355/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.361/2023-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Eulalia Candida de Oliveira (302.703.751-04); Maria Madalena Fortuna Jasmim (073.270.417-02).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11356/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.368/2023-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Cristina dos Santos Freitas (645.604.064-72); Maria Natalina de Jesus (401.934.466-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11357/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.634/2023-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Lima de Araujo Andrade (231.817.615-91); Antonia Domingos de Souza Marcelino (876.634.576-68); Dinalva Fernandes dos Santos (270.733.275-53); Joanita Duarte Oliveira (365.600.905-82); Maria Elizabeth Maia Amorim (164.037.206-78).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11358/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.499/2023-9 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessados: Antonio Cesar Oliveira da Paz (770.487.847-68); Celia Oliveira Silva (540.711.358-91); Cristina Cavalcante Ferreira (829.339.797-72); Gilca Silva de Macedo (019.576.007-72); Maria de Lourdes Viveiros Pinto de Faria Santos (057.220.737-92).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11359/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-003.319/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Catarina Dias Falcao (817.199.149-15); Celia Regina de Andrade Costa (405.690.477-49); Ednar Bastos da Silva Martins (053.206.107-18); Eidelly Bastos da Silva (220.761.157-49); Hilka Pereira Portes da Silva (274.758.757-68); Laize de Souza (130.972.887-91); Maria da Graca Dias Falcao (010.980.499-69); Sandra Mara Dias Falcao (379.097.469-20); Sonia de Souza e Silva (933.390.467-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11360/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.492/2023-5 (REFORMA)

1.1. Interessado: Edurey Phillips Helm (006.005.129-91).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11361/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional em desfavor do Sr. Edvaldo Carvalho dos Santos, em razão da falta de comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados ao município de Ibirapuã/BA por meio do Convênio 728122/2009-MI (Siafi 728122), que tinha por objeto a "Construção de unidades habitacionais no município de Ibirapuã/BA".

Considerando que apurou a AudTCE (instrução e pronunciamentos às peças 33 a 35), com pontual correção sugerida pelo Ministério Público junto ao TCU (parecer à peça 36), previamente às citações dos responsáveis, que, após a data final para prestação de contas do convênio em 4/2/2014 (peça 24, p. 1), houve uma notificação ao município para devolução do valor liberado na primeira parcela da avença em 7/10/2014 (peça 15, p. 2), e que, após isso, somente houve nova movimentação processual em 5/11/2020 (peça 15), a qual consistiu em parecer que concluiu pela ausência de funcionalidade das unidades habitacionais executadas, de maneira que transcorreram mais de cinco anos de inação do órgão concedente, configurando-se a prescrição da pretensão de ressarcimento e punitiva, nos termos da Lei 9.873/1999 e da Resolução TCU 344/2022,

Considerando que, de igual maneira, transcorreram mais de três anos entre os eventos ocorridos em 7/10/2014 (notificação para devolução do valor liberado na primeira parcela do convênio) e 5/11/2020 (parecer de análise de prestação de contas), apontando a AudTCE e o MPTCU a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos da Lei 9.873/1999 e da Resolução TCU 344/2022,

Considerando que, em face dessa constatação, propõe a unidade instrutiva o reconhecimento da prescrição dos presentes autos e o consequente arquivamento desta TCE,

Considerando que o Ministério Público junto ao TCU se manifesta também pelo arquivamento da TCE decorrente do reconhecimento da prescrição no caso concreto,

Considerando que a prescrição é matéria de ordem pública, passível de ser aferida, de ofício ou por provocação das partes, em qualquer fase do processo, conforme art. 10 da Resolução TCU 344/2022, à exceção dos processos já encaminhados à cobrança judicial (art. 10, parágrafo único, do referido normativo),

Considerando, portanto, as disposições constantes da Lei 9.873/1999, da Resolução TCU 344/2022, bem assim, o entendimento fixado por este Tribunal por meio do Acórdão 534/2023-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 2º, 4º, inciso I, e 8º da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

d) dar ciência deste acórdão, da instrução e pronunciamentos de peças 33/35 ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e ao responsável.

1. Processo TC-000.374/2022-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Edvaldo Carvalho dos Santos (380.694.585-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11362/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (Caixa), mandatária no Ministério do Turismo, em desfavor de Diogenes Jose de Oliveira Almeida e Adilson de Jesus Santos, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Contrato de Repasse 1000229-12, de registro Siafi 777491, firmado entre o Ministério do Turismo e o município de Tobias Barreto - SE, que tinha por objeto o instrumento descrito como "Urbanização da Praça no Povoado Jabeberi."

Considerando que os repasses efetivos da União à Caixa totalizaram R$ 243.750,00 (peças 54 e 55);

Considerando que apesar de não ter havido desbloqueios autorizados pela Caixa, o proponente apresentou em 30/3/2020 a prestação de contas parcial do valor de R$ 120.349,21, referente aos gastos realizados na obra do objeto do Contrato de Repasse 1000229-12 (peça 1, p. 2 - item 2.2);

Considerando que houve devolução do restante do saldo não desbloqueado dos recursos repassados (peças 52, 56 e 57);

Considerando que, segundo o parecer conclusivo da Caixa (peça 1), o percentual de obras executado e atestado pelo Concedente apresentava funcionalidade e gerou o benefício social à população local;

Considerando que a prestação de contas foi reprovada pela ausência de Licença Ambiental, não apresentação do termo aditivo do Contrato 083/2013 e pelos saques não autorizados devido a pendências relativas ao contrato firmado com empresa executora;

Considerando que a Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) concluiu que as falhas relacionadas acima podem ser consideradas de natureza formal (itens 33.1.1.6 a 33.1.1.12 da instrução de peça 80);

Considerando que, relativamente aos saques realizados sem autorização, a Caixa já abriu procedimento para apuração do fato e identificação dos responsáveis;

Considerando que a unidade técnica concluiu que não houve irregularidades passíveis de imputação de débito aos responsáveis no âmbito da execução do objeto do termo de ajuste em apreço, propondo, por conseguinte, o não prosseguimento do presente processo de TCE e o arquivamento dos autos (peças 80-82);

Considerando que o MP/TCU manifestou-se de acordo com a proposição (peça 83);

ACORDAM, os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 169, inciso VI, e 212 do RI/TCU c/c o art. 5º, caput, da IN/TCU 71/2012, devido à ausência de pressuposto para a instauração de tomada de contas especial; e

dar ciência deste acórdão à Caixa Econômica Federal e aos responsáveis.

1. Processo TC-005.835/2022-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Adilson de Jesus Santos (148.893.585-87); Diogenes Jose de Oliveira Almeida (089.201.765-15).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Tobias Barreto - SE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.6. Representação legal: Lourival Freire Sobrinho (OAB-SE 5646), representando Adilson de Jesus Santos.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11363/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em desfavor da Sra. Maria Romana Gonçalves Reis, Ex-Prefeita Municipal de Augusto Correa/PA (gestão 2013-2016), em razão da não aprovação da prestação de contas final do Convênio 778146/2012 (peça 10), tendo por objeto a execução de obras de recuperação/complementação de 28,10 km de estradas vicinais de acesso à Resex Marinha Arai-Peroba, no município de Augusto Correa, Estado do Pará, em área vinculada ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Considerando que o Acórdão 996/2023-TCU-1ª Câmara (peça 174) determinou ao Banco do Brasil S.A que, no prazo de trinta dias, promovesse a restituição, aos cofres do Incra, do saldo remanescente do Convênio 778.146/2012 (R$ 10.934,96, na data de 20/11/2020 - peça 114), que se encontrava em aplicação financeira vinculada à conta específica do ajuste (agência 1.480-x, c/c 13.004-4);

Considerando que, em atendimento, o Banco do Brasil S.A comprovou a devolução do referido saldo remanescente, mediante pagamento de GRU em favor do Incra (peça 178), no importe de R$ 13.162,28;

Considerando a instrução técnica de peças 179-180, anuída pelo MP/TCU (peça 181),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) considerar cumprida a determinação dirigida ao Banco do Brasil S.A constante do Acórdão 996/2023-TCU-1ª Câmara; e

b) encerrar o presente processo, uma vez que o mesmo cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, na forma do art. 169, inciso V, do RI/TCU.

1. Processo TC-009.906/2018-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 041.126/2021-1 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Iraildo Farias Barreto (328.457.662-20); Maria Romana Gonçalves Reis (223.181.782-91).

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Augusto Corrêa - PA.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Representação legal: Cassio Barbosa Macola (OAB-DF 48.798), representando Iraildo Farias Barreto; Nikollas Gabriel Pinto de Oliveira (OAB-PA 22.334), representando Maria Romana Gonçalves Reis.

ACÓRDÃO Nº 11364/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, em desfavor da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia e de Mário Augusto Brandão Rabelo, Eduardo José de Santana e Antônio Marcelo Passos Silva, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio de registro Siafi 512448, firmado entre o Fundo Nacional de Segurança Pública e o Estado da Bahia, tendo por objeto a "reforma das instalações da Academia de Polícia Militar e do prédio onde funciona o Serviço de Assistência Social de Segurança Pública do Estado da Bahia".

Considerando que, nos termos do art. 4º, inciso II, da Resolução-TCU 344/2022, o marco inicial para contagem do prazo prescricional no presente processo é 05/01/2007, data em que a prestação de contas foi apresentada (peça 55);

Considerando que o evento processual seguinte foi a emissão do Parecer Financeiro 018/2014 (peça 56), que, apesar de se encontrar incompleto nos autos, estando ausente a informação sobre sua data de emissão, pela sua numeração, resta claro que foi emitido no ano de 2014, demonstrando ocorrência da prescrição ordinária, nos termos do art. 2º da Resolução-TCU 344/2022;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando as propostas uniformes da Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE) e do Ministério Público junto ao TCU no sentido do reconhecimento da incidência da prescrição neste processo, e o consequente arquivamento dos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) arquivar o presente processo, com fundamento nos arts. 1º e 11 da Resolução-TCU 344/2022;

b) informar à Secretaria Nacional de Segurança Pública sobre a necessidade de providenciar a baixa da responsabilidade pelo débito apurado nos autos, nos termos do art. 16 da Instrução Normativa TCU 71/2012;

c) dar ciência deste acórdão aos responsáveis e à Secretaria Nacional de Segurança Pública.

1. Processo TC-011.271/2022-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antonio Marcelo Passos Silva (081.075.305-78); Eduardo José de Santana (029.672.945-00); Mario Augusto Brandao Rabelo (224.525.677-87); Secretaria de Segurança Pública - BA (13.937.149/0001-43).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado da Bahia.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11365/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública em desfavor de Ivon Berto Tiburcio de Lima e da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social de Maceió - Semscs, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Convênio de registro Siafi 796211 (peça 7), firmado entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a Secretaria Municipal de Segurança Comunitária - Semscs, tendo por objetivo "implantar a Central de Controle e Comando da Guarda Municipal de Maceió",

Considerando que a tomada de contas especial foi instaurada em razão da impugnação parcial das despesas ante o descumprimento de meta prevista, qual seja, a implantação da Central de Controle e Comando da Guarda Municipal,

Considerando que o órgão concedente admitiu, no entanto, que os bens adquiridos, objeto da impugnação, encontravam-se em utilização na mesma função de segurança pública à qual foram destinados,

Considerando que, diante desses fatos, a unidade instrutiva concluiu em instrução de peça 149 que, dessa forma, "para o presente caso concreto, mostra-se aplicável a jurisprudência do TCU sobre aproveitamento da parcela executada do objeto que alcançou etapa útil/utilidade, a qual pode ser exemplificada pelo Acórdão 3459/2019-2ª Câmara-Relator Marcos Bemquerer, e Acórdão 1460/2018- 2ª Câmara-Relator Aroldo Cedraz", tendo o Tribunal, nesses casos, "apresentado entendimento no sentido de que, caso o objeto executado parcialmente possa ser aproveitado ao fim a que se destinava e a comunidade possa usufruir da sua funcionalidade, não se imputa débito no montante já dispendido, de modo a evitar enriquecimento sem causa da União",

Considerando que, em consequência de tal análise, a unidade instrutiva propõe o arquivamento do processo em razão da ausência de pressupostos para a instauração da tomada de contas especial (peças 149/151),

Considerando que o Ministério Público/TCU lançou seu parecer à peça 152, no mesmo sentido,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, e de acordo com os pareceres exarados nos autos, em:

a) arquivar o processo, com fundamento no art. 212 do RI/TCU, c/c arts. 5º e 7º da IN/TCU 71/2012, em razão da ausência de pressuposto válido para instauração da tomada de contas especial; e

b) dar ciência deste acórdão aos responsáveis.

1. Processo TC-012.090/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Responsáveis: Ivon Berto Tiburcio de Lima (524.788.404-30); Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social- Semscs (11.162.144/0001-60).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Social- Semscs.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11366/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS) em desfavor da entidade Grupo Humanus e do Sr. Itamar de Jesus Santos, na condição de seu então presidente, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados no âmbito da Carta-Acordo 077/2012, firmada entre o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime Organizado (UNODC) e o Grupo Humanus, tendo por objeto "utilizar da tecnologia de redes sociais e de equipamentos como tablets (doados) para formar e manter os juristas leigos sempre disponíveis, conectados e atualizados sobre demandas e facilitar sua comunicação com a assessoria jurídica e com o consultor, otimizando os elos já constituídos para construção de uma verdadeira TEIA (Tecendo Estratégias Integradas em AIDS/HIV e Hepatites Virais) de proteção social".

Considerando que, em instrução de peça 48 destes autos, apurou a AudTCE que, vencido o prazo para apresentação da prestação de contas em 12/2/2014, houve lapso temporal superior a três anos entre a emissão da Nota Técnica 303/2015 (peça 11), datada de 2/6/2015, de análise da prestação de contas, com a consequente notificação dos responsáveis para regularização de pendências em 3/11/2015 (peça 10, p. 2), e subsequente notificação para restituição ao erário federal dos valores repassados em face da não aprovação da prestação de contas apresentada, em 27/1/2020 (peças 23 e 24), de maneira que transcorreram mais de três anos de inação do órgão concedente em tal análise, configurando-se a prescrição intercorrente da pretensão de ressarcimento e punitiva, nos termos da Lei 9.873/1999 e da Resolução TCU 344/2022,

Considerando que, em face dessa constatação, propõe a unidade instrutiva o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória nesta TCE e o consequente arquivamento desta TCE,

Considerando que o Ministério Público junto ao TCE, em parecer de peça 51 destes autos, manifesta-se também pelo arquivamento da TCE, anuindo, na essência, com o exame da unidade instrutiva,

Considerando, portanto, as disposições constantes da Lei 9.873/1999, da Resolução TCU 344/2022, bem assim, o entendimento fixado por este Tribunal por meio do Acórdão 534/2023-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 2º, 4º, inciso II, da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;

d) dar ciência deste acórdão, da instrução e pronunciamentos de peças 48/51 ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

1. Processo TC-012.198/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Grupo Humanus (07.033.519/0001-15); Itamar de Jesus Santos (448.851.565-72).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11367/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde MS, em desfavor de Cícera Pereira da Silva, Jose Everaldo de Andrade Silva Junior, Jose Otavio dos Santos, Maria Solange Lins Ramos e do município de Satuba/AL, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Fundo Nacional de Saúde - MS, no período de 1º/1 a 31/12/2007.

Considerando que, já no âmbito desta Casa, ao realizar o exame preliminar dos autos, a unidade técnica concluiu pela ocorrência da prescrição da pretensão das pretensões punitiva e de ressarcimento, à luz da novel Resolução TCU 344/2022, abstendo-se de promover as citações;

Considerando que houve o transcurso de mais de cinco anos entre a data do conhecimento da irregularidade, constatada em auditoria do Denasus, conforme Relatório de Auditoria 3774 concluído em 17/11/2009 (peça 3), e o Ofício 141/2020/COAUD/CGAUD/DENASUS/MS, de 25/8/2020 (peça 23), recebido em 4/9/2020 (peça 24), que notificou a Secretaria Municipal de Saúde de Satuba/AL;

Considerando, afinal, a derradeira instrução técnica (peças 86-88), chancelada pelo MP/TCU (peça 89),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória e, em razão disso, arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 1º e 11 da Resolução TCU 344, de 11/10/2022, do art. 1º da Lei 9.873/1999, e do art. 169, inciso III, do RI/TCU; e

b) informar aos responsáveis da presente deliberação.

1. Processo TC-025.495/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cícera Pereira da Silva (144.740.344-49); Jose Everaldo de Andrade Silva Junior (018.867.494-26); Jose Otavio dos Santos (140.343.104-30); Maria Solange Lins Ramos (539.640.804-97); Prefeitura Municipal de Satuba - AL (12.200.333/0001-43).

1.2. Órgão/Entidade: Fundo Municipal de Saude de Satuba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

ACÓRDÃO Nº 11368/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto), em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Termo de Parceria 750863/2010 - SDH/PR para a OSCIP Escola de Gente - Comunicação em Inclusão, cujo objeto consistia na concepção, criação e produção de 30 mil Kits ECA Acessível, contendo os artigos fundamentais, em linguagem lúdica e didático-pedagógica, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerando que a unidade técnica verificou decurso do prazo de três anos entre o Ofício 214/2019/CGG/GAB.SNDCA/SNDCA/MMFDH, recebido em 17/6/2019, comunicando a impugnação parcial das despesas no montante de R$ 230.336,70 (peças 64 a 65), e o Parecer 4/2020, de 26/8/2022, opinando pela manutenção da reprovação parcial da referida prestação de contas (peça 69), o que evidencia a ocorrência da prescrição intercorrente;

Considerando que, diante dessa constatação, a AudTCE, com a anuência do MP/TCU, propõe o reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, bem como o arquivamento do presente processo (peças 188-191);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento no art. 8 da Resolução-TCU 344/2022;

b) dar ciência aos responsáveis acerca deste Acórdão;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022.

1. Processo TC-030.046/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Claudia Marina Werneck Arguelhes (605.019.447-53); Escola de Gente-Comunicação Em Inclusão (04.999.034/0001-92).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11369/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (extinto), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 343784, firmado com o Município de Formosa/GO, cujo objeto consistia na capacitação de pessoas visando o mercado de trabalho no ramo da construção civil.

Considerando que a unidade técnica verificou a ocorrência da prescrição da pretensão sancionatória e ressarcitória, com fundamento na Resolução TCU 344/2022, tendo em vista o transcurso de mais de cinco anos, sem a ocorrência de evento processual interruptivo na fase interna da TCE, entre o termo inicial de contagem do prazo prescricional, ocorrido em 2/5/1999, com a apresentação da prestação de contas (peça 25), e o primeiro ato de apuração dos fatos, em 8/6/2015, com a emissão do Parecer Técnico 561/2015-CPC-TV (DSGM), que teve o intuito de averiguar a boa e regular aplicação dos recursos (peça 35);

Considerando que, diante dessa constatação, a AudTCE, com a anuência do MP/TCU, propõe o reconhecimento da prescrição e o arquivamento deste processo (peças 129-132);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, com fulcro no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento no art. 2º da Resolução TCU 344/2022;

b) dar ciência aos responsáveis acerca deste Acórdão;

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 11 da Resolução TCU 344/2022.

1. Processo TC-031.337/2022-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jair Gomes de Paiva (CPF 015.724.661-20), Ernesto Guimaraes Roller (CPF 491.460.761-15) e Município de Formosa/GO (CNPJ 01.738.780/0001-34).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Formosa/GO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11370/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fnde), em desfavor da Sra. Adriana Pinheiro Barbosa, Prefeita Municipal de Fortim/CE nas gestões 2009-2012 e 2013-2016, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados no âmbito do Convênio 830039/2007, firmado com o objetivo de conceder apoio financeiro para o desenvolvimento de ações concernentes à melhoria da infraestrutura da rede física escolar, com a construção de escola conforme o Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que no âmbito interno houve a paralisação do processo de que trata esta tomada de contas especial no período de 16/11/2007 a 11/6/2021, ocorrida entre a notificação dos responsáveis sobre as irregularidades constatadas e efetiva instauração da tomada de contas especial, conforme indicado na instrução de peça 72,

Considerando que, constatado esse fato, a unidade instrutiva propõe o reconhecimento de prescrição intercorrente, nos termos da Resolução TCU 344/2022, com o consequente arquivamento do processo (peças 72 a 74),

Considerando que em pronunciamento de peça 75 o Ministério Público/TCU opina no mesmo sentido, ressaltando que o marco inicial de contagem observou o disposto no Acórdão 534/2022-TCU-Plenário, quanto à prescrição intercorrente,

Considerando, portanto, a existência de pareceres uniformes no sentido do reconhecimento da prescrição e do arquivamento deste feito,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) reconhecer a ocorrência de prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, com fundamento nos arts. 1º da Lei 9.873/1999 e arts. 1º e 8º da Resolução-TCU 344/2022;

b) deixar de prosseguir com o julgamento das contas, com fulcro no art. 12, parágrafo único, da Resolução-TCU 344/2022;

c) arquivar o processo, nos termos do art. 11 da Resolução-TCU 344/2022;

d) dar ciência deste acórdão à responsável e ao Fnde.

1. Processo TC-037.583/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Adriana Pinheiro Barbosa (624.069.303-00).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fortim - CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (31566/OAB-CE), representando Adriana Pinheiro Barbosa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11371/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento de determinação exarada no Acórdão 13.076/2019 - 1ª Câmara (peça 2), no âmbito do TC 029.729/2018-1, o qual cuidou de monitoramento instaurado com vistas a avaliar o cumprimento, por parte do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da alínea "c" do Acórdão 254/2018 - 1ª Câmara, prolatado no TC 023.661/2017-8.

Considerando que o Acórdão 13.076/2019 - 1ª Câmara determinou à Controladoria-Geral da União (CGU) que fizesse constar do próximo relatório de auditoria anual das contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE) informações atualizadas acerca do andamento do processo de tomada de contas especial relativo às irregularidades constatadas na execução do Convênio 701600/2011;

Considerando que, em etapa anterior deste monitoramento, concluiu-se que o FNDE não havia concluído a análise da respectiva tomada de contas especial, razão pela qual o Acórdão 2.383/2022-1ª Câmara, proferido já nestes autos, expediu ciências ao FNDE quanto ao não encaminhamento da TCE no prazo de 180 dias relativa ao Convênio 701600/2011 (Siafi 670031);

Considerando que, em sede de diligência realizada em 29/9/2022 (peça 39), evidenciou-se que o FNDE de fato não concluiu o procedimento então determinado por esta Casa (peça 41), sendo que, em consulta ao Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE (peça 51), observou-se que o último evento relacionado à análise do referido Convênio (que teria vigorado até 29/11/2018) foi o Ofício 2832096/2022/DIREC, expedido em 18/3/2022;

Considerando, afinal, a instrução técnica de peças 55-56,

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

a) adotar as medidas constantes do item 1.7; e

b) encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peça 55 ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Controladoria-Geral da União (CGU);

1. Processo TC-020.422/2020-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 004.082/2018-4 (REPRESENTAÇÃO); 047.625/2020-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Órgão/Entidade: Controladoria-geral da União; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Determinar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, em cumprimento ao determinado na alínea 'c' do Acórdão 254/2018-TCU-1ª Câmara, instaure, se ainda não o fez, e conclua, no prazo improrrogável de trinta dias, as tomadas de contas especiais relativas ao Convênio 70166/2011, encaminhando-as, ao final do prazo, à Controladoria-Geral da União, para posterior encaminhamento a este Tribunal;

1.7.2. dar ciência, nos termos do art. 9º da Resolução TCU 315/2020, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de que:

1.7.2.1. o não encaminhamento de tomada de contas especial ao Tribunal de Contas da União no prazo fixado acima caracteriza continuidade no descumprimento do determinado na alínea 'c' do Acórdão 254/2018-TCU-1ª Câmara, que fixou prazo de até cento e oitenta dias para a remessa das tomada de contas especial, em afronta ao art. 11 da Instrução Normativa 71/2012, alterado pela Instrução Normativa 76/2016;

1.7.2.2. aplica-se o disposto no § 4º do art. 4º da IN TCU 71/2012 à determinação realizada pela alínea 'c' do Acórdão 254/2018-TCU-1ª Câmara, com necessária e imediata instauração da tomada de contas especial, não se suspendendo ou interrompendo o prazo fixado no §1º do mesmo artigo eventuais medidas administrativas adotadas com fulcro no art. 3º do mesmo normativo;

1.7.2.3. o novo descumprimento dos prazos, sem justificativa, caracteriza grave infração à norma legal e sujeita a autoridade administrativa omissa às sanções legais, nos termos do art. 12 da IN-TCU 71/2012, além de, em caso de ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, a possibilidade de aplicação do art. 13 da Resolução TCU 344/2022;

1.7.3. ordenar à Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos que, no prazo de 45 dias, realize novo monitoramento quanto ao integral atendimento do Acórdão 254/2018-TCU-1ª Câmara, promovendo diligências ao FNDE para identificar a situação da tomada de contas especial relativa ao Convênio 701600/2011 e, no caso de novo descumprimento, examine as respectivas justificativas, avaliando possível responsabilização dos agentes que derem causa a eventual injustificada não conclusão da análise da tomada de contas especial relativa ao Convênio 701600/2011.

ACÓRDÃO Nº 11372/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de processo de acompanhamento de parcelamento de dívida, examinando-se pedido formulado pelo Sr. Evans Coelho de Carvalho (peça 9) de parcelamento em 36 parcelas da multa de R$ 10.000,00 imposta por meio do item 9.4 do Acórdão 3862/2019-1ª Câmara;

Considerando que ainda não foi constituído processo de cobrança executiva em desfavor do Solicitante;

Considerando, afinal, a proposta técnica de peça 18,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, em:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

a) nos termos do art. 217 do Regimento Interno/TCU e do art. 26 da Lei 8.443/1992, conhecer do pedido de parcelamento apresentado pelo Sr. Evans Coelho de Carvalho (155.639.848-42), e deferir o pedido para pagamento da multa de R$ 10.000,00, que lhe foi aplicada pelo TCU, por meio do Acórdão 3862/2019-1ª Câmara (peça 3), em 36 parcelas, atualizadas monetariamente desde 21/5/2019, data do acórdão condenatório, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

b) alertar o Sr. Evans Coelho de Carvalho (155.639.848-42) de que:

b.1) as Guias de Recolhimento da União (GRU) relativas à multa poderão ser emitidas no Portal TCU (clicar na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU") ou, ainda, se preferir, poderão ser solicitadas, mensalmente, ao Serviço de Gestão de Dívidas - Sediv/Seproc, por meio do e-mail parcelamento@tcu.gov.br, enquanto perdurar o parcelamento; e

b.2) é necessário encaminhar os comprovantes de recolhimento das parcelas da multa a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU na internet (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020), bem assim, de que a falta de recolhimento de qualquer parcela dessa multa importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

c) dar ciência desta deliberação ao responsável, encaminhando-lhe cópia da instrução de peça 18.

1. Processo TC-028.618/2023-8 (RECOLHIMENTO ADMINISTRATIVO PARCELADO)

1.1. Responsável: Evans Coelho de Carvalho (155.639.848-42).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11373/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de representação autuada a partir de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO), noticiando possíveis irregularidades relatadas pelo Conselho Municipal de Saúde do Município de Cacoal/RO na construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA.

Considerando que o Tribunal, por meio do Acórdão 2472/2019 - 1ª Câmara (peça 154), entre outras medidas, considerou a representação procedente e aplicou aos responsáveis, individualmente, a multa fundamentada no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992;

Considerando que foi verificada pela Seproc inexatidão material no item 9.3 e na tabela do item 9.4 da referida deliberação, ante a grafia incorreta do nome da Sra. Nilma Aparecida Ruiz (CPF 162.224.152-53), que constou como Nilma Aparecida Ruiz Motta;

Considerando que a unidade técnica, com a concordância do Ministério Público, propõe promover o apostilamento dos itens consignados, a fim de retificar o nome da responsável (peças 283-285).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno c/c a Súmula TCU 145, em proceder à correção de inexatidão material detectada nos itens 9.3 e 9.4 do Acórdão 2472/2019 -1ª Câmara, como a seguir:

a) Item 9.3 do Acórdão 2472/2019 -1ª Câmara:

Onde se lê: "9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Nilma Aparecida Ruiz Motta (CPF 162.224.152-53)" (...)

Leia-se: "9.3. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Nilma Aparecida Ruiz (CPF 162.224.152-53)" (...)

b) Item 9.4 do Acórdão 2472/2019 -1ª Câmara:

Onde se lê:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Responsáveis	Valor (R$)
Francesco Vialetto (CPF 302.949.757-72)	12.000,00
Nilma Aparecida Ruiz Motta (CPF 162.224.152-53), José Carlos Rodrigues dos Reis (CPF 414.063.701-34), Thiago Albuquerque de Carvalho Câmara (CPF 044.366.324-66)	8.000,00
Carlos Magno Santana (CPF 162.216.302-82), Mara Martins Vergilio Galvão (CPF 248.560.612-91), Marcelo Machado dos Santos (CPF 457.106.602-30), Silvino Gomes da Silva Neto (CPF 386.049.224-15) e Sônia Marcia Favero Selvatici (CPF 005.207.877-90)	4.000,00

Leia-se:

Responsáveis	Valor (R$)
Francesco Vialetto (CPF 302.949.757-72)	12.000,00
Nilma Aparecida Ruiz (CPF 162.224.152-53), José Carlos Rodrigues dos Reis (CPF 414.063.701-34), Thiago Albuquerque de Carvalho Câmara (CPF 044.366.324-66)	8.000,00
Carlos Magno Santana (CPF 162.216.302-82), Mara Martins Vergilio Galvão (CPF 248.560.612-91), Marcelo Machado dos Santos (CPF 457.106.602-30), Silvino Gomes da Silva Neto (CPF 386.049.224-15) e Sônia Marcia Favero Selvatici (CPF 005.207.877-90)	4.000,00

1. Processo TC-030.041/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 014.909/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Carlos Magno Santana (162.216.302-82); Francesco Vialetto (302.949.757-72); Jose Carlos Rodrigues dos Reis (414.063.701-34); Mara Martins Vergilio Galvao (248.560.612-91); Marcelo Machado dos Santos (457.106.602-30); Nilma Aparecida Ruiz (162.224.152-53); Silvino Gomes da Silva Neto (386.049.224-15); Sonia Marcia Favero Selvatici (005.207.877-90); Thiago Albuquerque de Carvalho Camara (044.366.324-66).

1.3. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cacoal - RO.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11374/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Fundação Universidade de Brasília;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato em razão da inclusão irregular nos proventos de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%;

Considerando que as análises realizadas nos autos apontam inclusão irregular nos proventos de parcela relativa a plano econômico, URP de 26,05%, que já deveria ter sido absorvida pelas reestruturações posteriores na estrutura remuneratória dos servidores públicos federais;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (acórdão 1614/2019-TCU-Plenário e 12559/2020 - TCU - 2ª Câmara);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando, no entanto, que a unidade de origem anexou Mandado de Segurança, onde o sindicato da categoria obteve decisão judicial favorável aos seus filiados no sentido de manter os percentuais alusivos ao Plano Verão (URP de 26,05%), o que impede o imediato saneamento pelo jurisdicionado, preservando-se os efeitos do ato em exame até a cessação da circunstância impeditiva;

Considerando que a medida liminar deferida pelo STF assegurou aos servidores substituídos, até o julgamento do mérito do mandamus, tão somente a manutenção do valor percebido a título de URP/1989 na data da concessão da referida medida liminar;

Considerando que TCU pode promover apreciação de mérito pela ilegalidade de ato de pessoal, em posição contrária ao decidido pelo Poder Judiciário, ainda que persistam os efeitos dessa decisão, cabendo determinação ao órgão de origem para que acompanhe o desfecho da decisão judicial supracitada, devendo retirar a vantagem caso a União obtenha êxito no recurso ou ela seja modificada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que há muitos precedentes do TCU no mesmo sentido, a exemplo dos acórdãos 1357/2022-TCU-Plenário, Min. Vital do Rêgo, 3036/2022-TCU-1ª Câmara e 2829/2022-TCU-1ª Câmara, Min. Benjamim Zymler, 1645/2021-TCU-2ª Câmara, Min. Aroldo Cedraz;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, e o art. 7º, § 8º da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-005.568/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Raimunda Dias Saldanha (386.535.751-20).

1.2. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar à entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. corrija, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica alusiva à URP de fevereiro de 1989, restabelecendo o valor verificado na data em que a decisão liminar que assegurou a sua irredutibilidade foi proferida, em 16/9/2010;

1.7.2.2. acompanhe a tramitação do MS 28.819/administrativos em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração do interessado, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

1.7.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria da interessada indicada no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018, e art. 7º, § 8º da Resolução TCU 353/2023;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão à entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11375/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "e", do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo estabelecido para o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA no item 1.7.2.2. do acórdão 5657/2023-1ª Câmara, a contar do término do prazo inicialmente concedido.

1. Processo TC-005.715/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Kelson Santos Oliveira (090.830.905-82).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11376/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término dos anteriormente fixados, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 9400/2023-1ª Câmara.

1. Processo TC-005.747/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hedyenes Carvalho das Neves Machado (551.332.157-20).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11377/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Ministério Público do Trabalho;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público de Contas (MP/TCU) pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que não há, nos autos, evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estejam sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que este Tribunal, por intermédio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (relatoria do ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, e 7º, III, § 8º, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-008.902/2023-2 (APOSENTADORIA).

1.1. Interessada: Ivonete Vieira da Silva Vidal (238.855.801-87).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão responsável pela concessão que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, no ato impugnado, o destaque da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em "parcela compensatória", adequando-a conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11378/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da A Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-1ª Câmara, dentre outros);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que não há, nos autos, evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estejam sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, art. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III, 143, II, 260 e 262 do RI/TCU, e 7º, III, § 8º, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-008.994/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marissa Pereira Akel (971.340.587-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, no ato impugnado, o destaque da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em "parcela compensatória", adequando-a conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

1.7.2.2. após a absorção da parcela compensatória referente aos quintos, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o, no prazo de 30 (trinta) dias, à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11379/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término dos anteriormente fixados, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 9264/2023-1ª Câmara.

1. Processo TC-009.167/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edineide Barbosa da Silva (110.706.414-72).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11380/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Conselho da Justiça Federal;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001.

Considerando a modulação de efeitos procedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos no RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001.

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a partir da mencionada decisão do STF (acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros).

Considerando que consta nos autos evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte.

Considerando que o ato foi enviado a este Tribunal há menos de 5 (cinco) anos, podendo, portanto, ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito.

E considerando a presunção de boa-fé do responsável.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 do Regimento Interno do TCU, e com o art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-009.515/2023-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Irani Ferreira de Souza (289.709.771-04).
1.2. Órgão: Conselho da Justiça Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso de não serem providos, e encaminhe os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11381/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término do anteriormente fixado, o prazo para cumprimento das determinações constantes do acórdão 8072/2023-1ª Câmara.

1. Processo TC-010.990/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Sonia Regina Campos Martins Duranti (732.884.977-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11382/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término dos anteriormente fixados, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 9662/2023-1ª Câmara.

1. Processo TC-012.811/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gina Louise Pinheiro Jorge (354.327.801-00).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11383/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de aposentadoria pela Câmara dos Deputados ;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001, com base em decisão administrativa ou em decisão judicial não transitada em julgada, em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a irregularidade não é passível de saneamento imediato e, portanto, devem ser preservados os efeitos do ato até a cessação da circunstância impeditiva;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. promova o destaque do valor correspondente aos reajustes incidentes sobre as parcelas de VPNI (quintos e décimos), concedidos em virtude da aplicação da Lei 13.333/2016, sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020;

1.7.2.2. após a promoção do destaque referido no subitem 1.7.2.1, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-015.594/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Helena Mara de Queiroz Dias (358.657.331-68).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11384/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão irregular nos proventos de parcela relativa a plano econômico;

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático acórdão 1857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 do TST;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (acórdão 1614/2019-TCU-Plenário e 12559/2020 - TCU - 2ª Câmara);

Considerando que as rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma (Súmula 279 do TCU);

Considerando que não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Súmula 276 do TCU);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que "a sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos" (RE 596.663/RJ, com repercussão geral reconhecida, relator: Ministro Marco Aurélio, relator p/Acórdão: Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 24/9/2014, DJe de 26/11/2014);

Considerando as restruturações do plano de carreira que alteraram a estrutura remuneratória dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela inquinada;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-015.617/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zulmara de Borba Faleiro (347.919.900-30).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11385/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Câmara dos Deputados;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que não há, nos autos, evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estejam sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, e 7º, III, § 8º, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, no ato impugnado, o destaque da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em "parcela compensatória", adequando-a conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-015.636/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eugenio de Borba Amaro (287.092.171-34).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11386/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-015.783/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Rosa dos Reis Fortes (082.898.418-25).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11387/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de aposentadoria pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a transformação da parcela de quintos/décimos incorporados entre o período de 8/4/1998 a 4/9/2001, com base em decisão administrativa ou em decisão judicial não transitada em julgada, em parcela compensatória a ser absorvida pelos reajustes futuros não muda a ilegalidade da rubrica, visto que ela é oriunda de parcela incorporada irregularmente, nos termos do que restou decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a irregularidade não é passível de saneamento imediato e, portanto, devem ser preservados os efeitos do ato até a cessação da circunstância impeditiva;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-019.920/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Dejair de Carvalho Goncalves (544.649.609-44).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. após a absorção da parcela compensatória referente aos quintos, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11388/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Superior do Trabalho;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001.

Considerando a modulação de efeitos procedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos no RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001.

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a partir da mencionada decisão do STF (acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros).

Considerando que consta nos autos evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato foi enviado a este Tribunal há menos de 5 (cinco) anos, podendo, portanto, ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito.

E considerando a presunção de boa-fé do responsável.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 do Regimento Interno do TCU, e com o art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-019.969/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Jose Silva Lima (214.392.811-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso de não serem providos, e encaminhe os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11389/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001.

Considerando a modulação de efeitos procedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos no RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001.

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a partir da mencionada decisão do STF (acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros).

Considerando que consta nos autos evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte.

Considerando que o ato foi enviado a este Tribunal há menos de 5 (cinco) anos, podendo, portanto, ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito.

E considerando a presunção de boa-fé do responsável.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 do Regimento Interno do TCU, e com o art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-019.997/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lucia Maria Teixeira de Souza (313.641.955-34).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso de não serem providos, e encaminhe os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11390/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001.

Considerando a modulação de efeitos procedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos no RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001.

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a partir da mencionada decisão do STF (acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros).

Considerando que consta nos autos evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte.

Considerando que o ato foi enviado a este Tribunal há menos de 5 (cinco) anos, podendo, portanto, ser apreciado sem a realização de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito.

E considerando a presunção de boa-fé do responsável.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 do Regimento Interno do TCU, e com o art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.003/2023-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Borges de Araujo Neto (327.762.414-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso de não serem providos, e encaminhe os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11391/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal do Paraná;

Considerando as propostas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal e do Ministério Público de Contas pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001.

Considerando a modulação de efeitos procedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos no RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001.

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a partir da mencionada decisão do STF (acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021-TCU-2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros).

Considerando que consta nos autos evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial com trânsito em julgado, apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte.

Considerando que o ato foi enviado a este Tribunal há menos de 5 (cinco) anos, podendo, portanto, ser apreciado sem a realização de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito.

E considerando a presunção de boa-fé da interessada.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 do Regimento Interno do TCU, e com o art. 7º, II, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-021.152/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nilce Nazareno da Fonte (729.285.579-20).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, no caso de não serem providos, e encaminhe os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11392/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-021.295/2023-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vanda Reis Marques (308.553.657-49).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11393/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos, registrando que a rubrica judicial foi excluída do contracheque, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, sem prejuízo de dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

1. Processo TC-021.310/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Yone Melo Ribeiro Pedro (153.213.632-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11394/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos, e registrar que a rubrica judicial foi excluída do contracheque, nos termos do art. 260, § 4º do RI/TCU, c/c art. 7º, § 1º, da Resolução/TCU 353/2023, sem prejuízo de dispensar a reposição das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

1. Processo TC-021.349/2023-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jarbas Antonio Tozato (139.567.792-15).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11395/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de aposentadoria pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem de quintos pelo exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998 e/ou da edição da MP 2.225-45/2001;

Considerando a modulação, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de efeitos do julgamento do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE acerca da incorporação ou não de parcelas referentes às funções exercidas no período compreendido entre 8/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a partir do julgamento pelo STF, em repercussão geral, do RE 638.115/CE (a exemplo, acórdãos 11074/2021, 11037/2021, 10933/2021, 8254/2021, 8318/2021, todos da 2ª Câmara e 8185/2021, 10701/2021, 10981/2021, 11035/2021, 11258/2021, todos da 1ª Câmara, entre outros);

Considerando que não há, nos autos, evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" estejam sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso também de registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, e 7º, III, § 8º, da Resolução TCU 353/2023, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-022.366/2023-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Aparecida de Andrade Fonseca (182.883.831-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, no ato impugnado, o destaque da parcela de quintos incorporada em razão de funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e transforme-a em "parcela compensatória", adequando-a conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023;

1.7.2.2. após a absorção da parcela compensatória referente aos quintos, cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o, no prazo de 30 (trinta) dias, à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RI/TCU, art. 7º, § 8º, da Resolução 353/2023, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.3. dar ciência deste acórdão Tribunal Regional Federal da 1ª Região, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11396/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal de Pelotas;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da não absorção da rubrica referente ao vencimento básico complementar (VBC) instituído pelo artigo 15 da Lei 11.091/2005, com reflexo na composição do Adicional de Tempo de Serviço;

Considerando que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e entre março de 2013 e março de 2015);

Considerando, assim, que não houve alteração na sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Considerando que, no presente caso, a parcela é irregular, dado que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3996/2023 e 10402/2002, ambos da 1ª Câmara (rel. min. Benjamim Zymler); 4532/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Bruno Dantas); 8.504/2022 - 2ª Câmara (rel. ministro-substituto Marcos Bemquerer e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz);

Considerando que, com base baseado no art. 67 da lei 8.112/1990, o Adicional de Tempo de Serviço deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico", sem considerar a parcela conhecida com o VBC;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-022.390/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Mara Lucia Vasconcelos da Costa (256.025.350-04).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

1.7.2.2. promova a exclusão, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que ela já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira, com o consequente recálculo do Adicional de Tempo de Serviço, nos proventos da interessada;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 11397/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal de Pernambuco;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da não absorção da rubrica referente ao vencimento básico complementar (VBC) instituído pelo artigo 15 da Lei 11.091/2005, com reflexo na composição do Adicional de Tempo de Serviço;

Considerando que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e entre março de 2013 e março de 2015);

Considerando, assim, que não houve alteração na sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Considerando que, no presente caso, a parcela é irregular, dado que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3996/2023 e 10402/2002, ambos da 1ª Câmara (rel. min. Benjamim Zymler); 4532/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Bruno Dantas); 8.504/2022 - 2ª Câmara (rel. ministro-substituto Marcos Bemquerer e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que, com base baseado no art. 67 da lei 8.112/1990, o Adicional de Tempo de Serviço deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico", sem considerar a parcela conhecida com o VBC;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-022.398/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria das Graças Gomes Ferreira (141.178.354-91).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

1.7.2.2. promova a exclusão, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que ela já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira, com o consequente recálculo do Adicional de Tempo de Serviço, nos proventos do interessado;

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 11398/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da não absorção da rubrica referente ao vencimento básico complementar (VBC) instituído pelo artigo 15 da Lei 11.091/2005, com reflexo na composição do Adicional de Tempo de Serviço;

Considerando que os efeitos das Leis 11.784/2008 e 12.772/2012, referentes à não absorção de eventual resíduo da VBC, foram expressamente limitados aos aumentos remuneratórios promovidos por esses normativos (escalonados entre maio de 2008 e julho de 2010 e entre março de 2013 e março de 2015);

Considerando, assim, que não houve alteração na sistemática de implantação da estrutura prevista na Lei 11.091/2005, em especial na forma de absorção do VBC;

Considerando que, no presente caso, a parcela é irregular, dado que seu valor não foi corretamente absorvido, nos termos da Lei 11.091/2005 e da jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 3996/2023 e 10402/2002, ambos da 1ª Câmara (rel. min. Benjamim Zymler); 4532/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Bruno Dantas); 8.504/2022 - 2ª Câmara (rel. ministro-substituto Marcos Bemquerer e Acórdão de Relação 7.229/2022 - 2ª Câmara (rel. min. Aroldo Cedraz);

Considerando que, com base baseado no art. 67 da lei 8.112/1990, o Adicional de Tempo de Serviço deve ser calculado apenas com base na rubrica de "Provento Básico", sem considerar a parcela conhecida com o VBC, como no ato em exame;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-022.410/2023-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Auxiliadora de Morais Dantas (654.388.334-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

1.7.1. dispensar a reposição dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

1.7.2.2. promova a exclusão, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, da rubrica relativa ao vencimento básico complementar (VBC) apontada em face de manifesta ilegalidade, uma vez que ela já deveria ter sido absorvida pelos sucessivos planos de carreira, com o consequente recálculo do Adicional de Tempo de Serviço, nos proventos do interessado;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.3. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

ACÓRDÃO Nº 11399/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria relacionados nos autos.

1. Processo TC-022.459/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Eugênia Maria de Souza Gomes (975.808.218-34); Sônia Prado Cabral (824.430.507-00); Teresa Casarotti (941.822.138-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11400/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-022.512/2023-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Roselene Aparecida Pinto Ramos (279.350.601-00).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11401/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-022.536/2023-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Fernando Passos de Macedo (241.194.667-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comissão Nacional de Energia Nuclear.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11402/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-022.552/2023-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Crispim Carvalho da Silva (271.066.591-34).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11403/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos, ressalvando-se, conforme determinado no art. 260, § 4º, do RI/TCU, que não está sendo paga, nos atuais contracheques, a rubrica judicial irregular "16171 - DECISAO JUDICIAL TRANS JUG APO", dispensando a reposição de valores indevidamente recebidos, Súmula TCU 106.

1. Processo TC-022.560/2023-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Camila Maria Teixeira Perucio (004.203.848-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11404/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 31/12/2018;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento da rubrica de Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas (GDIBGE), na mesma proporção que o valor pago aos servidores em atividade;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas (a exemplo, acórdãos 3672/2022 e 6031/2022-TCU-1ª Câmara, relator ministro Benjamin Zymler; 3206/2022 e 3230/2022-TCU-1ª Câmara, relator ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti; 4969/2022-TCU-1ª Câmara, relator ministro-substituto Marcos Bemquerer; 3178/2022-TCU-1ª Câmara, relator ministro Vital do Rego; 3133/2022-TCU-2ª Câmara, relator ministro Antonio Anastasia; 7183/2022, 3011/2022 e 3013/2022-TCU-2ª Câmara, relator ministro Aroldo Cedraz; e 3203/2022, 7019/2022 e 6104/2022-TCU-2ª Câmara, relator ministro-substituto Marcos Bemquerer, entre outros);

Considerando que a referida rubrica está amparada por decisão judicial com trânsito em julgado nos autos do Mandado de Segurança Coletivo 20095010022546 (Recurso Apelação TRF2 0002254-59.2009.4.02.5101), a qual garantiu, aos inativos e pensionistas, a percepção de 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e 50% da gratificação individual em seu percentual máximo, no total de 90 pontos sobre o valor previsto para o cargo, conforme Anexo XV-A da Lei 11.355/2006;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a correção da irregularidade é insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que a rubrica indigitada está sendo calculada em conformidade tanto com o cargo ocupado pelo interessado, como com a decisão judicial transitada em julgado e com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença, constante à peça 3, p. 21, dos presentes autos, do qual extraio o seguinte trecho:

"Por ambas as partes, foi acordado que a execução do julgado dar-se-á da seguinte forma: será criada uma rubrica a título de cumprimento de decisão judicial e a gratificação a ser paga sob tal rubrica, somada à gratificação hoje percebida pelos inativos, deverá corresponder a 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e ainda à metade da gratificação individual em seu percentual máximo, conforme cada período de avaliação considerado."

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, II, do RI/TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-032.681/2023-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Wilson de Oliveira Chanes (580.948.907-97).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11405/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento da rubrica de Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas (GDIBGE), na mesma proporção que o valor pago aos servidores em atividade;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas (a exemplo, acórdãos 3672/2022 e 6031/2022-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler; 3206/2022 e 3230/2022-TCU-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; 4969/2022-TCU-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; 3178/2022-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Vital do Rego; 3133/2022-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Antonio Anastasia; 7183/2022, 3011/2022 e 3013/2022-TCU-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz; e 3203/2022, 7019/2022 e 6104/2022-TCU-2ª Câmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, dentre outros);

Considerando que a referida rubrica está amparada por acordo firmado em fase de execução judicial na qual foi acordado que para a execução do julgado será criada uma rubrica a título de cumprimento de decisão judicial e a gratificação a ser paga sob tal rubrica, somada à gratificação percebida pelos inativos deverá corresponder a 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e ainda à metade de gratificação individual em seu percentual máximo, conforme cada período de avaliação considerado.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o interessado/instituidor se aposentou em 1/3/2019, antes da impetração do Mandado de Segurança Coletivo 0002254-59.2009.4.02.5101, em 19/02/2009, com fundamento no art. 3º da EC 47/2005, ou nos art. 3º e 6º da EC 41/2003, ou art. 40, inciso III, alínea "c" (Redação original), o que lhe confere paridade;

Considerando que a rubrica indigitada está sendo calculada em conformidade, tanto com o cargo ocupado pelo interessado, como com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença (90 x R$ 16,68);

Considerando que a correção da irregularidade é insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, II, do RI/TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-032.701/2023-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Tito Assis Silva (472.375.037-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11406/2023 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o entendimento fixado por meio do acórdão 2611/2022-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, no sentido de que "o servidor que optou pela limitação do benefício previdenciário do RPPS no valor equivalente ao teto do RGPS, nos termos do § 16 do art. 40 da CF/1988, não deve sofrer a tributação da contribuição social sobre o pagamento do benefício especial instituído por meio da Lei 12.618/2012".

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-034.272/2019-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vladislave Ferreira Leite (128.489.304-97).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11407/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-021.067/2023-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rafael Domiciano Rocha (011.345.892-47).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11408/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação da interessada quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão da interessada identificada no item 1.1.

1. Processo TC-022.282/2023-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Dayhany Barbosa Chaves (022.872.321-33).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11409/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação da interessada quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão da interessada identificada no item 1.1.

1. Processo TC-022.305/2023-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Dayane Helena Camacho Goncalves (064.160.189-18).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11410/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-022.317/2023-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jozimar da Silva Oliveira (015.020.863-44).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11411/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-031.810/2023-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jose Henrique Alves Rodrigues (426.987.903-34).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11412/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-031.825/2023-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Henrique Pinto de Godoy (369.458.848-56).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11413/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-031.849/2023-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Tamara de Sousa Oliveira (050.997.353-12).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11414/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de admissão pela Caixa Econômica Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da contratação do interessado quando já expirado o prazo de validade do concurso público;

Considerando que a admissão ocorreu por força de decisão judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, transitada em julgado, em 26/5/2023;

Considerando que, em acordo celebrado entre o Ministério Público do Trabalho e a Caixa Econômica Federal, homologado pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito da referida ação civil pública, a empresa pública se comprometeu a tornar definitiva a admissão de todos os candidatos contratados administrativamente por força da tutela antecipada vigente naquela ação;

Considerando que, a despeito da ilegalidade do ato, deve ser ordenado o registro excepcional, visto que possui amparo em decisão judicial definitiva, nos termos do art. 7º, II, da Resolução-TCU 353/2023;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, de concessão de registro tácito;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno do TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, conceder registro ao ato de admissão do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-031.867/2023-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Guilherme Pires Rebelatto (391.665.658-98).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11415/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do término dos anteriormente fixados, os prazos para cumprimento das determinações constantes do acórdão 10275/2023-1ª Câmara.

1. Processo TC-007.541/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Irene Marques Tourinho (388.612.322-72); Secretaria de Gestão de Pessoas ().

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11416/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do TCU, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 9281/2023 - TCU- 1ª Câmara, proferido no processo a seguir relacionado, para fins de correção de erro material, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, mantendo-se os demais termos do instrumento legal, ora retificado.

1. Processo TC-009.351/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Dulcemar Ferreira de Sousa Rego (297.279.951-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. retificar o acórdão 9281/2023-TCU-1ª Câmara: onde se lê: (...) "em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir" (...) leia-se: (...) em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão civil em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir (...).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11417/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-012.105/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Dalva Maria de Azevedo Pereira (369.121.234-49); Jordany Sophia da Silva (129.192.354-35); Jose Daniel Lima Nogueira (079.097.624-29); Maria Gelsa de Aquino (146.206.694-15); Maria Jose Batista Ataliba (598.014.414-53); Mary Lima Nogueira (322.700.384-87); Sebastiana Queiroz de Azevedo (062.492.904-35).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11418/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-012.472/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Rosilene da Silva Gomes (010.171.004-62).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11419/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-013.687/2023-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Maria Aparecida Pereira de Oliveira (066.094.838-92); Maria Stela Vianna (081.602.418-95); Teresa Cristina Soares de Godoi (930.551.458-87); Thereza Dalva Matos de Souza (215.989.498-29).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11420/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão civil pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão nos proventos do interessado da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a aposentadoria do instituidor da pensão se deu em 20/2/1990, sob a égide da Lei 1.711/1952, com acumulação das rubricas de opção e quintos, o que já era vedado pelo art. 5º da Lei 6.732/1979;

Considerando que, na concessão em comento, a vantagem "opção" está sendo paga de forma cumulativa à parcela de "quintos", em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que o instituidor havia preenchido os pressupostos temporais previstos no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995, sendo possível o acréscimo aos seus proventos de inatividade, deferidos com base na remuneração do cargo efetivo, o valor da função de confiança ou a vantagem quintos/décimos/VPNI, de forma não cumulativa, em razão da vedação contida no referido dispositivo legal;

Considerando que o tema em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra Ana Arraes), acompanhado sucessivas deliberações, a exemplo dos acórdãos 807/2020, 8731/2020, 9453/2021, 1175/2002-1ª Câmara; 18563/202 -2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que a parcela de "quintos" foi concedida pelo exercício de funções comissionadas até o advento da Lei 9.624/1998;

Considerando que não há, nos autos, informação de que a vantagem denominada "opção" esteja sendo paga com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que a concessão de pensão civil constitui ato novo, independente do ato de concessão de aposentadoria, igualmente complexo, que se aperfeiçoa após a apreciação realizada por este Tribunal no exercício de sua a competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal, conforme jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdão 5263/202-TCU-Primeira Câmara (relator ministro Vital do Rêgo), 8057/2020-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), 18201/2021-1ª Câmara (relator ministro Benjamin Zymler) e 2792/2022-Plenário (relator ministro Jorge Oliveira);

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues) , fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária identificada no item 1.1, além de expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-015.989/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria da Penha Rodrigues dos Santos (998.296.577-87).

1.2. Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias), todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.2. comunicar à interessada que, tendo o instituidor da pensão implementado as condições para recebimento de "quintos" e "opção" até 18/1/1995, poderá escolher perceber apenas uma dessas vantagens;

1.7.2.3. no prazo de 15 (quinze dias), comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.6. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à interessada, informando-a que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11421/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-016.259/2023-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Tânia de Fátima Pacheco Venâncio da Silva (841.540.391-72).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11422/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de pensão civil concedida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento da rubrica de Gratificação de Desempenho em Atividade de Pesquisa, Produção e Análise, Gestão e Infraestrutura de Informações Geográficas e Estatísticas (GDIBGE), na mesma proporção que o valor pago aos servidores em atividade;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas (a exemplo, acórdãos 3672/2022 e 6031/2022-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler; 3206/2022 e 3230/2022-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; 4969/2022-1ª Câmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer; 3178/2022-1ª Câmara, relator Ministro Vital do Rego; 3133/2022-2ª Câmara, relator Ministro Antonio Anastasia; 7183/2022, 3011/2022 e 3013/2022-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz; e 3203/2022, 7019/2022 e 6104/2022-2ª Câmara, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer, dentre outros);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a referida rubrica está amparada por decisão judicial com trânsito em julgado nos autos do Mandado de Segurança Coletivo 2009.51.01.002254-6 (nova numeração 0002254-59.2009.4.02.5101), a qual garantiu, aos inativos e pensionistas, a percepção de 100% da gratificação institucional em vigor paga aos servidores ativos e 50% da gratificação individual em seu percentual máximo, no total de 90 pontos sobre o valor previsto para o cargo, conforme Anexo XV-A da Lei 11.355/2006;

Considerando que o instituidor se aposentou em 12/2/1999, antes da impetração do Mandado de Segurança Coletivo 0002254-59.2009.4.02.5101, em 19/02/2009, com fundamento no art. 40, III, alínea 'c' da CFB/1988 (redação original), voluntariamente, com proventos proporcionais e paridade;

Considerando que a pensão civil, instituída em 23/3/2019, tem como fundamento o art. art. 40, § 7º, I da CFB/1988 (redação dada pela EC 41/2003), c/c MP 167/2004 (convertida na Lei 10.887/2004), sem paridade, e com valor do benefício igual ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, limitado aos valores máximos dos benefícios do regime geral de previdência social (art. 201 da CFB/1988), acrescido de 70% da parcela excedente a este limite;

Considerando que a rubrica indigitada está sendo calculada, de forma proporcional, em conformidade, tanto com o cargo ocupado pelo interessado, como com o acordo homologado em fase de cumprimento de sentença (90 x R$ 16,04);

Considerando que a correção da irregularidade é insuscetível de correção pelo órgão ou entidade de origem, em face da existência de decisão judicial apta a sustentar, em caráter permanente, seus efeitos financeiros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, II, do RI/TCU, e no art. 7º, II, da Resolução 353/2023, em considerar ilegal e, excepcionalmente, ordenar o registro do ato de pensão civil instituída em favor do interessado identificado no item 1.1.

1. Processo TC-020.267/2023-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Maria Lucila Chaves Moreira (359.894.753-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11423/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão civil pela Câmara dos Deputados;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão nos proventos do interessado da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a aposentadoria do instituidor da pensão se deu em 13/08/1990, sob a égide da Lei 1.711/1952, e que, porém, há ato de alteração de aposentadoria com data de vigência de 01/07/1994 (SISAC-30073502-04-2005-000113-2), apreciado pela legalidade, com acumulação das rubricas de opção e quintos, o que já era vedado pelo art. 5º da Lei 6.732/1979;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que, na concessão em comento, a vantagem "opção" está sendo paga de forma cumulativa à parcela de "quintos", em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que o instituidor havia preenchido os pressupostos temporais no art. 193 da Lei 8.112/1990 e os requisitos para aposentadoria até 18/1/1995,

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra Ana Arraes), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos acórdãos 807/2020, 8731/2020, 9453/2021, 1175/2002-1ª Câmara; 18563/202 -2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que a concessão de pensão civil constitui ato novo, independente do ato de concessão de aposentadoria, igualmente complexo, que se aperfeiçoa após a apreciação realizada por este Tribunal no exercício de sua a competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal, conforme jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdão 5263/202-TCU-Primeira Câmara (relator ministro Vital do Rêgo), 8057/2020-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), 18201/2021-1ª Câmara (relator ministro Benjamin Zymler) e 2792/2022-Plenário (relator ministro Jorge Oliveira);

Considerando que foi constatado, nos atuais contracheques do interessado, o reajuste indevido da parcela de "quintos" por meio das Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, a exemplo, acórdãos 9360/2023, 9360/2023-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler, 8/2023-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz, 4177/2022-1ª Câmara, relator Ministro Substituto André de Carvalho;

Considerando que há, nos autos, evidências de que as parcelas incorporadas a título de "quintos" ou de "opção" estão sendo pagas com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.279/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria das Neves Feistosa da Silva (579.655.101-97).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias), todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.2. promova o destaque do valor correspondente ao reajuste incidente sobre a VPNI derivada de quintos/décimos de funções comissionadas, dados pelas Leis 12.777/2012 e 13.323/2016, sujeitando a parcela destacada à absorção por quaisquer reajustes remuneratórios posteriores a 23/10/2020, consoante restou decidido no Acórdão 2718/2022-Plenário;

1.7.2.3. comunicar à interessada que, tendo o instituidor da pensão implementado as condições para recebimento de "quintos" e "opção" até 18/1/1995, poderá escolher perceber apenas uma dessas vantagens;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.4. no prazo de 15 (quinze dias), comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.6. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11424/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão civil pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão nos proventos da interessada da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que o instituidor da pensão não exerceu a função comissionada pelo período de 5 anos consecutivos, tampouco por 10 anos interpolados, conforme exige o art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, na concessão em comento, a vantagem "opção" está sendo paga de forma cumulativa à parcela de "quintos", em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, a despeito de o ato de alteração de aposentadoria ter sido considerado legal (Sisac 20786000-04-1995-000012-6), a concessão de pensão civil constitui ato novo, independente, igualmente complexo, que se aperfeiçoa após a apreciação realizada por este Tribunal no exercício de sua a competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal, conforme jurisprudência desta Corte, a exemplo dos acórdãos 5263/2020-1ª Câmara (relator ministro Vital do Rêgo), 8057/2020-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), 18201/2021-1ª Câmara (relator ministro Benjamin Zymler) e 2792/2022-Plenário (relator ministro Jorge Oliveira);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.298/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Jussara Ramos de Almeida (255.228.419-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, § 2º, da Resolução TCU 353/2023, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11425/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão civil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da inclusão nos proventos de pensão instituída da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a aposentadoria do instituidor da pensão se deu em 2/9/1996, alterada posteriormente, com data de vigência de 20/8/1997 (Sisac 10202501-04-2006-000061-5), cujo ato foi apreciado pela legalidade (acórdão 2696/2008-TCU-Plenário, relator Valmir Campelo), mesmo que presente a acumulação de forma ilegal das rubricas de "opção" e "quintos", o que já era vedado pelo art. 5º da Lei 6.732/1979;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 1599/2019-TCU-Plenário (Ministro Benjamin Zymler), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos acórdãos 8186/2021, 8477/2021, 8311/2021, 6289/2021, 8694/2021-TCU-1ª Câmara; 1746/2021, 6835/2021, 8082/2021, 12983/2020, 8111/2021, 7965/2021 e 3032/2011 -TCU-2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que, na concessão em comento, a vantagem "opção" está sendo paga de forma cumulativa à parcela de "quintos", em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que, a despeito de o ato de alteração de aposentadoria ter sido considerado legal, a concessão de pensão civil constitui ato novo, independente, igualmente complexo, que se aperfeiçoa após a apreciação realizada por este Tribunal no exercício de sua a competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal, conforme jurisprudência desta Corte, a exemplo dos acórdãos 5263/2020-TCU-1ª Câmara (relator ministro Vital do Rêgo), 8057/2020-TCU-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), 18201/2021-TCU-1ª Câmara (relator ministro Benjamin Zymler) e 2792/2022-TCU-Plenário (relator ministro Jorge Oliveira);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.310/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Raimundo Muller Filho (101.943.801-06).

1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze dias), todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.4. no prazo de 15 (quinze dias), comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novo ato no sistema e-Pessoal, em substituição ao ato objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-o à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.6. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, informando-o que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11426/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-020.362/2023-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Daniele Agripina Alves de Macedo (053.856.851-86); Diana Evangelina Alves de Macedo (053.861.461-73); Floresbela Inacio Lopes (591.798.136-15); Gilvanira Felinto da Silva (265.651.704-44); Maria José da Silva Dias (848.845.177-68); Norma Barbutti da Silva (156.922.217-72); Tereza Cristina Ribeiro da Silva (314.117.894-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11427/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-020.365/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Maria Rosely Pereira da Rocha (153.705.182-20).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11428/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-020.417/2023-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Carlos Emanuel Dantas Gouveia (130.852.454-48); Cleide Almeida Brito (349.411.852-34); Ester Etel Meyer (222.979.010-20); Lorena Carole Dantas Gouveia (122.659.704-17); Lucélia Dantas de Miranda (033.445.864-16); Luiz Henrique Dantas Gouveia (121.274.084-03); Maria Emília Freire de Jesus (130.612.594-49); Maria do Carmo Guerra Chaves (556.176.383-00); Milena Brito Torres (031.864.022-80); Sônia Solange Marengo Barbieux (237.902.960-15).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11429/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessões iniciais de pensões pela Universidade Federal da Paraíba;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade dos atos em razão da inclusão irregular nos proventos de parcela relativa a plano econômico (Plano Collor 1990, com o índice de 84,32%);

Considerando o disciplinamento contido no paradigmático acórdão 1857/2003-Plenário, confirmado pelo acórdão 961/2006-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 do TST;

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (verbete de Súmula/TCU 276);

Considerando que os pagamentos de percentual de planos econômicos não se incorporam indefinidamente aos vencimentos, dado que têm natureza de antecipação salarial, sendo devidos somente até a reposição das perdas salariais ocorridas até então, o que se daria na primeira data-base seguinte àquela que serviu de referência ao julgado (acórdão 1614/2019-Plenário e 12559/2020-2ª Câmara);

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que as rubricas referentes a sentenças judiciais, enquanto subsistir fundamento para o seu pagamento, devem ser pagas em valores nominais, sujeitas exclusivamente aos reajustes gerais do funcionalismo, salvo se a sentença judicial dispuser de outra forma (Súmula 279 do TCU);

Considerando que não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que as vantagens da estrutura remuneratória anterior não se incorporam à atual, exceto quando expressamente consignadas em lei superveniente (Súmula 276 do TCU);

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que "a sentença que reconhece ao trabalhador ou servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos" (RE 596.663/RJ, com repercussão geral reconhecida, relator: Ministro Marco Aurélio, relator p/Acórdão: Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, julgado em 24/9/2014, DJe de 26/11/2014);

Considerando as restruturações do plano de carreira que alteraram a estrutura remuneratória dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela inquinada;

Considerando que a concessão de pensão civil constitui ato novo, independente do ato de concessão de aposentadoria, igualmente complexo, que se aperfeiçoa após a apreciação realizada por este Tribunal no exercício de sua a competência prevista no art. 71, III, da Constituição Federal, conforme jurisprudência desta Corte, a exemplo dos acórdão 5263/202-1ª Câmara (relator ministro Vital do Rêgo), 8057/2020-2ª Câmara (relatora ministra Ana Arraes), 18201/2021-1ª Câmara (relator ministro Benjamin Zymler) e 2792/2022-Plenário (relator ministro Jorge Oliveira);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé dos responsáveis;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva dos interessados, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, de registro tácito.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, art. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, art. 262 do RI/TCU e no art. 19 da IN/TCU 78/2018, em considerar ilegal e negar registro ao ato inicial de pensão em favor dos interessados identificados no item 1.1, e expedir as determinações abaixo.

1. Processo TC-021.393/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Heretiano de Farias Gurjão Neto (056.528.524-61); Karina Pereira Gurjão (665.449.804-63); Maria do Socorro Lino Gurjão (495.953.184-34).

1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo (s) interessado (s) nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar à Universidade Federal da Paraíba que:

1.7.2.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento decorrente das irregularidades apontadas, conforme art. 19, caput, II, da IN TCU 78/2018;

1.7.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, comunique a esta Corte as providências adotadas, sob pena de solidariedade na obrigação de ressarcimento das quantias pagas após essa data, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 8.443/1992, nos termos do art. 19, caput, II, e § 2º, c/c art. 6º, § 1º, da IN TCU 78/2018;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, cadastre novos atos no sistema e-Pessoal, em substituição aos atos objeto desta decisão, com indicação expressa das alterações procedidas para saneamento das irregularidades e do número deste acórdão, submetendo-os à apreciação deste Tribunal, e adote as demais medidas corretivas pertinentes, em consonância com o art. 19, § 3º, da IN TCU 78/2018

1.7.2.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação aos interessados, informando-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recursos admitidos pela Lei 8.443/1992 não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos, e encaminhe a este Tribunal, no mesmo prazo, a comprovação dessa comunicação, na forma do disposto no art. 21 da IN TCU 78/2018;

1.7.3. dar ciência deste acórdão à Universidade Federal da Paraíba, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11430/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-022.625/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Aime Duarte Pereira da Silva (073.304.477-81); Francisca das Chagas Oliveira Rocha (361.645.183-34); Helena das Graças da Silva (384.583.577-04); Lamia Saad Sodre Mesquita (255.342.977-00); Maria de Lourdes Lima Melgaço (003.362.297-39).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11431/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor do beneficiário relacionado nos autos.

1. Processo TC-022.631/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: José Maria Pereira Guerra (103.140.836-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11432/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-022.676/2023-6 (PENSÃO CIVIL)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessada: Maria Teixeira Feitoza (192.221.142-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11433/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-022.718/2023-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ana Clara Soares de Araújo (109.743.104-50); Carla Maria da Fonseca Xavier (003.136.497-74); Elza Machado Rodrigues Ferreira (557.988.457-53); Maria Inês Pacheco Trigo (006.657.618-05); Maria Victoria da Fonseca Xavier (143.144.077-94); Raphaella Mayane Soares de Araújo (089.287.474-06); Sonia Maria Soares (221.887.544-68); Stella Maris Villani (738.144.747-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11434/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-022.735/2023-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Beatriz Rezende de Carvalho Ferreira (033.681.561-10); Arthur Rocha Jannuzzi de Carvalho Ferreira (052.366.481-81); Maria Elisa do Carmo Rocha (376.466.561-00); Raimundo Felinto de Lima (009.436.491-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Turismo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11435/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil em favor dos beneficiários relacionados nos autos.

1. Processo TC-022.743/2023-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ivane da Silva Conceição (834.227.577-91); Licideia Almeida da Silva (024.231.947-57); Rufino Soares dos Santos (072.080.900-25).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11436/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de "pensão especial a ex-combatente" em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-016.485/2023-8 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessadas: Dayse Maria Barreto Braga (623.085.806-15); Francisca Guedes da Mota (564.527.806-20); Helena de Lima Barbosa (520.640.426-87); Marcia Reis Silva (792.990.596-91); Maria Adelaide Camelo Silva (028.966.316-40); Maria Regina de Lelis (039.783.276-19); Maria das Graças dos Reis Divino (005.022.966-40); Maricelma dos Reis Assis (042.446.746-16); Marilania Reis Elias (976.973.546-91); Marilza dos Reis (548.770.916-53); Marlene dos Reis (265.614.846-49); Marli dos Reis Costa (039.193.616-60).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11437/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando da Marinha;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público de Contas (MP/TCU) pela ilegalidade dos atos em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor, com impacto no respectivo ato de pensão militar em exame;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e 13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os atos podem ser apreciados sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegais e negar registro aos atos de pensão militar 119505/2020 - inicial e 75106/2021 - alteração em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-003.078/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Liesbeth Lopes de Oliveira Siviero (028.217.657-89).

1.2. Órgão: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes dos atos impugnados, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de Capitão de Mar e Guerra a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11438/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-003.128/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aparecida dos Santos Loubet (837.703.561-87); Cleudete Regina Pereira Leal (486.916.901-00); Nelcy do Rocio Pereira Coelho (621.732.941-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11439/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-003.331/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Leticia Monteiro Medeiros de Barros (335.924.977-15); Marilia Monteiro de Goncalves (034.931.727-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11440/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-006.143/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Janice Barbosa Archanjo (487.101.567-04); Janini Barbosa Archanjo Alves (331.251.207-72); Katia Francisca Moreira de Aguiar (013.333.207-10); Maria Cristina Augusto de Melo (631.890.547-20); Marilene Marinho de Carvalho (448.067.877-87); Norma Augusto de Melo (255.483.107-63); Rosangela Teles Costa Martins de Mattos (549.276.507-82); Suely Mara Moreira (791.421.337-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11441/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão inicial de pensão militar pelo Ministério da Defesa - Comando do Exército, instituído por Irineu Molina Gutierrez em favor da beneficiária Hilda Guimarães Molina Gutierrez (cônjuge);

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato, em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço militar, de trabalho prestado em guarnição especial de 1 (um) ano, 2 (dois) meses e 25 (vinte e cinco) dias;

Considerando que a contagem de tempo de atividade do militar em guarnições especiais é contada apenas para fins de passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço, conforme os art. 135 e 137 da Lei 6.880/1980;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de considerar irregular o aproveitamento do tempo de serviço em guarnição especial nos moldes evidenciados, nos termos dos acórdãos 631/2020, relator ministro Vital do Rêgo, 5942/2021, relator ministro Raimundo Carreiro, 1569/2022 e 3914/2023, relator ministro Jorge Oliveira, 3824/2023, relator ministro Benjamin Zymler, todos da 1ª Câmara, e 8218/2021, relator ministro Augusto Nardes, 8402/2021, relator ministro Marcos Bemquerer, e 2022/2022, relator ministro Augusto Nardes, 1718/2023, relator ministro Aroldo Cedraz 3836/2023, relator ministro Jhonatan de Jesus, 3575/2023, relator ministro Vital do Rêgo, 3538/2023, relator ministro Antonio Anastasia, todos da 2ª Câmara;

Considerando que, com a exclusão do tempo indigitado, o militar não faz jus ao posto acima amparado pelo inciso II do art. 50 da Lei 6.880/1980, pois terá menos de 30 (trinta) anos de serviço militar;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-Plenário, não sendo o caso, também, registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada.

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, III e IX, da Constituição Federal, art. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III, 143, II e 260 e 262 do RI/TCU e art. 19 da IN/TCU 78/2018, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-007.565/2023-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Hilda Guimarães Molina Gutierrez (882.140.871-04).

1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Ministério da Defesa - Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU;

1.7.2.2. regularize para o posto de subtenente a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11442/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço militar, de trabalho prestado em guarnição especial de 8 (oito) meses, bem como tempo de serviço público de 10 (dez) meses e 27 (vinte e sete) dias;

Considerando que o tempo de atividade do militar em guarnições especiais e o tempo de serviço público para o militar são contados apenas para fins de passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço, conforme os art. 135 e 137 da Lei 6.880/1980;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de considerar irregular o aproveitamento do tempo de serviço em guarnição especial, nos moldes evidenciados, nos termos dos acórdãos 631/2020, relator Ministro Vital do Rêgo, 5942/2021, relator Ministro Raimundo Carreiro, 1569/2022 e 3914/2023, relator Ministro Jorge Oliveira, 3824/2023, relator Ministro Benjamin Zymler, todos da 1ª Câmara, e 8218/2021, relator Ministro Augusto Nardes, 8402/2021, relator Ministro Marcos Bemquerer, e 2022/2022, relator Ministro Augusto Nardes, 1718/2023, relator Ministro Aroldo Cedraz 3836/2023, relator Ministro Jhonatan de Jesus, 3575/2023, relator Ministro Vital do Rêgo, 3538/2023, relator Ministro Antonio Anastasia, todos da 2ª Câmara;

Considerando, igualmente, que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de considerar irregular o aproveitamento do tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, nos moldes evidenciados, nos termos dos acórdãos 1718/2023-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz, 8218/2021-2ª Câmara, relator Ministro Augusto Nardes, 631/2020-1ª Câmara, relator Ministro Vital do Rêgo, 3090/2023, 2764/2023 e 2791/2023-2ª Câmara, relator Ministro Antonio Anastasia, 3532/2023-1ª Câmara, relator Ministro Benjamin Zymler, 3382/2023-1ª Câmara, relator Ministro Jhonatan de Jesus, dentre outros;

Considerando que com a exclusão do tempo indigitado, o militar não faz jus ao posto acima amparado pelo inciso II do artigo 50 da Lei 6.880/1980, pois terá menos de 30 (trinta) anos de serviço militar;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva das interessadas, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor das interessadas identificadas no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-007.577/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Luizabete Dias da Silva (631.373.050-04); Patricia Luciana Lovato Silveira (932.573.849-04).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelas pensionistas, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de subtenente a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.5. informe às interessadas que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11443/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor da beneficiária relacionada nos autos.

1. Processo TC-007.620/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Ana Luisa Pereira Dias (811.473.410-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11444/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-007.622/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Irani de Oliveira Novaki (170.941.199-68); Ivani Jesus de Oliveira (253.631.239-91); Ivonete de Oliveira (157.354.009-91); Lismeri Elias Clysostomo (877.605.929-49); Mereliz Clysostomo (709.561.389-34); Silmara Esperança Furio (034.167.839-21); Yara Ribeiro dos Santos (764.630.449-20).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11445/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço militar, de trabalho prestado em guarnição especial de 2 (dois) anos e 8 (oito) meses;

Considerando que a contagem de tempo de atividade do militar em guarnições especiais é contada apenas para fins de passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço, conforme os art. 135 e 137 da Lei 6.880/1980;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal é no sentido de considerar irregular o aproveitamento do tempo de serviço em guarnição especial, nos moldes evidenciados, nos termos dos acórdãos 631/2020, relator Ministro Vital do Rêgo, 5942/2021, relator Ministro Raimundo Carreiro, 1569/2022 e 3914/2023, relator Ministro Jorge Oliveira, 3824/2023, relator Ministro Benjamin Zymler, todos da 1ª Câmara, e 8218/2021, relator Ministro Augusto Nardes, 8402/2021, relator Ministro Marcos Bemquerer, e 2022/2022, relator Ministro Augusto Nardes, 1718/2023, relator Ministro Aroldo Cedraz 3836/2023, relator Ministro Jhonatan de Jesus, 3575/2023, relator Ministro Vital do Rêgo, 3538/2023, relator Ministro Antonio Anastasia, todos da 2ª Câmara;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que ainda foi constatada a inclusão indevida de mais 7 (sete) anos e 5 (cinco) meses de tempo não discriminado na provisão emitida pela Diretoria de Inativos e Pensionistas do Exército Brasileiro (peça 3, p. 11-12);

Considerando que com a exclusão do tempo indigitado, o militar não faz jus ao posto acima amparado pelo inciso II do artigo 50 da Lei 6.880/80, pois terá menos de 30 (trinta) anos de serviço militar;

Considerando que a AudPessoal verificou, adicionalmente, ilegalidade no ato em razão da acumulação indevida, pela beneficiária Petrona Maria Correa (448.530.681-04), de proventos/vencimentos com a pensão militar em exame;

Considerando que a redação original do art. 29 da Lei 3.765, de 4/5/1960, permitia a acumulação: a) de duas pensões militares; ou b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil;

Considerando que o art. 29 da Lei 3.765/1960, com a redação dada pela Medida Provisória 2.215, de 31/08/2001, passou a permitir a acumulação: I) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria; ou II) de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal consolidou o entendimento de que, em qualquer das situações acima descritas, é ilegal a acumulação de três rendimentos, devendo o benefício previdenciário do INSS ser computado no limite estabelecido no art. 29 da Lei 3.765/1960, nos termos dos acórdãos 4847/2017 e 3653/2011 (rel. Ministro-Substituto André de Carvalho), e 3038/2022, 7942/2018 e 8721/2017 (rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), todos da 2ª Câmara, bem como dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (v.g. AgRg no Resp 989.802/RJ e no Resp 1.434.168/RS) e dos Tribunais Reginais Federais (v. Apelação Cível nº 2005.33.000084718 - TRF 1ª Região e Apelação em Mandado de Segurança 70012 - TRF 2ª Região);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva das interessadas, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé das interessadas;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor das interessadas identificadas no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-009.419/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ieda Correa Benites (404.630.361-15); Judith Tereza Correa (390.120.501-20); Petrona Maria Correa (448.530.681-04).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelas pensionistas, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.2. regularize para o posto de soldado a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. oriente a pensionista Petrona Maria Correa (448.530.681-04) sobre a possibilidade de optar, a qualquer tempo, pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos das disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, comprovando eventual opção ao Comando do Exército;

1.7.2.4. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.5. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.6. informe às interessadas que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

1

ACÓRDÃO Nº 11446/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-009.478/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Mirtes da Silva Goes Barbosa (230.887.022-20); Eluiza Nunes Goes (052.325.972-72); Lucineide da Silva Goes (855.463.052-15); Maria Auxiliadora da Silva Goes (486.257.282-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11447/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §1º, do RI/TCU, no art. 9º, Resolução 353/2023, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar relacionado nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-009.499/2023-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Darcy Rocha Soares (024.042.047-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11448/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do Ministério Público de Contas (MP/TCU) pela ilegalidade do ato em razão da majoração

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor, com impacto no respectivo ato de pensão militar em exame;

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e 13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade instrutiva.

1. Processo TC-016.065/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria José Fonseca da Silva (996.789.004-59).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de cabo a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação à beneficiária, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11449/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §1º, do RI/TCU, no art. 9º, Resolução 353/2023, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar relacionado nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-016.103/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Gilda Santana Montenegro de Souza (003.125.157-90).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11450/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-016.352/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Avanir de Souza Maciel Campos (002.248.991-63); Cintia Paiva Prates (007.843.511-04); Cintiane Paiva Prates (031.565.211-08); Nadir de Souza Maciel (005.811.451-35); Uyara Wenceslau de Castro (465.547.261-87).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11451/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-016.953/2023-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ângela Maria Gomes da Silva (032.050.858-76); Filomena da Rocha Barboza Leite (051.650.878-40); Izabel Jussara Leite Ciamponi (290.587.048-66); Lia da Rocha Barboza Leite (307.940.388-67); Mary Maciejewski (703.043.008-53); Rosa Luíza Carlos Monteiro (143.771.873-68); Roseli Fátima de Oliveira (120.137.538-02); Silmara Ávila da Rocha (125.537.538-88); Sirlene Ávila da Rocha (050.245.688-42); Telma Aparecida de Oliveira (043.312.028-28); Vera Letícia Barboza Leite dos Reis (050.443.768-25); Vitalina de Lourdes Barboza Leite Souza (094.290.108-83).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11452/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.212/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Edmea Ribeiro da Costa (883.654.337-53); Elaine Regina Casarim Cardoso (491.725.067-68); Elaine Seabra da Silva Brasil (095.019.517-07); Inês Barbosa de Assis Teles (032.483.594-98); Maria Cleudismar Fernandes Oliveira (004.069.863-71); Neusa da Silva Brasil (023.915.327-84).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11453/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.251/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Danielle Andreia Fabião de Araújo (007.489.694-62); Eliete Veloso da Silva (741.692.114-72); Geysa Oliveira de Franca Gouvea (747.335.674-72); Gyane Oliveira de Franca Nascimento (747.332.064-53); Magaly da Rocha Soares e Silva (051.726.454-46); Margareth da Rocha Soares Izidro (238.811.781-04); Maria Marcia da Rocha Soares (644.622.184-34); Maria Niudete Fabiao de Araujo Oliveira (690.099.534-91); Marilene da Rocha Soares Santos (144.513.014-91); Marinecia da Rocha Soares Tiburcio (238.803.091-91); Mariza da Rocha Soares (061.272.234-15); Meryze da Rocha Soares (164.720.204-34); Myrayl Soares Duarte (073.892.484-91); Rejane Maria Fabião da Cruz (930.112.964-72); Rogéria Maria Fabião de Araújo (226.124.754-00); Rosário de Fatima Fabião de Araújo (192.529.432-34); Rosemar do Rio Medeiros (380.457.704-06); Rosemary Fabião de Araújo (219.327.944-68); Rosilene do Rio Medeiros (380.457.614-15); Virginia Fabião de Araújo Gomes (691.533.294-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11454/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.278/2023-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Denise Caldeira Martins dos Santos (140.582.858-77); Marizabel Ribeiro Martins Bueno (270.481.858-48); Vicentina Suzana Marcondes (541.536.708-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11455/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.287/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cledi de Souza Peixoto (891.050.790-04); Gabriela Garcia da Rosa (035.256.580-28); Jane Beatriz Ritterbusch Pinto (536.553.620-72); Juliana Leiria da Rosa (014.457.490-09); Lais Ribeiro da Rosa (049.680.320-48); Lígia Fontes da Silva Ferreira (110.441.477-50); Magda Rejane Godoy Bernardes (339.485.420-15).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11456/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.396/2023-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alzira Morello Paiz (202.535.240-91); Amélia Bencke (299.424.110-20); Bernadete Regina Garcia de Lara (524.823.160-49); Cremilda Fátima Calegari (907.285.720-87); Dulce Ritt (669.325.800-04); Elaci Bencke (415.316.550-68); Evanilde Santina Morello Tognon (413.665.650-53); Ida Maria Morello Ritta (524.048.620-49); Ieda Maria da Silva (907.509.850-20); Lenir Schwertz (559.124.780-68); Rosani de Moura Isnardi (620.639.360-72).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11457/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-017.405/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aparecida Eliane Teixeira (720.567.626-68); Denise Salgado da Costa (791.269.447-15); Gleima de Almeida Braga e Gomes (325.323.856-34); Luana Jane Bacelar de Carvalho Souza (071.425.145-31); Maria Aparecida Teixeira (054.060.896-33); Maria da Conceição Teixeira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Ribeiro (666.590.606-00); Maria das Graças Teixeira de Andrade (332.925.906-04); Maria de Fátima Teixeira Valente (453.915.806-68); Maria do Rosário Teixeira Alves (674.281.776-34); Rosilene Passos Krebs (923.606.701-82); Valdicea Moreira Sales (262.681.668-09).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11458/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-018.105/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Izabel Cristina de Souza Gorza (031.088.237-01); Loana Maria Bastos Rocha (629.095.847-04); Maria Dirce Moura Alves (009.935.537-02); Maria Madalena de Oliveira (488.881.337-04); Regina de Souza Silva (502.528.014-15); Taylanda Tsyla Araújo da Silva Santos (059.404.455-35).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11459/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-018.445/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Josefa Teresa São Pedro (159.163.848-82); Lilian Bueno dos Santos (475.369.421-68); Vanusa Pereira Novaes Proença (782.674.041-04).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11460/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar em favor das beneficiárias relacionadas nos autos.

1. Processo TC-018.466/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.1. Interessadas: Adriana Souza de Mello Ribeiro (072.324.746-36); Angela Beatriz Azevedo da Silva Paixão (002.402.760-00); Iara Ferreira Mendes (941.807.176-20); Maria Helena Gatte Dias (039.240.676-43); Norma de Andrade Papa (663.499.236-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11461/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando da Marinha;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior em decorrência da inclusão, no cômputo do tempo de serviço militar, de trabalho prestado em empresa privada de 316 dias;

Considerando que a contagem de tempo de atividade do militar em empresa privada é contada apenas para fins de passagem à inatividade, mas não para cálculo do tempo de serviço, conforme os art. 135 e 137 da Lei 6.880/1980;

Considerando que tal situação afronta o Acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler;

Considerando que com a exclusão do tempo indigitado, o militar não faz jus ao posto acima amparado pelo inciso II do artigo 50 da lei nº 6.880/80, pois terá menos de 30 (trinta) anos de serviço militar;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-020.467/2023-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Edvane Moura de Lima (058.518.444-50).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando da Marinha que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de suboficial a graduação do instituidor que serve de base para o cálculo dos proventos da pensão militar;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe ao interessado que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 11462/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, §1º, do RI/TCU, no art. 9º, Resolução 353/2023, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão militar relacionado nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-020.488/2023-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Jiselda Perroni Eleuterio (423.376.237-34).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11463/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar em favor da beneficiária relacionada nos autos, ressalvando que o benefício pensional deve ser calculado com base no posto/graduação de General de Divisão.

1. Processo TC-021.447/2023-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessada: Maria Palhares Machado (428.205.451-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11464/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão militar pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da acumulação indevida de proventos/vencimentos com a pensão militar em exame no caso da beneficiária Clea Mello de Abreu;

Considerando que a redação original do art. 29 da Lei 3.765, de 04/05/1960, permitia a acumulação: a) de duas pensões militares; ou b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que o art. 29 da Lei 3.765/1960, com a redação dada pela Medida Provisória 2.215, de 31/08/2001, passou a permitir a acumulação: I) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos ou aposentadoria; ou II) de uma pensão militar com a de outro regime, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal;

Considerando que a jurisprudência deste Tribunal consolidou o entendimento de que, em qualquer das situações acima descritas, é ilegal a acumulação de três rendimentos, devendo o benefício previdenciário do INSS ser computado no limite estabelecido no art. 29 da Lei 3.765/1960, nos termos dos acórdãos 4847/2017 e 3653/2011 (rel. Ministro-Substituto André de Carvalho), e 3038/2022, 7942/2018 e 8721/2017 (rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), todos da 2ª Câmara, bem como dos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (v.g. AgRg no Resp 989.802/RJ e no Resp 1.434.168/RS) e dos Tribunais Reginais Federais (v. Apelação Cível nº 2005.33.000084718 - TRF 1ª Região e Apelação em Mandado de Segurança 70012 - TRF 2ª Região);

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU- Plenário, não sendo o caso, também, registro tácito;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar em relação a pensionista Clea Mello de Abreu e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-022.766/2023-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Clea Mello de Abreu (563.578.777-00); Rosilene Normando Figueira (916.742.477-53).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo pensionista, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. oriente a pensionista Clea Mello de Abreu sobre a possibilidade de optar, a qualquer tempo, pelos benefícios legalmente acumuláveis, nos termos das disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, comprovando eventual opção ao Comando do Exército;

1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao pensionista, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe à interessada que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11465/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, no art. 9º, Resolução 353/2023, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão de reforma relacionados nos autos, por perda de objeto.

1. Processo TC-007.638/2023-0 (REFORMA)

1.1. Interessados: Alcides Rosa (007.824.089-15); Milzon Antonio de Assis (012.063.977-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11466/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma relacionados nos autos.

1. Processo TC-018.691/2023-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Cristiane Novaes de Macedo de Amorim (044.633.087-63); Eduardo Santos Lemos (122.688.307-99); Jorge Luiz Alves de Barros Santos (275.343.166-34); José Gabriel Marques Ceccatto (036.062.288-72); Wendel dos Santos Villela (781.447.951-72).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11467/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de reforma relacionado nos autos.

1. Processo TC-021.466/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Anisio Dametto (108.130.398-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11468/2023 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de reforma pelo Comando do Exército;

Considerando as propostas uníssonas da Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão da majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor, com impacto no respectivo ato de reforma em exame;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

Considerando que a situação está em desacordo com a orientação adotada no acórdão 2225/2019-TCU-Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados, que iniciou extensa jurisprudência desta Corte (a exemplo, acórdãos 6010/2022, 5996/2022, 798/2022, 1749/2021 e 13184/2019 todos da 1ª Câmara e 5007/2022, 24/2022, 18555/2021, 17931/2021 e 4417/2020, todos da 2ª Câmara, dentre outros);

Considerando que a referida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva do interessado, uma vez que foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, nos termos do acórdão 587/2011-TCU-Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de reforma em favor do interessado identificado no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-022.774/2023-8 (REFORMA)

1.1. Interessado: Eginaldo Pinheiro da Silva (027.367.307-63).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelo interessado, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao Comando do Exército que:

1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno deste Tribunal;

1.7.2.2. regularize para o posto de segundo tenente a graduação do interessado que serve de base para o cálculo dos proventos da reforma;

1.7.2.3. cadastre novo ato de reforma livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.2.4. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação deste acórdão, do inteiro teor desta deliberação ao beneficiário, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência;

1.7.2.5. informe ao interessado que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;

1.7.3. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11469/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do dia útil seguinte à juntada do pedido na peça 312 (18/9/2023), o prazo para atendimento das determinações constantes dos itens 9.10.1. e 9.10.2. do acórdão 16672/2021-1ª Câmara.

1. Processo TC-036.443/2016-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2015)

1.1. Responsáveis: Alberes Haniery Patricio Lopes (037.139.124-59); Alex de Oliveira da Costa (091.624.964-68); Antônio Diogo dos Santos Filho (197.058.754-72); Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho (095.367.284-00); Celso Jordao Cavalcanti (138.593.074-87); Cláudia da Silva Santos (412.020.584-34); Frederico Penna Leal (141.357.954-04); Joaquim de Castro Filho (080.557.344-53); José Carlos da Silva (113.421.454-53); José Carlos de Santana (279.253.154-15); Josias Silva de Albuquerque (005.070.594-68); José Carlos da Silva (370.282.864-87); João Maria Lopes (201.981.084-00); João de Barros e Silva (019.404.224-34); Maria da Graça Gomes Assunção (157.248.084-04); Mauro Santos Nogueira (589.796.544-72); Milton Tavares de Melo Júnior (102.806.694-53); Ozeas Gomes da Silva (093.630.254-20); Rudi Marcos Maggioni (451.824.699-34); Tereza Cristina Ferreira de Souza (253.821.954-04); Valeria Peregrino Fernandes (304.120.304-97).

1.2. Entidade: Administração Regional do Senac no Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.6. Representação legal: Celio de Castro Montenegro Filho (18378/OAB-PE), Fernando Pereira Neto de Castro Montenegro (16789/OAB-PE) e outros, representando Administração Regional do Senac No Estado de Pernambuco; Glebson Franklin Siqueira Brito (27800/OAB-PE), representando Frederico Penna Leal; Glebson Franklin Siqueira Brito (27800/OAB-PE), representando Valeria Peregrino Fernandes.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11470/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público de Contas (MP/TCU), à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública e à responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-000.094/2021-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL).

1.1. Responsável: Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas (12.200.226/0001-15).

1.2. Órgão: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11471/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, à Superintendência da Zona Franca de Manaus e ao responsável, para conhecimento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-003.485/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Admilton Pinheiro Salazar (006.739.512-00); Catarina Adelia Lima Assi (000.896.562-53); Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de Manaus (05.577.699/0001-70); Wesley Alves Pereira (230.715.082-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11472/2023 - TCU - 1ª Câmara

Em exame, tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em desfavor do município de Araruama/RJ, de Rejane da Silva Gomes Lima e de Alan Lanes Santiago Tavares, decorrente da ausência de comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por intermédio do FNS, na modalidade fundo a fundo.

Considerando que a irregularidade descrita como desvio de finalidade na aplicação de recursos federais oriundos do Fundo Nacional de Saúde - caracterizado pela utilização em gasto público alheio às ações e aos serviços de saúde, evidenciado nas constatações constantes do Relatório de Auditoria do Denasus 17450 - , de acordo com a jurisprudência desta Corte de Contas, deve ser imputada individualmente ao município, pois as despesas irregulares, em finalidade diversa daquela previamente pactuada, foram realizadas em seu benefício.

Considerando que o município de Araruama/RJ, regularmente citado, permaneceu silente.

Considerando a jurisprudência desta Corte de Contas (a exemplo do acórdão 1072/2017-TCU-Plenário, da relatoria do ministro Bruno Dantas) e em linha com o que determinam o art. 3º da Decisão Normativa TCU 57/2004 e o art. 27, I, da Lei Complementar 141/2012, observada ainda a ressalva feita pelo Ministério Público de Contas (peça 64), no sentido de que cabe ao ente federado a obrigação de recompor, com recursos próprios, os valores gastos indevidamente, atualizados monetariamente, ao fundo de saúde do ente beneficiário do repasse.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art.143, V, 'c', c/c art. 202, §§ 3º e 4º do RI/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, por unanimidade, em:

a) considerar revel o município de Araruama/RJ, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que o município de Araruama/RJ comprove perante o Tribunal o recolhimento das importâncias abaixo discriminadas aos cofres do Fundo Municipal de Saúde do ente federado, informando que a liquidação tempestiva do débito, atualizado monetariamente a partir das datas das respectivas ocorrências, saneará o processo e permitirá que as contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se quitação, e que a ausência dessa liquidação tempestiva acarretará o julgamento pela irregularidade das contas do ente federado, com a imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/12/2015	434.588,00
15/3/2016	244.800,00
18/8/2016	1.106.709,16
24/8/2016	610.162,08
5/9/2016	2.200.000,00
9/9/2016	1.401,23

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

c) encaminhar cópia deste acórdão à Procuradoria da República em São Pedro da Aldeia/RJ, para informar Inquérito Civil nº 1.30.009.000108/2022-41;

d) informar ao Fundo Nacional de Saúde; e

e) retornar o processo à AudTCE para as providências a seu cargo.

1. Processo TC-004.626/2021-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL).

1.1. Apensos: 007.725/2023-0 (SOLICITAÇÃO).

1.2. Responsáveis: Alan Lanes Santiago Tavares (922.721.427-53); Município de Araruama/RJ (28.531.762/0001-33); Rejane da Silva Gomes Lima (069.507.437-77).

1.3. Entidade: Município de Araruama/RJ.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.7. Interessados: Fundo Nacional de Saúde; Procuradoria da República no Município de São Pedro da Aldeia/RJ (2º Ofício).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11473/2023 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, no âmbito da presente tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em razão de irregularidades relacionadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil, este Tribunal, mediante o acórdão 3177/2023-TCU-1ª Câmara: (i) rejeitou as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Cristóvão da Silva e pelo estabelecimento comercial Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda.; (ii) julgou irregulares as contas do Sr. José Cristóvão da Silva; (iii) condenou o Sr. José Cristóvão da Silva, solidariamente à Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda., ao pagamento de débito; (iv) aplicou ao Sr. José Cristóvão da Silva e à Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda. multas individuais com fulcro no art. 57 da LO/TCU no valor de R$ 30.000,00; (v) autorizou o pagamento das dívidas em 36 parcelas;

Considerando que os referidos responsáveis interpuseram peça nos autos (peça 88) propondo "realizar um acordo no processo desta tomada de contas", no sentido de ser autorizado o parcelamento do débito em 60 parcelas, bem como que não haja a "aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei nº 8443 c/c art. 267 do RI/TCU, visto que a empresa e seus sócios irão demandar muito esforço para realizar o pagamento acima proposto";

Considerando que, em sua análise, o Serviço de Gestão de Dívidas (Sediv) aduziu que o Tribunal, em casos excepcionais, vem autorizando o parcelamento em prazo superior ao previsto no art. 217 do RI/TCU, a exemplo do acórdão 4611/2021-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, conforme análise produzida pela Sediv, não há amparo legal para o atendimento do pleito de não aplicação das multas individuais cominadas no acórdão 3177/2023-TCU-1ª Câmara com fulcro no art. 57 da LO/TCU.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I, e 217 do RI/TCU e no art. 26 da Lei 8.443/1992, e na forma do art. 143, V, 'b', do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em:

(i) indeferir o pedido de não aplicação das multas individuais fundamentadas no art. 57 da LO/TCU cominadas no acórdão 3177/2023-TCU-1ª Câmara;

(ii) e autorizar, excepcionalmente, o Sr. José Cristóvão da Silva e a Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda. ao pagamento do débito solidário e das multas individuais de que trata o acórdão 3177/2023-TCU-1ª Câmara, aos respectivos cofres credores elencados na referida deliberação, em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, com incidência, sobre cada parcela, dos correspondentes acréscimos legais, e fixar o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor.

1. Processo TC-004.649/2021-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda. (65.290.116/0001-58); José Cristovão da Silva (173.933.536-87).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.2. Entidade: Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Altivo Bernardes de Abreu Oliveira (110033/OAB-MG), representando José Cristóvão da Silva; Altivo Bernardes de Abreu Oliveira (110033/OAB-MG), representando Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. alertar o Sr. José Cristovão da Silva e a Drogaria Christiany & Cristogilda Ltda. de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, § 1º, do RI/TCU, bem assim, da necessidade do encaminhamento, ao TCU, dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria TCU 114, de 29/7/2020).

ACÓRDÃO Nº 11474/2023 - TCU - 1ª Câmara

Em exame, tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados por meio do convênio 57332/2011 (Siafi/Siconv 758152/2011), firmado pela União, por intermédio do Ministério da Saúde, junto à entidade Missão Evangélica Caiuá, para apoio a ações complementares de atenção à saúde aos povos indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões;

Considerando que, inicialmente, apontou-se como irregular a ocorrência de pagamentos de rescisões de contratos trabalhistas de funcionários, posteriormente recontratados pela Missão Evangélica Caiuá em novo ajuste, convênio 797522/2013, que objetivou dar continuidade à execução de ações complementares de atenção à saúde no Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Solimões;

Considerando que, conforme pronunciamento do titular da subunidade instrutiva, com o qual se manifestou de acordo o titular da AudTCE, a análise realizada no parecer 740/2015-MS/CGU/AGU concluiu que não constitui irregularidade a dispensa dos empregados, ao término de um determinado convênio, seguida da recontratação dos mesmos empregados para atuarem em outro convênio, tendo em vista que a realização das rescisões trabalhistas "é condição necessária para a finalização do pacto então celebrado, o que permitirá a prestação de contas integral do objeto então conveniado perante o órgão concedente e impede a solução de continuidade da prestação de serviços objeto do convênio subsequente, em especial os executados no âmbito da saúde indígena";

Considerando que, de acordo com trecho do memorando circular 35 GAB/DESAI, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), concedente dos convênios até 2011, reproduzido no parecer financeiro de análise do ajuste em tela (peça 13), foi orientado que "a rescisão dos contratos de trabalho ao fim da vigência inicial do convenio evita que dívidas anteriores onerem um eventual novo convenio e evita dificuldades na prestação das contas e, principalmente diminui pendencias administrativas que podem prejudicar as ações de saúde";

Considerando que a unidade instrutiva concluiu que, não havendo dano ao erário, esta TCE deve ser arquivada, sem julgamento do mérito, devido à ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo;

Considerando que tal proposta obteve anuência do MP/TCU, por estar em sintonia com o entendimento do Tribunal manifestado em outras deliberações, a exemplo dos acórdãos 3363/2023-1ª Câmara (TC 014.015/2021-8) e 5862/2023-1ª Câmara (TC 014.008/2021-1).

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Fundo Nacional de Saúde.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-014.033/2021-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Daniel Fogaça (596.134.408-87); Missão Evangélica Caiuá (03.747.268/0001-80).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11475/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica (peças 48 a 50) e do parecer do MP/TCU (peça 51), à Secretaria Nacional de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome) e ao responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-014.213/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco Jose Ferreira Lima (477.183.901-87).

1.2. Entidade: Município de Monte Santo do Tocantins - TO.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11476/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao Ministério do Trabalho e Emprego e ao responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-019.608/2022-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Manoel Graciliano de Franca (063.059.624-72); Núcleo de Desenvolvimento Social-NDS (04.656.212/0001-82).

1.2. Órgão: Secretaria Executiva - Ministério do Trabalho e Previdência (extinto); Secretaria-executiva do Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11477/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretenções punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e parecer do MP/TCU (peças 114-117) aos responsáveis e ao Ministério do Esporte, para conhecimento.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-020.942/2022-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Clube de Regatas Aldo Luz (82.509.290/0001-68); Marcos Roberto Knoll (785.321.679-34).

1.2. Órgão: Secretaria Especial do Esporte (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11478/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, II, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da AudTCE e da manifestação do MP/TCU, aos responsáveis, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-021.304/2022-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jose Francisco de Mattos Neto (099.820.338-67); Maria Isabel Lopes Repizo (317.084.108-48); Norair Cassiano da Silveira (131.022.498-68).

1.2. Entidade: Munício de Tanabi - SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11479/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos arts. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao Banco do Nordeste do Brasil S.A e aos responsáveis, para conhecimento.

1. Processo TC-025.585/2021-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin (07.778.137/0001-10); Jesualdo Pereira Farias (112.745.143-04); José de Paula Barros Neto (385.551.823-87); Universidade Federal do Ceará (07.272.636/0001-31).

1.2. Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Carla Albuquerque Marques (15650/OAB-CE), representando Jesualdo Pereira Farias; Manuel Luís da Rocha Neto (7479/OAB-CE), Bruno Vasconcelos Teles (33.721/OAB-CE) e outros, representando Associação Técnico Científica Eng. Paulo de Frontin; Manuel Luís da Rocha Neto (7479/OAB-CE), Bruno Vasconcelos Teles (33.721/OAB-CE) e outros, representando Jose de Paula Barros Neto.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

ACÓRDÃO Nº 11480/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica (peças 63 a 65) e do parecer do MP/TCU (peça 66), ao Ministério do Turismo e aos responsáveis, para conhecimento.

1. Processo TC-030.080/2022-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Ademir de Brito Oliveira (452.025.674-72); Organização Trajetória Mundial (05.559.151/0001-06).

1.2. Órgão: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11481/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos arts. 2º, 8º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes dos autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal e intercorrente das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e parecer do MP/TCU, ao Ministério do Turismo, ao município de Venha-Ver/RN, e ao responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-030.090/2022-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Expedito Salviano (107.109.904-30).

1.2. Entidade: Município de Venha-Ver/RN.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11482/2023 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o exame realizado pela Caixa Econômica Federal da documentação complementar apresentada pela atual gestão do município de Crateús/CE, com a conclusão "de que não mais persiste o dano o Erário" (peça 95).

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da AudTCE e da manifestação do MP/TCU, aos responsáveis e ao órgão instaurador da TCE com vistas a adoção dos procedimentos previstos no art. 16, III, da IN TCU 71/2012 (atualizada).

1. Processo TC-031.393/2022-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Mauro Rodrigues Soares (143.369.953-20); Marcelo Ferreira Machado (115.473.163-49).

1.2. Entidade: município de Crateús/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: Bento Insidio Vieira Neto (OAB-CE 42656), Carla Aparecida da Silva Vieira (32276/OAB-CE) e outros, representando o município de Crateús - CE.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11483/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XIX, e 169, II, e 212 e na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento do mérito, bem como dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução da AudTCE e da manifestação do MP/TCU, aos responsáveis, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-031.394/2022-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Bruno de Moraes Lisboa (520.620.904-04); Companhia Estadual de Habitação e Obras-cehab (03.206.056/0001-95); Flavio Guimaraes Figueiredo Lima (744.347.134-34); Marcos Baptista Andrade (456.105.924-53); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00); Raul Goiana Novaes Menezes (047.796.134-77).

1.2. Entidade: Governo do Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11484/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e ao órgão instaurador da TCE.

1. Processo TC-031.395/2022-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Bruno de Moraes Lisboa (520.620.904-04); Companhia Estadual de Habitação e Obras-cehab (03.206.056/0001-95); Flavio Guimaraes Figueiredo Lima (744.347.134-34); Marcos Baptista Andrade (456.105.924-53); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00); Raul Goiana Novaes Menezes (047.796.134-77).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11485/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, II, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, à Câmara dos Vereadores do município de Lajedo/PE e ao órgão instaurador da TCE.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1. Processo TC-031.471/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Amaro Joao da Silva (076.725.354-04); Bruno de Moraes Lisboa (520.620.904-04); Companhia Estadual de Habitação e Obras-Cehab (03.206.056/0001-95); Flavio Guimaraes Figueiredo Lima (744.347.134-34); Jorge Luis Carreiro de Barros (352.625.754-04); Marcos Baptista Andrade (456.105.924-53); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00); Raul Goiana Novaes Menezes (047.796.134-77); Ricardo Calheiros de Andrade Lima (493.944.794-49).

1.2. Órgão/Entidade: Governo do Estado de Pernambuco.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11486/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, com fundamento nos art. 2º, 10 e 11 da Resolução TCU 344/2022, e de acordo com os pareceres constantes do autos, ACORDAM, por unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição quinquenal das pretensões punitiva e ressarcitória no processo, arquivar os autos e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica e do parecer do Ministério Público de Contas (MP/TCU), ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e ao responsável, para conhecimento.

1. Processo TC-042.906/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Francisco Vieira Costa (056.373.173-72).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11487/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, III, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação ao responsável e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

1. Processo TC-045.587/2021-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Thyago Wanderlan Gnoatto Goncalves (796.689.179-87).

1.2. Órgão: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11488/2023 - TCU - 1ª Câmara

Em exame, processo de monitoramento autuado para aferir o cumprimento da determinação constante do item 9.3 do acórdão 3184/2023-TCU-1ª Câmara, endereçada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no sentido de, com fulcro no art. 60 da Portaria Interministerial 424/2016, caso

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

existisse, "na conta específica do ajuste/programa [Programa de Educação Infantil - Apoio Suplementar, exercício de 2014, município de Santa Helena/MA], saldo financeiro decorrente dos repasses federais, não utilizados, solicite à instituição financeira albergante a devolução dos valores à conta única do Tesouro Nacional, noticiando a esta Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas";

Considerando que, como informou a unidade instrutiva, o FNDE encaminhou comprovante do recolhimento do saldo de R$ 19.945,08 à conta única do Tesouro Nacional;

Considerando que a unidade instrutiva propôs considerar cumprida a determinação, o que contou com a anuência do MP/TCU.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação constante do item 9.3. do acórdão 3184/2023-TCU-1ª Câmara, determinar o apensamento definitivo destes autos ao TC 033.264/2020-1, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva (peça 15), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para conhecimento.

1. Processo TC-008.793/2023-9 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Tomada de Contas Especial (AudTCE).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11489/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "c", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar em implementação a recomendação constante do item 1.8.1. do Acórdão 10.958/2021-TCU-1ª Câmara, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica, (peça 58) ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, e ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

1. Processo TC-038.258/2021-8 (MONITORAMENTO).

1.1. Entidade: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações:

1.6.1. restituir os autos à Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental) para que realize, oportunamente, neste mesmo processo, novo ciclo de monitoramento da recomendação constante do item 1.8.1. do Acórdão 10.958/2021-TCU-1ª Câmara, rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11490/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'b', com fundamento no art. 217, ambos do RI/TCU, e considerando o parecer da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em autorizar o responsável Alcides Eufrasio da Conceicão Negrão a realizar o pagamento da multa a ele aplicada por meio do item 9.4. do acórdão 7740/2022-TCU-1ª Câmara, no valor de R$ 5.000,00, (cinco mil reais), em até 36 parcelas mensais e consecutivas, fixar o vencimento da primeira em quinze dias a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada trinta dias, com incidência sobre cada parcela dos correspondentes acréscimos legais.

1. Processo TC-022.187/2023-5 (RECOLHIMENTO ADMINISTRATIVO PARCELADO)

1.1. Responsável: Alcides Eufrasio da Conceição Negrão (279.796.442-04).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Abaetetuba/PA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. alertar o responsável de que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, com a consequente constituição de processo de cobrança executiva, nos termos do art. 217, § 1º, do Regimento Interno/TCU, bem assim, da necessidade do encaminhamento ao TCU dos comprovantes de recolhimento das parcelas a este Tribunal, por meio dos serviços de protocolo digital disponíveis no Portal TCU (conforme estabelecido no art. 3º da Portaria-TCU 114, de 29/07/2020).

1.7.2. informar ao responsável que as Guias de Recolhimento da União (GRU) poderão ser obtidas no Portal TCU ou solicitadas, mensalmente, ao Serviço de Gestão de Dívidas - Sediv/Seproc, por meio do e-mail parcelamento@tcu.gov.br, enquanto perdurar o parcelamento. Sediv/Seproc, em 17 de agosto de 2023.

ACÓRDÃO Nº 11491/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos e considerando a publicação do Decreto 11.487, de 11/4/2023, que instituiu o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente em razão da perda do objeto, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 46), ao representante, à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e à Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação).

1. Processo TC-019.580/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (extinto).

1.2. Interessado: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Governança e Inovação (AudGovernanca).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: Não há.

ACÓRDÃO Nº 11492/2023 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, "a", ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 10), ao representante e ao município de Campina da Lagoa/PR.

1. Processo TC-029.658/2023-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa - PR.

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Unidade de Auditoria Especializada em Contratações (AudContratações).

1.5. Representação legal: Rodrigo Mucheniski, representando R Mucheniski.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.

1.6.1. dar ciência à Prefeitura de Campina da Lagoa, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas na Tomada de Preços 8/2023, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

a) inabilitação irregular da empresa R Muchenisk i (Construtora BL), por apresentar documentação de regularidade fiscal vencida, uma vez que o prazo para regularização da documentação apresentada, por se tratar de licitações realizada em modalidade prevista na Lei 8.666/1993, deveria ser contado da divulgação do resultado do julgamento das propostas, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006 c/c o art. 4º, §§ 1º e 2º, inciso II, do Decreto 8.538/2015, assim como a jurisprudência deste Tribunal, a exemplo do Acórdão 976/2012-TCU-Plenário.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 32 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta Ata, aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição

Aprovada em 13 de outubro de 2023.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

(Publicado no DOU Edição nº 200 de 20/10/2023, Seção 1, p. 117)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 74771902.